

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

CÉLIA MARIA BORGES MACHADO

História, narração e identidade judaica  
em *A Gloriosa Família: o tempo dos Flamengos* de Pepetela

UBERLÂNDIA  
ABRIL/ 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

CÉLIA MARIA BORGES MACHADO

História, narração e identidade judaica  
em “A Gloriosa Família: o tempo dos Flamengos” de Pepetela

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Literários – Curso de Doutorado em Estudos Literários – do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Letras.

Área de concentração: Estudos Literários.

Linha de pesquisa: Literatura, Representação e Cultura.

Orientadora: Profa. Dra. Kenia Maria de Almeida Pereira.

UBERLÂNDIA  
ABRIL/ 2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

M149h      Machado, Célia Maria Borges, 1963-  
2019          História, narração e identidade judaica em “A Gloriosa Família: o tempo dos Flamengos” de Pepetela [recurso eletrônico] / Célia Maria Borges Machado. - 2019.

Orientadora: Kenia Maria de Almeida Pereira.  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários.  
Modo de acesso: Internet.  
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2019.632>  
Inclui bibliografia.

1. Literatura. 2. Literatura angolana - História e crítica. 3. Pepetela, 1941- - Crítica e interpretação. 4. Angola - História - 1641 -1648 - Ficção. I. Pereira, Kenia Maria de Almeida, 1962- (Orient.) II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários. III. Título.

---

CDU: 82

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

CÉLIA MARIA BORGES MACHADO

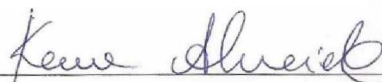
HISTÓRIA, NARRAÇÃO E IDENTIDADE JUDAICA EM "A GLORIOSA  
FAMÍLIA: O TEMPO DOS FLAMENGOS" DE PEPETELA

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa  
de Pós-graduação em Estudos Literários – Cursos de  
Mestrado e Doutorado - do Instituto de Letras e  
Linguística da Universidade Federal de Uberlândia  
como requisito parcial para a obtenção do título de  
Doutor em Estudos Literários.

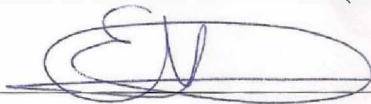
Área de concentração: Estudos Literários.

Linha de Pesquisa 2: Literatura, Representação e  
Cultura.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Kenia Maria de Almeida  
Pereira.



Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Kenia Maria de Almeida Pereira / UFU (Presidente)



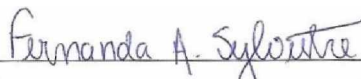
Prof. Dr. Elcio Loureiro Cornelsen / UFMG

Participação por videoconferência

Prof. Dr. João Adalberto Campato Júnior / UAB



Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Enivalda Nunes Freitas e Souza / UFU



Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Fernanda Aquino Sylvestre / UFU

Uberlândia, 23 de abril de 2019

Dedico este trabalho a Felipe, Rodolpho, Odilson e Larissa.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pelo milagre da vida.

A Pepetela, pela Literatura única.

Ao meu esposo, Odilson Rodolpho Machado, pela gratuidade do afeto, pela paciência e pela tolerância, frente às minhas intransigências na lida doméstica durante a pesquisa.

Ao meu filho, Rodolpho Fernando Borges Machado, que, mesmo à distância, sempre me socorreu, trazendo, com leveza e bom humor, a chave certa para abrir a porta dos conhecimentos na área de Tecnologia da Informação.

Ao meu filho, Felipe Henrique Borges Machado, pelas incontáveis vezes em que me ouviu, atenta e gentilmente, conjecturar sobre a pesquisa. A doçura com que me escutou aninhou-me em asas aconchegantes e confortáveis.

À Profa. Dra. Kenia Maria de Almeida Pereira, minha orientadora, pelas valiosas contribuições que me ofereceu ao longo de quatro anos de interlocuções. Sua ética, embebida na leveza e no bom-humor com que conduziu a pesquisa e as orientações, será sempre lembrada de forma terna.

À Profa. Dra. Enivalda Nunes Freitas e Souza e ao Prof. Dr. João Adalberto Campato Jr., membros da banca de exame de qualificação, pelas caras e inestimáveis movências que provocaram em mim e no meu trabalho.

À querida amiga Ilma Monteiro Resende, minha professora e consultora de Língua Inglesa, pela significativa contribuição com o artigo que preparei para apresentação no *African Literature Association* em junho de 2017, na Universidade de Yale, sem cujos trabalhos a minha exposição ficaria apagada.

À querida professora e grande amiga Valdenides Cabral de Araújo Dias, leitora de Pepetela, pela leitura atenta e minuciosa de meu trabalho e pelas trocas e sugestões ricas com que pude contar ao longo da escrita da Tese.

Aos professores, amigos e colegas do PPLET/ILEEL/UFU, pelos ensinamentos compartilhados e pela cumplicidade estabelecida em meio às aflições e angústias inerentes a um processo de doutoramento. Eu terei sempre muito orgulho de tê-los conhecido!

Aos membros do grupo de pesquisa do Laboratório de Estudos Judaicos, pela irrestrita oportunidade de estabelecer diálogos em cada um de nossos encontros.

Às amigas e companheiras de trabalho do Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais – CEMEPE, Flávia Fonseca e Elaine Corsi, pelo incentivo e pelas valiosas reflexões compartilhadas em meio à construção do projeto de pesquisa, que ora se concretiza em Tese.

À Escola Municipal Domingos Pimentel de Ulhôa, principalmente à diretora Fabiana Cardoso Urzeta, pela compreensão, pela torcida e pelo apoio na liberação de minhas atividades docentes.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, pela solicitude e cordialidade.

À Universidade Federal de Uberlândia (UFU), pela oportunidade de cursar o Doutorado em Estudos Literários no Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários do Instituto de Letras e Linguística.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para esta pesquisa.

## RESUMO

O texto aqui apresentado resulta de uma análise da obra *A gloriosa família: o tempo dos flamengos* (1997) do escritor angolano Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos – Pepetela. O romance se inscreve naquilo que os teóricos contemporâneos têm denominado escrita pós-colonial, e retrata os sete anos de domínio holandês em Luanda, de 1641 a 1648, período de guerras e sofrimentos para os habitantes locais. Para refigurar esse passado, o escritor lança mão de uma técnica literária contemporânea, a metaficção historiográfica, pela qual conseguiu construir o discurso do narrador, um escravo mudo e analfabeto, com humor, ironia e muita criatividade. Nossa análise centrou-se na figura desse narrador, nas estratégias discursivas investidas pelo autor para dar corpo ao texto literário e na figuração de personagens, especialmente, judeus presentes na obra. Tais aspectos revelaram-se prática política da Literatura de Pepetela, por meio da qual o escritor confere protagonismo aos sujeitos das margens, e denuncia, por conseguinte, o que a História oficial silenciou ao longo do período de colonização na África: o negligenciamento daqueles que constituíram e construíram as riquezas de sua nação. Uma vez delineado o escopo deste trabalho, focalizamos, no que concerne aos estudos da teoria pós-colonial e da África, principalmente, os seguintes teóricos: Ana Mafalda Leite, Benedict Anderson, Elena Bruggioni, Inocência Mata, João Adalberto Campato Jr., Linda Hutcheon, Thomas Bonnici. No que tange aos estudos sobre narrador e narrativa, enfocamos, mais diretamente, Isaías Carvalho, Walter Benjamin e Silviano Santiago. Para melhor compreendermos questões ligadas ao judaísmo, acionamos Kênia Pereira, Toby Green, Moacyr Scliar, Anita Novinsky e Antonio José Saraiva e Élcio Loureiro Cornelsen. Já ao buscarmos um entendimento mais consistente sobre mito e religião, ancoramo-nos em Mircea Eliade, Virgílio Coelho, Michel de Certeau, dentre outros.

**Palavras-chave:** Pepetela. Literatura. História. Narração. Identidades judaicas.



## ABSTRACT

The text presented here results from an analysis of the work *The Glorious Family* (1997) by the Angolan writer Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos – Pepetela. The novel is inscribed in what contemporary theorists have called postcolonial writing, and depicts the seven years of Dutch rule in Luanda, from 1641 to 1648, a period of wars and suffering for the locals. In order to refigure this past, the writer uses a contemporary literary technique, the Historiographic Metafiction, through which he was able to construct the discourse of the narrator, a mute and illiterate slave, with humor, irony and a lot of creativity. Our analysis focused on the figure of this narrator, the discursive strategies invested by the author to give shape to the literary text and the figuration of characters, especially Jews present in the work. These aspects proved to be a political practice of Pepetela's Literature, whereby the writer gives prominence to the marginalized subjects, and denounces, therefore, what official History silenced throughout the period of colonization in Africa: the neglect towards those who constituted and built the wealth of their nation. Once the scope of this work was delineated, we focused on the following post-colonial and African studies: Ana Mafalda Leite's, Benedict Anderson's, Elena Bruggioni's, Inocência Mata's, João Adalberto Campato Jr's, Linda Hutcheon's, Thomas Bonnicci's. Regarding narrator and narrative studies, we focused more directly on Isaías Carvalho's, Walter Benjamin's and Silviano Santiago's. In order to better understand issues related to Judaism, we worked with the following studies: Kênia Pereira's, Toby Green's, Moacyr Scliar's, Anita Novinsky's, Antonio José Saraiva's and Élcio Loureiro Cornelsen's. With the purpose of building a more consistent understanding of myth and religion, we made use of Mircea Eliade's, Virgílio Coelho's and Michel de Certeau's studies, among others.

Keywords: Pepetela. Literature. History. Narration. Jewish Identities.

## SUMÁRIO

|   |            |
|---|------------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>11</b>  |
| <b>CAPÍTULO 1 - MITO, HISTÓRIA OU FICÇÃO? OS CAMINHOS NARRATIVOS DE UMA GLORIOSA FAMÍLIA EM ANGOLA.....</b>   | <b>18</b>  |
| 1.1 Percursos da memória: o mito e a voz narrativa .....  | 18         |
| 1.2 História e narração: a crítica e os caminhos percorridos para a leitura de <i>A Gloriosa família</i> neste estudo.....  | 30         |
| 1.3 A figuração artística do narrador: o romance e a voz em <i>A Gloriosa família</i> .....   | 45         |
| 1.4 Angola: uma possível pátria judaica? Que caminhos percorreram os judeus até o retorno à palestina? O que Pepetela registra da diáspora judaica no romance <i>A Gloriosa família: o tempo dos Flamengos</i> ?..... | 62         |
| <b>CAPÍTULO 2: PEPETELA: O ESCRITOR, A LITERATURA, O ROMANCE. 90</b>  |            |
| 2.1 O escritor .....  | 90         |
| 2.2 Leituras de Pepetela no Brasil: o olhar da crítica sobre <i>A Gloriosa família: o tempo dos Flamengos</i> .....   | 101        |
| 2.3 O discurso social, a história e a política pelo viés crítico de Cláudio José de Almeida Mello.....  | 110        |
| 2.4 A visada crítica de Wanilda Lima Vidal de Lacerda sobre <i>O olhar de Pepetela sobre Angola</i> .....   | 118        |
| 2.5 A reflexão de Rogério Max Canedo Silva sobre o romance histórico da colonização em estudo comparativo entre romances de Haroldo Maranhão, Pepetela e Antonio Lobo Antunes.....                                    | 122        |
| 2.6 Helaine de Oliveira e suas reflexões sobre O passeio de Esquizo ou as experimentações do silêncio: subjetivações e singularidades na escrita de Ana Maria Gonçalves e Pepetela .....                              | 126        |
| 2.7 Elizabeth Robin Zenkner Brose e <i>A máscara de múltiplas faces</i> na narrativa de Pepetela.....   | 126        |
| <b>CAPÍTULO 3: O narrador.....</b>  | <b>130</b> |

|  |            |
|--|------------|
| 3.1 O narrador nas bordas da história.....   | 130        |
| 3.2 O narrador-personagem como sujeito da História.....  | 132        |
| 3.3 O narrador em cena: um olhar sobre o feminino.....   | 141        |
| 3.4 O discurso do narrador prefigurando a descolonização das ideias .....                                  | 149        |
| <b>CAPÍTULO 4: A diáspora .....</b>  | <b>156</b> |
| 4.1 A diáspora e a experiência do estranho: Inquisição e cristãos-novos em <i>A Gloriosa família</i> ..... | 156        |
| 4.2 Judeus em terras angolanas: Manuel Pereira e Israel Pinheiro.....                                      | 160        |
| 4.3 A Inquisição alcança a África .....  | 173        |
| 4.4 Um embrião da <i>Shoá</i> em Sottomayor? .....   | 177        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>   | <b>182</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>   | <b>187</b> |

## INTRODUÇÃO

Esta seção dá início a minha tese de Doutorado intitulada “História, narração e identidade judaica em ‘A Gloriosa Família: o tempo dos Flamengos’ de Pepetela”.

Essa obra, que possui traços evidentes da pós-colonialidade, cujo discurso inova na representação social, configura-se como lugar de luta social, em que é dada voz aos sujeitos marginalizados, especialmente negros, indígenas, judeus e mulheres, isso é, algumas minorias sociais passam a ter voz e a expressar o seu pensar, suas dores, sua marginalidade e suas agruras, por meio da realçada veia política do autor.

Na obra supracitada, busco analisar evidências estético-retóricas para explicitar, por meio dessas marcas, elementos concernentes à memória de episódios da História da imigração judaica em Angola, os quais carregam um certo matiz de teor testemunhal.

Ao refletir sobre a escrita de textos literários, Deleuze (1997, p. 2) nota que as palavras denotam visões e audições de fatos para os quais é necessário, de acordo com Beckett, “‘perfurar buracos’ na linguagem para ver e ouvir” o que se esconde atrás delas.

São muitos os escritores que buscam o que está escondido nas palavras e, em meio a esse exercício, acabam recriando outros caminhos de “esconde-esconde vocabular”, em que é preciso esburacar a linguagem, com profundidade, para compreendê-la. Ainda de acordo com Deleuze (p. 2), “essas visões, essas audições não são um assunto privado, mas formam as figuras de uma história e de uma geografia incessantemente reinventadas”.

Dito isso, devo registrar, para avançar, que escarafunchar o passado é o fazer do historiador e do cronista. Em estudos sobre o registro historiográfico, Le Goff (2003, p. 126-145) esclarece que o conhecimento do passado precisa se tornar um instrumento de libertação, ou seja, ele deve se transmutar em uma orientação para o futuro. Nesse sentido, surgem as querelas entre o antigo e o novo; entre o moderno e o pós-moderno, o que, por vezes, resulta em de(em)bates. Afirmo isso, pois há aqueles que defendem o moderno como elemento transformador e positivo. Há, por outro lado, outros que demonizam e deploram esse fazer vanguardista. Acerca disso, Le Goff (2003, p. 182) circunstancia que, no século XV, há a imposição da *devotio* moderna na esfera religiosa, o que rompe com os desígnios da escolástica, que, por ser “regressa aos padres, ao ascetismo monárquico

primitivo, purifica as práticas e os sentimentos religiosos e põe em primeiro plano uma religião individual e mística”.

É nesse contexto, entre o antigo e o novo, de religiosidade e de misticismo, que os portugueses, imbuídos do desejo de expansão e de riqueza, avançam os mares africanos, a fim de obter grandes lucros: almas cristãs resgatadas das trevas do paganismo e homens e mulheres passíveis de serem vendidos como escravos para os engenhos de açúcar no Brasil. Esse “ouro negro”, *per si*, já justificaria a empreitada luso-brasileira.

Em estudos sobre o *Ásia* de João de Barros, Luiz Costa Lima identifica um duplo discurso nos registros historiográficos. De um lado, tem-se a justificativa religiosa; de outro, a comercial, que, por sua vez, era sustentada pelo viés cristão. Em carta ao Rei de Portugal, o cronista esmiúça que, de acordo com os estudos de Costa Lima, ao abrir as portas das regiões e províncias africanas, havia muitos milhares de almas presas ao demônio, que deveriam ser resgatadas do inferno. E na esteira do desejo comercial explicitado nos textos, Lima destaca: “ser cristão é ser eleito por Deus, com mais direitos que os outros homens em possuir os bens da terra” (p. 48). Ainda segundo Lima, “toda empresa que prejudicasse gentios e infiéis” deveria ancorar seu discurso nessa premissa (p. 48).

Essa visão dual, de mescla do discurso histórico com o ficcional, fez com que o enfoque da narrativa dos cronistas que cruzaram os mares fosse a investigação tanto de historiadores quanto de ficcionistas. É o que ocorre, por exemplo, com Antonio de Oliveira Cadornega, com sua *História Geral das Guerras Angolanas*. Os historiadores Maria de Deus Beites Manso e Francisco Soares, por sua vez, analisaram as crônicas de Cadornega sob o prisma da ficção. Informações sobre as etnias, os mitos e histórias fabulosas contadas pelo cronista têm um matiz fabular de alto valor. Seguindo esse mesmo viés historiográfico, Artur Carlos Mauricio Pestana dos Santos – Pepetela – volta-se para esses registros, com a perspectiva de encontrar neles o *leitmotiv* para o romance *A Gloriosa Família: o tempo dos Flamengos*, estabelecendo um entrecruzamento do velho com o novo, do antigo com o moderno.

Sinto-me impelida, neste instante, a detalhar que é também pelo viés histórico-literário que teço esta Tese, que é fruto de uma pesquisa que visou a discutir os aspectos histórico, cultural e literário do romance *A Gloriosa família*, de Pepetela. A investigação se deu pela instância do narrador, cuja voz narrativa é um sujeito da margem, que assiste

ou participa dos incursos da História, a partir de seu lugar marginal ou de seu *status quo*, pois se trata de um escravo analfabeto e mudo, que empresta seus ouvidos e sua voz à instância narrativa para dar ciência do fluxo da História.

Essa incipiente problematização de como se deu a investigação proposta neste estudo serve, ousado afirmar, como sustentáculo para que eu avance e esclareça como organizo esta Tese, que é resultante dos meus estudos de Doutorado.

No primeiro capítulo, “Mito, História ou ficção? Os caminhos narrativos de uma gloriosa família em Angola”, apresento um painel teórico dos estudos realizados, que serviram de embasamento para os caminhos percorridos na pesquisa, ou seja, intento contemplar, nesse capítulo, a necessidade de apresentar o norteamento da leitura. Acerca disso, destaco que, como Pepetela inaugura o romance situando o narrador e seus medos dos espíritos presentes nas árvores e das kiandas habitantes da Lagoa do Kinaxixe, opto por acionar Mircea Eliade e sua teoria sobre mitos e os embates existentes entre o Sagrado e o Profano no mundo das religiões, para construir uma melhor compreensão do que, sob minha clivagem, configura-se como um espírito religioso.

Nesse mesmo capítulo, as questões relativas aos textos pós-coloniais também ditam sua importância, uma vez que Pepetela pontua sua ficção com base na oralidade africana, no resgate do passado, nas tensões presentes em território angolano e no respeito à cultura de seu povo e de sua nação.

Ancoro-me, no capítulo inicial, em teóricos como Walter Benjamin, Silviano Santiago, Isaías Carvalho e Hayden White, para compreender, de forma mais pormenorizada, teorias sobre narrador e narração. Esse amparo teórico mostrou-se especialmente relevante, visto que o autor sobreleva figuras das minorias sociais, ou das margens (como escravos, mulheres, negros, mestiços, judeus). Essa inflexão para os desprivilegiados é marcada pela ironia, pelo humor, pela paródia e pelo diálogo com a História, que é personificada na figura de um narrador escravo, mudo e analfabeto.

No segundo capítulo, “Pepetela: o escritor, a Literatura, o romance”, alvitro apresentar um amplo estudo sobre o escritor, situando-o em sua humanidade, sua escrita literária e acenando para a singularidade do romance em estudo. Essa incursão na vida do autor propicia a compreensão de como o homem Pepetela se constituiu, no universo nacional angolano, um militante de esquerda, que fora para o campo de batalha, a fim de ver sua nação livre do jugo colonial europeu.

Nesse mesmo capítulo, problematizo como sua Literatura auferiu boa aceitação e recepção não somente no mundo lusófono, mas em toda a comunidade literária mundial. Discuto, também, como o romance *A Gloriosa família: o tempo dos Flamengos* tem reverberado positivamente nas mais variadas universidades brasileiras.

No terceiro capítulo, “O narrador”, investigo como o narrador, e sua constituição em sujeito ficcional, cria uma infinidade de estratégias para deixar marcada sua presença, a despeito do fato de ser destituído de voz e de identidade. No transcorrer de sua narrativa, devo antecipar, o autor rasura a clássica História inscrita nos registros oficiais, que se “olvidara” de apresentar o indígena e sua cultura em *África*. Nesse capítulo, o narrador postula como se deu o *modus vivendi* em uma Angola pré-colonial e como tal *modus vivendi* redundou no tráfico de escravos, de mulheres e de mestiços. Ademais, enquanto (d)enuncia acerca da região, delineia questões ligadas à religião, aos padres inquisidores e à presença de judeus na Angola do século XVII.

Parece-me relevante adiantar, também, algumas das sustentações teóricas em que me baseei para a construção do referido capítulo. Michel de Certeau e sua obra: *A Fábula Mística - séculos XVI e XVII* possuem destaque pronunciado nessa seção, visto que, da forma que entendo, a filosofia apresentada pelo pensador deixa resvalar muito sobre o narrador de Pepetela. Ana Mafalda Leite, da Universidade de Lisboa, também, foi acionada, visto que a pesquisadora possui um estudo que realça os aspectos inventivos e criativos da instância enunciativa do romance. Tal acionamento teórico configurou-se imprescindível para uma mais apurada interpretação do olhar do narrador sobre as mulheres do romance, cujas impressões traduzem, em boa medida, a figura feminina em *África*.

No quarto e último capítulo, “A Diáspora”, ensejo uma análise das personagens judias em Angola e a presença da Inquisição em *África*. Para embasar minhas reflexões, recorri aos estudos de Kênia Maria de Almeida Pereira, bem como aos escritos de Moacyr Scliar, no ensaio *A Condição Judaica* (1997). Minha fundamentação foi enrobustecida, também, por estudos dos pesquisadores Toby Green, Anita Novinsky, Antônio José Saraiva, Luiz Nazário e Maria José Ferro Tavares, dentre outros.

Após o quarto capítulo, apresento as considerações finais, em que os resultados da pesquisa são discutidos como forma de propor um emolduramento do que foi investigado e sugerir um entendimento humanista e político da pesquisa e da postura

do autor Pepetela. Nas considerações finais, também, sinalizo caminhos que poderei trilhar em estudos vindouros.

Nessa mesma seção, apresento um quadro resumitivo dos estudos empreendidos sobre o romance, destacando, especialmente, o dado mais relevante do trabalho, que foi a identificação de personagens judeus em *A Gloriosa família* e a realização de um auto de fé em Angola, com a condenação e morte de um personagem. Tal aspecto constitui-se como fato inédito desta pesquisa.

Devo aclarar, ainda neste instante introdutório, alguns aspectos gerais que servem como norteadores da compreensão da riqueza da obra em estudo. Na conjunção da pesquisa, engendrei esforços para situar o universo do escritor angolano, suas lutas e o desejo utópico de construir um país e uma sociedade mais fraterna e justa. Assim, tencionei, nesta Tese, discutir elementos literários que são atravessados por marcadores históricos e, assim, nas palavras de Abranches (2009, p. 69) deixar revelar “o caminho das descobertas das múltiplas vertentes da angolanidade, da sua cultura, das suas origens, enfim, como diria Agostinho Neto<sup>1</sup>, ‘da ideia do povo angolano’”.

Essas “descobertas” estão sempre marcadas nas obras de Pepetela, mas, ousou afirmar que, em *A Gloriosa família*, a instância narrativa conduz o leitor com maestria em meandros que assinalam a possibilidade de se aprender muitos elementos históricos por meio da Literatura.

A instância narrativa do romance, figurada como um escravo, mudo e analfabeto, ou seja, alguém cuja identidade é invisível no universo romanescos, representa um povo marcado pela opressão, e resgata da História as diferentes etnias subjugadas pelo europeu e, também, por seus semelhantes. Dito de outra forma, esse narrador nasce no reino de Matamba sob a marca de cativo da rainha Jinga e mais tarde torna-se escravo do flamengo Van Dum.

A riqueza do romance *A Gloriosa família: o tempo dos Flamengos* está na diversidade de temas enunciados pelo narrador tais como: as múltiplas identidades em destaque no romance, quais sejam, a angolana, a flamenga, a portuguesa, a hebreia, dentre outras, bem como a questão dos escravos e a escravidão em *África*, a mulher no universo africano e a Inquisição. Dentre as temáticas apresentadas, optei por estudar, mais

---

<sup>1</sup> Médico, escritor e membro do Movimento Popular para Libertação de Angola, Agostinho Neto foi o primeiro Presidente da República Democrática de Angola. Sua proclamação como presidente se deu em 11 de novembro de 1975. Disponível em: <http://www.agostinhoneto.org/index.php>. Acesso em 6 jan. 2019.



detidamente, a identidade judaica, a Inquisição, a instância narrativa e a figura do escritor Pepetela, um intelectual com destaque merecido no universo ficcional, literário e acadêmico do mundo ocidental.

Tendo definido quais temáticas abordar de forma mais pormenorizada, delineei como objetivo geral realizar um estudo crítico dos elementos constitutivos da ficção de Pepetela, especialmente do romance *A Gloriosa Família: o tempo dos Flamengos*, enfocando as vozes do sujeito marginal, cuja representação maior está na instância narrativa. Almejei, com esse estudo crítico, contribuir para a ampliação dos estudos sobre a Literatura fundada no discurso oficial da História. E, para complementar essas ideias, busquei discutir e apontar elementos do romance em análise que possibilitassem uma nova re-visão da História, uma vez que conteúdos sombrios ou inglórios, silenciados pelos discursos oficiais, estão em evidência, nebulando o caráter revelador da ficção.

Cumpré registrar que, no que se refere à natureza do trabalho, tem-se uma pesquisa de cunho empírico, com interpretação crítica. Essa opção baseia-se no fato de ter sido utilizado um corpus para examinar as possibilidades de formalização teórica das evidências discursivas percebidas na obra *A Gloriosa família: o tempo dos Flamengos*. A partir desse exame, foi realizado um registro crítico dessas manifestações discursivas, representativas da imigração judaica em Angola e sua referência aos elementos da diáspora, da Inquisição portuguesa em terras africanas e da possibilidade de se identificar, nesse aspecto, um embrião da Shoah<sup>2</sup>.

Ampliando o universo investigativo, analisei e descrevi os aspectos relativos às lutas internas no período pré-colonial no interior de Angola, especialmente aquelas relativas ao comércio de escravos enunciadas no romance em questão, tentando evidenciar as marcas que qualificam o romance como narrativa ficcional de caráter histórico, considerando, também, o efeito estético e ético do romance em questão.

Ensejando um fim para esta seção introdutória, devo destacar a criatividade imaginativa de Pepetela, especialmente no que tange à cultura angolana. Ademais, destacam-se, também, seus registros, ancorados na oralidade, que visam a resgatar povos, etnias, tradições e costumes de um povo, cujas ações, obliteradas na História oficial, alçam Angola a um novo patamar histórico. Com tal ação, o autor constrói um grande

---

2 O Termo “Shoah” ou Holocausto refere-se à prática de extermínio dos judeus durante a Segunda Guerra Mundial, resultada do antissemitismo de Hitler que configurou um genocídio do povo hebreu, resultando em mais de seis milhões de mortos.

mural que representa o modo de constituição de sua pátria ao longo de todo o processo de formação, enunciando que, ainda, que ele vasculhe os mais diversos espaços e tempos históricos para compor seus textos, nunca estará concluído.

## CAPÍTULO 1 - MITO, HISTÓRIA OU FICÇÃO? OS CAMINHOS NARRATIVOS DE UMA GLORIOSA FAMÍLIA EM ANGOLA

**A história não leva em conta os povos estéreis.**  
Mircea Eliade<sup>3</sup>.

### 1.1 Percursos da memória: o mito e a voz narrativa

Em Pepetela (1999, p. 45-46), lê-se: “Passamos pela lagoa. Sempre desassossegado, não só por causa dos leões, mas porque havia espíritos seculares em cima das árvores e porque nas águas, apesar de escassas, corriam imprevisíveis kiandas” [...]. Conforme pode ser percebido, as sereias e os espíritos seculares amedrontam o narrador do romance *A Gloriosa família: o tempo dos Flamengos*, de Pepetela, que acompanha Baltazar Van Dum, colono flamengo vivendo da exploração de escravos em Luanda, no começo da colonização portuguesa. No fragmento supracitado, o narrador relata o momento em que ele, escravo do colono, e seu dono passam à beira da Lagoa do Kinaxixi, noite avançada, após uma tarde de bebedeiras de Van Dum em uma bodega da cidade.

O romance é ambientado na primeira metade do século XVII, início da colonização portuguesa na África, quando Luanda enfrentava também a invasão holandesa. Ciente dos perigos materiais que habitavam a região, leões e onças que abeiravam a lagoa em busca de alimento, ou, nas palavras de Pepetela (p. 45), “os antílopes que lá iam para beber”, o escravo sente-se ameaçado pelos “espíritos seculares” (p. 45) habitantes das árvores e pelas kiandas, seres extraordinários das águas.

Detentoras de longos e encaracolados cabelos, seios preponderantes e características humanas até a genitália, sendo que a partir da região sexual assemelham-se a peixes, dada a barbatana caudal, as Kiandas<sup>4</sup> são seres míticos que, de acordo com o imaginário popular, habitam as águas da Lagoa do Kinaxixi, em Luanda, capital de

---

3 ELIADE, Mircea. In: Camões e Eminescrau, 57-58

4 Remeto o leitor para o romance: “O desejo de Kianda”, de Pepetela, publicado em 1995, no qual o autor conta sua lenda.

Angola. Com tais características, têm parentesco com as sereias da cultura ocidental e também com Iemanjá<sup>5</sup>, a deusa das águas do mar no Brasil.

Estudos antropológicos apresentam as kiandas como seres do imaginário cultural kimbundu<sup>6</sup>, cujas representações têm sido resgatadas pelas artes de um modo geral: na pintura, na escultura, na Literatura, na música e até mesmo na publicidade, encontram-se registros dessas representações. Os estudos realizados até aqui assinalam para o fato de se tratar de um mito fundador, cujas representações centram-se na identidade nacional e cultural angolanas, com apreensões conceituais de caráter histórico, religioso e cultural.

Para avançar nessa temática, aciono o mitólogo Mircea Eliade, para o qual o homem das sociedades primitivas tem uma relação especial com a natureza, e, por isso, atribui caráter sagrado a vários elementos dela pertencentes. Assim, a água, a terra, o sol, o solo, a lua, as árvores e os animais adquirem determinado valor e temor dependendo da relação estabelecida com esse homem.

Em estudo sobre a obra *Das Heilige* de Rudolf Otto, Eliade (1992, p. 12) observa que o estudioso buscou aclarar o caráter específico da experiência terrífica e irracional com o sagrado, isto é, o contato com a manifestação do Deus Vivo, no espírito de um crente. Para ele, tal manifestação ocorre por meio da cólera divina, por meio do poder terrível, e não por uma ideia, uma noção abstrata ou uma simples alegoria moral. Eliade (p. 12) esclarece, também, que o sentimento de pavor diante do sagrado origina-se no *mysterium fascinans*, em que a situação apavorante se expande pela “perfeita plenitude do ser”.

Ainda de acordo com Eliade (p. 12), Rudolf Otto designa “todas essas experiências como numinosas (do latim *numen* – ‘deus’) porque elas são provocadas pela revelação de um aspecto do poder divino” (p. 12) e para Rudolf, o numinoso figuraria singularmente como qualquer coisa do *ganz andere*, sendo uma experiência radical e

---

5 O seu nome tem origem nos termos do idioma Yorubá “Yèyè omo ejá”, que significam “Mãe cujos filhos são como peixes”. Mãe-d’água dos “Torubatanos no Daomé”, de “orixá” fluvial africano passou a marítimo no Norte do Brasil. No Brasil, a deusa Iemanjá recebe diferentes nomes, dentre eles: Dandalunda, Inaé, Ísis, Janaína, Marabô, Maria, Mucunã, Princesa de Aiocá, Princesa do Mar, Rainha do Mar, Sereia do Mar, etc. Disponível em: <https://africadoladodeka.wordpress.com/2014/06/10/deuses-africanos>. Acesso em 23 ago. 2018.

6 “AkwaKimbundu” é como se autodenominam os povos que atualmente habitam as regiões de Luanda, Bengo, Cuanza Norte, Cuanza Sul e Malanje. Em “kimbundu”, “Akwa” quer dizer “os”, “os de”, “os pertencentes a”, e que, junto à palavra “kimbundu”, quer dizer “os falantes do Kimbundu”, “os do Kimbundu” ou ainda “os pertencentes ao Kimbundu.” Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n95/1806-9053-rbcsoc-3295142017.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2018.

totalmente diferente, não se assemelhando a nada de humano ou cósmico. Em relação ao *ganz andere*, Eliade (p. 12) esclarece que “o homem tem o sentimento de sua profunda nulidade, o sentimento de ‘não ser mais do que uma criatura’, ou seja, segundo os termos com que Abraão se dirigiu ao Senhor, em Gênesis (18:27), de não ser “senão cinza e pó”.

Para nomear o caráter sagrado da manifestação numinosa ao homem, Eliade faz uso do termo *hierofania*. As hierofanias se dão como eventos absolutamente diferentes dos experimentados no mundo profano. Para Eliade (p.13), “a manifestação do sagrado num objeto qualquer [...] não é contínua” e, assim, nem mesmo a hierofania suprema para um cristão – a encarnação de Deus em Jesus Cristo – não apresenta tal possibilidade. E nesse sentido, “encontramo-nos diante do mesmo ato misterioso: a manifestação de algo ‘de ordem diferente’ – de uma realidade que não pertence ao nosso mundo – em objetos que fazem parte integrante do nosso mundo ‘natural’, ‘profano’”. Isso posto, afirmo, para prosseguir, que os elementos da natureza elevados à sacralidade pelo crente revelam-se como hierofanias. Assim, conforme aponta Eliade (p. 13), “a pedra sagrada, as árvores sagradas não são adoradas como pedra ou como árvore, mas justamente porque são hierofanias, ‘revelam’ algo que já não é nem pedra, nem árvore, mas o sagrado, o *ganz andere*”.

Nessa perspectiva, o personagem escravo narrador do romance *A Gloriosa família: o tempo dos Flamengos* carrega consigo o caráter sagrado do mito, o *ganz andere*. Isso é percebido porque ele se apresenta como um espírito religioso, ou seja, um crente, enquanto se apresenta amedrontado pelos seres presentes nas árvores próximas ao lago do Kinaxixe e pelas kiandas habitantes de suas águas. É um homem que vive à sombra de seu dono, o glorioso Baltazar Van Dum, a quem guarda e protege em suas andanças, zelando pela sua segurança. Dito de outra forma, encontra-se imerso em um mundo profano, porém, preso às suas crenças, abeira-se da lagoa, mas caminha afastando-se dos perigos presentes nas águas e nas árvores.

Ratifica-se, portanto, o pensamento de Eliade sobre a prevalência do *ganz andere* no espírito dos povos tradicionais. Embora pouco mencionado pelo mitólogo, uma vez que seus estudos sobre mitos não avançam para as sociedades africanas, os primeiros europeus que lá chegaram, para estabelecer comércio e exploração, observaram um espírito religioso em várias comunidades. A esse respeito, Person (2010, p. 343-344) relata que os portugueses encontraram nas comunidades costeiras da África Austral, uma

base religiosa comum, que era a adoração de ídolos talhados em madeira e uma divindade principal denominada *Kru*. Notaram, também, o culto aos mortos, pois as comunidades tinham como hábito fazer-se um memento<sup>7</sup> de todos os que morriam, ou seja, as populações embalsamavam os mortos antes de sepultá-los. “Se é um notável, esculpe-se um ídolo parecido com ele; se é homem comum ou escravo, a figura é feita de madeira e posta numa casa coberta de palha. Sacrificam-se-lhe anualmente galinhas e bodes”.

Situando historicamente o estudo sobre mitos e lendas africanas, observa-se que esses “seres extraordinários” estão ancorados na tradição oral, cujos discursos remontam à origem do mundo, configurando informações relativas às migrações e à fixação dos povos Kimbundu nas terras altas, entre vales e florestas que circundam o rio Lukala<sup>8</sup>.

Segundo Mircea Eliade, em estudo sobre mitos e sacralidade, o espaço não é homogêneo para o homem religioso e, assim, ele apresenta roturas e quebras, de forma que alguns são qualitativamente diferentes de outros. Um exemplo que ratifica essa forma de conceber o espaço está no livro do Êxodo, quando da manifestação do Deus onipotente a Moisés, quando aquele diz a este que não se aproxime do local em que Ele se encontra, e ordena: “tira as sandálias de teus pés, porque o lugar onde te encontras é uma terra santa”. (ÊXODO, 3: 5 *apud* ELIADE, 1992. p. 17).

Eliade (1992, p. 17) procura esclarecer que a “experiência religiosa da não-homogeneidade do espaço constitui uma experiência primordial, que corresponde a uma “fundação do mundo”. Para ele, a rotura constituída no espaço é que vai permitir a constituição do mundo, pois é “ela que descobre o ‘ponto fixo’, o eixo central de toda a orientação futura. [...] A manifestação do sagrado funda ontologicamente o mundo” (p. 17). O autor acrescenta, também, que “a hierofania revela um ‘ponto fixo’ absoluto, um ‘Centro’” (p. 17).

Antes de avançar, registro que a pesquisa de Virgílio Coelho revela que os primeiros habitantes de Luanda pertenciam à linhagem dos povos Bantos, que para lá se

---

7 Memento: objeto que recorda algo ou alguém; recordação ou lembrança. Esta é a descrição mais antiga dos ritos religiosos e funerários dos povos da Costa; as estatuetas a que se referem são os *nomoli* ou *pomta* (no singular, *pomdo*), talhados em esteatita, pedra maleável, e atualmente encontrados nas sepulturas antigas, da República Popular Revolucionária da Guiné e da República de Serra Leoa. (PERSON, 2010, p. 343-344)

8 O rio *Lukala* fica em Angola sendo um afluente do rio *Kwanza* e atravessa as províncias do *Uíge*, *Malanje* e *Kwanza Norte*. É um rio considerado importante porque além de guardar inestimável beleza, guarda as admiráveis Quedas de *Kalandula*. (Cf.:

<https://www.flickr.com/photos/94723129@N08/8641560848>. Acesso em 20 jun. 2018)

dirigiram guiados por um chefe denominado *kilàmbà*, detentor dos poderes diversos, pois ele carregava consigo a matriz ancestral, o que lhe conferia poder político e religioso, caracterizando-se, assim, como um patriarca, dada a sua ancestralidade e também como um exorcista, um médico da terra, dados os seus atributos espirituais e sua função.

De acordo com Coelho (1998, p. 189), essas populações “oriundas das terras situadas a leste do rio Kwangu, atravessaram-no em um local denominado Kazanga *ni Lunda* e, depois de terem caminhado por longo tempo, chegaram a uma baixa muito próxima do rio Lukala, onde procuraram um local aprazível para se fixarem”. Entretanto, para que pudessem permanecer naquele local, seria necessário que se estabelecesse um pacto com os “gênios locais” e, por essa razão, foi firmado um contrato, por meio do qual determinou-se que os recursos da terra, dos rios, dos lagos e lagoas deveriam ser usados de modo criterioso e racional.

A condição precípua de permanência foi cumprida: o pacto foi firmado e, em meio ao acelerar do tempo, a esposa do chefe comunitário engravida. Porém, ao longo de toda a sua gravidez, a gestante desejava alimentar-se unicamente de peixes. Isso pôs fim ao cardume do rio Lukala, que, em sua constituição, também representava um “gênio local” e, por conseguinte, os peixes que ali permaneciam eram considerados seus filhos. Ao verificar que algumas normas pactuadas haviam sido descumpridas, “Lukala, o ‘gênio e senhor da natureza’, decidiu que o filho que nascesse daquele parto passaria a viver consigo nas águas que constituíam o seu próprio seio” (p.189). Tendo sido atendido, iniciou-se um período de harmonia e paz. Porém, devo pontuar, que as comunidades passaram a prestar culto anual aos “gênios do lugar” em forma de gratidão e atenção aos valores adquiridos no passado.

Cria-se, assim, uma hierofania. O rio adquire atributos de sagrado e passa a gestar a vida dos habitantes ribeirinhos, representando o que Eliade (1992, p. 21) chama de “o real por excelência”, já que era, ao mesmo tempo, símbolo de “poder, eficiência, fonte de vida e fecundidade”. Para o pesquisador, “O desejo do homem religioso de viver no sagrado equivale, de fato, ao desejo de se situar na realidade objetiva, de não se deixar paralisar pela relatividade, sem fim das experiências puramente subjetivas, de viver num mundo real e eficiente – e não numa ilusão” (p. 21). Para ele, a despeito de se comportar como um sujeito do mundo profano, o homem das sociedades tradicionais é um *homo religiosus*. Tais observações levam Eliade a referendar a necessidade de haver estudos

em várias frentes: filosóficas, antropológicas, psicológicas e fenomenológicas. Nessa via, percebo, também, a necessidade de haver estudos literários.

Em seu estudo, o mitólogo percebe muito mais similaridades do que distanciamentos no comportamento dos caçadores nômades e dos agricultores sedentários. Afirmo isso, com base em Eliade (1992, p. 16), em que o estudioso registra que “tanto uns como outros vivem num Cosmos sacralizado; uns como outros participam de uma sacralidade cósmica, que se manifesta tanto no mundo animal como no mundo vegetal”.

O caráter religioso do mito das Kiandas revela que elas são seres criados por Deus. Ao traduzir as reflexões de um texto oral de tradição Kimbundu para a Língua Portuguesa, Coelho (1998) informa que se trata de um “mito-cosmo-antropológico”, ou o “Mito da criação do mundo”. Sobre essa noção, Coelho (p. 192) postula que

Nzàmbi depois de ter criado a terra (ixi) e o sol (mwányà), a água (ményà) e o fogo (jikú), deu forma ao homem e à mulher utilizando estes dois últimos elementos. Ao casal primordial a transcendência divina chamou-lhes de Sàmbà e Máwèzè. Estes tiveram uma grande progénie de ambos os sexos. Sendo irmãos, não poderiam casar nem fazer sexo. Isso fez com que, depois de acordado com os progenitores, Nzàmbi se decidisse a purificá-los. Para tanto, os filhos do casal deveriam na madrugada seguinte atravessar o rio Kwànzà. Chegada a hora aprazada, apenas dois dos irmãos acordaram ao canto do galo e cumpriram com o estipulado, isto é, atravessar o rio. Quando chegaram no outro extremo estavam completamente esbranquiçados e transformados em “seres maravilhosos”, e Nzàmbi atribuiu-lhes os nomes de Mpèmbà e Ndèlè. Decidiu ainda que, doravante, estes deveriam passar a viver nesse mundo que alcançaram, isto é, o mundo harmonioso das águas, da humanidade, do brilho, da brancura e da felicidade absoluta. Os outros irmãos que não cumpriram com a ordem estipulada passaram a viver definitivamente na terra, com os seus problemas e angústias.

Instigante se faz notar que nesse evento está a matriz religiosa do narrador de Pepetela. Embora situado num tempo histórico muito além da criação da hierofania, o narrador carrega consigo as rememorações míticas de seus ancestrais e busca se afastar do terrífico, do numinoso, para se resguardar de qualquer evento trágico. Seus registros e lembranças estão ancorados em um universo simbólico rico de imagens, que lhe possibilitará viver na invisibilidade, que lhe é conferida no ambiente romanesco e que lhe é muito propícia, pois permitirá que ele leve adiante seu propósito imaginativo. Refiro-me, devo esclarecer, à possibilidade de relatar o que ouve e vivencia, no que tange às



invasões africanas pelos europeus, focalizando traços de ganância, sinais de exploração, gestos de preconceito e postura de animosidade social do invasor em solo angolano.

Nesse sentido, ele se encontra em uma situação confortável para observar, criar e recriar uma realidade capaz de ampliar esse mesmo mundo, traduzindo um registro para além da História. Ao se perceber como um sujeito privilegiado nesse ambiente, coloca-se no papel de cronista, de fabulador para, assim, converter os fatos em registro histórico, o que faz sob a égide da oralidade. Isso posto, o autor vale-se da imaginação para registrar os eventos e, consciente de seu papel naquele contexto, ousa postular: “um escravo não tem direitos, não tem nenhuma liberdade. Apenas uma coisa não lhe pode amarrar: a imaginação. Sirvo-me sempre dela para completar relatos que me são sonegados, tapando os vazios” (PEPETELA, 1999, p. 14).

No imo de estudos sobre “Imagens e Símbolos”, ensejando uma reflexão sobre a temática “imaginação”, Mircea Eliade afirma que a imaginação é elemento constitutivo do homem, tal qual o é a vida diurna e as atividades práticas. Avançando em suas análises, diz que “a imaginação revela estruturas do real, inacessíveis quer à experiência dos sentidos quer ao pensamento racional” (ELIADE, 1979, p. 8). Isso implica afirmar que, para o autor supracitado, “o símbolo, o mito, a imagem, pertencem à substância da vida espiritual, que se pode camuflá-los, mutilá-los, degradá-los, mas que nunca se poderá extirpá-los”. Eliade (p. 12) defende ainda que “valeria a pena estudar a sobrevivência dos grandes mitos ao longo de todo o século XIX”, já que nesses meandros, “ver-se-ia como humildes, apoucados, condenados a mudar permanentemente de aparência, resistiram a essa hibernação, graças principalmente à Literatura” (p. 12).

E é nesse universo que Virgílio Coelho adentra para analisar as ocorrências mítico-narrativas do mito de fundação angolano. Para tanto, propõe aliciente interpretação. Segundo ele, os gênios da natureza, criados por *Nzambi* – Deus – tem um caráter humano, apresentam-se nos dois sexos, podendo ser homem ou mulher, e recebem uma designação geral, “cuja frequência na utilização está dependente das populações e das áreas regionais onde estes seres estão disseminados como elementos integrantes da cultura dos povos que os criou, idealizou ou modelou através das crenças, tradições e do seu modo de vida” (COELHO, 1998, p.192). Nessa via, *kiximbi*, *kítutà* e *kyàndà* são denominações recebidas, e sua utilização depende da região em que são empregadas.

Detentores de vida própria, esses “gênios da natureza”, a partir do olhar dos sujeitos que os percebem nas comunidades, apresentam-se de forma humana. Instados a caracterizar tais personagens, aqueles que os viram apresentam visões coadunantes: são seres de cor branca, alva ou cristalina, que surgem envoltos em longos cabelos brancos, cercados de cintilações de luz e milhares de pontos luminosos, acrescidos de sons vibrantes e envolventes, sendo conduzidos por ventos ruidosos e redemoinhos. Além das águas dos mares, rios, lagos e lagoas, esses seres extraordinários podem também habitar lugares úmidos, florestas e montanhas. Em aparições aos humanos, podem solicitar algo a seu interlocutor e simplesmente desaparecer.

Como seres de fantástico poder, essas criaturas luminosas podem, também, metamorfosear-se em peixes, cobras ou crocodilos. Ademais, elas conseguem ser transportadas por grandes animais, elefantes, hipopótamos ou javalis, que vivem nas águas, o que é geralmente mais comum quando se aproximam das suas margens. Podem, ainda, lançar mão dos imbondeiros, conhecidos popularmente como as árvores dos “gênios”, para se refugiarem. No imaginário popular, esses “gênios” choram ou sangram quando as árvores são cortadas.

É válido registrar, também, que no panteão *kimbùndù*, as kiandas estão ligadas à fecundidade da mulher e, assim, interferem na concepção, ou seja, podem, por exemplo, propiciar o nascimento de crianças gêmeas e, dependendo das características apresentadas no nascimento, desferir atributos predestinativos. Nesse sentido, conforme aponta Coelho (p. 194), são “autênticos videntes capazes de prever todos os males e todos os problemas susceptíveis de molestar a comunidade”.

Em relação aos aspectos culturais, Virgílio Coelho aponta alguns elementos distintivos do modo de ver e viver das culturas tradicionais em Angola hoje. Para ele, as comunidades rurais procedem de forma mais coerente aos valores da tradição e, por isso, possuem conhecimentos mais adequados àqueles com os quais se identificam, ou seja, comportam-se com mais fidelidade e respeito aos mitos fundadores. Já nas comunidades urbanas, tais conhecimentos têm se afastado do caráter tradicional e, por esse motivo, têm sido traduzidos de forma incoerente, confusa e até com certo menosprezo, uma vez que os habitantes de territórios urbanos desconhecem o caráter original do mito. Segundo o teórico, muitos habitantes da capital angolana, especialmente os mais jovens,

desconhecem a existência da Lagoa do Kinaxixi em Luanda. Em certa medida, o texto de Virgílio Coelho parece lamentar o desaparecimento das tradições.

Sobre o sumiço da Lagoa e, consequentemente, da memória do que ela representa para as comunidades tradicionais, Coelho (p. 196) pondera: “muito poucas pessoas que habitam na cidade de Luanda, sobretudo aquelas que vivem no seu centro, isto é, no atual município da Ingombota, não terão ouvido falar da ‘cacimba’ ou ‘Lagoa do Kinaxixi’ que nela habita”. Seus apontamentos críticos citam ainda os organismos de imprensa e seus representantes que muito escreveram sobre coisas inverossímeis ocorridas em suas águas. Também ressalta os diferentes conhecimentos acerca da lagoa advindos de uma pessoa mais velha e de alguém mais jovem.

No seu entendimento, a mais velha dirá ter habitado ali um “ser extraordinário”, uma kianda, que merecia respeito e ser agradada pelos habitantes, com prendas diversas: açúcar mascavo, pedaços de cana de açúcar; frutas também açucaradas como banana, laranja, maçã; frutos secos: passas, amendoim, figos; pedaços de queijo, de coco; bolinhos secos, bebidas adocicadas das quais ela gosta. Essa pessoa também ditaria premonições acerca de um prédio erguido no local da lagoa, uma vez que não foram adotados procedimentos requeridos pela tradição antes de construí-lo. Percebe-se, assim, que o sujeito mais velho contempla na memória o pacto que os primeiros habitantes do local, de tradição *kimbùndù*, estabeleceram com as kiandas quando ali se instalaram.

O jovem morador de Luanda ou o recém-chegado à cidade, segundo Virgílio, não compartilhará das mesmas memórias e dirá que ali habitou uma “sereia”. Para o teórico, essa aceção, mesmo se aproximando dos conhecimentos veiculados nas comunidades urbanas, não se reveste do aporte fundamental sobre o assunto. Seus conhecimentos enfocarão os fatos que ouvira, isto é, que “na Lagoa do Kinaxixi vive uma sereia chamada ‘Kianda’, cuja aparência se aproxima do peixe, pois ela porta uma “barbatana caudal” (p. 196).

Virgílio Coelho cita ainda um histórico de textos literários cujos temas são as kiandas. Seu olhar crítico aponta incoerências de caráter conceitual e cultural-antropológico acerca desses “seres extraordinários”, até mesmo dos intelectuais compositores de textos literários, jovens e consagrados escritores angolanos<sup>9</sup>.

---

9 O antropólogo cita os seguintes escritores: Nda Lusolo e Miguel Domingos Júnior (jovens escritores); Manuel Rui (escritor já consagrado de acordo com Virgílio); Maria Eugênia Neto; Óscar Ribas (a quem o ensaísta tece críticas construtivas, aliás, o único com quem Virgílio Coelho concorda). Devo pontuar que

Dentre a plêiade de autores elencados, o estudioso está de acordo com Óskar Ribas, escritor que, segundo Coelho, é senhor de grande erudição e conhecimento da tradição *Kimbùndù*. Em sua trilogia intitulada *Misoso. Literatura Tradicional Angolana*, o autor apresenta o texto *Sereia*, cujas formulações estético-culturais se ancoram nos conhecimentos dos primeiros habitantes luandenses, que carregam consigo a imagem dos “seres extraordinários” habitantes da lagoa do *Kinaxixi* como seres de luz, refutando a imagem feminina similar às sereias do mundo ocidental. Segundo Coelho, Ribas aponta o texto como pertencente à Literatura oral, popular, de tradição angolana.

Esclareço que, em que pesem as críticas de Virgílio Coelho ao título proposto por Óskar Ribas, para aquele autor, as conotações relativas ao “ser extraordinário”, apresentadas por este escritor, são compreendidas tais quais as do mito original, ou seja, um ser de luz radiante, detentor de poder, que surge em meio a ventos e sons distintivos de sua figuração. Nesse sentido, o teórico atenua suas críticas a Óscar Ribas, pois concebe o termo “sereia” como o mais adequado à formulação e à compreensão textual.

Retornando à cena apresentada no início deste estudo, observa-se que o medo do narrador escravo do romance, *A Gloriosa família: o tempo dos Flamengos*, de Pepetela, está no fato de ele ter ciência da existência das kiandas habitantes da lagoa do Kinaxixi e de seus poderes sobrenaturais. Abeirando-se da lagoa tarde da noite, estaria se aproximando de uma possível aparição e de uma demanda, a qual não gostaria de cumprir. Por sua vez, o Flamengo não temia os seres extraordinários da cacimba por não pertencer ao universo cultural angolano, mesmo porque ele estava na região com o único e firme propósito de enriquecer, negociando “peças”, ou seja, homens e mulheres capturados no imenso território angolano e enviados para o Brasil, para o trabalho escravo nos engenhos de açúcar.

Em *Camões e Eminescu*, Eliade (2000, p. 64) reflete sobre o “gênio criador latino” que habita o imaginário desses dois grandes poetas. Em suas apreciações críticas, o autor afirma que “Camões enriqueceu o mundo latino com paisagens marítimas, com flores estranhas, com belezas exóticas. Eminescu enriqueceu o mesmo mundo com uma novidade geográfica, a Dácia, e com novos mitos” (p. 64). E, em via semelhante, compreendo que Pepetela enriqueceu e enriquece a “Última flor do Lácio”, com seus

---

Pepetela publicou, em 1995, um romance sobre o tema, cujo título é: “O desejo de Kianda”. Não identifiquei, durante minhas pesquisas, crítica alguma de Virgílio Coelho a esse romance.

mitos e geografias africanas pertencentes a todos nós, herdeiros da cultura lusa, ao apresentar, também, novidades encantadoras e plenas de um universo simbólico capaz de capturar diferentes subjetividades.

Antes de avançar, parece-me relevante afirmar que, como Pepetela era leitor dos mitos greco-romanos, dos clássicos da Literatura ocidental, dos grandes escritores portugueses e brasileiros, ele consegue capturar cenas do imaginário popular africano, presentes na oralidade de seu povo. Ao refigurá-las, como fizeram os grandes poetas e prosadores, Pepetela segue vias antes percorridas por Camões, que valorizou artisticamente elementos que haviam sido considerados desinteressantes. Assim, inaugura-se a possibilidade de haver a contemplação de “paisagens bárbaras, plantas exóticas e curiosidades etnográficas”, conforme aponta Eliade (p. 61-62). Essa inflexão para o inexplorado serve como valiosa contribuição para a modificação do universo mental do leitor contemporâneo. Dito de outra forma, Pepetela agiganta o universo cultural dos povos pós-colonizados. Seu gênio criativo abarca certa grandeza de temas e culturas, os quais têm possibilitado retirar a venda dos olhos de uma multidão, que se mostrava sedenta de desejos, de conhecimento e de luta.

Imbuído de uma forma única de (d)enunciar, o escritor tem galgado um espaço privilegiado nas academias e no mundo editorial. Em meio a essa inscrição autoral em temas pouco explorados anteriormente, merece destaque a atenção conferida por ele às águas. No conjunto de sua obra, é notável uma referência mitopoética ao mundo aquático em *Lueji: o nascimento de um Império* (1989), *O desejo de Kianda* (1995), *A Gloriosa família: o tempo dos Flamengos* (1997) e em *A montanha de Água Lilás* (2000). Devo aclarar, para prosseguir, o porquê de haver essa fecundidade aquífera nos romances de Pepetela: esse incólume elemento da natureza possui significação substancial no imaginário cultural africano, por estar associado aos ciclos vitais e, nesse aspecto, aos elementos de renovação e de purificação.

Sob o tecido de muitos rituais religiosos, tanto no âmbito cristão-católico, quanto no contexto de religiões de matriz africana, a água representa a purificação ou mesmo a renovação, como é o caso do batismo para os cristãos. No romance eleito para estudo, percebe-se que a água serve de habitação dos seres extraordinários que interferem na vida cotidiana dos habitantes locais e configura-se, também, como um elemento renovador.

Detentor de um grande saber cultural, o narrador que tece o novo da história e ressalta, como pano de fundo, a História social e política de Angola conhece os segredos das águas do Kinaxixi. Ele não ousa enfrentá-las, sequer olhá-las, pois sabe que nelas “corriam imprevisíveis kiandas” (PEPETELA, 1999, p.46). Assim, temendo-as, volta o rosto para o outro lado. Impressionado e amedrontado, afirma: “Claro que à superfície da lagoa havia luzes e fosforescências estranhas, e as hastes finas dos papiros se inclinavam em posições anormais, como sopradas por ventos fantasmagóricos”. E, ainda que por ali passasse constantemente, reitera que “não dava para habituar, estava dentro de mim temer os inquietos espíritos das lagoas, pouco impressionáveis por rezas católicas” (p.46).

Comungo com o teórico Silviano Santiago o princípio de que nem sempre é possível modificar a concepção geográfica que o homem tem do mundo, mas é possível promover uma operação visual promotora de um “desequilíbrio positivo e fecundo nos alicerces do homem e da sociedade que descobrem, [pois] serve ele antes para que o desbravador reproduza – em outro lugar – os conflitos e impasses político-sociais e econômicos da sua sociedade, sob a forma básica de ocupação” (SANTIAGO, 1982, p. 13).

Esse é, grosso modo, o mote das reflexões de Santiago, que se dedica a problemáticas como a dominação do homem europeu ao autóctone americano. Seu universo reflexivo é o do “beco-sem-saída”, das denominadas “guerras santas” registradas na Europa, as quais opuseram católicos, luteranos, calvinistas que estavam imersos na quebra da unidade da Igreja, enquanto imprimiam seus valores e doutrinas aos povos dos espaços dominados, estabelecendo, assim, o “padrão cultural da colonização” (SANTIAGO, 1982, p. 13).

Coadunando com a perspectiva de Santiago, Pepetela apresenta-se como um ilustre representante desse elemento renovador. As águas da lagoa do Kinaxixi, mantenedoras das kiandas, que assustam os homens da Terra<sup>10</sup>, guardam segredos, e o narrador do romance sabe que são elas as guardiãs da sabedoria angolana, pois, alegoricamente, representam a criação do universo, da renovação e do equilíbrio cósmico. Aproximar-se dos seus habitantes fantásticos poderá trazer novas demandas e exigências que esse narrador não deseja enfrentar. Desse modo, opta por permanecer com suas

---

10 A utilização da letra maiúscula para o substantivo “terra” visa a singularizar o espaço citado, referindo-se, portanto, à Luanda-Angola, no período pré-colonial.

crenças e hábitos perenes, alocados em seu mítico universo, mantendo, dessa forma, as hierofanias e seus espíritos seculares, que alimentam histórias e memórias, mantenedoras das vozes míticas e marginas tão necessárias nesses novos-nossos tempos. Esse movimento de retomada do passado no presente compõe o jogo estético de Pepetela.

Nessa perspectiva, o escritor investe em estratégias diversificadas de enunciação para, assim, reescrever a história de Angola, traduzindo o caráter político de sua escritura. Agindo dessa forma, Pepetela mescla História, Narração e Crítica para, à sua maneira, transladar os elementos passados em presentes, registrando sua voz na infinitude dos tempos e na beleza de sua Literatura.

## **1.2 História e narração: a crítica e os caminhos percorridos para a leitura de A Gloriosa família neste estudo**

No ensaio *Romance histórico: as ficções da história*, Rildo Cosson e Cintia Schwantes propõem uma reflexão aprofundada sobre a questão da representação historiográfica tanto em termos de verdade histórica como de ficção historiográfica. Dito de outra forma, os autores apresentam uma visada geral das relações entre a Literatura e a História, pautando-se em elementos tanto da história oficial quanto da teoria literária. O objetivo precípua do estudo é questionar ou indagar sobre o uso e “valor da história e da Literatura em nossa sociedade” (COSSON & SCHWANTES, 2005. p. 29).

Imbuídos dessa representação teórica, os pesquisadores fazem um retrospecto dos estudos sobre o tema desde a Idade Clássica, cujos debates permeiam as áreas da Literatura, da História e da Filosofia, até os nossos dias, quando as discussões centram-se em um campo de oposição entre “arte e ciência”; “criação e testemunho”; “emoção e técnica”; “ficção e verdade” e “fruição e conhecimento” (p. 29). Segundo os estudiosos, o debate se reconfigura nos dias atuais, concebendo esses dois campos do saber (a Literatura e a História) como discursos, trabalhando-os de forma a denotar a impossibilidade de separá-los, como também buscando apagar suas fronteiras.

Na esteira dessa perspectiva, o teórico Antônio R. Esteves reafirma as relações de contiguidade entre essas duas formas de expressão discursiva. Em suas reflexões sobre o tema, ele toma de empréstimo as palavras de Heloisa Costa Milton (1992) para dizer

que “a Literatura pode ser considerada uma leitora privilegiada dos signos da história” (ESTEVEZ, 2010, p.18).

A pesquisadora Elena Brugioni, no artigo *O pesadelo da História. Romance histórico, Literaturas Africanas e Pós-colonialidade*, também coaduna com a perspectiva teórica aqui exposta, ao ensejar um aprofundamento de sua reflexão acerca da relação entre História e representação, mas, desta feita, abrangendo aspectos relativos à fisionomia estética e ao significado “político e conceptual do passado em representações literárias que convocam uma história irremediavelmente ligada ao que George Balandier (1951) define como situação colonial” (BRUGIONI, 2016, p. 89). Sob esse prisma, a autora engendra uma profícua reflexão acerca dos conceitos *pós-moderno* e *pós-colonial*. Isso é feito, pois a estudiosa deseja apresentar uma produção crítica que possa explicitar a complexidade e a heterogeneidade dos fundamentos teóricos que circundam a recepção crítica das Literaturas Africanas. Enquanto problematiza tal temática, não se furta à necessidade de aclarar, também, a atuação no campo semântico e operacional da Literatura no horizonte da contemporaneidade.

Face à impossibilidade de abranger as múltiplas problematizações e posicionamentos diversos que caracterizam esse debate crítico, tanto em termos orgânicos quanto em estruturais, Brugioni afirma que é necessário verificar a “(im) possibilidade” de se produzir uma “articulação crítica entre pós-moderno e pós-colonial” (BRUGIONI, 2016, p. 89). Dessa forma, um breve esboço de tais conceituações surge como um gesto crítico pós-colonial, podendo ser desenvolvido por duas vertentes. A primeira consiste em intentar evidenciar a centralidade da relação entre História e representação, o que elucidaria “a complexidade que caracteriza os âmbitos críticos e os aparatos epistemológicos que destes desembocam” (BRUGIONI, 2016, p. 89-90). A segunda busca apresentar argumentos que possam proporcionar uma redefinição das instâncias teóricas que marcam essa problematização, desenhadas a partir de uma configuração específica do tempo na narrativa pós-colonial, por meio dos quais, segundo ela, seria possível “definir a escrita da História no romance africano pós-colonial” (p. 89-90). Em sua ótica, a possibilidade de leitura se traduz em um dispositivo estético e conceitual calcado na relação entre espaço e História especificamente. Nesse sentido, enquanto olha para esses elementos, Brugioni afirma que eles vão reequacionar os aparatos conceituais e os significados do romance histórico no que vem sendo definido como pós-



colonialidade e convocando as problematizações que se prendem às chamadas grandes narrativas.

No cerne da discussão aqui proposta, esclareço, antes de avançar, que é meu objetivo realizar essa análise a partir de um evento ocorrido na casa de um Flamengo, Jacinto da Câmara, casado com uma portuguesa, D. Isabel, com quem morava em Massangano. A comitiva de Baltazar Van Dum foi à região em busca de novos negócios, mas principalmente, de notícias sobre as batalhas entre holandeses, portugueses e reis africanos. Dona Isabel o chamara para o almoço e à mesa encontravam-se: o patriarca da família; seu filho Jaime; Nicolau, filho de Baltazar Van Dum; Baltazar e Cadornega, o alferes cronista do rei. O assunto à mesa é Sottomayor, o governante português. Cadornega relata que o ditoso Borges Madureira, capitão do exército luso que derrotara a rainha Jinga em uma batalha no Dande, resolvera fazer uma observação política ao governador e este o rechaça. Inconformado, o capitão ansiava por uma desforra. Mas, o arrogante Sottomayor encontrava-se macambúzio, pois em poucos dias haviam ocorrido eventos estranhos que o intimidavam. O cavalo, antigo companheiro de lutas, morrera; em seguida, morre o papagaio que o governador trouxera do Brasil e, na igreja, ficava sentado em “cadeira de damasco carmesim [o governador sente a cadeira] cair com uma perna partida” (PEPETELA, 1999, p. 268). O administrador entendera todos esses eventos como maus presságios e os homens à mesa do almoço faziam troça dele. Nicolau, ao mesmo tempo arguto e curioso, lembrando que Cadornega tinha o hábito de registrar os eventos ocorridos em Luanda, o inquire:

— Diga-me, senhor alferes. Falou em registrar por escrito o que vai observando. Está a escrever um livro sobre estes acontecimentos?

Ao que é respondido:

— Ainda não. Por enquanto, só tenho apontamentos dispersos. Penso contar a história heroica dos portugueses nessa terra, desde a fundação da cidade de Luanda. Por isso pergunto detalhes aos que viveram as coisas e registro o que me contam. (PEPETELA, 1999, p. 269).

Nesse evento fica clara a intenção do escritor. Ele deseja registrar a voz do autóctone, silenciada nos registros oficiais, na cronística dos tempos passados, por isso coloca o redator da História em diálogo com cidadãos luandenses. Com esse gesto, Pepetela retira da periferia o sujeito colonizado e o coloca no centro, em discussão com o colonizador, acenando a possibilidade de que História, Literatura e Representação

podem ser questionados. Tal compreensão pode ser percebida como elemento exemplificativo da pós-colonialidade. Em outras palavras, Pepetela coloca os sujeitos em discussão – colonizador e colonizado (embora Nicolau seja um mestiço e atue como pumbeiro, caçador de peças) – em uma mesma linha, na horizontalidade do discurso.

Retomando a análise de Brugioni, ela traz para reflexão o ensaio crítico de Jean-François Lyotard, *The Postmodern Condition: A Report on Knowledge*, no qual o francês define a pós-modernidade como o fim das grandes narrativas, quais sejam, a religião, o marxismo e o liberalismo, entendidas como discursos totalizantes e universais, “fundamentados em práticas de opressão e exclusão” (BRUGIONI, 2016, p. 90). Tais práticas, a autora esclarece, seriam “incapazes de ilustrar sujeitos e situações da contemporaneidade pós-moderna” (p. 90). Sinto-me impelida a associar tal reflexão aos ensinamentos de Walter Benjamin (1993), na tese III, *Sobre o conceito de História*, em que o teórico alemão apresenta o cronista como aquele que deve fazer o registro histórico sem distinguir fatos grandes dos pequenos, tecendo um construto histórico. Atravessa essa concepção, o entendimento que faz com que o autor se identifique com aquele que adiciona, simplesmente, fatos sobre fatos, como uma crônica.

Pela leitura de Lyotard, Brugioni salienta que o teórico francês afirmara que a pós-modernidade seria incapaz de acreditar nessas meta-narrativas, as quais dariam lugar a “microrrelatos, localizados e não-totalizantes, capazes de ilustrar a heterogeneidade das diferentes realidades sociais, políticas e culturais do mundo contemporâneo” (BRUGIONI, 2016, p. 90). O teórico francês compreende a pós-modernidade, também, como instância de uma “crise das práticas de representação e da sua função legitimadora, apontando-a para um conjunto de solicitações centrais no que concerne ao binômio História e Cultura, sobretudo no que diz respeito à relação entre o Ocidente e o ‘Outro’” (p. 90).

Ensejando uma visão mais abrangente sobre a problemática, Elena Brugioni visita outros estudiosos como, por exemplo, Gayatri Spivak, para esclarecer que a análise crítica da relação entre História ocidental e alteridade levou os teóricos a fazer um “reposicionamento no que concerne à História como prática de conhecimento” (p. 90), o que abriu, na pós-modernidade, uma tomada de consciência sobre suas limitações e imparcialidade. No âmbito das discussões teóricas e epistemológicas, Brugioni afirma que “linguagem e alteridade sobressaem como paradigmas para repensar a relação entre

História, representação e narração” (p. 91), especialmente em contextos em que são colocados fora ou à margem “da grande narrativa histórica do Ocidente”, o que configura a “visão historicista da História que marca o pensamento ocidental como uma das metanarrativas desconstruídas pela condição pós-moderna” (p. 91).

Seu olhar crítico aponta para a observação “das modalidades discursivas que caracterizam a construção de um imaginário histórico que é edificado a partir de práticas específicas de narração do tempo, passado e presente” (p. 91). Assim, a narrativa totalizante, sem fim e “sem eu”, vai cedendo espaço às “histórias menores” e subjetivas que trazem para a cena do presente, de forma parafrástica, uma reflexão sobre História, memória e testemunho que, segundo Brugioni, conforme defendem Deleuze-Gatarri (BRUGIONI, 2016, p. 91) “resgatam o presente histórico dos sobreviventes, de um passado puro de vivência e consagram, desse modo, a memória e a experiência como práticas (re)fundadoras para pensar e escrever ‘o futuro do passado’” (WIEVIORKA, 1988 *apud* BRUGIONI, 2016, p. 91).

Ana Mafalda Leite em leitura de obras da Literatura Angolana, a saber, *A gloriosa família*, de Pepetela e *A lenda dos homens do vento* de Fernando Fonseca Santos, reflete sobre esse fazer histórico-literário dos escritores. Pela leitura da ensaísta, é possível observar que para escrever seus textos, os ficcionistas angolanos foram buscar o *leitmotiv* de suas narrativas na História oficial de Angola, referenciando-a explícita ou implicitamente e desenvolvendo, assim, uma releitura da História colonial. No dizer de Leite (2013, p. 107), “a forma como o fazem, e as estratégicas narrativas empregues, fazem deles dois exemplos de escrita pós-colonial”. Ela comenta também que tanto Pepetela quanto Fernando Santos fazem seus registros enveredando-se “pela história com o intuito de reflectir sobre o estado actual da nação angolana, e, arqueologicamente investigar também ‘testemunhos’ outros do passado” (LEITE, 2013, p. 107). Ou seja, os escritores traduzem em seus romances a memória e a experiência de seu povo, pensando e escrevendo o futuro, como atesta Brugioni em seu ensaio crítico.

Atravessa a reflexão crítica da autora, em Brugioni (2016, p. 91, grifos no original) uma ponderação sobre os conceitos pretendidos para História e representação, uma articulação teórico-reflexiva “que se funda numa redução de escala por via da categoria da *história menor*, que pretende, em primeiro lugar, interrogar a relação entre a grande história e as outras histórias”. A autora afirma que as relações de poder que se estabelecem

entre sujeitos e contextos diferenciados estão inscritas nesta relação, “apontando para aquilo que no âmbito da reflexão teórica pós-colonial de matriz marxista é definido como subalterno” (p. 91).

Para ilustrar sua reflexão, Brugioni resgata, em seu texto, o pensamento de Chakrabarty (2000) que afirma:

Do mesmo modo que “menor” em literatura implica “uma crítica das narrativas de identidade” e “recusa a obtenção da subjetividade autônoma que é o principal objetivo maior”, o “menor” no modo como utilizo a palavra serve analogamente para lançar dúvida sobre o “maior”. Em meu entender a palavra descreve as relações com o passado que a “racionalidade” dos métodos do historiador transforma necessariamente em “menor” no decurso de sua própria operação e como resultado dela. Contudo essas relações regressam, parece-me como elemento implícito nas condições de possibilidade de historicizar. [...] Procur[o] mostrar como a capacidade (da pessoa moderna) de historicizar depende da sua aptidão para participar em relações não-modernas com o passado, relações essas que são transformadas em subordinadas no momento da historicização. A escrita da história pressupõe modos plurais de estar no mundo. (CHAKRABARTY, 2000 *apud* BRUGIONI, 2016, p. 91-92).

Analisando tais aspectos, Brugioni tenciona dizer que o debate historiográfico pós-moderno, enunciado a partir de uma perspectiva de redução de escala, destaca as dimensões micrológica e discursiva como novos paradigmas historiográficos, configurando a História como uma narração, o que corresponde “mais a uma prática estética do que a uma epistemologia” [...] (BRUGIONI, 2016, p. 92). Ela diz também que ao situar a História na perspectiva crítica e conceitual da imaginação, as categorias historiográficas positivistas (ou a visão historicista da História) serão desconstruídas. Na desconstrução, os elementos que pautam a oposição entre factos e narrativas, real e imaginado” vão apontar “para uma revisão paradigmática do aparato epistemológico da própria disciplina histórica” (p. 92).

Devo ressaltar, neste instante, que a atenção maior da estudiosa no ensaio está centrada em apresentar a definição da História como prática estética e discursiva que edifica um imaginário histórico, matriz ou ponto de partida para uma reflexão crítica “que se debruça sobre as modalidades de escrita da História numa dimensão situada como aquela das Literaturas Africanas, apontando para um itinerário crítico e conceptual que configura a representação literária como uma prática de produção de conhecimento” buscando estabelecer assim “um contraponto significativo entre História, Literatura, memória e experiência” (p. 93).

No rastro do pensamento teórico-reflexivo disciplinar relacionado à crítica literária e cultural, a terminologia “metanarrativa historiográfica”, veiculada especialmente nos estudos de Linda Hutcheon, traduz-se em uma mudança de paradigmas que diz respeito “ao significado conceitual e operacional da própria História, que na ficção pós-moderna se configura como um lugar estético indispensável para o surgir de práticas de reflexão, desconstrução e problematização que o texto literário contém e aponta” (p. 93). Tais aspectos são explicitamente apresentados nas obras de Pepetela, em especial, no romance em estudo: *A Gloriosa família: o tempo dos Flamengos*, bem como em textos de outros escritores angolanos ou africanos, com destaque, por exemplo, para Mia Couto, de Moçambique.

Em Pepetela (1999, p. 9), mais precisamente no “Prólogo”, no capítulo inicial, há um fragmento do tomo 1 do livro *História Geral das Guerras Angolanas* (1680) de António de Oliveira Cadornega. Na referida passagem, lê-se:

Em a cidade assistia hum homem por nome Baltazar Van Dum, Flamengo de Nação, mas de animo Portuguez que havia ido dos Arrayes para Loanda com permissão de quem governava os Portuguezes, o qual esteve posto em risco de o matarem os Flamengos, a respeito que antes desta tregoa e Comunicação corrente, hum cidadão, por ver se por sua via podíamos haver algumas intelligencias de que passava entre o Flamengo, para esse efeito, mandou de Masangano dous negros com uma Carta direita aos arimos e fazenda do Bengo [...].

Na ficção, em Pepetela (1999, p. 11), o mesmo excerto é tratado da seguinte forma:

O meu dono, Baltazar Van Dum, só sentiu os calções mijados cá fora, depois de ter sido despedido pelo director Nieulant. Mijado mas aliviado, com a cabeça de raros cabelos brancos ainda em cima dos ombros. O meu dono saiu do gabinete do director tão pálido como entrou, mas com o risinho de lado que lhe fazia tremer o bigode. Por vezes o risinho era de nervosismo, hoje era de euforia. Os dois escravos que com ele entraram no antigo Colégio dos Jesuítas já não saíram. Quem perdia era o proprietário deles, português de Massangano, que os tinha enviado com a célebre carta.

Avalio que ao ficcionalizar o personagem histórico Baltazar Van Dum e o fato por ele vivido, Pepetela refigura o discurso histórico ao estabelecer uma espécie de contraponto à História oficial, alinhando Literatura, memória e experiência em um mesmo patamar de criticidade. Em outras palavras, ele questiona todas essas formas de

representação colocando a Literatura no mesmo patamar que a História, fazendo denotar que a representação literária também se configura como uma prática de produção de conhecimento que, de acordo com Elena Brugioni, é um mecanismo presente na Literatura Africana, cujo entendimento tem sido definido como pós-colonial.

Thomas Bonnici também apresenta um olhar crítico acerca da quebra de paradigmas no âmbito das representações histórico-literárias, especialmente em um ensaio publicado no final da década de 1990, cujo título é *Introdução aos estudos das literaturas pós-coloniais* (1998). Para elaborá-lo, o crítico adota como objeto de investigação obras literárias de povos colonizados. Segundo ele, a crítica pós-colonialista propicia uma abordagem alternativa para se “compreender o imperialismo e suas influências como um fenômeno mundial” (BONNICCI, 1998, p. 10) bem como um fenômeno local. O referido autor afirma que o pensamento crítico pós-colonial traz uma série de questionamentos que alteram a compreensão de elementos políticos e culturais do período colonial, porque “solapam as próprias estruturas do saber” (BONNICCI, 1998, p. 10). Entre as estruturas elencadas por ele estão a teoria literária e o engajamento do crítico, uma vez que este deve preocupar-se com a “criação de um contexto favorável aos marginalizados e aos oprimidos, para a recuperação da História, da voz e para a abertura das discussões acadêmicas para todos” (p. 10).

O estudo de Ana Mafalda Leite sobre as narrativas angolanas supracitadas (*A Gloriosa família*, de Pepetela e *A lenda dos homens do vento* de Fernando Fonseca Santos) caminha nessa direção. Os ficcionistas trazem outros testemunhos do passado a partir da perspectiva dos excluídos da História, como enunciadores do discurso narrativo. Pepetela adota um escravo mudo e analfabeto e Fonseca Santos uma mulher *ovimbundu*<sup>11</sup>. Para Leite (2013, p. 108), “Os dois romances tratam de um aspecto crucial na reavaliação e estudo da historiografia africana: a ausência da escrita e o testemunho da oralidade”. O enunciator discursivo de Pepetela<sup>12</sup>, ironicamente escravo, analfabeto e mudo, “problematiza, parodiza esta questão, uma vez que o seu testemunho é resultante do que

---

11 Ovimbundos: Povo banto de Angola, falante do idioma *umbundo*, historicamente dividido em subgrupos como *bailundos*, *biés*, *huambos*, *cacondas* etc. Antes do século XV d.C., constituíram unidades políticas entre o rio Cuanza e o litoral atlântico. (LOPES, Nei. **Dicionário da Antiguidade Africana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 231)

12 Cumpro-me ressaltar que, neste estudo, opto por partir da enunciação discursiva para a elaboração da pesquisa e que, reservo o capítulo 3 desta tese para discorrer de forma mais pormenorizada sobre o narrador.

vê e ouve. A narradora de Fonseca Santos é transmissora de um outro tipo de conhecimento histórico, transmitido oralmente, no relato de uma lenda histórica” (p. 108)

Grosso modo, o destaque de Ana Mafalda Leite centra-se “[n]a reflexão que os dois romances desenvolvem sobre o tratamento da História e do discurso histórico” (p. 108). De acordo com ela, essas duas questões se inter-relacionam e ambos os textos formulam, ainda que indiretamente, uma mesma questão, desdobrada nas perguntas a seguir: “quais são os registros históricos que suportam a nossa História? Que histórias estão na base da nossa História? A História colonial? A História oral?” (p. 108). Essas inquições são bastante peculiares, pois os textos, especialmente o de Pepetela, privilegiam a narrativa oral, mas o escritor busca na matriz histórica ou nos registros oficiais da História as motivações iniciais de cada tema desenvolvido nos 12 capítulos do romance. Ana Mafalda continua suas reflexões situando-se nesse universo factual e questiona: “Qual é a nossa imagem enquanto agentes construtores de uma nação, com o legado de um discurso imperial que não nos inclui, ou com uma memória oral esquecida, ou que desapareceu?” (p. 108). Ela vê tais questões como situações que desafiam o leitor, logo a possibilidade de esse também se inserir no contexto, vendo-se aí como agente transformador de realidades ou da realidade expressa.

Visando responder às questões propostas, Leite analisa detalhadamente os romances e aponta as características principais dos enunciadores evocados a partir da margem. Devo esmiuçar, para avançar, que vejo o narrador de Pepetela como em um jogo de espelhos, situado na periferia social, pois é um escravo, mas também é senhor “enquanto personagem, se alimenta da vida do patrão; [é também] escravo e autor, pois se nutre da consciência autoral” (p. 109). Nesse contexto, Leite aponta que essa instância narrativa, esse narrador, está ainda ligado a dois tempos, “o tempo da História e o tempo do discurso” e age com supremacia no ambiente romanescos, de forma que “transcende os limites da temporalidade ficcional e olha a História do seu Presente com o saber factual de um Futuro nele contido e actualizado” (p. 109).

Perante a peculiaridade da instância narrativa<sup>13</sup>, esse sujeito é conhecedor de tudo e de todos, manipula com perícia os elementos a serem acrescentados em sua fábula historiográfica, apresentando-se ao leitor em diferentes facetas: ora como nascido para

---

13 Como antecipei na nota n. 12, o narrador será mais detidamente estudado no Capítulo 3 deste estudo e, por isso, não é meu objetivo deslindá-lo neste instante.

narrar a história de seu dono e de sua gloriosa família, ora como um mágico manipulador do discurso, ora como um cronista analfabeto que interage com personalidades históricas como Antônio de Oliveira Cadornega, o cronista oficial do exército luso que conta das invasões e guerras angolanas em seus textos. Ou seja, esse narrador é um arremedo de historiador, conduzindo seu texto à paródia, ao pastiche da História Oficial. Ele a questiona em suas matrizes e registros que negligenciaram informações relevantes do mundo factual autóctone, considerando apenas a voz do invasor, do oportunista, do explorador, menosprezando o homem local, sua cultura, seu olhar e seu saber.

Hyden White, no início de suas reflexões sobre o *Texto histórico como artefato literário* (1994), aponta questões pertinentes ao tema aqui discutido. A pergunta apresentada: “que autoridade podem os relatos históricos reivindicar como contribuições a um conhecimento seguro da realidade em geral e às ciências humanas em particular?” (WHITE, 1994, p. 98) torna-se emblemática para o debate aqui pretendido. O narrador de Pepetela é um representante dessa realidade, pois questiona esses valores, “desenredando” o discurso da História Oficial, pois parte dela para urdir sua trama e traz um contributo singularizado da Antropologia cultural angolana. Em outras palavras, o narrador de Pepetela elucida partes da História do povo angolano negligenciadas pelo cronista oficial da História e traz à luz elementos indispensáveis de sua cultura e saber, tais como as investidas de Ginga<sup>14</sup>, a Rainha de Matamba, contra os portugueses e seu jogo político-bélico para manter seu reino; o desnudar da situação das mulheres no contexto colonial, como, por exemplo, o estupro das que eram capturadas para o tráfico de escravos, subjugadas e violentadas pelos exploradores europeus e articuladores do comércio escravocrata; e as estruturas de poder existentes nos diferentes “estados” africanos antes da chegada dos portugueses. Enfim, uma gama de fatos pouco ou nunca mencionados nos registros historiográficos. Além disso, esse narrador ainda estabelece um jogo entre passado e presente e, assim procedendo, questiona História e representação, enquanto verte o discurso narrativo para o contexto das teorias pós-coloniais.

Compartilhando da forma de pensar de Benedict Anderson em *Nação e Consciência Nacional* (1989) e visando a clarificar as ideias aqui pretendidas, pontuo, para avançar, que o referido jogo entre História e representação vincula-se a dois outros conceitos caros às teorias pós-coloniais: tempo e nação ou temporalidade e imaginário

---

14 A Rainha Ginga será mais detalhadamente discutida no Capítulo 3 deste estudo.



nacional. Para discutir tais ideias, Anderson afirma que as reflexões sobre a possibilidade de pensar a nação surgiram historicamente em função da perda de domínio de três concepções culturais fundamentais à mentalidade do homem. A primeira está relacionada à língua escrita, que oferece acesso privilegiado à verdade ontológica. Devo acrescentar que, da forma que entendo, é preciso pensar nesse contexto, no mundo pré-colonial e nos invasores, bem como no período medieval, mergulhado em medos e transtornos, especialmente em meio aos portugueses, que detinham o domínio do latim com uma imensa editoração linguística, tema que é largamente abordado por Anderson.

A segunda concepção diz respeito à crença de que a sociedade se organiza em torno e abaixo de centros elevados, isto é, dos monarcas que governam por graça divina. E a terceira está ligada à concepção de temporalidade, à ideia de que a cosmologia e a História se (con)fundem e as origens do mundo dos homens são essencialmente as mesmas.

Para Anderson, essas convicções vão irregular e lentamente perdendo forças, não apenas na Europa Ocidental, onde o fenômeno aparece primeiro, mas também em outros lugares do mundo. Tal arrefecimento deve-se às transformações da Economia, das descobertas científicas e sociais, do desenvolvimento dos meios de comunicação, enfim, de um conjunto de fatores que levam à clivagem entre Cosmologia e História. Para se reinventar, os detentores do poder enveredam na busca de uma saída e o capitalismo editorial foi o elemento catalisador dessa unidade, tendo possibilitado a um número cada vez maior de pessoas pensar sobre si mesmas e se relacionar com outras alteridades de maneira radicalmente nova.

É essa a perspectiva de leitura de Elena Brugioni, porque ela afirma em seus escritos que estudos antropológicos (HUGGAN, 2001; ATO QUAYSON, 2004, dentre outros) sobre as Literaturas Africanas, ainda no contexto das teorias pós-coloniais, têm revelado certa contiguidade ambígua “que não contribui para ilustrar a variedade das escritas africanas contemporâneas, sobretudo [...] àquelas representações que por via de uma estética de conteúdo meta-histórico pretendem interrogar o passado e o presente” (BRUGIONI, 2016, p. 99) vindo a problematizar “o tempo e a narração através de uma redefinição matricial da relação com a dimensão espacial e mais geral geográfica, apontando deste modo para a relação entre nação e narração” (p. 99).

Em estudo da obra de Pepetela, Inocência Mata (2007) parece seguir essa orientação epistêmica, ao identificar nos registros do autor uma escrita de ruptura, em que é possível perceber a transformação do sentido de nação na perspectiva nacionalista comunitária, isto é, aquela em que se configura uma conjuntura estatal e política, tradutora de um desenho hegemônico e unidimensional do Estado Nação. Para esclarecer seus apontamentos críticos, a teórica retoma alguns textos da poesia angolana, cujas representações traduzem o retrato do nacionalismo idealizado, transcrito nas palavras de Antonio Jacinto, Agostinho Neto, Viriato da Cruz e Ernesto Lara Filho que, para ela, ilustram uma imaginação utópica de nação. Essa perspectiva de leitura é obliterada, porém, em romances de Pepetela, especialmente em *Mayombe* e *A Geração da Utopia*, cujos discursos deixam revelar uma outra escrita, a da distopia, nas quais a representação ficcional centra-se mais nas subjetividades e diferenças do que na homogeneidade e unidade dos componentes da nação. Ao assim proceder, a narração também adquire um novo caráter, pois não segue os relatos canônicos requeridos pela crítica conceitual, mas se orienta pelo relato oral, matizando leituras da tradição e da cultura popular angolana.

Em um estudo anterior, Mata traz significativas contribuições para pensar a escrita da nação no contexto pós-colonial, no qual analisa toda a obra do autor em comparação com textos de escritores contemporâneos. Sua pesquisa ilumina singularmente o debate dos estudos pós-coloniais. No ensaio intitulado *Pelos trilhos do processo histórico angolano* (1993), Mata analisa os romances *O Signo do Fogo* de Boaventura Cardoso e *A Geração da Utopia* de Pepetela, ambos publicados em 1992. De acordo com ela, o romance de Pepetela mexeu com a crítica por apresentar, por meio da distopia, uma descrença nas “razões da luta de libertação, de que resultou a independência do país” (MATA, 1993, p. 43-44), afirmando, também, que a análise desse romance configura-se como

quase uma autópsia, é feita através do percurso de um grupo de jovens africanos que frequentavam a Casa dos Estudantes do Império em Lisboa, nos anos 60, grupo heterogêneo a vários níveis – raça, etnia, origem social, formação académica –, acompanhando-a até 1991, ano em que o país começava a ensaiar a primeira experiência neoliberal e de regime multipartidário, após dezesseis anos (1975-1991) de uma forte ortodoxia política.

Comparando os registros de Pepetela e de Boaventura Cardoso em *O Signo do Fogo*, Mata (p. 44) observa que esse romance translitera “o mesmo percurso de resistência anticolonial, porém num grupo actuando no país, na cidade de Luanda, com todos os constrangimentos exteriores ao grupo e os dissensos surgidos entre os seus membros”. Com esse olhar, a teórica penetra os interstícios da crítica para dizer que os romances produzem uma fala intertextual e que o diálogo produzido parece confirmar uma “reorientação na ficção angolana, que passara a ser de sistemático recurso ao passado” (p. 44), alicerçando-se, nos dois romances, “[um] registro memorialista de incidência político social, que vasculhava na memória fragmentária do vivido experiências dissonantes, submersas sob o peso da possibilidade de harmonia social” (p. 44). Para ela, os dois romances produzem um exercício de rememoração que é resultado da reunião e do redimensionamento das experiências vividas “para as projectar no presente, ora como gesto de catarse, ora como gesto de enfrentamento do discurso oficial, ou até de confronto com a História oficial” (p. 44). Seu raciocínio caminha na direção de que os romances lançam-se como quebra de paradigmas e afirma que *A Geração da Utopia* “actualiza uma memória (individual) de resistência e de contradições a partir do interior, porém com grande enfoque no exterior, no seio de um grupo heterogêneo privilegiado na cena narrativa” (p. 44-45) especialmente por meio das personagens Sara, Aníbal, Malongo, Mundial e André. Ela observa também que *O Signo de Fogo* “convoca uma memória de resistência individual, mas a partir de um grupo também heterogêneo no interior do país, em Luanda, que gere quotidianamente as suas desconfianças e as suas contradições internas” (p. 45). A pesquisadora identifica ainda um fato comum nos romances: seus enunciadores trazem “para a cena literária um real que se afasta substancialmente do grupamento idealizado no e pelo discurso literário nacionalista, e que preenche o imaginário da História da resistência anti-colonial” (p. 44).

Outro dado revelador em sua pesquisa e que carrega, em sua dimensão particular, um carácter intrigante de leitura, é o fato de os romances portarem novas significações históricas, com derivações ideológicas, de dimensões estéticas diferenciadas, sendo reveladores de uma nova realidade na Literatura Angolana. Para Mata (p. 45), “a escrita sobre o perfil da identidade nacional e sua ligação com o passado surgiu, logo após a independência, como reescrita do discurso (oficial) da ciência histórica, quer realizando-se através de um discurso de contaminação épica” – tais como ocorrem com os textos de

caráter histórico-nacionalista, como, por exemplo, *Nzinga Mbandi*, de Manuel Pedro Pacavira<sup>15</sup> – “quer questionando-a, como em *Mayombe* (1980), escrito em 1973, de Pepetela, embora sem desmitificar, no caso, a história do movimento de resistência nacionalista e de guerrilha. Tal era, a meu ver, a actualização da história na obra de Pepetela”.

Esses aspectos, pela leitura de Inocência Mata, não aparecem nos romances *A Geração da Utopia* e *O Signo de Fogo*. A seu ver, eles inauguram uma reorientação na escrita da História e registram uma outra fala literária, que se atualiza em um registro memorialista político-social que intenta espelhar a proposta de “pensar o presente a partir do passado, visando [...] a projecção de certo futuro que se quer construir” (p. 46). A enunciação diegética, na visão da teórica, apresenta uma memória de matriz individual e “de um passado incômodo, bem diferente do passado das narrativas do projeto nacional de escrita libertária” (p. 46). Esses romances atualizam uma técnica narrativa diferente, cujo objetivo é reencenar “a fragmentária memória incômoda de diferenças, conflitos, traições e oportunismos, numa enunciação narrativa de modo evocativo, através do qual se convoca um passado bem diferente – histórico, não idealizado – das narrativas de combate” (p. 43-46) diferenciando-se das publicações anteriores em território angolano. Sua leitura se pauta na descoberta de que essas narrativas textualizam experiências vividas, calcadas em relações desarmoniosas, conflitando, assim, com a memória coletiva construída e apresentada em textos literários anteriores, ou seja, os escritos do período colonial.

De um modo geral, as reflexões de Inocência Mata sobre a Literatura Angolana e, em especial, sobre as obras de Pepetela, projetam luz sobre o cenário político-social e histórico-literário do país africano. Mata (p. 51) acredita que em uma sociedade marcada pela precariedade de “[auto]-reflexão e de instituições que possam impulsionar (academias, associações profissionais que funcionem sem constrangimentos, agremiações, fóruns regulares) e cuja imagem continua a constituir-se com o subsídio da Literatura”, desempenha um papel para além de uma significação simbólica e estética. Para Mata, ela tem uma significação extratextual. E arremata dizendo que a Literatura

---

15 O texto *Representações da rainha Njinga/ Nzinga in: A rainha Nzinga Mbandi: História, memória e mito*, de autoria da escritora Inocência Mata, encontra-se disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/359149/mod\\_resource/content/1/Inocência%20Mata](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/359149/mod_resource/content/1/Inocência%20Mata). Acesso em: 15 out. 2018.

desempenha um papel ideológico, porque instaura uma “consciência de classe” e assinala que em Angola, a Literatura vai além da ficção.

Para finalizar essa reflexão e apontar um início de finalização da seção, recorro, mais uma vez, às palavras exemplares de Brugioni. Ela afirma que no contexto de uma reflexão crítica que se pauta no reequacionamento entre passado e presente, são convocadas categorias epistêmicas que discutem a relação entre História, memória e experiência, e a memória torna-se indispensável para reencenar o passado a partir do que lembramos. “É pela relação entre memória e experiência – tempo e narração – que a representação literária pode ser encarada como uma prática narrativa onde o tempo vivido e narrado é indício de uma realidade oculta que a documentação, de um modo geral, não deixa transparecer” (BRUGIONI, 2016, p. 103).

Vê-se, assim, que a Literatura Angolana, especialmente a escritura de Pepetela, trouxe um novo caráter à ideia de nação, de comunidade e de História ao utilizar-se de diferentes estratégias discursivas para representar o seu fazer, a sua memória, a sua identidade. É o caso do painel que trata do cotidiano na vila luandense pelo olhar do pintor Barlaeus<sup>16</sup>, surpreendido por Baltazar e seu escravo, à beira-mar na ilha de Luanda. Os passantes param para observar o trabalho e o narrador avalia:

A Luanda que aparecia na tela era igual à que estava do outro lado da baía. Ele tinha escolhido talvez uns tons um pouco mais suaves para representar as barrocas, não o quase vermelho da terra. Mas eram as mesmas encostas que constantemente subíamos, os mesmos edifícios por que todos os dias passávamos, a fortaleza amarela que nos dominava. (PEPETELA, 1999, p. 148).

O pintor estava em terras africanas a serviço de Maurício de Nassau, que intentava construir um imaginário das terras invadidas. A tela poderia traçar um caráter mais real às palavras que, porventura, fossem trazidas pelo pintor. Baltazar observa que o quadro advindo das mãos do artista, assemelhava-se à realidade. Barlaeus então responde:

\_ A ideia é mesmo essa, ser o mais parecido possível com a realidade. Não transmitir uma ideia transcendental, apenas uma figuração o mais exacta

---

16 Trata-se de outro personagem do mundo empírico ficcionalizado por Pepetela. O Conde Maurício de Nassau tinha interesse em documentar a colônia do mundo transatlântica e, sob sua administração, enviou, a partir do Recife para Luanda, Georg Marcgraf (1610-1644), geógrafo e astrônomo, e Caspar Barlaeus (1584-1648), pintor e historiador, para estudarem e documentarem o local. (Disponível em: <http://tokdehistoria.com.br/tag/mauricio-de-nassau>. Acesso em: 12 jan. 2019)

possível da realidade. Porque o objetivo é dar a conhecer às pessoas a geografia da terra, não para discutirem muita filosofia à volta do quadro. Por isso não sei se faço de facto obra artística. Mas algo me inquieta nesse quadro, o tom do céu que não está perfeito. (PEPETELA, 1999, p. 148-149).

As estratégias investidas pelo autor no registro da ficção, especialmente em diálogo com as teorias pós-coloniais, são executadas no sentido de provocar o leitor a repensar a urdidura da História e suas representações, desnudando seu caráter cientificista e procurando demonstrar que a Literatura deve ser observada como objeto de produção de conhecimento, podendo ser indispensável para se compreender o tempo, passado e presente. Também lançam luz sobre o debate entre História e representação, emancipando a Literatura do âmbito da escrita menor, tornando-a uma forma de leitura da História, capaz de trazer também uma verdade histórica, ou seja, pode-se tomar a Literatura também como texto de investigação histórico-científico<sup>17</sup>.

### **O Narrador e seu gesto**

*O seu olhar lá fora  
O seu olhar no céu  
O seu olhar demora  
O seu olhar no meu  
O seu olhar seu olhar melhora  
Melhora o meu (O seu olhar. Arnaldo  
Antunes)*

### **1.3 A figuração artística do narrador: o romance e a voz em *A Gloriosa família***

A escrita literária é uma invenção de mundo e essa invenção quase sempre se apresenta cercada de enigmas. Enigmático é também o registro da História, pois ele nos chega revelando um passado de fatos e memórias que são transmutados em linguagem. Ainda que as palavras sejam seguidas de fotos e imagens, há, entre elas, um jogo de

---

<sup>17</sup> Sobre a discussão envolvendo história e literatura, verdade e ficção, torna-se importante ressaltar que não estou alheia ao fato de que a consideração do conceito de verossimilhança poderia resultar em bom enriquecimento do debate. Não me enveredei abertamente, por tal caminho, no entanto, porque isto me obrigaria a iniciar uma reflexão que, remontando aos gregos clássicos, atravessaria todos os estilos artísticos, chegando, cheia de significados e variações, até os dias de hoje. Trata-se, pois, de algo que não caberia nos planos originais desse trabalho.

sentidos inerente à dinâmica relação existente entre enunciador e receptor. O sujeito histórico que registrou os eventos imprimiu na ação de registro a sua subjetividade, o seu olhar. No caso das imagens, a modulação da câmera, a focalização, o local escolhido para focalizar o evento, as cores da impressão, enfim, as infinitudes de aparatos tecnológicos investidos para o registro modificam o evento. Nesse aspecto, articular a História pela via da ficção torna-se uma ação ainda mais enigmática, pois aquele que o faz investigará, não somente os eventos ocorridos, mas imprimirá, com seu gesto, uma problematização. Ele irá, no mínimo, questionar a História.

No âmbito da Teoria Literária um dos textos fundamentais que abordam essa reflexão é a tese intitulada *Sobre o conceito da história* de Walter Benjamin (1993). Em seus apontamentos, Benjamin reivindica um novo método ao historiador que não se encontra na revelação do fato tal qual o ocorrido. Ele defende que a articulação histórica do passado deva ser feita apropriando-se “de uma reminiscência tal como ela relampeja no momento de um perigo” (p. 224). Dito de outra forma, a construção histórica do passado deve inscrever-se sobre os rastros deixados por esse passado, os quais são compostos de memória e esquecimento.

A valorização da memória está também no ensaio *O Narrador* (1993), em que Benjamin a defende como elemento substancial ao ato de narrar, tendo como base de reflexão as obras de Nikolai Leskov, cujas narrativas fundam-se na oralidade. Nesse sentido, seus estudos centram-se na figura de dois tipos de narradores anônimos que figurariam nas pessoas do viajante mercantil, cujas histórias trazem um saber de terras distantes, e do camponês sedentário, que narra a partir das experiências da terra, trazendo, assim, o saber do passado. Ou seja, suas narrativas estão calcadas na experiência e na memória, base da sabedoria, elemento em extinção, segundo Benjamin, pois, para ele: “A arte de narrar está definindo porque a sabedoria – o lado épico da verdade – está em extinção” (p. 200-201).

O ensaio de Benjamin carrega certa melancolia por centrar-se na perda substancial da relação entre o narrador e o ouvinte, pois ele considera que o contador de histórias da tradição está em vias de extinção. Essa relação é dominada pelo interesse em conservar o que foi narrado e nisso está a sua observação sobre a memória, considerada por ele como a mais épica das faculdades que, por sua vez, deixará de ser usada com o advento do romance, responsável pela morte da narrativa. De acordo com ele, o romance é uma

invenção dos tempos modernos e o que o separa “da narrativa (e da epopeia no sentido estrito) é [...] estar vinculado ao livro” (p. 201). O romance é, portanto, um objeto mais próximo da comunicação e do fato, objetos da imprensa, do que da narrativa oral, a qual carrega a experiência viva do fazer manual, da elaboração rica de uma vivência consagrada, transmissora da sabedoria.

Nessa nova configuração do ato de contar histórias estão singularidades isoladas, solitárias. De um lado, um escritor-autor solitário que se dirige a um leitor não identificado, longe de si, que está além de seu alcance. Esse leitor é também um sujeito solitário, isolado, apartado de todos. Essas figurações não intercambiam experiências e, por conseguinte, experimentam emoções e aprendizagens distintas das transmitidas pela narrativa oral, a qual pressupõe a presença de ouvintes, isto é, uma comunidade e não indivíduos particulares. Portanto, a narração só tem sentido se dirigida ao coletivo, fator que torna imprescindível a relação narrador e ouvinte, presentes apenas na oralidade. Já no romance, o instrumento e a técnica de comunicação não podem ser as da oralidade dirigida a uma comunidade atenta, e sim a escrita, instrumento silencioso que acentua o isolamento e a solidão do indivíduo. A voz cadenciada do contador dá lugar ao olhar intimista da leitura, em um exercício de solidão que pouco agrega em termos de coletividade. O ensinamento transmitido e singularizado não tem o caráter do aconselhamento advindo do contador tradicional.

Assim, a sacralidade da história oral perde a sua beleza e entra em cena o livro, carregado de histórias-fato; histórias-notícia, configurando narrativas. Para Benjamin, porém, o ato de “contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas” (p. 205). Isso só ressalta sua forma de pensar: um narrador de qualidade tem suas raízes no povo.

Adorno, no âmbito da Filosofia, também faz reflexões sobre o narrador e sua posição no romance contemporâneo. Ele parte das reflexões de Walter Benjamin, sobre quem já não se pode mais narrar, mas afirma tratar-se de um paradoxo, uma vez que a forma literária “romance” exige a narração. Também afirma tratar-se de uma configuração artística surgida no âmbito da Era burguesa, em que está presente o desencantamento do mundo, literariamente expresso em Dom Quixote e que “a capacidade de dominar artisticamente a mera existência continuou sendo o seu elemento” (p. 55).



O ensaísta acentua a presença do realismo no romance, especialmente nos escritos remontados ao século XIX, nos quais se observava até mesmo em obras ditas “fantásticas” um conteúdo apresentado de “maneira a provocar a sugestão do real” (p. 55). Ele acrescenta, porém, que os textos contemporâneos à sua escrita não têm tido essa preocupação. Como chave de leitura dessa questão, Adorno centra-se na figura do narrador que, em decorrência do subjetivismo, “não tolera mais nenhuma matéria sem transformá-la, solapando assim o preceito épico da objetividade [*Gegenstandlichkeit*]. (p. 55), informando, ainda, que mesmo aquele que mergulhasse na objetividade “como fazia, por exemplo, Stifter, e buscasse o efeito gerado pela plenitude e plasticidade daquilo que é contemplado e humildemente acolhido, seria forçado ao gesto da imitação artesanal” (p. 55-56). Ou seja, a delimitação de papéis no romance, o de narrador e o de leitor, já não é mais possível, pois aquele que o fizer, [acabará] “no *kitsch* intragável da arte regional” (p. 56).

Nesse sentido, Adorno afirma que o romance perdeu muitas de suas funções para outras formas de representação do real como, por exemplo, o cinema, e por isso, precisa concentrar-se “naquilo de que não é possível dar conta por meio do relato” (p. 56), quer dizer, naquilo que não se pode narrar. E, para ilustrar suas reflexões, ele traz para o embate Joyce e sua forma de representação, pois segundo ele, [Joyce] “foi coerente ao vincular a rebelião do romance contra o realismo a uma revolta contra a linguagem discursiva” (p. 56). Assim, o fluxo da consciência, a análise psicológica dos personagens e suas complexidades são os elementos que darão o caráter substancial à narrativa, arrebatando-a do *kitsch*.

Em síntese, as ideias de Adorno denotam que o romance tradicional enfoca o ato de convencer, pois o narrador busca envolver o leitor de modo a acreditar em seu “relatar de fatos”, nos “acontecimentos citados”. Já a narrativa contemporânea traduz-se nas entrelinhas, na ironia e na construção do texto, frutos do entrecruzamento do enunciado com a enunciação, o que vai denotar a veracidade dos fatos, muitas vezes, manipulados pelo narrador, pela via da idealização, como ocorre nos romances românticos. Assim sendo, o leitor terá um papel ativo e participará da construção do sentido do texto ao duvidar do que está sendo narrado.

Essa reflexão está, de certa forma, contida no ensaio *O narrador pós-moderno* de Silviano Santiago. O conceito do teórico estabelece como narrador “aquele que quer

extrair a si da ação narrada, em atitude semelhante à de um repórter ou de um espectador. Ele narra da plateia, da arquibancada ou de uma poltrona na sala de estar ou na biblioteca; ele não narra enquanto atuante” (SANTIAGO, 2002, p. 45).

Ao olhar para esse narrador que deseja “extrair a si da ação narrada”, Silviano Santiago traduz a principal característica desse enunciador, que é a de narrar experiências alheias e não as que ele experimentou, conformando esse dado como pós-moderno. Confrontando esse ato com o narrador tradicional elaborado por Benjamin, observa-se que nele há o distanciamento em relação ao fato narrado, afastando-se, portanto, da forma clássica em que o ato de contar está centrado na memória.

Santiago também questiona a autenticidade da História narrada. Tendo a origem de sua reflexão no narrador benjaminiano, ele investe argumentos naquilo que extrai também do ensaio *Experiência e pobreza*, do teórico alemão. Isso se dá porque os textos de Walter Benjamin dialogam entre si e *O Narrador* conversa com *Experiência e Pobreza*, cuja narrativa reflete um homem em seu leito de morte, dizendo a seus filhos que há um tesouro enterrado em seus vinhedos. Sepultado o pai, os filhos vão em busca do tesouro e cavam toda a terra, mas nada encontram. Porém, quando chega o momento da colheita, as vindimas apresentam sua melhor produção e os filhos descobrem o “tesouro” enterrado pelo pai: a experiência transmitida de pai para filho, da qual extraem que a felicidade não está na riqueza, e sim no trabalho árduo densamente experimentado.

Benjamin nos diz que as experiências sempre nos foram transmitidas dos mais velhos para os mais novos, de geração em geração, por meio de provérbios, narrativas ou histórias. Porém, seu olhar alongado nos alcança para dizer que, em nossa sociedade moderna, a capacidade de transmitir experiências está se retraindo ou se findando. Pode-se mesmo perguntar: com tanta tecnologia e aparatos atrativos, quem dará ouvidos a conselhos dos mais velhos ou quem é ajudado por uma experiência que lhe é transmitida?

Desse modo, sem experiências para trocar, sem conselhos a dar, o narrador pós-moderno narrará experiências alheias. Assim, distancia-se do fato narrado na perspectiva de obter mais credibilidade, pois se já não sabe extrair de si o fato, olha, observa, a fim de, em seguida, contar. Porém, como fica a autenticidade do narrado?

Silviano Santiago observa que a ação pode ser narrada de dentro ou de fora dela. Na perspectiva “de dentro”, a narrativa elabora a experiência de uma ação e, “de fora”, ela é proporcionada por um olhar lançado. No caso da narrativa de uma experiência

vivida, a matéria narrada e o relato ganham autenticidade, porém, a narrativa de um olhar lançado deixa sob suspeita a autenticidade, porque o que se transmite é uma informação obtida a partir da observação de um terceiro. Desse modo, o teórico coloca em xeque essa perspectiva e questiona:

O que está em questão é a noção de autenticidade. Só é autêntico o que eu narro a partir do que experimento, ou pode ser autêntico o que eu narro e conheço por ter observado? Será sempre o saber humano decorrência da experiência concreta de uma ação, ou o saber poderá existir de uma forma exterior a essa experiência concreta de uma ação? (SANTIAGO, 2002, p. 44-45).

A questão hipotetizada é, portanto, a da autenticidade da narrativa. Observa-se, desse modo, que o crítico deseja caracterizar uma forma de narrativa e de narrador na pós-modernidade. Dessa forma, para Santiago, pós-moderno é o narrador que abdica do lugar central da ação narrada (lembrando que esse era o local privilegiado pelo narrador clássico) e a narrativa enunciada por esse enunciator evidencia a “pobreza da experiência” e também a pobreza da palavra escrita como processo comunicativo no mundo pós-moderno.

Percebe-se, nesse instante, que o resultado dessa configuração [o olhar lançado sobre o objeto narrado] é resultado de um narrador que elege o “outro” e suas experiências para contar a partir de um lugar descentralizado. E essa escolha se dá devido às dificuldades de os indivíduos intercambiarem experiências nos tempos pós-modernos. De acordo com ele, “À medida que a sociedade se moderniza, torna-se mais e mais difícil o diálogo enquanto troca de opiniões sobre ações que foram vivenciadas. As pessoas já não conseguem hoje narrar o que experimentaram na própria pele” (SANTIAGO, 2002, p. 44). É nesse contexto que surge a necessidade de falar das experiências vividas pelo “outro”, quando os indivíduos estão cada vez mais isolados, separados, impossibilitados ou incapacitados de trocá-las. A modernização social trouxe, portanto, o distanciamento e a dificuldade da escuta ativa, da permuta, do saber do outro em forma de diálogo. Nesse sentido, o teórico entende que o saber humano pode ser concebido também a partir daquilo que se conhece por ter sido observado, pois afirma: “digo que é autêntica a narrativa de um incêndio feita por uma das vítimas, pergunto se não é autêntica a narrativa do mesmo incêndio feita por alguém que esteve ali a observá-lo” (p. 44).

A conclusão dos estudos de Santiago remete à compreensão de que a pós-modernidade se configura na perspectiva da fragmentação das narrativas, na pobreza das experiências vividas, pela dispersão, pelo isolamento e pela desintegração dos sujeitos em sociedade. E, por extensão, o narrador pós-moderno, que é problematizado por ele, está desenhado nas questões que lança para o interlocutor, quais sejam: “quem narra uma história é quem a experimenta, ou quem a vê? Em outras palavras, é aquele que narra ações a partir da experiência que tem delas, ou é aquele que narra ações a partir de um conhecimento que passou a ter delas por tê-las observado em outro?” (p. 44).

Isaias Francisco Carvalho (2009) parte das questões lançadas por Silviano Santiago para compor o ensaio *O narrador pós-colonial*. Em estudo da obra *Omeros* de Derek Walcott (1990), o escritor caribenho, Carvalho, orienta sua leitura daquilo que extrai do ensaio de Santiago, na perspectiva da crítica cultural.

Na primeira parte desse estudo, intitulada *Os nós e os pós*, o crítico e professor da Universidade Estadual de Santa Cruz apresenta uma digressão cronológica, a fim de ilustrar o encontro entre um estudante de Filosofia que, na seção aberta para perguntas, levava mais de cinco minutos para propor uma questão ao sociólogo Michel Maffesoli, em uma conferência realizada na Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, na década de 1990. Nessa digressão, ele observa que tais perguntas se prestam menos ao diálogo e mais para “mostrar o conhecimento de quem as formula”, indicando, nesse gesto, “narcisismo e pedantismo implícitos” (p. 2) e informa que Maffesoli, em sua resposta, “não abordou o conteúdo da suposta pergunta, mas fez uma ‘análise do discurso’ de seu interlocutor” (p. 2). Nessa análise, afirmara que “o ranço de ideias mortas de um continente cansado e velho – a Europa – estava inteiro naquela pergunta [e] sugeriu que seu interlocutor, e os intelectuais da América Latina como um todo, ficassem mais atentos: o futuro e a nova lição de Filosofia para o mundo viriam dessa região” (p. 2). O professor e ensaísta questiona: seria uma profecia?

Na resposta, propõe que a explanação de Maffesoli animara o ego da *intelligentsia* latino-americana, mas trouxera consigo uma dose de responsabilidade. Também acredita haver nessa “delegação” certa impropriedade, uma vez que fora delegada por um representante do velho mundo, detentor de um cérebro ocidental e não por um desejo dos latino-americanos. Ele acredita que Maffesoli estaria se referindo ao hibridismo “evidente e congênito às formações culturais da região, mas, para ele, o que interessa nessa anedota

é a ideia do suposto cérebro uno do Ocidente” (p. 2). Não satisfeito, diz mais: “lados de um ‘mesmo cérebro’?” (p. 2)

Para continuar seu raciocínio, ele traz para o diálogo outro teórico, Décio Cruz, que trata tais episódios como mímica do intelectual “latino-americano, em busca do centro como modelo de imitação” (p. 2), advogando, também, que embora o Caribe seja conhecido como “Índias Ocidentais”, a Literatura ali produzida não ascendeu ao status de Literatura “Occidental”. Estupefato, Cruz afirma haver uma contradição e mau uso da palavra “ocidente”, além de explicitar uma visão errônea e preconceituosa “disseminada nas universidades norte-americanas, que oferecem cursos em ‘História Occidental’, podendo incluir os Estados Unidos, mas não a América Latina ou a região caribenha [...]” (CRUZ, 1998 *apud* CARVALHO, 2009, p.2).

Para Carvalho, não se trata de uma mímica simplista a ser resolvida pelo impasse e rebaixamento do latino-americano diante da “voz autorizada ocidental”. Em sua leitura, observa que tal autoridade cantada e até gritada ironicamente por um medicante Omeros fora chutada “em frente à igreja de St. Martin-in-the-Fields”, em Londres, segurando os surrados manuscritos de sua “rejeitada Odisséia” (WALCOTT, 1994, *apud* CARVALHO, 2009, p. 3). Os versos do mendicante ecoam questões pendentes de respostas.

Quem decreta uma grande época? O meridiano de Greenwich.

[...] Dentro de que aprazível abóbada  
ecoará a ladainha dos Santos de nosso povo insular?  
No saleiro da catedral de São Paulo, quando formos dignos de seu sal.

[...] Onde está a luz do mundo? Na National Gallery.  
(WALCOTT, 1994, *apud* CARVALHO, 2009, p. 3)

Para Carvalho, as perguntas enunciadas nos versos deixam vazar uma consciência “do binômio centro/periferia e a dependência histórica e cultural do segundo elemento desse binômio em relação ao primeiro” (p. 3). E, para além disso, ele enxerga a ironia impregnada nos versos como o elemento a reverter/perverter “o próprio conteúdo violento e mimético que essas perguntas transmitem. Porque também o cruzamento do meridiano de Greenwich não demarca apenas a Europa ou o grande Norte, como é o caso de se ver

o mundo entre dois hemisférios. Do lado de lá do meridiano está também a África” (p. 3).

O teórico segue apontando os reveses desse texto emblemático, que sugere aproximação de “gentes” oriundas de outros tempos, de outros espaços, de muitas vozes, especialmente vozes periféricas. O eu-lírico caribenho recita:

Segui uma andorinha-do-mar para os dois lados deste texto;  
seu hífen costurou a ambos, como as engrenantes  
bacias de um globo em que uma metade se ajusta à outra

num equador, as duas partes se encaixando com um clique  
numa esfera; exceto que seu meridiano  
não era Norte e Sul, mas Leste e Oeste. [...]

O bater-de-asas dessa ave leva estas ilhas para a África [...].  
(WALCOTT, 1994 *apud* CARVALHO, p. 3)

Ao trazer para a cena do texto o continente africano, que se ajusta ao americano que, por sua vez, se cinde ao europeu, promovendo encontros e aproximações bastardas, o poeta caribenho provoca novas reflexões, novos olhares. Isaías Carvalho assumiu essas provocações e sua leitura da Odisseia de Walcott denota “encontros de odisseias”, as quais “não se limitam ao binômio centro/periferia” (p. 3). Para ele, esses encontros

apontam para uma humanidade que seja pós-ocidental, se for permitido cair na pulsão do pós-. Uma humanidade que seja mais humana, um pleonasmo que parece querer ser repetido em nome de sua concretização. E é de fato como Silviano Santiago (2000) descreve seu conceito de “entre-lugar” o que se almeja transformar em ‘performance’ consciente, sendo Omeros uma figura que se delineia marcadamente na dimensão do trânsito geográfico e cultural, onde coabitam diversas tradições estéticas e culturais, não essencialmente como um mero consenso, mas enquanto uma bricolagem e uma mestiçagem de experiências e discursos. (CARVALHO, 2009, p. 4).

As conjecturas de Isaías Carvalho apontam “os nós e os pós” como um jogo inevitável “entre a natureza coletiva e relacional da narração em Omeros” (p. 3). Os “nós”, lidos em sua ambiguidade gráfico-semântica – plural de nó e pronome pessoal, nós – conduzem, na visão do crítico, ao “impulso do pós”. De acordo com ele, não tem como

trabalhar os nós “que atam e se prestam a ser desatados – dos estudos de cultura [...]” (p. 4) sem passar pelos estudos do pós-estruturalismo e do pós-modernismo ou outras perspectivas *pós*, quando são enfocados aspectos dos estudos culturais pós-coloniais.

Estimulando uma leitura distintiva no âmbito da teoria pós-colonial e em estudo do crítico Edouard Glissant (1989, p.148), Carvalho aponta que o estudioso fala a partir do Caribe, de um contexto pós-colonial e diz ser necessário desenvolver uma poética do “sujeito” uma vez que os muitos povos daquela região, em geral, os marginalizados “têm sido ‘objetificados’ ou mesmo objetados” (CARVALHO, 2009, p. 4). Daí a necessidade de desmistificar entidades, escrutinar conceitos e evitar essencialismos. Ele afirma também que o texto deve ser desestabilizado, estando, dessa forma, alinhado com a teoria europeia, mas que a desestabilização deve ser realizada pela experiência do Caribe, como é feita em *Omeros*, porque “o texto deve pertencer a uma realidade comum e não a um exercício asséptico de intelectuais de gabinete” (CARVALHO, 2009, p. 4).

Para ele, a coletividade do “Nós” torna, dessa forma, um sistema gerativo e, “qualquer concepção dogmática de criação literária é uma oposição a essa força do relacional e do comungado” (p. 4). Porém, ele observa que o crítico caribenho fala da não fixação da poética local (no caso, o Caribe) exclusivamente na experiência do vivido e do instintivo, “enquanto a dimensão do pensamento continuaria constitutiva do europeu, mantendo uma dicotomia ultrapassada” (p. 4), refutada pelo crítico, afirmando, assim, que a teoria pós-moderna e a atitude pós-estruturalista tomaram para si essa tarefa.

Nesse instante, Carvalho volta ao seu objeto principal: intentar conceituar o narrador pós-colonial. Para tanto, evoca o pensamento de Walter Mignolo, que considera o termo “pós-colonial” como expressão ambígua, por vezes, perigosa ou confusa, podendo ser, também, limitada e, até mesmo, inconscientemente empregada. Esse termo revela, segundo Mignolo, “uma mudança epistêmico-hermenêutica na produção teórica e intelectual. Não é tanto a condição histórica pós-colonial que deve atrair nossa atenção, senão os *loci* de enunciação do pós-colonial” (MIGNOLO, 1996, *apud* CARVALHO, 2009, p.5).

Perscrutando os caminhos dos *loci* enunciativos, Isaías Carvalho visita Linda Hutcheon e suas especulações sobre o pós-modernismo, visando a apresentar as semelhanças dos dois *pós*, a partir de um ponto em comum que, em sua visão, busca redefinir o sentido de ideologia na expectativa de estabelecer um contraponto “à

supressão liberal humanista do histórico, do político, do material e do social na definição da arte como eterna e universal” (p. 5). Na leitura que faz das duas correntes teóricas, isto é, do pós-modernismo e do pós-colonialismo, no âmbito da arte e da reflexão crítica, elas são percebidas como epistemes que reconhecem seu posicionamento ideológico no mundo, “por meio da fala daqueles ‘ex-cêntricos’ anteriormente silenciados” (p. 5). A figuração artística desses ‘ex-cêntricos’ faz-se pelos habitantes de países ex-colonizados, na expressão dos mestiços, as mulheres, os gays etc. O crítico aponta que em que pese o fato de os dois movimentos terem agendas distintas, eles se constituem como contra-modernos, com respostas “a diferentes classes de heranças coloniais”, já que um (o pós-moderno) tem o “locus de enunciação centrado no Primeiro Mundo” (p. 5) e o outro (o pós-colonial) possui um discurso centrado “nos países propriamente pós-coloniais, tendo em comum o processo de expansão ocidental identificado com a modernidade” (p. 5).

Deslindando teorias a fim de constituir o sentido de “narrador pós-colonial”, Isaías Carvalho, lendo *Omeros*, de Derek Walcott (1990), defende que o eu-lírico do poema retrata uma narrativa que se imbrica à vivência alheia, trabalhada “no nível das reminiscências do vivido pelo personagem-narrador principal em sua experiência com seus outros personagens caribenhos” (p. 8). Dessa forma, ele apresenta uma assertiva do narrador pós-colonial, qual seja, “o caráter relacional e coletivo, a partir da experiência vivida” algo que lhe é central, mesmo que “seja uma narrativa inviável para muitos, mas que é [...] um risco que deve ser corrido” (p. 8).

Curiosamente, no entanto, continua suas reflexões após analisar o perfil do poeta Derek Walcott em confronto com outro poeta, seu pai, Warwick Walcott, que delegara ao filho a tarefa de escrever sobre os sujeitos de seu mundo ou sobre as identidades mergulhadas na imensidão linguística do Caribe. Sua voz ressoa da seguinte maneira:

[...] como formigas ou anjos, verão [aquelas mulheres a gemerem] sua  
[cidade natal,  
desconhecida, crua, insignificante. Elas andam, você escreve;  
[...]  
Porque o dístico daqueles pés que se multiplicam  
foi o que formou suas primeiras rimas. Veja, elas sobem, e ninguém  
as conhece; recebem seus míseros cobres; e *o dever que você tem*,  
[...] *é o de usar a oportunidade de dar a esses pés uma voz.*”  
(WALCOTT, 1994 *apud* CARVALHO, 2009, p. 8, grifos do autor)



Para Isaías Carvalho, os versos recitados pelo narrador principal em *Omeros* estão carregados de uma experiência autobiográfica, o que faz com que “lhe seja delegada a tarefa da doação de voz aos silenciados da História (com H maiúsculo)” (p. 8). Na leitura do crítico, o Nós enunciador ou a multiplicidade de narradores enuncia uma polifonia de vozes anônimas da coletividade, que encontram nele um meio possível e produtivo de expressão (p. 8). Segundo Carvalho, essa peculiaridade da narrativa pós-colonial caribenha está explicitada pelo crítico Glissant (1989, p. 87): “história e literatura, suas maiúsculas removidas e contadas em nossos gestos, juntam-se mais uma vez para estabelecer, para além de um ideal histórico, o romance do relacionamento entre o indivíduo e a coletividade, entre o indivíduo e o Outro, entre o Nós [We] e o Nos [Us]” (GLISSANT, 1989 *apud* CARVALHO, 2009, p. 8). Para ele, essa narrativa promove um “deslocamento do sujeito individual europeu (o *Bildungsroman*) em favor de um sujeito coletivo que se oferece aos encontros culturais” (p. 8).

Feitas essas reflexões, Isaías Carvalho retoma a teoria de Silviano Santiago, quando afirma que o narrador pós-moderno transmite uma sabedoria advinda da observação de uma vivência alheia e sua autenticidade centra-se na verossimilhança, resultado da lógica interna do relato. Ele relembra as afirmações de Santiago de que “o narrador pós-moderno sabe que o ‘real’ e o ‘autêntico’ são construções de linguagem” (SANTIAGO, 2002, p. 46-47), a fim de ratificar que o “real” e o “autêntico” são constructos culturais presentes também na consciência do narrador pós-colonial.

Para finalizar sua construção teórica, Isaías Carvalho enxerga no narrador pós-colonial um gesto similar ao do narrador pós-moderno de Santiago. Trata-se do ato de “olhar o outro para levá-lo a falar”, como ocorre, por exemplo, na entrevista, uma vez que não se trata de contar as experiências pessoais, mas sim de narrar experiências alheias, observadas, vivenciadas. Porém, nesse gesto, ele mesmo se projeta como “parte de uma representação coletiva que visa a uma ‘fala com’ mesmo que aconteça com frequência a ‘fala por’ e a ‘fala de’ sua coletividade” (p. 9). Por assim se comportar, o narrador pós-colonial não se subtrai da ação narrada, mas tem em comum com o narrador pós-moderno a criação de “um espaço para a ficção dramatizar a experiência de alguém que é observado e muitas vezes desprovido de palavra” (SANTIAGO, 2002, p. 51 *apud* CARVALHO, 2009, p. 9).

Assim, analisando o narrador de *Omeros*, Carvalho observa que Derek Walcott “representa” na épica caribenha, isto é, se constrói como tal. Dito de outra forma, além de figurar um narrador, existem, também, outros narradores que se apresentam. Por conseguinte, há muitas vozes enunciativas no poema, elemento que o diferencia do narrador pós-moderno, pois nesse contexto, narrador e leitor não podem, na maioria das vezes, se definir “como espectadores de uma ação alheia que os empolga, emociona, seduz etc” (CARVALHO, 2009, p. 9), pois esse narrador comumente integra-se ao conjunto da narrativa (p. 9).

Esclareço, para avançar, que o jogo enunciativo de Pepetela lança dados na mesma direção do narrador pós-colonial de Isaías Carvalho. O narrador advindo da trama tecida no romance *A Gloriosa família: o tempo dos Flamengos* é o mesmo que lança um olhar ao Outro, mas sua estratégia está investida de um jogo de espelhos que reflete uma série de figurações, quais sejam: passado e presente; colonizador e colonizado; amo e escravo; masculino e feminino e metrópole e colônia.

Nesse caso, a interpretação de sujeito em Lacan ajuda a deslindar esse novelo tecido por Pepetela, por meio do qual ele constitui o narrador, que, por sua vez, passa a se constituir no romance, a partir da relação com o Outro. É que no romance, Pepetela vai elaborando um texto cujos significantes enunciam uma cadeia de significados que projetam visões das realidades que ele quer representar, seja em relação ao tempo ou às pessoas, seja em relação às classes sociais ou às condições do sujeito, nesse ambiente de representação.

Um caso ilustrativo da representação da subjugação pelo outro é Catarina, a “filha do quintal” de Baltazar Van Dum. A menina passa a habitar a casa grande quando completa 12 anos. A mãe tinha sido traficada para o Brasil assim que deu à luz e foi graças à imposição dos filhos “da casa” sobre a matriarca da família, D. Inocência, que a jovem passou a ocupar os espaços internos do lar de Baltazar, vindo a participar do grupo familiar. Entretanto, a senhora, pertencente à mesma etnia da filha mestiça de Baltazar, pois viera dos povos *kimbundo*, impunha-lhe as atribuições dos afazeres domésticos, e a tratava como se fosse a criada da casa e, esta, por sua vez, “aceitava tudo, se fechava num sorriso dócil, sonhando que um dia um rapaz rico ia reparar na sua beleza e levá-la a montar casa na Baixa. No entanto, já tinha vinte e três anos, a idade estava a passar e o pai não fazia nada para lhe arranjar partido” (PEPETELA, 1999, p. 22).

Os sujeitos representados no romance, especialmente o escravo narrador e o protagonista Baltazar Van Dum, são constituídos a partir de uma enunciação univocal, irônica, representativa da margem, porém com significativa pluralidade, justamente por ser constituída de um olhar lançado para dizer de um Outro, que diz muito de si mesmo. Em outras palavras, o escravo narrador só se constitui como sujeito enunciador para dizer de Baltazar Van Dum e de sua gloriosa família, mas para isso, necessita reconstituir a História da colonização portuguesa na África, destacando ainda a invasão holandesa em Angola. Ele constitui-se nela, mas finge não o fazer.

O jogo estabelecido pelo narrador está todo no ato de fingir. Para o leitor, é um jogo difícil de jogar, pois as caracterizações pessoais desse sujeito pouco convencem. Ele diz ser escravo, filho de um missionário português e de uma escrava da poderosa rainha Jinga, detentora do reino de Matamba, mas é, também, analfabeto e mudo. Ele habita as terras da Lunda até a juventude, porém, tem o destino alterado após a visita do Flamengo à rainha. A negociação se dá quando Baltazar Van Dum procura a soberana, a fim de estabelecer relações comerciais, e se apresenta como holandês, portanto, inimigo dos portugueses. A rainha, satisfeita com a nova amizade, presenteia o Flamengo com um de seus súditos, o narrador, que assim relata:

[...] eu, uma de suas propriedades mais preciosas, filho de uma escrava Lunda, é certo, mas também de um missionário napolitano, louco pelo mato e pelas negras, que ela mandou matar, dizem sem prova nenhuma, talvez por me ter gerado, pois provocou grande escândalo na corte um padre que dizia uma coisa e fazia outra. Meu pobre pai não foi o primeiro, e provavelmente não será o último, a acreditar nas conversas de taberna onde a vida alheia é escarpelizada. (PEPETELA, 1999, p. 24).

De sua fala, jorram aparentes incongruências: como pode ser uma das preciosidades do reino e ser doado? É como se blefasse. Ele atribui a si um alto valor, porém, sendo tão singular não alcança recursos importantes socialmente, tais como o domínio da escrita e a arte de ouvir e falar. No entanto, em meio a esse amálgama de inconsistências, ele atribui a si a obrigação de contar os feitos ocorridos em Angola durante os anos de 1641 a 1648, período da invasão holandesa em seu país. Para o leitor, ficam as questões: como acreditar em um escravo, analfabeto, mudo, narrador de um romance? Que autenticidade há no relato que tece? Alguém que não domina a escrita, é

surdo e habita as margens é digno de confiança? É nesse sentido que o olhar crítico do leitor se volta para o enunciador empírico, Pepetela, a constituição da voz no romance.

Daí a leitura sobre o Outro em Lacan que “in-forma” o sujeito como categoria de linguagem. Essa ideia está na discussão empreendida no Seminário 11, quando o psicanalista discute o mecanismo da alienação e separação, especialmente no aspecto que ressalta a relação com o Outro para o sujeito do inconsciente<sup>18</sup>. Para se chegar às ideias de Lacan, é necessário antes, discutir o que é sujeito, ainda que superficialmente, em Descartes e Freud.

Tomando de empréstimo as ideias de Lucas Nápoli (2012), em artigo sobre o tema, faz-se necessário retomar o conceito de “sujeito” do campo da Filosofia em Descartes e da Psicanálise em Freud. Em suma, o sujeito cartesiano é identificado ao eu, realidade supostamente irredutível, uma vez que sua existência não pode ser colocada em xeque, já que o propósito de duvidar pressuporia um sujeito. No campo da linguagem, sujeito é o elemento da sentença que sofre predicação. Ou seja, “sujeito é aquilo ao qual atribuímos ou negamos determinadas características” (NAPOLI, 2012. p. 2), o que implica a noção de que o termo sujeito é um lugar vazio.

Lucas reflete que as proposições de Descartes aludem à ideia de que “tudo o que se diz a respeito de alguém pode ser colocado em dúvida pelo próprio sujeito” (Cf. NAPOLI, 2012. p. 2). Atributos dados a ele não serviriam como representante último de si mesmo, pois ele próprio poderia colocar tais representações à prova e até descartá-las. Isso constitui a ideia de sujeito como um lugar vazio, o que ocorre também na linguagem.

Acerca dessa questão, Lucas pondera: “a palavra ‘Pedro’, considerada isoladamente, não possui sentido algum” (2012, p. 2). A enunciação substantiva só terá significação se a ela for atribuída alguma predicação. Por exemplo, na sentença: “Pedro é um aluno”. Nesse caso, “o sujeito ‘Pedro’, considerado em si mesmo, é um lugar inicialmente vazio a ser preenchido com predicados” (p. 2).

Os predicados nada mais são que palavras, portanto, linguagem. Lacan toma de empréstimo as ideias estruturalistas da linguagem, advindas de Saussure, que a constituiu como uma cadeia de signos, os quais se subdividem em significante e significado, unidos

---

18 A constituição de sujeito do inconsciente para Lacan (1955/56) está expresso na relação significante/significado elaborado por Saussure, porém, modificada por ele. Segundo Lacan, o significante é expresso por meio do desejo. O indivíduo, com a aquisição da linguagem, entra em uma ordem simbólica, que organiza o desejo inconsciente nas abordagens sistêmicas da estrutura.

arbitrariamente. Para ele, o significante está constituído do elemento material da língua, no caso, o som, e o significado, a ideia conceitual, o sentido. A linguística estrutural de Saussure postula que um determinado signo não é dado a priori, mas depende da relação com os demais signos de um dado sistema linguístico.

Lacan, por seu turno, concebe o signo a partir de sua relação psicanalítica e parte dessa relação para constituir o sujeito. Dessa forma, propõe que a experiência pessoal e os elementos do inconsciente, como os sonhos, lapsos de memória, chistes, atos-falhos e assemelhados constituem os significantes, sendo estes, a linguagem. Para ele, o significado não teria, ainda que arbitrariamente, uma relação fixa com o significante. O psicanalista defende ainda que “a experiência psicanalítica teria demonstrado que o significado é extremamente volátil, evanescente, como um fluido que desliza ao longo da cadeia de significantes” (2012. p. 2). Dessa forma, ele entende que a noção de signo deveria ser relativizada, uma vez que a fixidez relacional entre significante e significado se restringiria a um dado contexto. Ele defende ainda que “na linguagem como um todo, isto é, no lugar do Outro, só existiriam significantes. Aliás, Lacan define o Outro precisamente como “tesouro dos significantes<sup>19</sup>” (p. 2).

Tais reflexões denotam que, para Lacan, o sujeito está relacionado ao significante. E, tanto do ponto de vista filosófico em Descartes, quanto psicanalítico em Freud, o sujeito traduz uma noção de vazio, uma vez que não possui substância. É a predicação que irá conceder a ele substância. Por sua vez, a substância é constituída de significantes, os quais são os próprios artífices do significado a partir das relações que estabelecem com outros significantes na cadeia linguística.

Se o Outro em Lacan é o tesouro dos significantes, e eu “sou aquilo que um significante representa para outro significante”, ou seja, sujeitos vazios preenchidos por outros vazios, nossa representação é tecida no preenchimento do Outro, na construção que fazemos do Outro, então somos uma cadeia de representações capaz de impactar, construir, reconstruir e destituir outros sujeitos, outros significantes, outros “eus”. Em outras palavras, como lugares vazios, nós “sujeitos” adquirimos substância à medida que nos estruturamos em Outros, em que somos preenchidos com significações oriundas do Outro, sendo efeitos da cadeia de significantes.

---

19 No caso específico do romance em estudo nesse trabalho, Baltazar Van Dun e os demais personagens são os tesouros significantes no discurso do narrador.

E é nesse exercício de troca, de substituição de lugares que o narrador de Pepetela vai se constituindo no romance. Um sujeito sem voz, sem “classe”, sem instrução, ganhando identidade na ambiência de toda a cadeia narrativa que é constituída pelo discurso romanesco. A sua “IN-significância” torna-se significativa ao passo que vai construindo a “bio-grafia” de Baltazar Van Dun e, em seu reverso, a sua identidade. Ao elencar, por exemplo, os nomes dos filhos de seu dono, constituindo, assim, certa figuração do Flamengo, ele também diz de si:

[...] mas estou farto de nomes e tive de me encostar à parede da casa, à sombra da varanda, para imaginar o meu dono a almoçar alguma boa caldeirada feita pela Catarina, uma rainha do tempero, em tudo, afinal, meu encanto secreto, mas xé, que é isto? escravo não tem sentimento, aué, e tenho de estar atento ao meu dono, só dormir quando ele dorme, no resto seguir seus gestos, suas palavras, suas emoções, seus vazios também, para isso me foram buscar à terra da Jinga Mbandi. (PEPETELA, 1999. p. 23).

Ele ganha uma representatividade singular enquanto diz do Outro que lhe obtém, desse Outro que usufrui das riquezas de Angola e da sua cultura, que o subjuga e que é o representante autóctone, mas esse Outro, vazado pelo olhar europeu, é quem inunda a narrativa de sentidos, pois falando de si, reconstrói a História de Angola, da colonização e da invasão holandesa em Luanda, preenchendo os vazios deixados pelos registros oficiais e adquirindo notoriedade para o leitor. Sua voz ecoa, ganhando relevância e significação, inundando o romance como um rio caudaloso de histórias, capaz de afogar o leitor e embriagá-lo com a substância viva das palavras e frases que constituem seu discurso. Desse modo, sua enunciação jamais vocalizada no ambiente romanesco, grita para o leitor, preenchendo e dando substância também a esse leitor, especialmente se ele reconhece a si mesmo como referência da pós-colonialidade. Ele também traça para seu país e o povo que nele habita uma nova referencialidade, possibilitando novas aberturas e novas trocas. Por ele, é possível se ver também nesse jogo, e por isso dizer que esse narrador abriu espaços para a convivência e para a experiência de novas identidades, ao abrir caminhos para que judeus de diferentes nações pensassem na possibilidade de constituírem uma nova *Sion*<sup>20</sup> em terras angolanas.

---

20 Concebo “Sion” como Terra Prometida ou a própria Jerusalém e essa concepção está de acordo com as ideias discutidas no item 1.4 dessa Tese, onde trouxe algumas concepções sobre o sionismo, especialmente as de seu criador Theodor Herzl (1869-1904).

#### **1.4 Angola: uma possível pátria judaica? Que caminhos percorreram os judeus até o retorno à Palestina? O que Pepetela registra da diáspora judaica no romance *A Gloriosa família: o tempo dos Flamengos*?**

No ensaio *A condição judaica* (1987), Moacyr Scliar inicia suas reflexões retomando uma memória infantil. Recorda ter cerca de três anos, morador da cidade de Passo Fundo, estando perto da colonização judaica do Rio Grande do Sul. Parado próximo à sua casa, observa uma cena pouco chamativa: “paus de fósforo queimado, tocos de cigarro, folhas secas” (p. 5) e olha tudo aquilo angustiado, “com uma enorme vontade de chorar” (p. 5). Uma chuva cai sobre aquelas pequenas coisas que, para ele, “são criaturinhas vivas, dotadas de sentimento” (p. 6) que “logo serão arrastadas pela enxurrada, para desaparecer, para morrer” (p. 6). Ele se desespera e quer fazer algo, mas não sabe o quê. Então, vê diante de si a porta da Delegacia de Polícia, “dando para um longo e escuro corredor” (p. 6). Assim, imagina que não há tempo a perder e “começa a remover para ali os paus de fósforo, as baganas de cigarro, as folhinhas secas. Neste ponto, a recordação se esfuma e desaparece” (p. 6).

O escritor e ensaísta informa haver muitas maneiras de interpretar esse fato, questionando se talvez não pudesse ser também uma fantasia infantil, posteriormente elaborada. Sugere ainda ser elemento da aflição que move os médicos como ele, um profissional da saúde pública. Seus pensamentos também o conduzem a Marx, a Freud e Kafka, todos judeus envolvidos em seus dilemas, conflitos e descobertas. Mas, Scliar arremata que nesta evocação há uma memória judaica. “O desamparo judaico, a ancestral sensação de terra estranha, da catástrofe iminente (Os temporais da História). A eterna busca de um lugar abrigado, seja este lugar o colo da mãe, a casa paterna, ou o estado protetor” (p. 6).

Sinto-me impelida a clarificar que essa busca pelo lugar abrigado é permanente na vida do povo hebreu. No romance em estudo neste trabalho, de forma esparsa, o narrador apresenta personagens judeus, sugestões acerca da desconfiança com que eram observados em um universo de imposição religiosa ou ódios raciais e sobre as condições da vida judaica em África e no mundo transatlântico. No primeiro capítulo, por exemplo, Manuel Pereira menciona que se encontra em Angola e conduz a vida imerso na cultura

empreendida no local. Embrenhado nas terras africanas, vive uma vida comum como pai de família, misturado aos Van Dum, pois tornara-se marido de Gertrudes, a filha mais velha de Baltazar, trabalhando como feitor de fazendas no interior angolano. Soldados, comerciantes e membros da “Gloriosa Família” também discutem sobre questões políticas e, em dado momento, o Conde Maurício de Nassau é tema da conversa, quando é citada a tolerância do militar em relação aos costumes hebreus. Vale ressaltar: essas discussões se dão em um período da História ocidental quando os hebreus eram perseguidos em vários estados Europeus. Ambrósio, um dos filhos de Van Dum, relata a conversa que ouvira na bodega, quando o major da Cia das Índias Ocidentais em Angola, Gerrit Tack, expõe a sua opinião acerca do militar no Brasil, considerando-o um bom administrador. Baltazar reprova as andanças do filho pela bodega, mas demonstra compartilhar do sentimento do major em relação a Nassau, quando comenta:

— O Major Gerrit Tack considera o conde Conde de Nassau como o maior estadista das Províncias Unidas. Que quase conseguiu dominar todo o Brasil de Pernambuco para o norte, criando a Nova Holanda. Não deixa perseguir os católicos nem os judeus, até os encoraja a ir para lá, sobretudo os judeus que tinham fugido de Portugal por causa das perseguições<sup>21</sup> e que têm muito dinheiro. [...] Enfim, para o Major, o Maurício devia ser o príncipe de Orange, o que governa os Estados Gerais. (PEPETELA, 1999, p. 28).

Outro judeu no romance é Israel Pinheiro, dono da bodega de maior sucesso no interior angolano. Em seu estabelecimento, soldados da poderosa Cia das Índias Ocidentais ou matam o tempo, quando não estão envolvidos nas guerras angolanas, ou dedicam-se à cata de “peças” para o envio do tráfico negreiro. O narrador também dá atenção à identidade desse homem, destacando detalhes em relação à sua origem. Ele conta que Pinheiro viera aproveitando-se da invasão holandesa em Angola<sup>22</sup>, mencionando as dificuldades enfrentadas em Portugal.

---

21 O narrador aqui dá indícios de que o Pinheiro da Bodega é o representante desse povo em diáspora, pois ele saíra de Évora em direção à Flandres; de Flandres vai para Pernambuco e em Pernambuco, decide por conta própria, ir para Angola e montar banca na Ilha de Luanda para vender bebidas para os soldados das Índias Ocidentais. Esse personagem é objeto de trabalho no Capítulo 4 deste trabalho.

22 Maurício de Nassau encontrou muitas dificuldades quando aportou no Recife para administrar a colônia em crise financeira. Ele sabia que a mão de obra era o principal recurso para a produção de açúcar, produto que poderia ajudar a sanar os problemas financeiros, e não encontraria em terras brasileiras trabalhadores para a produção. Frente a essa dificuldade, decide seguir para a África e, em 1637, envia uma frota de navios com “soldados flamengos” para conquistar São Jorge da Mina. Tempos depois, levantou feitorias em Pinda, Congo e outras partes do continente. Mas, essas conquistas não foram suficientes para abastecer Pernambuco de forma satisfatória. Então, ele avança um pouco mais e aporta seus navios em territórios



O narrador relata que a família tivera muitos problemas em Évora, mesmo sendo pessoas reconhecidas na sociedade local. Ele detalha que sua família fora perseguida cruelmente, tendo a casa apedrejada. Mediante às perseguições, o pai decide se mudar, passando a habitar uma das melhores regiões da cidade, a Praça do Giraldo, mas isso não resolve. Assim, decidem ir para Flandres e de lá para Pernambuco. Adulto e habitante brasileiro, Israel Pinheiro toma conhecimento de que Luanda fora tomada pelos holandeses e para lá embarca. Relata o narrador:

Depois [que] Luanda foi tomada, o Pinheiro deixou os pais e os irmãos em Pernambuco e veio tentar a sorte aqui. E a bodega já era a mais concorrida, não só do Bairro dos Coqueiros, mas também da cidade. (PEPETELA, 1999, p. 52).

Essas situações remetem às lembranças de Scliar. O povo judeu perseguido e em busca de uma pátria, individual ou coletivamente, tinha por sonho encontrar um lugar para se abrigar. Sua constituição histórico-social também confirma essas dificuldades. A escravidão no Egito, o êxodo e a busca da Terra Prometida, a Inquisição e o Holocausto são grandes eventos trágicos que haviam assolado a vida hebreia. Moacyr Scliar rememora ainda: “A história dos judeus é uma história de perseguições, de massacres, de fugas” (SCLIAR, 1985, p. 26), ou seja, trata-se de uma vida toda permeada de sustos, dissabores, dificuldades e medos.

A Inquisição talvez seja o marco de maior infortúnio, antes do Holocausto, experimentado pelos hebreus. Nas palavras de Novinsky (2007, p. 14): “O caráter cruel e desumano de seu funcionamento talvez não tenha precedentes na história da civilização, até o surgimento do nazismo no século XX”. Com as garras estendidas para quatro continentes: Europa, África, Ásia e América, embora a rede de tribunais tenha se enraizado no Sul da Europa – Península Ibérica e Itália, seus idealizadores instauraram tribunais em várias regiões, alicerçados pela força das missões religiosas da igreja:

---

mais “férteis” em “peças” e alcança o Porto de São Paulo de Luanda, em Angola. Dessa forma, passa a explorar o comércio de escravos de 1641 a 1648. (Fonte: BARBOSA, C. T. Massangano: resistência portuguesa na Angola holandesa, 1641 a 1648. In: **Revista Tempos de Revoluções**. p. 288-302 – online. Disponível em: [www.unicap.br/ocs/index.php/coloquiodehistoria/colhistoria2017/paper](http://www.unicap.br/ocs/index.php/coloquiodehistoria/colhistoria2017/paper). Acesso em 20 jan. 2019.

franciscanos, dominicanos, jesuítas, agostinhos, capuchinhos ou carmelitas – e no quadro da criação de estruturas eclesiais estáveis – paróquias, dioceses, tribunais. (BETHENCOURT, 2004, p. 21).

Entre os séculos XVI e XVIII, o número de hereges<sup>23</sup> crescia significativamente nos arquivos inquisitoriais, o que levou seus idealizadores à instauração de tribunais nos espaços colonizados. Entre os anos de 1569-1570, são criados os tribunais do México e de Lima; em 1610, o de Cartagena de Índias, pelo lado espanhol. “E, na ambiência portuguesa, o tribunal de Goa inicia suas atividades em 1560 com jurisdição sobre todo o Estado da Índia (que compreendia os estabelecimentos portugueses da costa oriental de África a Macau)” (p. 21). Seus regimentos impunham ao termo “heresia” um sentido bem definido e específico. Novinsky (2007, p. 14-15) chama a atenção para o especificado no Regimento de 1640, que fazia constar o termo “herege judaizante”, endereçado aos “cristãos-novos”, ou seja, aos “portugueses descendentes de judeus que foram forçados ao batismo em 1497, durante o reinado de D. Manuel I, e que obstinada e secretamente seguiam a religião judaica”. Em outras palavras, a Inquisição, tomada inicialmente como elemento secular no âmbito da igreja católica para punir os hereges, soma-se ao braço régio da Espanha e Portugal e passa a agir com mais crueldade, assegurando-se nos quadros dos conselhos da monarquia.

Os estudos de Antônio José Saraiva apontam para duas questões fundamentais na vida dos hebreus da Península Ibérica: o que significa ser Cristão-novo e o que significaria ser Judeu após sua expulsão da Espanha em 1492 e de Portugal em 1496. Tais ideias originaram-se na instituição da Inquisição em Castela, ocorrida em 1478, cujo Inquisidor-Geral, nomeado pelo Rei, ocupava-se em perseguir os marranos ou apóstatas, isto é, cristãos suspeitos de judaizarem.

Isso posto, acredito que seja salutar buscar melhor compreender o que significa o termo judaizar. De acordo com Saraiva (1969, p. 23), o termo diz respeito ao fato de judeus convertidos, por não saberem ou não quererem romper os laços que os uniam à comunidade judaica, “praticarem abertamente os ritos cristãos e secretamente os hebraicos”. Saraiva ratifica, com essa definição, a noção de que os tribunais inquisitoriais

---

23 Herege: Palavra de origem grega – *hairesis* e do latim *haeresis* – significa doutrina contrária ao que foi definido pela Igreja em matéria de fé. Para o teólogo medievalista M. D. Chenu “Herege é o que escolheu”, “o que isolou de uma verdade global uma verdade parcial, e em seguida se obstinou na escolha” (NOVINSKY, 2007, p. 11-12).

ocupavam-se, “não dos judeus, cujo culto continuava a ser reconhecido oficialmente, mas de Cristãos suspeitos de judaizarem” (p. 23).

Para esse pesquisador, o estabelecimento da Inquisição em Espanha pode explicar a confusão existente entre esses dois grupos, isto é, o de judeus convertidos e o de não-convertidos, os quais deram origem e sustentação a outro grupo: “o dos falsamente convertidos” (p. 23). De acordo com o referido teórico, “a conversão de milhares de judeus criara uma nova camada burguesa cristã (de origem judaica), inimiga natural da velha burguesia judaica” (p.23).

Historicizo, para avançar, que quando são expulsos pelos Reis Católicos em 1491, os judeus passam a gozar de uma condição de vida insustentável na Espanha. Saraiva aponta, também, que um grande número de hebreus vende a preços vis seus bens, o que resulta em uma nova questão a ser resolvida: como lidar com um “imenso saque dos expatriados” do qual se aproveitaram os reis e seus agentes, como também aqueles que detinham somas de dinheiro líquido para comprar, “a preços irrisórios, as terras, as casas e os móveis dos que partiam” (p. 23). Em um contexto de perseguições e sofrimento, torna-se extremamente difícil a existência dos não-convertidos. Na prática, “um dos grupos tendia a eliminar o outro” (p. 23). O teórico chama a atenção para o fato de que a grande massa de judeus convertidos desde o século XIV resultara em uma nova burguesia e um novo artesanato cristãos. Tais fatos trazem consigo muitas dificuldades para quem vivia nesse ambiente, e Saraiva afirma que a expulsão dos judeus representava uma “amputação econômica e social bem menos grave do que teria sido antes da existência de uma população numerosa de Cristãos-Novos” (p. 23). O estudioso menciona, no entanto, que “os historiadores são concordantes no imenso prejuízo que resultou para a Espanha a partida dos Judeus sobreviventes” (p. 23). A esse respeito, para se ter uma ideia de como os processos movimentaram a agenda monárquica, a Inquisição espanhola, compreendida entre 1540 a 1700, envolveu cerca de oitenta mil processos na Espanha e, em Portugal, onde a instituição foi mais duradoura – perdurando até o século XVIII – os cristãos-novos de origem judaica responderam “por 80% dos 45 mil processos registrados” (BASBAUM. 2004, p. 78).

Face à sequência de fatos aqui exposta, ressalto que o processo de expulsão de judeus da Espanha, mais raramente, culminava nos inquéritos contra judaizantes. Porém, devo ressaltar, que a partir da união entre Portugal e Espanha, os hebreus voltam a ser

perseguidos e as novas vítimas passam a ser os judeus de origem portuguesa que emigravam em massa para Castela.

Para tentar aclarar um pouco a questão da “abundância” de tipos de hebreus, recorro aos estudos de Saraiva, de acordo com os quais, haveria três grupos de hebreus na Espanha, até 1492: os judeus mosaicos, os judeus cristãos e os judeus marranos. Dentre esses, os marranos recebem especial atenção. Para Saraiva (1969, p. 24), os marranos “tinham um pé no grupo mosaico e outro pé no grupo cristão”, o que destaca o “incólume” lugar de entremeio que ocupava esse grupo, em relação aos dois outros. Para o autor, o desaparecimento dos marranos se deu com a expulsão do grupo mosaico em 1492. Ele explica que houve a assimilação daqueles ao cristianismo. A esse respeito, o teórico parece lamentar: “o espaço de uma geração bastou à Inquisição Espanhola para liquidar os seus restos” (p. 24).

O pesquisador aponta elementos significativos nessa configuração. Em primeiro lugar, é necessário especificar os propósitos da Inquisição na Idade Média. Surgida para investigar e punir os crimes contra a fé e contra os bons costumes, era uma instituição ligada a dois fenômenos: o Estado e a Igreja, indissociáveis nesse período. Os inquiridores agiam então para identificar os crimes cometidos pelos denunciados, mas para isso, seguiam um processo diferente daquele empreendido para averiguar crimes comuns: partiam do âmbito clerical e monárquico e não apenas do civil. Uma vez concluídas as diligências criminais, cabia a eles julgarem e condenarem os réus, o que, na prática, era tamanha complexidade, visto que, por vezes, os julgamentos que se davam por conta de crimes espirituais eram aplicadas penas temporais, resultando em condenação e morte, além da perda de bens.

É válido apontar, neste instante, que, a essa realidade, subjaziam questões étnicas, religiosas, culturais e sociais. Tais questões são aclaradas por meio do questionamento de Scliar (1985, p. 26):

Sou judeu?

Levanto-me, vou até o espelho. O que vejo? Um homem de barba, cabelos ruivos (raros, mas loiros – [o singular humor judaico]) e melancólicos olhos azuis. Um rosto muito diferente daqueles que vi em Israel, onde a maior parte dos judeus tem aparência tipicamente mediterrânea; tez amorenada, cabelos pretos, olhos escuros. E muito diferente dos *falashas*, judeus etíopes, negros, descendentes, segundo se diz, do casamento do Rei Salomão com a Rainha de Sabá.

O que quer que sejamos, nós, os judeus, não somos uma raça. [...]

Essa reflexão não encontra exato amparo na teorização de Saraiva, que afirma que “na Península Ibérica, como no resto da Europa, a situação dos Judeus, durante a Idade Média, resultava de uma realidade étnica e religiosa” (p. 26) e que essa realidade “separava as burguesias judaicas das burguesias cristãs” (p. 26). Ele ressalta, ainda, que enquanto no resto da Europa o resultado das perseguições foi a “exterminação, expulsão ou assimilação da minoria judaica, num movimento de cilindragem e de igualização, que tendia a abolir a lei particular e à discriminação dentro da coletividade” (p.26) na Península Ibérica, tais perseguições resultaram em um processo de “dissimilação que conduziu a uma nova discriminação e criou, em lugar da antiga minoria extinta, uma nova minoria com estatuto social de inferioridade” (p. 26).

Na visão de Saraiva, a Inquisição e as leis discriminatórias criaram, na Península Ibérica, um novo gueto. “A nova minoria não tem já uma realidade étnica e religiosa, e a sua personalidade resulta da pressão que sobre ela exercem, do exterior, as leis, os costumes e os preconceitos alimentados por certos fatores” (p. 26). Em estudo pormenorizado sobre os autos de fé, o pesquisador Luiz Nazário descreve as ações inquisitoriais ancoradas em uma metodologia do mal, e com fina ironia aponta que os inquisidores da Península Ibérica se valiam de “métodos *infalíveis* de investigação da alma (espionagem, delação, censura, acusações secretas, prisões preventivas, interrogatórios capciosos e sessões de tortura)”(p. 32) e, assim, esses inquisidores consolidavam “uma instância privilegiada de inspiração divina para apanhar suspeitos, arrancar confissões, julgar e condenar judaizantes” (p. 32), ou seja, os cristãos-novos viviam em situações de puro horror em meio a variadas ameaças.

Entre os constrangimentos sofridos pelos judeus em Portugal está a cobrança da *judenga*, uma espécie de tributo pago ao Tesouro Real equivalente “a trinta dinheiros por cabeça, como lembrança e punição por haverem vendido Cristo por quantia equivalente [...] e à vista” (BASBAUM, 2004, p. 84). Também eram obrigados a oferecer presentes e emprestar somas significativas de dinheiro a crianças e menores pobres.

António José Saraiva traz em seu livro uma reflexão que devota a Sartre em que retrata as seguintes ideias: “o judeu está na situação de Judeu porque vive no seio de uma comunidade que o tem como Judeu” (SARAIVA, 1969, p.26). Essa assertiva de Sartre

leva Saraiva a observar que não são motivações religiosas ou étnicas que conduzem à identificação desses grupos na Península Ibérica. Para ele, “A personalidade deste grupo social, [...] pouco estável e de limites mal definidos, resultava sobretudo das suas atividades econômicas predominantes e da consciência particular que dentro dele tendia a criar-se em resultado da sua situação relativamente aos outros grupos sociais” (p. 26).

Pesquisas acerca da Inquisição e da perseguição aos hebreus, ao longo de muitos séculos, colocavam-nos em constante alerta e, a partir dessa situação, passaram a criar formas de recomeço e de desenvolver atividades mais dinâmicas, com facilidade de mobilização. Nesse sentido, as profissões exercidas pelos judeus eram mais relacionadas à arte – ourives, artesãos, sapateiros, alfaiates –, comerciantes de um modo geral ou profissionais liberais como advogados e médicos. Inteligentes, curiosos e pesquisadores, encabeçaram as mais significativas descobertas e o quase domínio do comércio marítimo e da tecnologia de navegação. Por exemplo, ao longo do domínio árabe na Península Ibérica, tornaram-se ricos financistas, fazendo vultuosas contribuições para a monarquia portuguesa. As pesquisas de Saraiva apontam que, em 1478, quando o Rei português lançou uma contribuição para a defesa do reino, os judeus entraram com uma quinta parte do dinheiro que fora recolhido.

Para Saraiva, os judeus eram importantes no reino português não apenas pela riqueza constituída, mas especialmente por exercerem funções especiais. Como eram comerciantes de sucesso, eles detinham o monopólio das operações financeiras: “o comércio do dinheiro, a cobrança das rendas do Estado e das grandes casas senhoriais, a administração das alfândegas” (p. 28) eram executadas por eles. Ressalto, também, que por historicamente dominarem a arte da manipulação financeira eram tidos como usurários.

Essa questão onzenária é discutida por Scliar (1985), no ensaio *A condição Judaica*. Segundo ele, “Houve um tempo em que dinheiro e usura eram coisas olhadas com nojo” (p. 32) e o auge desse horror centra-se na Idade Média, situação resultante dos interesses de duas classes poderosas. Nas palavras do referido autor (p. 32),

De um lado, o clero. Como assinala Henri Pirenne, em sua História da Idade Média. “A concepção de mundo da Igreja adaptava-se admiravelmente às condições econômicas de uma época em que a terra era a única base da ordem social. A terra tinha sido dada por Deus aos homens para que dela pudessem viver, visando à salvação eterna. O objetivo do trabalho não era a riqueza, mas sim a manutenção de cada qual na posição social em que havia nascido, até o

advento da vida eterna. [...] A pobreza era uma determinação divina, mas competia aos ricos aliviá-la, pela caridade. Emprestar a juros – a usura – era uma abominação”.

Scliar explica ainda que o dinheiro e o trabalho eram abominados pela nobreza medieval. Cabia aos seus servos garantir-lhes a subsistência, enquanto eles matavam o tempo em festas, torneios e expedições militares. Entretanto, necessitava-se de dinheiro para comprar o luxo: joias, tecidos finos e especiarias e, para atender a essa necessidade, a sociedade medieval transferiu aos judeus a manipulação do dinheiro. Fato é que tal transferência seguiu acompanhada do mal afamado papel de usurário e da alcunha de “sujeitos marginais”, em meio a uma inescrupulosa sociedade.

Devo esclarecer, antes de prosseguir, que Saraiva (1969, p. 28) cita algumas das funções exercidas por hebreus na Ibéria: “tecelões, ourives, marceneiros, barbeiros, sapateiros, alfaiates, caldeireiros, correeiros, seleiros, cordoeiros, oleiros, costeiros, etc.” De acordo com o autor em questão, essas funções constavam de uma lista em um édito do rei D. João II, no qual são enumerados os ofícios característicos dos judeus espanhóis. Saraiva não deixa de ressaltar, também, que os nobres portugueses também se valiam dos serviços dos judeus em sua vida pessoal. “É judeu, por exemplo, o alfaiate da Infanta D. Beatriz, filha de D. Afonso V” (p. 28). Saraiva cita ainda a tentativa de atrair para Portugal os ferreiros, malheiros (fabricantes de malha metálica) e armeiros. O estudioso infere que essas questões apontam para o fato de os judeus ibéricos serem peritos nas técnicas do ferro. Ele cita também um dado curioso: o de provavelmente, faltar em Portugal oficiais mecânicos.

Cabia, ainda, aos judeus exercer a função intelectual na vida portuguesa. De acordo com Saraiva, os hebreus, na Ibéria, foram os herdeiros da ciência árabe. “Cultivando a Astronomia e a Astrologia, tiveram um papel primacial nas bases científicas da navegação atlântica portuguesa: Abraão Zacuto, judeu espanhol refugiado em Portugal, elaborou o *almanach Perpetuum* por onde se guiaram os navegadores na orientação pelo astrolábio” (p. 29). A *latitude da Guiné* também foi elaborada por outro judeu, Mestre José Vizinho, discípulo de Zacuto. Os fundamentos da Astrologia também estavam nas mãos judaicas. Mestre Guedelha, físico e astrólogo, era o consultor do Rei. Eles predominavam na Medicina. Saraiva observa que havia na corte portuguesa “um setor intelectual hebraico caracterizado pelo cultivo das ciências exatas e das ciências da

natureza, em face do setor intelectual cristão, constituído pelo Clero, mais identificado com as ciências teológicas e literárias” (p.30).

Para Saraiva, os nobres portugueses, interessados nos bens culturais e materiais dos hebreus, os atraíam para a corte. Entretanto, eles eram muitos e dividiam-se em diversas categorias e a situação de expatriados os deixava sempre como párias sociais. Analisando os aspectos de uma vida marcada por dificuldades, Saraiva observa: “o rei protegia contra o cristão o seu judeu. Mas os mesmos príncipes, que protegiam os judeus detentores do dinheiro, encarregavam-no de funções odiosas, como a de cobrança de impostos e direitos, colocando-os numa posição que tem analogias com a do carrasco” (p. 32).

Dados estatísticos apontam que a movimentação dos hebreus expulsos da Espanha se deram para muitas direções. Cerca de 20.000 famílias ou 120.000 pessoas entraram em Portugal. “Uma parte desses refugiados embarcou para o Norte da África, outra parte ficou” (p. 33). Muitos também se tornaram escravos, vendidos ou doados pelo Rei. Em meio a diversos dissabores vividos, eles novamente voltam a ser perseguidos e expulsos: em mais um decreto discriminatório, em 5 de dezembro de 1496, Judeus e Mouros são condenados a saírem das terras lusas. Entretanto, o Rei, preocupado com as perdas que adviriam da saída dos hebreus, os força a se batizarem. Em meio a essa barbárie, crianças judias menores de 14 anos são retiradas de suas famílias e entregues a outras cristãs. Os pais nunca mais teriam notícias de seu paradeiro.

O Rei também determina que por 20 anos os judeus convertidos à força, isto é, os Cristãos-novos não sofreriam acusações por judaísmo, buscando, dessa forma, garantir que não sofressem inquirições e violências, evitando, assim, a expatriação. Porém, aqueles que insistiam em sair enfrentavam dificuldades, como, por exemplo, a designação de um único porto de saída para os hebreus: o de Lisboa. De acordo com Saraiva, “Ali se juntaram, segundo Damião de Gois, cerca de 20.000 judeus de vários pontos de Portugal”. Todavia, “um bando de frades, acompanhados de sicários, investiu os locais onde eles estavam concentrados e, violentando-os, lançou sobre eles a água do batismo” (p. 34). Tal violência os transformava, à força, em cristãos e os impedia de manter seus ritos religiosos. Se insistissem, seriam considerados apóstatas, sobre os quais recairiam penas inexoráveis. Sobre essa questão, Saraiva (1969) historiciza que “alguns judeus



conseguiram embarcar apesar de tudo, mas a quase totalidade deles ficou em Portugal, de boa ou má vontade” (p. 34).

Nesse contexto, a vida judaica em Portugal é permeada de medos. Toby Green relata o caso de uma família de Évora, no ensaio *Inquisição: o Reinado do Medo*. Situa-se o ano de 1545 e o réu é Álvaro de Leão, um mercador nascido na cidade de Mogadouro, no norte de Portugal. Sua família era considerada grande, cinco irmãos e uma irmã. Relata Green (2011, p. 72): “ao longo dos 50 anos seguintes, o comportamento desses irmãos, seus filhos e netos viria a simbolizar muito do que acontecia na história global da Inquisição”.

A família vivia nas colinas desertas entre as cidades de Mogadouro e o povoado de Cortiços e constava dos autos inquisitoriais que Álvaro de Leão fora visto praticando a lei de Moisés, jejuando, obedecendo a horários mosaicos para se alimentar e dando esmolas como faziam os convertidos, denotando que orava como um judeu. Isso bastou para ser condenado. Inquirido, anunciara-se inocente. Porém, nada verteu a maldade do inquisidor, que o deixou nas masmorras de Évora, juntamente com sua mulher Lianor de Carvajal, o irmão Jorge e a esposa deste, Branca. Acrescenta Green: “um tio materno, Bernardo Lopez, também foi enviado à mesma prisão. Aquelas famílias tinham sido amaldiçoadas e o castigo levaria séculos para chegar ao fim” (p. 73).

Em meio a tamanhas atrocidades, alguns lograram êxito em fugir. Holanda, Egito, Turquia, Grécia, Brasil e Norte da África foram os destinos alcançados pelos que conseguiram escapar da perseguição sistemática promovida pelas forças inquisitoriais ibéricas. Sempre prontos para uma nova partida, o povo hebreu é formado por uma comunidade aguerrida, vinculada à fé. Trata-se de pessoas conscientes de seus propósitos culturais e, especialmente, apegadas à palavra escrita por meio da qual se faziam notar.

Toda a singularidade hebreia centra-se na devoção a um único Deus e está também na fé o caráter persecutório experimentado por eles. Em ensaio sobre o tema, Moacyr Scliar afirma que a devoção a um único Deus é que possibilitou aos hebreus a unidade e identidade grupal. Para esse ensaísta, “o monoteísmo teria inspirado aos hebreus pela árida, monótona e severa visão do deserto, e esta concepção religiosa eles trouxeram para a região ao se transformarem de pastores nômades em agricultores” (SCLIAR, 2001, p. 23).

Scliar dedica-se a, também, analisar uma outra questão: a notável liderança de Moisés. Nos meandros de um grupo de hebreus arrebanhado em diáspora, em busca da Terra Prometida, destaca-se esse líder judeu, que foi capaz, conforme afirma o pesquisador, “de mobilizar um grupo humano escravizado, desmoralizado, conduzindo-o em uma longa jornada pelo deserto até a terra onde os israelitas por fim se fixariam” (p. 26). É interessante registrar, também, que esse movimento é o responsável pela celebração de ritos e símbolos religiosos no judaísmo. A *Pessach*, ou Páscoa judaica, rememora a Libertação de seu povo da escravidão. Nas festividades dessa celebração, o pão ázimo, sem fermento, é o principal alimento, relembrando a comida que os hebreus levaram na fuga do Egito. Também “lê-se a *Hagadá*, um relato que ao longo dos séculos foi sendo enriquecido com historietas e canções” (p. 27).

Autodenominados “o povo da memória”, os hebreus têm na Bíblia o seu norteamento ético-social e religioso. E o livro do Êxodo “descreve não apenas a dramática história da fuga do Egito, mas contém os Mandamentos e numerosas regras e leis” (p. 27). Scliar comenta que “alguns desses preceitos têm caráter universal: a hospitalidade ao estrangeiro, o respeito ao idoso, a caridade para com os pobres” (p. 27), mas acrescenta, também, o elemento de enraizamento previsto nesses preceitos fundamentais à vida de um povo em transição de costumes, isto é, deixando de ser nômade para se fixar em um lugar. Portanto, era necessário estabelecer normas e regras, viabilizando, assim, a convivência social.

A leitura de Scliar sintetiza em três aspectos os preceitos bíblicos. “Os três primeiros mandamentos referem-se ao Monoteísmo; os seis últimos estabelecem regras de conduta entre seres humanos” (p. 28). Essas regras dizem respeito ao descrito nos textos sagrados: honrar pai e mãe, não matar, não cometer adultério, não roubar, não levantar falso testemunho, não cobiçar a mulher do próximo. Em outras palavras, são normas para a manutenção de uma vida social harmoniosa. Scliar vê no quarto Mandamento, o último aspecto dos preceitos bíblicos, “um misto de preceito religioso e social”, pois “manda guardar o dia do sábado, um descanso que deve se estender aos filhos, aos escravos, aos estrangeiros, aos animais” (p. 29) que, para o ensaísta, “é o reconhecimento de um direito que na Antiguidade escravagista não parecia tão pacífico” (p. 29).

Para Moacyr Scliar, os cinco primeiros livros do Antigo Testamento constantes na Bíblia, Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio, compõem a Torá, ou Lei que delimita uma nova etapa na História judaica. Comenta o ensaísta: “Os antigos pastores tinham renunciado ao nomadismo e se estabelecido num espaço geográfico, que fora lenta e penosamente conquistado. As primeiras vilas começavam a surgir. Toda essa situação era incompatível com o primitivo sistema tribal” (p. 29). Para garantir a centralização social, era necessário haver uma liderança. Isso, em geral, surgiria, em função de habilidades militares. De acordo com Scliar, “os conflitos armados se sucediam, por causa da constante movimentação na região; amoítas, midianitas e outros povos tentavam arrebatam aos israelitas os territórios que estes haviam conquistado” (p. 29). No caso dos Filisteus<sup>24</sup>, “esta guerra de conquista teve, durante muito tempo, o caráter de uma sistemática guerra de conquista; numa das batalhas, conseguiram arrebatam a Arca da Aliança, espécie de santuário portátil onde estavam os Dez Mandamentos” (p. 29).

Para Moacyr Scliar, a unidade nacional nos tempos bíblicos representa um desastre na História dos israelitas. O ensaísta afirma que nem o grupo de juízes e nem o de sacerdotes conseguiu unificar a vida nacional, ilustrando seu argumento com a figura de Samuel. Scliar relata que ele fora educado no Santuário de Siló<sup>25</sup>, mas não era sacerdote. Do ponto de vista de Scliar, não ser religioso era uma vantagem para Samuel, pois não estaria comprometido com a casta sacerdotal, classe social, em que se encontravam muitos corruptos. E ele surge, detentor de uma “personalidade dominadora, ativo articulador” conseguindo “reunir em torno de si a massa crítica de liderança necessária para a introdução de uma forma de governo mais compatível com a nova situação: a monarquia” (p. 31).

Problematizo que o nacionalismo parece ser uma forma de constituição operadora de problemas. Anderson (1989), em *Nação e consciência nacional*, traduz o conceito de nação como “comunidade política imaginada — e imaginada como implicitamente

---

24 Filisteus são povos aguerridos, inimigos dos judeus citados em vários livros da Bíblia. Por exemplo, em Crônicas 10-1-10, há a menção a uma batalha dos filisteus contra os israelitas. Nela, Saul é ferido no ventre, além de ter três de seus filhos mortos: Jônatas, Abinadab e Melquisua. (In: I Crônicas. **Bíblia Sagrada**, 1992, p. 438).

25 Siló é mencionada na Bíblia Hebraica como um lugar de reunião para o povo de Israel, onde havia um santuário contendo a Arca da Aliança até ela ser tomada pelos Filisteus no campo de batalha em Afeca (provavelmente Antipátrida).

limitada e soberana” (p. 14). Ampliando suas ideias, ele ainda argumenta que “ela é imaginada porque nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão” (p. 14). Os estudos que empreendi indicam ser essa a ideia que alimenta aqueles grupos humanos, antigos pastores, que haviam renunciado ao nomadismo para se estabelecerem em um local que fora conquistado lenta e penosamente, onde surgiam os primeiros aglomerados urbanos.

Essas comunidades viviam em uma região em que prevaleciam conflitos armados, uma vez que a terra conquistada pelos israelitas situava-se em uma região de constante movimentação. Assim, os povos circundantes não os deixavam em paz. E os Filisteus acabaram arrebatando a Arca da Aliança, o que determina uma radical mudança na História dos hebreus. Como Samuel surgira como liderança, cabe a ele promover uma nova forma de vida e organização social e econômica, que assegurasse aos habitantes da região uma vida mais pacífica. Nesse universo, aparece Saul, pertencente à tribo de Benjamin, sendo conhecido na região por sua estatura elevada e pela beleza física. A pedido do povo que negara um dos filhos de Samuel, este consagra Saul. Nos dizeres constantes do livro de Samuel, na Bíblia Sagrada (1965, p. 313): “Samuel tomou um pequeno frasco de óleo e derramou-o na cabeça de Saul; beijou-o e disse: ‘o Senhor te confere esta unção para que sejas chefe da sua herança’”.

Sagrado Rei, Saul passa a enfrentar o recrudescimento dos Filisteus. Um dia, ao ver o acampamento inimigo, ele se enche de pavor e invoca o espírito de Samuel, já falecido. Ele também consulta uma necromancista, a bruxa de Endor. Acaba, então, tendo a visão do espírito de Samuel que lhe antecipa uma derrota do rei, o que de fato acontece. Nessa batalha, os Filisteus matam três filhos de Saul e ele acaba se suicidando para não cair em mãos inimigas.

As sucessões ocorrem. David, consolidado em meio aos israelitas como um notável guerreiro, sobe ao trono e consolida fronteiras. Torna Jerusalém a capital da Judeia e funda uma dinastia que perdurará por mais de quatro séculos. Morto David, seu filho Salomão o sucede, e nesse reinado, o povo hebreu experimenta uma prosperidade sem precedentes. Ligado à beleza, à ostentação e ao luxo, Salomão exerce o poder sustentado em dois aspectos singulares: uma habilidade em estabelecer acordos políticos e uma devoção à vida religiosa. Desse modo, manda construir um templo belo e

imponente. Para tanto, importa cedro do Líbano, marfim da África e ouro de Ofir. Essa construção passa a significar a institucionalização da religião, em torno da qual gravitava uma poderosa classe sacerdotal. Por volta do ano 953 a. C., o Templo tornou Jerusalém a capital religiosa do país, para onde direcionava uma multidão de fiéis ao menos três vezes ao ano. É também a existência do Templo de Jerusalém que marcará os dissabores dos povos hebreus na Palestina e o recomeço de uma nova diáspora.

A cidade de Jerusalém é atacada por três vezes e o Templo, sendo uma referência da identidade judaica, é destruído. Com isso, os judeus se espalham pelo mundo, experimentando, ora uma vida glamorosa como a ocorrida no Império Otomano, ora a perseguição e sofrimento, como o infligido pela Inquisição e seus dirigentes, sobre o que já discorri neste estudo.

Opto por, neste instante, aprofundar um pouco em busca da compreensão da condição Africana de outrora. John Thornton no livro, *A África e os africanos*, fala da estrutura social e política africana. Suas análises denotam que a estrutura social e corporativa em *África* parece ter impossibilitado aos membros de uma comunidade adquirir fontes de renda além da produção de seu próprio trabalho ou comércio, sem que o Estado o concedesse (THORNTON, 2004, p.138). O pensador diz ainda que foi “precisamente nesse ponto que a escravidão foi tão importante na África e a levou a exercer um papel tão importante no continente” (THORNTON, 2004, p.138).

Analizando a História africana à luz de teorias Marxistas, o estudioso apresenta três aspectos que conduzem à condição vassalar desse povo e deduz que, por ser negada aos povos africanos a condição de propriedade, especialmente da posse da terra, eles poderiam possuir outra: a do trabalho e a do capital (a terceira categoria de análise) e, assim, “eram relativamente insignificantes antes da Revolução Industrial. (THORNTON, 2004, p.138). E conclui que a propriedade privada do trabalho é que favoreceu “ao empreiteiro africano uma geração de riqueza estável”. Naquele ambiente vassalar, “a propriedade ou o controle de trabalho poderia ser desenvolvido por uma linhagem, em que os membros mais jovens subordinavam-se aos mais velhos, apesar de isso ser menos perceptível na documentação mais antiga” (THORNTON, 2004, p.138). Ou seja, Thornton aponta um dado relevante na congregação social africana cujos registros são poucos e, Pepetela, de um modo ou de outro, vem fazendo esse resgate em sua obra, não apenas no romance *A Gloriosa família: o tempo dos Flamengos*, como também em

*Mayombe* (1980), *A geração da Utopia* (1982), *Yaka* (1985); *Lueji, o nascimento de um império* (1990), *Parábola do cágado Velho* (1997), dentre outras.

Nos apontamentos de Thornton, há ainda o registro de que havia duas diferentes formas de os escravos africanos serem usados. Em uma, eles eram uma realçada forma de riqueza privada, ou um modo seguro de gerar riquezas que equivaliam à posse de terras na Europa; em outra, os escravos eram utilizados pelos funcionários do Estado como um grupo dependente e leal, quer fosse para a produção de renda, quer para o serviço administrativo ou militar “na luta entre reis e dirigentes que queriam centralizar seus estados e outras elites que procuravam controlar o absolutismo real (THORNTON, 2004, p.142). O narrador de *Pepetela* se presta a tal ação. É doado pela rainha Jinga ao explorador angolano Baltazar Van Dum tornando-se um sujeito sem pátria em sua própria terra e também sem identidade no universo do romance, mas muito inteligente e capaz de promover o resgate de sua História, justamente por se valer da invisibilidade em meio aos colonizadores e exploradores europeus em África.

Devo esclarecer, no entanto, que o liberalismo, na metade do século XVIII, trouxe novos ares ao mundo hebreu espalhado na Europa. Com as ideias liberais, especialmente defendidas pelos pensadores franceses, Montesquieu, Diderot e Rousseau, os quais defendiam igualdade para os judeus, as muralhas do gueto começaram a cair. Nesse contexto, aparece um defensor liberalista para o mundo hebraico: Moses Mendelssohn, expoente da Haskalá ou Iluminismo, um movimento de liberalização religiosa, que resultara da ascensão econômica. Seu desejo era que os judeus saíssem “da casuística ritual-religiosa (leia-se Talmude), para lançá-los nas largas avenidas da cultura humana” (SCLIAR, 2001. p. 76). Para alcançar esse propósito, foram realizadas algumas modificações nos cultos. “As preces, por exemplo, podiam ser recitadas em alemão, e as sinagogas eram semelhantes aos Templos de outras religiões” (p. 76). O liberalismo político trouxe certa igualdade para os judeus em alguns países europeus e, na Alemanha, muitos ocupavam espaços expressivos na alta burguesia, pois eram industriais, empresários do alto comércio ou financistas, como os membros da família Rothschild.

No século XIX, quando os movimentos nacionalistas já haviam enrobustecido e os judeus se espalhado pela Europa, onde aprenderam outras línguas e adotaram o modo de vida que os cercavam, eles se julgavam cidadãos como os demais. Fato é que tal contentamento, uma mera ilusão, veio a desmoronar frente à violência adotada para com

os judeus e à ocorrência dos *pogroms*<sup>26</sup> ou massacres em massa às comunidades judaicas na Rússia. Esses massacres eram organizados pelos governantes. Nesse sentido, escritores, jornalistas e sábios se perguntavam: “para onde vamos?” Por viverem em um tempo em que a ciência e a razão dominavam o mundo, questionavam ainda: “se neste século das luzes, homens podem ser roubados e massacrados tendo como única razão o fato de serem judeus, que esperanças restam na Europa?” (TSUR, 1977, p. 23). Aos seguidos questionamentos, obtiveram a seguinte resposta: “falta-nos o elemento essencial para a existência de um povo: um território que possamos chamar de nosso. Não somos os senhores em nenhuma nação do mundo. Eis aí porque seremos sempre as vítimas da arbitrariedade dos outros” (p. 24).

Nessa construção ideológica surge o nacionalismo judaico moderno. E nasce, também, a luta pela conquista da Pátria e o desejo de retorno à *Eretz Israel*. No ensaio sobre o Sionismo, Jacob Tsur relata que a terra de Israel sempre foi a encarnação das aspirações milenares dos hebreus. Relata que “se Jerusalém sempre representou a finalidade da peregrinação santa para os cristãos e os muçulmanos, ela simboliza, para o judeu, no quadro e no símbolo das glórias passadas de sua nação, não apenas o conceito religioso, mas também a capital de um reino perdido e reencontrado” (p. 25).

Em sua Dissertação de Mestrado, intitulada *Em busca de um lar para os Judeus - A hipótese de Angola*, São Bento (2014) discute esse tema. O autor indica que, na Europa, nesse período, inúmeras nações estavam em luta pela conquista da independência. “O nacionalismo começava a ganhar força em muitos territórios, exemplo disso acontecia no império Austro-Húngaro onde checos, eslovacos, rutenos, eslovenos e croatas constituíam grupos minoritários que aspiravam à autodeterminação nacional” (p. 10). Olhando para essas minorias, Hirsch Kalischer<sup>27</sup>, judeu alemão, criticava seus compatriotas por não terem o objetivo de criar uma nação independente, como acontecia com alguns povos na Europa. E, assim pensando, em 1860, apoia uma organização com

---

26 O *pogrom* é uma forma de manifestação de poder arbitrário que se instalou na Europa, por volta do século XII, especialmente no Leste europeu, com o apoio dos governantes. Pode-se afirmar que o *pogrom* é o embrião da Shoah, pois é a primeira manifestação coletiva de ódio aos judeus. (In: MACHADO, 2006. p. 92).

27 Zevi Hirsch Kalischer (1795 - 1874) era rabino e foi um pioneiro sionista. Empenhado na luta em favor dos hebreus, Kalischer viajou pela Alemanha pedindo judeus ricos e influentes para ajudar projetos de assentamentos judaicos. Sua influência inspirou a fundação de várias sociedades de assentamento e, em 1864, ele foi responsável pelo estabelecimento do Comitê Central de Assentamento em Eretz-Israel, em Berlim. Disponível em: [www.jewishvirtuallibrary.org/zevi-hirsch-kalischer](http://www.jewishvirtuallibrary.org/zevi-hirsch-kalischer). Acesso em 12 jan. 2019.

o objetivo de desenvolver esforços para promover o regresso dos judeus a Jerusalém. “Esta organização publicou um livro, *Derishat Zion* (Saudações de Sião), onde insistia na urgência do regresso dos judeus à Palestina” (p. 11).

Entre a segunda metade do século XIX e a criação do Estado de Israel em 1948, intelectuais, escritores, políticos e ricos financistas judeus se uniram em prol da criação do estado hebraico. Moses Hess, um judeu alemão, publicou em 1862 o livro *Roma e Jerusalém: o regresso dos judeus à Palestina*, no qual defende a ideia de que a nacionalidade dos hebreus estava ligada à Terra Santa, à cidade eterna. Nesse livro, sua defesa à terra está sintetizada na seguinte afirmação: “sem um solo, um homem fica reduzido ao estatuto de parasita, alimentando-se de outros” (p. 11).

Outro idealizador da pátria judaica é Charles Netter, fundador da Aliança Israelita Universal. São Bento aponta em sua pesquisa que, em 1867, Netter se propôs a ajudar os judeus da Pérsia a escapar à pobreza e às perseguições. E, em 1869, foi a Constantinopla, conseguindo que o Sultão aprovasse seu projeto. Empenhado nesse propósito de ajuda, em 1870, interveio para que fosse fundada uma escola agrícola perto de Jafa, à qual deram o nome “Esperança de Israel” (p. 12).

Nessa via, diversos movimentos surgiram no sentido de encontrar uma solução para os judeus perseguidos. Em 1891, foi criada a *Jewish Colonization Association* (JCA) pelo Barão Maurício de Hirsch e outros associados, visando à criação de colônias agrícolas no Novo Mundo. A JCA surgiu após divergências entre o Barão Maurício de Hirsch e a Associação Israelita Universal, acerca das estratégias do projeto de emigração judaica.

Na Rússia, devido aos constantes ataques em massa – os *pogroms* – e às perseguições aos judeus, surgiram dois movimentos que encorajavam a emigração para a Terra Prometida. Esses movimentos ficaram conhecidos como Bilu (expressão formada a partir das iniciais da expressão bíblica *Beth Jacob Lechu Venelcha*, ou seja, ‘Vinde, ó casa de Jacob, caminhemos’, e Amantes do Sião, tendo ‘como presidente Judah Leib Pinsker’.

No âmbito da Revolução Russa, em que muitos judeus pegaram em armas para defender o Estado dos antigos kzares, as comunidades hebraicas adquiriram novas expectativas. De acordo com Moacyr Scliar, “o anti-semitismo foi colocado fora da lei e considerado como crime no Estado soviético. Numerosos judeus faziam parte dos



primeiros governos” (p. 93). Nutrido pelo alvorecer desses novos tempos, veio o propósito de “fomentar a cultura, o teatro, a imprensa e a Literatura em iídiche, para o que receberam generoso estímulo” (p. 93). O governo soviético decidiu, também, em 1928, “estabelecer uma região autônoma judaica em Birobidjan, na Sibéria Oriental, junto à China. [...] Para lá acorreram milhares de judeus” (p. 93). De acordo com Scliar, “para os antigos alfaiates, artesãos, comerciantes e estudantes religiosos, esta colonização era uma tarefa difícilima, da qual, contudo, se saíram relativamente bem, estabelecendo fazendas coletivas e indústrias” (p. 93).

Os muitos judeus que acorreram à Palestina, ajudados pelas organizações que alimentavam o retorno à Sion, já revelavam alguma importância. Porém, a imigração existente ainda não era suficiente, nem tinha todos os elementos possíveis para a criação de um Estado judaico. Tudo isso ganha um novo impulso com Theodor Herzl. Para Moacyr Scliar, Herzl é o criador do Sionismo político. Por ser jornalista, ele foi a Paris cobrir o julgamento de Dreyfus<sup>28</sup> e esse caso muda sua vida. Segundo Scliar, “de judeu assimilado que era, passou a lutar por um lar nacional, cuja localização, de início considerava secundária, só mais tarde é que se concentrou na Palestina, sob o domínio turco, como a terra que poderia polarizar as massas judaicas” (p. 94).

A principal preocupação de Herzl era encontrar uma solução para a constituição do Estado Judaico. Assim sendo, considerava o regresso à Sion (ou Palestina) um problema político, pois apenas uma organização política lhe parecia em condições de conduzir o empreendimento a bom termo. É aí que surgem as instituições.

A primeira estabelecida foi a Organização Mundial Sionista, em 1896. As bases do nacionalismo já estavam sedimentadas em muitos territórios europeus e, do mesmo modo, o sionismo indicava uma identidade nacional e um lar nacional para os judeus. O primeiro passo de Herzl foi encetar as negociações com o governo otomano para este lhe facilitar e ceder um território necessário para a construção de uma sociedade moderna na

---

28 Em 1894, o capitão do exército francês, especialista em artilharia, Alfred Dreyfus, foi acusado de espionagem por um tribunal militar do país. Dreyfus tinha ascendência judaica, o que incomodava os nacionalistas da época. A acusação não tinha fundamento, porque baseava-se apenas em um pedaço de papel manuscrito que foi encontrado pela empregada do major Max von Schwartzkoppen – um agregado militar alemão em Paris. Acusado, Dreyfus sofreu um processo fraudulento, de portas fechadas, cujo resultado foi a prisão perpétua e o exílio na Ilha do Diabo, na Guiana Francesa. A imprensa antisemita manobrava os fatos e incitava a população a acusar o judeu. Desse modo, o veredicto foi confirmado pelo povo durante um julgamento público. Disponível em [www.estudopratico.com.br/o-caso-dreyfus/](http://www.estudopratico.com.br/o-caso-dreyfus/). Acesso em 12 jan. 2019.

Palestina. Na expectativa de deixar registradas suas ideias, Herzl publica, em 1896, *O Estado Judaico*, em que defendia suas ideias e registrava que a Palestina era a sempre memorável pátria histórica. Para ele, o nome da Palestina atrairia, só por si, o seu povo com uma força maravilhosamente poderosa. (Cf: SÃO BENTO, 2016. p. 20).

Ocorre, porém, que Herzl morre sem ver seu sonho realizado, mas, de acordo com Moacyr Scliar, “a emergência do socialismo deu novo impulso ao movimento sionista” e seus ideólogos tinham como objetivo “estabelecer colônias coletivas, os *kibutzim*, que representariam não apenas o retorno ao berço do povo judeu, mas também a normalização de um grupo humano que por milênios estivera afastado de sua terra” (SCLiar, 2001. p. 96).

Caracterizado como um grupo político, é de se prever contestações e divisões. Mesmo que muitas famílias tenham se mudado para a Palestina, a constituição política do Estado não se fundava. Nos inúmeros congressos realizados em prol desse objetivo, diferentes ideias foram defendidas. É necessário olhar também para os enlaces políticos. O governo britânico que se mostrara um parceiro de peso e expressava simpatia pelo lar nacional judaico, estremece essa relação quando o ministro do Exterior, Artur James Balfour, publica uma carta dirigida aos líderes do movimento sionista, apontando nela que a Palestina não era um território vazio e que lá habitava uma considerável comunidade árabe. Scliar afirma que a partir da publicação da carta “o conflito não tardou a se estabelecer e tinha vários componentes; de um lado a questão étnico-religiosa, de outro o contraste entre o modo de vida ocidental e as ideias socialistas e um regime feudal” (p. 96).

Os registros de Ricardo Filipe apresentam que, no seio da organização sionista, dois grupos passaram a ser identificados. Um deles defendia o ponto de vista da Chové Zion (Amantes do Sião), que mais tarde se designaria por Zioné Zion; o outro era “composto por nacionalistas puros, cujo interesse específico era pela Palestina como um centro possível mais do que como o único possível”. Este grupo defendia que “era de prever que as negociações com o Sultão dariam em nada, cumpria aos chefes sionistas, lançar os olhos por outros lados e descobrir uma terra em que o muito apetecido lar pudesse ser estabelecido” (p. 23).

Desse modo, outros lugares vão sendo aventados como uma possível pátria judaica. O Barão De Hirsch continuava atuando em benefícios de seus irmãos de fé e a

associação que criara a *Jewish Colonization Association* – JCA investia no financiamento de colônias de judeus russos e romenos na Argentina, nos EUA, no Brasil, no Canadá e no Chipre. Pela leitura de Ricardo Filipe, essas ações sofriam duras críticas de Herzl, porque, “quando se quer uma grande colônia, é preciso ter uma bandeira e uma ideia. Não se pode fazer tal coisa só com dinheiro” (p. 24). O olhar do criador do sionismo estava centrado em um significado, o que o financiamento, *per si*, não trazia. Para ele, “com dinheiro não se consegue criar um movimento geral de um grande número de pessoas. É preciso dar-lhe um ideal. É preciso fazê-las acreditar no seu futuro, e só então conseguimos a sua devoção ao trabalho mais árduo que se possa imaginar” (Cf.: SÃO BENTO, 2016. p. 24). Suas ponderações traziam elementos importantes acerca da Argentina, citando, como, por exemplo, a qualidade do solo e as boas condições de trabalho agrícola. Ao se comparar com a Palestina, tais elementos sobressaíam, mas ele centrava suas críticas na ação motivadora da colônia, pois cria que na “Palestina as pessoas trabalha[va]m com entusiasmo e são[eram] bem-sucedidas”. Afirmara ainda: “Não me refiro às colônias criadas artificialmente, mas àquelas que lutam por si, que têm a sua grande ideia nacional” (p. 24). Ao prestar esclarecimento à Real comissão para a Imigração Estrangeira, em 7 de julho de 1902, em Londres, Herzl reafirma esses argumentos (p. 24).

Como as questões políticas são demoradas e, diante do sofrimento de milhares de judeus na Europa, especialmente no Leste europeu – como o *pogrom*<sup>29</sup> de Kischinev, em

---

29 No séc. XIX, Kishinev era a capital da Bessarábia – hoje é a capital da República da Moldávia – e a cidade vivia sob o domínio russo e se tornara um ativo centro de negócios, atraindo judeus de outras partes da Rússia em busca de oportunidades e trabalho. Mesmo vivendo sob restrições, a comunidade hebraica de Kishinev crescera e lá viviam, em 1903, aproximados 60.000 judeus que viviam de acordo com seus costumes, educando seus filhos em escolas judaicas e expressando sua religião nas 70 sinagogas da cidade. Na Páscoa de 1903, porém, ocorre o primeiro *pogrom* na cidade, o que muda radicalmente a vida dos judeus. A Rússia vivia um momento de grande tensão e o governo czarista dirigia a atenção da população contra os hebreus. Em fevereiro de 1903, foi encontrado morto, em Kishinev, um menino cristão, Michael Ribalenko. Embora fosse evidente que o menino havia sido morto por um parente – como foi mais tarde provado – espalhou-se na cidade o boato de que fora assassinado pelos judeus. Segundo algumas fontes, o chefe da polícia local teria sido o autor do boato. De qualquer modo, teve importante participação no desenrolar dos acontecimentos. O diretor do jornal *Bessarabets* iniciou, então, uma campanha anti-semita, incitando a população a agirem contra os judeus, incitando ódio e promovendo a violência. Outro evento trágico ocorre na cidade: Uma jovem cristã, paciente do Hospital Israelita de Kishinev, cometeu suicídio. Outra vez o jornal imputou aos judeus a culpa por essa morte. Na véspera da Páscoa, em 6 de abril de 1903, turbas enfurecidas assaltaram Kishinev. Os judeus tentaram inutilmente apelar às autoridades locais. Sabiam que estas poderiam conter imediatamente a violência, visto que contavam com 5000 soldados estacionados na cidade. Mas o vice-governador se recusou a intervir, afirmando que só poderia tomar qualquer medida se recebesse ordens diretas do Ministro do Interior. Acredita-se que o próprio vice-governador fosse um dos incentivadores do *pogrom* e que o Ministro do Interior lhe dera ordens de não parar a violência. Quando “as instruções” finalmente chegaram e as tropas foram enviadas às ruas, sua

1903, quando uma multidão furiosa investe contra a comunidade hebraica, resultando na morte de mais de 50 judeus, com dezenas de feridos e casas destruídas – Herzl começou a considerar a busca por um local temporário para seus compatriotas. Entretanto, ele não fugia ao principal pressuposto do Sionismo que era criar um Estado judaico na Palestina.

Considerando tais fatos, um grupo de judeus envolvidos na busca pelo lar judaico começa a pensar nas colônias portuguesas como uma solução provisória. De modo que, com a proclamação da República Portuguesa em 5 de outubro de 1910, surgem novas propostas de administração estatal como o “municipalismo, a secularização da vida pública, o sufrágio universal, o exército de milicianos, o protecionismo alfandegário, o apoio estatal a todos os meios de incorporação do proletariado na sociedade moderna” (SÃO BENTO, 2016. p. 31).

Nesse contexto, outros elementos políticos estavam em jogo. As colônias de Portugal eram cobiçadas tanto pelos alemães quanto pelos ingleses e o país não conseguia aprofundar a colonização nos territórios ultramarinos, pois a exploração se dava tão somente nas proximidades do mar. Por essa razão, uma possível colônia judaica passa a ser vista como uma forma de aplacar as pretensões alemães e ingleses. A conferência ocorrida em Berlim em 1884, quando os Estados europeus delimitaram seus territórios em África, acabou fragilizando os portugueses. De acordo com São Bento, ainda que Portugal tenha conseguido manter suas colônias, prevalecendo seu direito sobre os territórios conquistados, a conferência “determinou que a ocupação efetiva a nível militar, administrativo e populacional deveria ser um fator a ter em conta em disputas futuras” (p. 31). Com isso, deixavam abertas as possibilidades de as grandes potências europeias, aproveitando-se da fraca presença portuguesa nas colônias africanas, assumirem seu controle. “Portugal viria a ser obrigado a abandonar o norte da Damaralândia e definiu-se um traçado ambíguo para separação de Angola e do Sudoeste Africano” (p. 32).

---

presença bastou para acabar com os desmandos. O *pogrom* durou três dias, deixando em seu rastro consequências estarrecedoras: 45 judeus morreram e 700 ficaram feridos, 92 dos quais em estado grave. Mulheres e crianças sofreram violências brutas. De acordo com os dados oficiais, mais de 800 casas foram pilhadas e destruídas, 2.000 famílias ficaram sem teto e 600 lojas foram saqueadas. Embora pareça que a reação dos judeus foi de total passividade, sabe-se que houve tentativas de autodefesa. Todas, porém, fracassaram. As autoridades, ao invés de parar a violência, desarmaram os poucos judeus que resistiam. Disponível em: [http://www.ricardoorlandini.net/hoje\\_historia/ver/15287/pogrom-de-kishinev](http://www.ricardoorlandini.net/hoje_historia/ver/15287/pogrom-de-kishinev). Acesso em 21 jan. 2019.

Sentindo muitas dificuldades para manter seus territórios ultramarinos em África, uma vez que o Estado encontrava-se cada vez mais debilitado financeiramente, Portugal também não conseguia avançar seus domínios em território angolano. Havia o enfrentamento constante das denominadas guerras pretas, exércitos dos reis e sobas – dirigentes comunitários indígenas – além dos poucos recursos financeiros. O país também temia os avanços das potências europeias na ocupação desses territórios. Diante do enfrentamento bélico dos autóctones ajudados pela Alemanha, o governador português em Angola, Norton de Matos, buscou constituir um exército colonial bem equipado e treinado. Angola e Benguela, que eram reinos africanos sob o domínio português, faziam constantes enfrentamentos aos lusos. Para Ricardo Filipe, “a situação mais perigosa vinha do sudoeste de Angola. Esta zona corria o risco de ser entregue à Alemanha, numa altura em que este país e o Reino Unido negociavam entre si secretamente a partilha do império português” (p. 36). “Os Humbes e os Ovambos”, os indígenas da região, eram ajudados impondo grandes baixas às tropas portuguesas, o que levou-os a perder o território de Naulila” (p. 37).

Fato é que o projeto de colonização judaica discutido na Câmara de Deputados portuguesa traria muitas vantagens, especialmente porque seria financiado pelos rentistas judeus. Porém, surgiram outros problemas: os colonos portugueses em Angola manifestaram-se contra as novas medidas da República e a pressão pelo fim da escravidão também oferecia dificuldades. Ademais, deputados temiam a constituição de um Estado independente em Angola, oferecendo novos riscos ao Estado Português. Os sionistas, por sua vez, impunham condições para transferir para Angola um grupo de colonos hebreus. Por outro lado, aceitavam as propostas dos lusos, como, por exemplo, de os transferidos se naturalizarem portugueses antes de embarcarem para Angola; explorar a terra e torná-la produtiva em dois anos; estarem impossibilitados de negociar os terrenos conquistados com terceiros e, ainda, adotarem a Língua Portuguesa nas escolas das colônias judaicas.

O projeto é aprovado na Câmara portuguesa em 15 de junho de 1912, mas precisava da aprovação dos senadores, e ele começaria a ser discutido nessa casa somente em maio de 1913, mas em um novo contexto político, uma vez que havia mudado tanto o presidente da República lusa quanto o ministro das colônias. Outros problemas também ocorriam: entre 27 e 30 de junho de 1912, os sionistas se reuniram em Berlim e encontraram oposição ao projeto de colonização em Angola entre as principais lideranças.

O evento foi presidido por Israel Zangwill, judeu de origem britânica, desfavorável ao projeto, e foi acompanhado por Max Nordau, judeu húngaro. Os defensores eram, em especial, os congressistas russos, mais conhecedores da sofrida experiência dos hebreus pobres no Leste europeu. O resultado desse encontro é um parecer desfavorável à colonização em Angola.

Outrossim, foi nomeada uma comissão para visitar o planalto de Benguela e avaliar as possibilidades de imigração. A ITO<sup>30</sup> arcou com as despesas dos expedicionistas. O relatório produzido a partir da expedição conferia pouco entusiasmo ao projeto. Uma das críticas centrava-se na extensão territorial, afirmando possuir dimensões menores se comparadas às regiões colonizáveis do Canadá, da Austrália e da África Oriental Inglesa. Entretanto, “a situação de desespero dos judeus de leste requeria uma solução rápida e a população judaica tinha-se deparado com piores condições na colonização da Palestina do que aconteceria em Angola” (SÃO BENTO, 2016, p. 81). Os relatores identificaram, também, as dificuldades da administração portuguesa daquele território, apontando que a concretização do projeto de colonização judaica favoreceria a presença colonial portuguesa.

O projeto foi colocado para discussão no Senado português em 10 de março de 1913 e aprovado com significativas alterações em 29 de junho daquele mesmo ano. Devo ressaltar, no entanto, que a colonização em Angola não se efetiva. O governo português fez poucas concessões aos hebreus e o principal financiador Rothschild se negou a financiar a colonização judaica em Angola. O pesquisador Ricardo Filipe afirma que um dos “fatores que levou à não-concretização do projeto foi a falta de um interesse português em geral” (p. 92). Ele exemplifica o que afirma ao citar, por exemplo, a imprensa portuguesa, que não se interessara efetivamente pelo assunto. “O jornal monárquico *O Dia* ou *A Nação* ignoraram a discussão no parlamento. *O Mundo*, jornal do partido de Afonso Costa, procedeu de igual modo, não entrevistando quaisquer delegados da ITO, quando estes estiveram em Lisboa, em Maio de 1912” (p. 92).

Em 1914, com a instabilidade política europeia e os temores de uma grande guerra, os idealizadores do projeto de colonização judaica em Angola foram compelidos a encerrar o seu intento. A necessidade de aprová-lo nas duas Câmaras e a entrada de

---

30 A Organização Territorial Judaica ou ITO foi criada por Israel Zangwill que nos anos de 1912 e 1913 debateu a criação de uma colonização judaica em Angola. (BARROMI, Joel e MEDINA, João, 1987. p. 80)

Portugal na Primeira Guerra Mundial, em 1916, seriam outros fatores que o conduziriam ao esquecimento. Já o deputado por Cabo Verde, José Barbosa, na sessão de 8 de Junho de 1912, afirmara: “a pátria Israelita, com que sonha o sionismo, não se reconstitui senão na Palestina; fora dessa região, não há meio de os Israelitas aceitarem a ideia de reconstituírem a sua pátria” (p. 93).

Os descendentes judeus que voltaram para a Palestina – Sion – passaram a conviver com as pequenas comunidades que lá permaneceram desde a destruição do Templo no ano 70 da Era Cristã e viviam em meio à população árabe. Ao término da Primeira Guerra Mundial, a Turquia que lutara ao lado da Alemanha, tendo perdido a luta, vê-se impossibilitada de administrar seu território. Imperam na região as forças da Grã-Bretanha, mediante mandato concedido pela Liga das Nações.

Finda a Guerra, a imigração para a Palestina ganha novo impulso, inquietando, também, os habitantes árabes da região. Essa inquietação acaba levando a inúmeros confrontos entre árabes e judeus. A intervenção da Inglaterra ocorre muitas vezes. Em 1929, após seguidos confrontos, o Muro das Lamentações foi palco de vários incidentes e o governo britânico enviou suas tropas para restabelecer a ordem. Agiu também com a publicação de algumas normas nas quais constava a limitação à imigração, proibindo até mesmo a compra de terras por judeus em todo o país (Palestina). Se isso ocorresse, deveria ser feito por intermédio da Agência Judaica, fundada em 1928 por Weizmann, presidente da organização Sionista, eleito em 1920.

O congresso sionista sediado em agosto de 1939, na cidade de Genebra, não aceitou as imposições britânicas e propôs a imigração de 100.000 judeus. O presidente Weizmann declarou que os judeus não eram merecedores do tratamento que vinham recebendo por parte dos ingleses. Já eram iminentes, também, os perigos que as comunidades hebraicas corriam na Europa, no limiar da Segunda Guerra Mundial. Acerca desse contexto, afirma São Bento (2014):

No último dia do Congresso (24 de agosto), uma semana antes do ataque alemão à Polónia, Weizmann dizia, referindo-se à democracia ocidental: “A vossa casa é a nossa, e a vossa luta é também a nossa”. Terminava, dizendo: “Aos nossos amigos da Palestina, desejo boa viagem. E aos da Polónia, digo: que Deus os proteja, e que o vosso destino não seja o mesmo que o dos judeus do país vizinho”. Com a invasão da Polónia pela Alemanha em 1 de Setembro de 1939, começava a Segunda Guerra mundial. Neste período de 1939 a 1945, cometeram-se as maiores atrocidades da história contra o povo judaico. Muitos

judeus tentariam chegar à Palestina, desesperadamente, por via marítima, mas poucos o conseguiriam. (p. 95-96).

Os resultados da perseguição aos judeus horrorizaram o mundo. A Alemanha nazista dizimou seis milhões de judeus. A máquina de extermínio alemã agiu sem tréguas. Para exemplificar o que ora afirmo, apenas na primavera de 1942, 1.000.000 de judeus russos e milhares de judeus poloneses foram assassinados ou enviados para os campos de concentração da Polônia situados em Chelmno, Belzec, Sobibor e Treblinka. Apenas nesse último campo, foram assassinados 750.000 judeus.

O mais cruel, porém, é que isso só foi conhecido com o fim da Guerra. Não havia mais esperança para os judeus. Foram dizimados cidadãos das mais diversas ordens: advogados, médicos, escritores, intelectuais, de um modo geral, e centenas de milhares de famílias desapareceram sem registros. Nesse contexto, cria-se a Organização das Nações Unidas (ONU), que se torna responsável pela questão Palestina, quando termina o mandato britânico na região.

No dia 29 de novembro de 1947, A Assembleia Geral das Nações Unidas apresenta um novo plano para a partilha, sendo este reiterado pelas grandes potências vencedoras da Guerra: Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. A resolução, porém, foi fortemente atacada pelos países árabes que a rejeitaram, iniciando, dessa forma, uma nova tensão na região. Por sua vez, o Estado Israelita proclama sua constituição em maio de 1948.

Devo reiterar, neste instante, o zelo com que Pepetela registra a diáspora judaica em seus romances. Escritor inteligente e sensível, como também estudioso de sua nação, Pepetela discorre a respeito em, ao menos, três obras: *A geração da Utopia* (2000) e *A Sul. O Sombreiro*. (2012) e *A gloriosa família: o tempo dos Flamengos*. Nessa obra, conforme já antecipei, o escritor insere dois personagens judeus de origens semelhantes. Ambos são cristãos-novos e, mesmo em África, sofrem a desconfiança dos demais cidadãos para com os judeus. Manuel Pereira sequer atribui significado ao “apelido de circunstância” (p. 22) por tê-lo adquirido ao tornar-se cristão-novo. Mediante a exigência da esposa Gertrudes de colocar o sobrenome Van Dum por último na assinatura dos filhos, acreditando que o pai daria origem a uma “gloriosa família”, não questiona nem faz restrição ao desejo da mulher. Israel Pinheiro, oriundo de Évora, mas passando por Flandres e Pernambuco no Brasil, torna-se um comerciante de sucesso em Luanda e,



imerso na cultura local, enxerga a si mesmo como um cidadão comum e chega a queixar-se junto ao governante holandês do tratamento recebido, que, não é atendido por se tratar de um judeu. Ao final do romance, porém, acaba punido, quando os portugueses retomam o domínio de Luanda. Devo destacar que não me debruço sobre esse fato neste instante, visto que reservo o Capítulo 4 desta Tese para, exclusivamente, analisar os personagens judeus.

Agindo com sensibilidade e criatividade, o escritor reencena na ficção, Histórias e estórias, que cobrem a nação angolana, desnudando para o leitor contemporâneo um mundo imerso em conflitos, angústias e dilemas, vividos pelos mais diversos personagens representados em seus romances, mas especialmente pelos judeus, que em diáspora pelo mundo todo, ajudam a manter viva a ideia de que é necessário lutar para que a Narração, a Memória e a História permaneçam, ainda que vivamos em um tempo líquido e fugaz.

## EPOPEIA

Não mais a África  
da vida livre  
e dos gritos agudos de azagaia! <sup>31</sup>

Não mais a África  
de rios tumultuosos  
\_ veias intumescidas dum corpo em sangue!

Os brancos abriram clareiras  
a tiros de carabina.  
Nas clareiras fogos  
arroxendo a noite tropical.

Fogos!  
Milhões de fogos  
num terreno em brasa.

Francisco José Tenreiro In: Andrade, 1975, p..137-139

---

31 Azagaia era uma espécie de lança curta, que era usada pelos africanos.

## CAPÍTULO 2: PEPETELA: O ESCRITOR, A LITERATURA, O ROMANCE.

### 2.1 O escritor

Invertendo o canto de Luiz Vaz de Camões, que expressa com orgulho o heroísmo do povo luso em sua obra prima, *Os lusíadas*, o poeta africano Francisco José Tenreiro deseja traduzir a luta empreendida pelos povos da África na tentativa de resistir à invasão europeia.

O poeta lamenta a perda da liberdade, pois a África querida da “vida livre” assiste à violência contra seus povos nativos e os corpos que nela habitam agora estão “intumescidos de sangue!” A exclamação parece traduzir a tristeza e o rancor do eu-lírico que deseja expressar, por meio de sua pena, todo o sofrimento e dor sentidos pelos irmãos em solo africano.

Tal como o poeta santomense, Pepetela busca traduzir sentimentos parecidos, valendo-se de outra forma de tradução, de outro gênero, o romance. Em suas narrativas, o escritor angolano segue rasurando<sup>32</sup> a História oficial, para reinscrever, nas linhas do tempo, o que os narradores e cronistas do império português registraram sobre a nação angolana. E, a contrapelo da História, os marcos de sua escritura são apresentados por uma ironia fina, com rasgos de humor, criatividade e inteligência.

Ao mesmo tempo em que traduz a História de seu país com narrativas carregadas de memória, Pepetela também se apresenta ao leitor. Ou seja, aqueles que o leem conhecem também o homem sensível e inteligente que lhes dita a trama que lhes cai aos olhos, uma vez que tece a si mesmo, trazendo suas experiências pessoais de cidadão angolano e, especialmente, de membro do Movimento Popular de Libertação de Angola-MPLA<sup>33</sup>. Essas lembranças estão, de certa forma, apresentadas em personagens de romances, tais como: “Sem-Medo”, o guerrilheiro intelectual de *Mayombe* (1980); o

---

32 Utilizo “Rasurar”, neste estudo, com o sentido que Walter Benjamin propõe em *Sobre o conceito de História* (1993), isto é, o escritor, o poeta irá se deter no roto, no amassado e resgatar as impurezas insignificantes que estiveram à margem da História, mas que resgatadas pelo artista, revelam muito do presente e do passado e promovem a reabertura da história.

33 O Movimento Popular de Libertação de Angola – MPLA – foi fundado oficialmente em 1961 e era de tendência Marxista-Leninista. O MPLA agrupou entre os finais dos anos 1950 e princípio dos anos 1960 as principais figuras do nacionalismo angolano, entre estudantes no exterior, principalmente em Portugal. Dirigido por Antonio Agostinho Neto, o MPLA organiza e dirige a luta armada contra o colonialismo português. Os romances *A geração da utopia* e *Mayombe*, de Pepetela, retratam, ficcionalmente, as lutas empreendidas pelo movimento.

“Sábio” de *A geração da Utopia* (1992) e o “Escravo narrador” de *A Gloriosa família: o tempo dos Flamengos* (1997). Os personagens figuram, de certa forma, a presença do autor em seus textos.

Iniciado como sujeito em diáspora desde os 15 anos, Pepetela se embrenha nas mais diversas tramas que o tornam um bom contador de histórias. A máxima do narrador de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis<sup>34</sup>, de que “o menino é pai do homem” se aplica ao escritor angolano. Nascido em Benguela, Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos permanece na casa dos pais somente até o limiar da adolescência, quando embarca para Lubango<sup>35</sup> para concluir os estudos secundários no Liceu Diogo Cão. Para continuar estudando, o futuro escritor se desloca outra vez e segue para Lisboa, onde irá cursar Engenharia no Instituto Superior Técnico. Lá, a roda da História o leva a caminhos outros. Acaba desistindo do curso de Engenharia, passa pelo curso de Letras e conclui os estudos universitários no campo da Sociologia, porém, na Argélia. Pelas palavras de Pepetela, tem-se a ratificação da inserção do homem no menino:

[...] Eu tinha oito, nove anos e para mim, era absolutamente normal ter amigos de todas as cores – a minha casa estava na fronteira, aquilo que o Luandino chamou ‘a fronteira do asfalto’ [...] Portanto eu tinha amigos dos dois lados. E na escola – a escola era relativamente liberal –, também havia crianças que vinham da sanzala, da cidade branca – do centro –, e no nosso largo nós jogávamos, sobretudo futebol, todos em conjunto. Portanto, aí, do ponto de vista humano, houve sempre uma disposição para não ver as cores das pessoas.... Até que, em um certo momento – doze anos, treze anos – comecei a aperceber-me de que os meus amigos que moravam de um lado tinham mais facilidades do que os meus amigos que moravam do outro lado [...] E eu comecei-me a aperceber de que havia diferenças, e sobretudo os meus amigos brancos tinham comportamentos estranhos – para mim – em relação aos meus amigos negros ou mestiços. E não sei porquê, isso sempre me perturbou... (CHAVES, Rita e MACEDO, Tânia, 2009. p. 31)

---

34 Machado de Assis apropria-se da sentença “O menino é pai do homem”, verso de Wordsworth (1770-1850), transformado em título do capítulo XI das *Memórias* (Cf.: COUTINHO, F. Representações da Infância na obra machadiana: o menino é pai do homem?) In: **Machado de Assis linha**. Rio de Janeiro. v.4, n.8, p.74-89, dezembro 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mael/v4n8/a06v4n8.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2017.

35 Lubango, denominada Sá da Bandeira até 1975, é uma cidade no sul de Angola, situada no planalto da Huíla e é a capital dessa província. Tem cerca de 318 mil habitantes. A localização geográfica de Lubango, sudoeste do país, limitada pelos paralelos 13 graus e 15 minutos e 16 graus e 30 minutos ao sul, assim como pelos meridianos 13 graus e 30 minutos e 16 graus ao leste, faz com que ela seja um dos pontos de confluência de todos que desejam cruzar a Angola.

Disponível em: [http://www.angop.ao/angola/pt\\_pt/noticias/sociedade/2016/4/22](http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2016/4/22). Acesso em: 12 fev. 2019.

Refletindo sobre esse pensar de menino, observa-se o olhar para a diversidade, para a multiplicidade de cores das pessoas, com as quais convivia e talvez, por isso, o sentimento perturbador que o acompanha desde a infância e que vai conduzi-lo ao Movimento Popular de Libertação de Angola e às densas florestas e chanas<sup>36</sup> de sua terra natal. Vê-se, pois, que desde a infância, o autor já ansiava pelo sonho de viver em um país livre das garras coloniais, como pela justiça e igualdade entre os povos, ou seja, já estava constituído no menino o caráter político de suas ações literárias futuras. É também por meio de seus personagens que o leitor se defronta com o modo como tudo isso se dá na vida do escritor.

Por exemplo, no primeiro capítulo de *A geração da utopia* (2000), intitulado *A casa*<sup>37</sup>, observa-se o movimento dos estudantes africanos e, em especial, dos angolanos ambientados em uma Lisboa iluminada e quente em seus dias de abril. É, também, nesse ambiente de calor e luz que os jovens planejam e idealizam a luta pela independência política de Angola. Além dos debates realizados na Casa, os estudantes produzem informativos políticos e culturais, nos quais apresentam as ideias que os impulsionavam: a luta por uma sociedade igualitária nos âmbitos social, racial e tribal. No dizer de Célia Regina Marinangelo, o romance “registra a importância desse espaço (a Casa) para que os estudantes africanos tomassem contato com os ideais nacionalistas e libertários, perseguidos por grupos conscientes e atuantes dos países colonizados” (MARINANGELO, 2009. p. 290)

A ascendência de Pepetela o situa em um universo cultural rico. Oriundo de espaços geográficos distintos: o europeu, advindo do pai de origem portuguesa e, pernambucana – pois a família da mãe fora expulsa<sup>38</sup> de Pernambuco e aportara em

---

36 Chana: O mesmo que savana. In: PEPETELA. *Lueji: o nascimento de um império*: Glossário. São Paulo: Leya, 2015. p. 459. O dicionário informal da Web traz: “Termo angolano que designa uma vasta planície coberta por capim alto e pequenos arbustos, típica da região leste de Angola (também pode ser grafado xana). Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/significado/chana/9092>. Acesso em: 15 mar. 2017.

37 Devo esclarecer que o narrador refere-se à Casa dos Estudantes do Império – CEI. A Casa dos Estudantes do Império foi um espaço criado pelo Governo português, em 1944. Era, na verdade, uma expansão da Casa dos Estudantes de Angola, criada pelos estudantes universitários angolanos em Portugal. A pretensão do governo era criar uma elite africana com ideologia colonialista.

38 O historiador Silvio de Almeida Carvalho Filho informa em artigo para o *Boletim do Tempo Presente* (ISSN 1981-3384) que a mãe de Pepetela, “pertencente à classe média baixa da cidade de Moçâmedes, hoje Namibe, no sul de Angola, descendia de portugueses aportados aí em 4 de agosto de 1849, na intitulada Primeira Expedição para Moçâmedes (PEPETELA, 2008), escapando da perseguição a esses realizada por brasileiros em Pernambuco desde dezembro de 1847[ii]”. Portanto, por parte materna, sua família estaria em Angola em torno de cinco gerações”. CARVALHO FILHO, S.A. In: *Boletim do Tempo Presente*, n.

Angola em 4 de agosto de 1849 – o que acaba configurando um contexto familiar rico, somado ao ambiente africano. Nascido em 29 de outubro de 1941, Pepetela, apelido literário que adota, vem, curiosamente, de seu registro civil, pois o Pestana, de Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos, é um vocábulo da língua *Kimbundo* e quer dizer Pepetela.

Do ponto de vista de Elizabeth Brose (2005), Pepetela inicia-se no universo narrativo em casa, onde as tias e a mãe lhe contavam histórias. Porém, a “teia de Penélope” que o enreda em seu universo infantil é alimentada por outro personagem do ambiente doméstico: Thor. Ele relata, em entrevista à pesquisadora, que Thor era um angolano com quem convivera na infância, cujas histórias o encantavam. As narrativas trazidas por ele o fascinavam e, nesse espírito, desenhava-se um novo contador, pois o menino começou a se ver nesse lugar, ou seja, o de um contador de histórias.

Ocorre, porém, que o garoto não sabia como fazê-lo. Entretanto, tudo muda quando o menino vai para a escola. A professora de Língua Portuguesa pedia sempre que escrevessem, mas os assuntos não o interessavam muito, como, por exemplo, "por que o cachorro é o melhor amigo do homem" (BROSE, 2005, p. 26). Insatisfeito, um dia, o futuro escritor resolveu contrariar o tema proposto e contar uma história, mesmo temendo a reação da professora. Ela, porém, gosta da ideia e passa a propor que os alunos escrevessem suas narrativas.

O estudante torna-se assim um produtor de textos e tem como propósito trocar histórias com Thor. “O homem sabia seus contos de cor e a criança lia suas redações, e o desejo do aluno se realizou” (BROSE, p. 26). Entretanto, o garoto Pepetela tornara-se leitor. Os romances de aventura de Júlio Verne, Emilio Sagari e as narrativas policiais o iniciaram na ambiência das letras e, mais tarde, aos 14 anos, passa a ler Eça de Queirós, Érico Veríssimo, Jorge Amado, José Lins do Rego e Graciliano Ramos. Em entrevista concedida à TV Livre de Angola, Pepetela afirma que os escritores brasileiros muito o influenciaram. (Cf. PEPETELA<sup>39</sup> In: TPA Direct – TV livre Angola)

Para Elizabeth Brose (2005), a compreensão de mundo do autor vem da relação estabelecida por ele entre as histórias advindas da memória, as aventuras e os romances

---

06, 2013, p. 1 – 16. Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/tempopresente>. Acesso em: 20 jan. 2019.

39 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HgP2pcQL3d0>. Acesso em: 2 mai. 2017.

estrangeiros presentes em seu universo de leituras. Nesse sentido, ela conclui que o escritor sempre se preocupou em registrar o que pode desaparecer: as culturas milenares e desconhecidas pela tradição literária ocidental.

Observa-se essa preocupação como uma constatação no enredo de *Muana Puó*, obra resultante da expansão do conto *Velho João*, publicado no Boletim Informativo *Mensagem* dos estudantes da CEI<sup>40</sup>. O texto foi escrito em 1969, mas publicado em 1978. A narrativa é carregada de simbologias a partir do título, pois refere-se a uma máscara *tchokuê*, a qual representa o rito de passagem à vida adulta e, logicamente, enigma e metamorfose<sup>41</sup>; conta da luta entre morcegos e corvos, alegoricamente, expressando a relação entre oprimidos e opressores, e da libertação dos morcegos.

Com a vitória dos oprimidos, surge uma nova sociedade baseada na igualdade e harmonia, porém, formada por homens. Nesse ambiente, inicia-se uma história de amor entre dois morcegos, mas essa paixão não se dá de forma harmônica, havendo incompreensões e dificuldades, dentre as quais está o tempo que os amantes levam para conversar. Eles procuram seus lugares na sociedade totalmente modificada e muitos questionam sobre o mundo. É possível ler essa história de amor como uma metáfora da sociedade angolana, que se dispersa e não consegue a unidade após a independência política de Portugal. Narrada em duas partes: I – O passado; II – O futuro e um epílogo, cada uma delas é iniciada com a descrição da máscara de *Muana Puó*, a rapariga. A máscara e a relação temporal passado/presente são os elementos caracterizadores da preocupação de Pepetela: manter atualizada as culturas milenares de seu povo.

Em *Mayombe* (1980) e *A Geração da Utopia* (2000), o leitor identifica pistas que o levam a entender a trajetória biográfica de Pepetela e compreende parte de sua atuação como guerrilheiro na luta de descolonização de Angola. Em *A Geração da Utopia*, Aníbal, o Sábio, informa à amiga Sara, uma jovem angolana estudante de medicina, que, em breve, será um desertor do exército luso. Aníbal estudava Sociologia em Lisboa, mas, também, compunha um pelotão do exército republicano. Indagado sobre quem organizaria a deserção dos “clandestinos”, Aníbal responde para a amiga que

---

40 Reitero que a abreviatura CEI diz respeito à Casa dos Estudantes do Império, sediada em Lisboa, Portugal.

41 Remeto o leitor ao artigo de Fernando J. B. Martinho: *Muana Puó: enigma e metamorfose*, In: *Portanto... Pepetela*. Rita Chaves e Tania Macedo (orgs.) – São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.p.141-150.

Os comunistas são os únicos que têm uma organização eficaz. Dominam o movimento estudantil e podem ter a certeza que os estudantes não fazem nada sem o seu apoio ou pelo menos o seu aval. Até na Casa. Sem que a malta saiba, eles têm grande influência. Os movimentos anti-coloniais que foram surgindo, mesmo que independentes, foram sempre mais ou menos camufladamente encorajados por eles. (PEPETELA, 2000, p.58.)

Ao analisar o romance em questão, a pesquisadora Célia Regina Marinangelo afirma que na montagem do texto, as linhas da experiência se fazem presentes, pois Pepetela fora “um combatente guerrilheiro que acreditou na possibilidade de um mundo melhor” (MARINANGELO, 2009, p. 290), embora mais tarde tenha se desiludido e deixado a política para atuar como escritor. Isso se revela porque, com a conquista da Independência, Pepetela foi nomeado Vice-ministro da Educação do Governo de Agostinho Neto, mas seis anos depois, deixou o cargo.

O mundo das guerrilhas é poeticamente expresso em *Mayombe*. O escritor divide o romance em seis capítulos cujos títulos denotam o exercício bélico. *A Missão*; *A Base*; *Ondina*; *A Surucucu*; *A Amoreira* e o *Epílogo* proporcionam ao leitor uma atividade leve e prazerosa, mesmo descrevendo a angústia e os dilemas dos jovens na guerra. Os codinomes de guerra dos personagens também ajudam na compreensão do tema. “Sem Medo” é o comandante; “Teoria” é o soldado-professor inserido na Base para estabelecer a “doutrina” de lutas. “Verdade” e “Lutamos” são guerrilheiros destribalizados; “Mundo Novo” é um representante da elite africana que vai estudar fora de seu país; “Ondina”, jovem guerrilheira da base urbana, cujo protagonismo revela a situação da mulher em Angola; “Ekuiekui”, o caçador do Bié. Enfim, uma infinidade de jovens em luta pela independência política, mas que carregam consigo as dificuldades enfrentadas na floresta: a fome, o inimigo, as diversas etnias e os fantasmas individuais.

Os jovens guerrilheiros vão espelhar a bravura do homem africano, assemelhando-se a heróis. Para narrar as batalhas enfrentadas por eles, Pepetela investe em uma técnica de escrita em que a unidade do enredo é perpassada pela voz de um narrador onisciente, trazendo ainda o turno de voz de cada personagem que narra em primeira pessoa os eventos vividos, além de expressar a reflexão individual sobre tais experiências e as motivações da guerra. Assim, a emergência de diferentes vozes apresentando seus pontos de vista da luta, suas divergências e conflitos, traduz a composição heterogênea do povo angolano. Dito de outra forma, ao mesmo tempo em que esses ‘heróis’ são apresentados em sua bravura, também refletem um matiz humano, do sujeito frágil, dessacralizando



essa figura necessária ao imaginário nacional, no momento de construção de sua identidade.

Nessa via, o herói humanizado traduz a necessidade de se demonstrar que havia um movimento pela busca da identidade local. Isto é, os jovens guerrilheiros têm consciência de que estão construindo a própria nação. É preciso consolidar o estado-nação, ainda que isso se dê com perdas. É o que denota a reflexão do Comissário, ao lamentar a morte do companheiro de luta, “Sem Medo”:

A morte de “Sem Medo” constituiu para mim a mudança de pele dos vinte e cinco anos, a metamorfose. Dolorosa, como toda metamorfose. Só me apercebi do que perdera (talvez o meu reflexo dez anos projetado à frente), quando o inevitável se deu.

“Sem Medo” resolveu o seu problema fundamental: para se manter ele próprio, teria de ficar ali, no *Mayombe*. Terá nascido demasiado cedo ou demasiado tarde? Em todo caso, fora do seu tempo, como qualquer herói de tragédia.

Eu evoluo e construo uma nova pele. Há os que precisam escrever para despir a pele que lhes cabe já. Outros mudam de país. Outros de amante. Outros de nome ou de penteado. Eu perdi o amigo. (PEPETELA, 2013, p. 247)

A configuração da morte do comissário soa como um profundo lamento. A dor sentida atinge também o leitor, tal a intensidade dos sentimentos expressos em palavras. Nesse instante, ocorre também a transmutação, pois mudam personagem e leitor, tornando-se, ambos, mais maduros. Em entrevista ao programa *Leituras: Histórias da Literatura Angolana*, em julho de 2014, Pepetela conta como nasceu o enredo de *Mayombe* e relata o quanto havia naqueles guerreiros a consciência da História<sup>42</sup>. Ao inserir as dificuldades e problemas vividos pelos inúmeros jovens envolvidos na luta, no interior da floresta tropical, o autor revela sua preocupação com a constituição da unidade nacional e, mais uma vez, destaca-se o diálogo de sua ficção com as teorias pós-coloniais.

Outro traço identificador do diálogo com o pós-colonialismo na ficção de Pepetela é o preconceito. A título de exemplo, Sara, personagem de *A Geração da Utopia*, o enfrenta na condição de mulher; os guerreiros de *Mayombe* se estranham, dada à etnicidade de cada indivíduo, mesmo sendo todos angolanos. Alexandre Semedo, um

---

42 No estudo elaborado por Rita Chaves *Mayombe: um romance contra Correntes* a pesquisadora aponta que “duas versões cercam o nascimento do texto. Segundo o autor, numa recente entrevista a estudiosos de sua obra em São Paulo, o texto nasceu como um trabalho jornalístico a respeito de um episódio da guerrilha.” Outra versão é a que Pepetela dera a duas pesquisadoras brasileiras. Ele afirmara em conversas com elas que “reconhecia na obra indícios de seu desejo de escrever um roteiro para um filme”. (CHAVES, 2009, p.125).

“branco de segunda classe”, filho do colono Óskar Semedo, do romance *Yaka* (1984), indigna-se com o pai ao ser chamado assim.

O termo “branco de segunda classe” é a matriz do preconceito racial que assolou a África e os africanos, apagando sua identidade durante todo o período colonial. Silveira (1999), em um importante artigo sobre o papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental, aponta os elementos que ratificaram o autoritarismo, a crueldade e a supremacia do homem branco em terras africanas. Encantados com os avanços científicos trazidos pelos diversos pesquisadores da época: médicos, naturalistas, sociólogos, antropólogos, geólogos, engenheiros, matemáticos e homens de laboratórios (p.92), autores dos registros historiográficos, versam suas narrativas valendo-se de um discurso científico pelo qual se lê a “superioridade” do homem branco como catalizadora de seu avanço, logo, melhor que os povos africanos. Por extensão, aqueles nascidos em território “não desenvolvido” trariam em sua gênese certa inferioridade. Ou seja, a discriminação e o preconceito são estendidos para os próprios parentes, mulher e filhos nascidos em terras de África. Conforme pode ser notado, esse é mais um traço distintivo da escrita de Pepetela cuja função é, da forma que entendo, estabelecer o diálogo com teorias Pós-coloniais, apresentando o caráter político de sua arte.

Achille Mbembe, intelectual comprometido com as questões africanas e um dos mais celebrados estudiosos do Pós-colonialismo, explora, em suas produções críticas, as questões de poder e violência observadas no Continente. No texto *As formas africanas de auto-inscrição* (MBEMBE, 2001, p.171), o teórico analisa e critica as diferentes formas com que se tentou construir e representar a identidade africana, baseando-se em um discurso de variada complexidade. Segundo ele, nesse discurso, aninham-se duas correntes historicistas que o liquidaram. Essas correntes de representação se materializaram naquilo que Mbembe denominou de “Nativista” e “Instrumentalista”. A primeira centrou-se na retórica da “condição nativa”, figurando a ideia de que o traço distintivo da identidade africana é o pertencimento à raça negra. A segunda, fundada em argumentos economicistas, edificou-se nas bases do instrumentalismo e do oportunismo político.

Ampliando sua análise, Mbembe identificou três eventos históricos no centro dessas correntes: a escravidão, o colonialismo e o *apartheid*. Ele enxergou também duas canônicas representações simbólicas. Da primeira, Mbembe conclui que esses eventos

tornaram o *eu* africano alienado de si mesmo, o que ele chamou de divisão do *self*. Assim sendo, se o sujeito está dividido, fragmentado, perde a familiaridade consigo mesmo, tornando-se um estranho, um ser objetificado, tornando-se, assim, uma forma inanimada de identidade. Ocorre aí uma grande violência, pois o *eu* não é mais reconhecido pelo *Outro*, como também não se reconhece no espectro das relações sociais.

A segunda forma de representação simbólica está na questão da propriedade. Esses três eventos (escravidão, colonialismo e *apartheid*) impediram que o sujeito africano tivesse a posse de bens, de modo que “os procedimentos econômicos e jurídicos levaram à expropriação material”. Essa violência fez com que os corpos nativos de África experimentassem uma singular sujeição, que, para Mbembe, foi “caracterizada pela falsificação da história da África pelo Outro, o que resultou em um estado de exterioridade máxima (*estranhamento*) e de ‘desrazão’” (p. 174). Ele faz crer que a expropriação material e a violência da falsificação são os principais elementos singularizados da História africana, levando-a à tragédia em que se assentam suas bases.

O narrador do romance *A Gloriosa família: o tempo dos Flamengos* presta-se a tal representação. Como sujeito africano e por conta de suas origens, súdito da rainha de Matamba, ele ocupa esse lugar. Explicando de outra maneira: ele tem o *self* dividido. Um exemplo é quando relata seu sofrimento ao ver a irmã da Rainha Jinga, Mocambo<sup>43</sup>, que havia sido transformada em prisioneira dos portugueses, após um pelotão do exército luso derrotá-la no Dande. A comitiva de Baltazar Van Dum seguia para uma vila em Massangano e encontrou um séquito de pessoas em procissão, encabeçada por um grupo de clérigos. Desse grupo fazia parte a descendente do trono real, que seguia o rito católico, em feriado de ação de graças, em comemoração à vitória dos portugueses sobre a rainha de Matamba. Nicolau inquire a um seguidor que relata entusiasmado os motivos da comemoração, apontando a figura de Mocambo como um troféu português obtido durante a batalha. Esses fatos, porém, revelam-se de muito sofrimento para o narrador que os relata:

[...]

Olhei e confirmei. O meu coração ficou pequenino de dor, a tão doce Mocambo prisioneira de novo? Tinha sido apanhada há mais de quinze anos, com a outra

---

43 O narrador aqui faz menção a um fato real. Por volta de 1646, o foco da resistência estava concentrado em Massangano, onde os portugueses tiveram um certo fôlego, pois em uma das batalhas, eles capturaram Mocambo, irmã da Rainha Jinga, tornando-a prisioneira.

irmã, D. Engrácia. [...] Se alguma dúvida tivesse, perdi quando a vi caminhar, era inconfundível, parecia não tocar o chão e deslizar sobre ele. Mil vezes a vi andar no kilombo da rainha, mil vezes cheirei o perfume dela, pois depois de afastarem minha mãe de mim, foi ela que me criou. Até ser oferecido a Baltazar Van Dum, contra a vontade dela. (PEPETELA, 1999, p. 257-258)

O excerto alude à ideia de que o sujeito africano não tem identidade própria. Filho de um padre italiano e de uma jovem do poderoso reino do Ngola Kiluanji, o jovem africano jamais fora livre. Como mercadoria, tornara-se objeto do Flamengo que o exibia como um troféu em terras africanas. Ter um escravo doado pela poderosa Jinga era uma forma de demonstrar poder e astúcia em um ambiente de guerras como foram os anos entre 1641 e 1648.

Ndunduma Wé Lepi (2009), apelido de guerra do escritor e deputado pelo MPLA, Costa Andrade, relembra em fortuna crítica sobre Pepetela que na escritura do conterrâneo, não é preciso adivinhar nada, pois o traçado das letras indica o caminho da leitura. Diretos ou miméticos, esses caminhos vão conduzir o leitor “através do fio inteligente da coerência da trama, ao marco da tragédia” (p. 85), mas também o conduz, no dizer de Lepi, ao marco da realização, da vontade última, “da felicidade sem cedências outras que as impostas pela objectividade do fato literário criado” (p. 85).

Estaria o ensaísta falando da trágica divisão do *self* do *eu* africano ou da marca cruel da escravização duradoura em África? A meu ver, as duas ideias estão inscritas no romance de Pepetela. Além dessas, ousa afirmar que há, no conjunto de sua obra, uma pluralidade de temas perfilados por esse engajado escritor: a construção da identidade nacional, o labor da guerra de independência e o diálogo com o passado, com a memória e com a História Angolana. Tais temáticas promovem uma constante reflexão sobre os novos tempos. Talvez por conta dessas constantes reflexões é que percebo em Pepetela um olhar perspicaz e irônico acerca das coisas do mundo e do homem.

O conjunto de sua obra desnuda o labor de um escritor sensível, conhecedor do seu fazer estético-crítico e de seu compromisso com a nação angolana. *O Cão e os Caluandas* (1985); *Lueji, o nascimento de um Império* (1990); *O desejo de Kianda* (1995); *A Montanha de Águas Lilás* (2000); *Jaime Bunda* (2003); *Jaime Bunda e a morte do americano* (2003); *Predadores* (2005); *O terrorista de Berkeley* (2007); *O quase fim do mundo* (2008); *O Planalto e a estepe* (2009); *A sul. O Sombreiro* (2011); *Crônicas com Fundo de Guerra* (2011); *O tímido e as mulheres* (2013); *Crônicas Maldispostas*

(2015); *Se o passado não tivesse asas* (2016); *Sua Excelência, de Corpo Presente* (2018) foram obras lidas durante a construção deste trabalho, porém, opto por não citá-las, uma vez que, conforme pontuei na seção introdutória desta Tese, assento a ênfase desta pesquisa no romance *A Gloriosa família: o tempo dos Flamengos*, em que me debrucei mais detidamente durante o trajeto de doutoramento. Isso posto, esclareço que optei por identificar estudos, no Brasil, em que a referida obra tivesse sido objeto de pesquisa e, assim, entrecruzar as análises encontradas com a que construí. O resultado desse atravessamento de análises encontra-se na seção 1.4, apresentada a seguir.

Trago em mim o inconciliável  
e esse é o meu motor.  
(Pepetela – Mayombe)

## **2.2 Leituras de Pepetela no Brasil: o olhar da crítica sobre *A Gloriosa família: o tempo dos Flamengos***

Como autor consagrado na Literatura Africana e presente no cenário brasileiro como uma representação cultural e literária significativa de África, Pepetela começa a figurar como objeto de estudo no Brasil a partir dos anos 1990. Dito isso, registro que tanto no âmbito de universidades brasileiras quanto no editorial ou da imprensa, suas publicações passaram a ser acompanhadas com atenção, como também surgiram produções críticas acerca de sua Literatura. Tudo isso levou o escritor a fazer inúmeras visitas ao Brasil, enriquecendo o cenário brasileiro com entrevistas e fazendo palestras em universidades, espaços onde passou a tecer observações acerca da repercussão de suas obras por aqui.

Rita Chaves e Tânia Macedo, pesquisadoras e professoras brasileiras, organizaram a fortuna crítica de Pepetela e a lançaram em 2009, pela Fapesp. Intitulado *Portanto... Pepetela*, o livro traça um panorama de publicações do autor. Cuidadasas, as organizadoras tiveram a astúcia de apresentar diferentes leituras de sua produção literária, o que abrange desde a cronologia histórica e biográfica do escritor à audição/leitura de amigos e escritores conterrâneos de Pepetela, que conhecem sua trajetória literária e militante. Observa-se, também, que grande parte de sua obra é objeto de análise de diferentes pesquisadores de universidades brasileiras. Nesse sentido, apresento, também, essas reflexões (sobre algumas publicações brasileiras), importantes para o universo deste estudo e para a ratificação do que já expus nesta Tese: Pepetela possui espaço cativo nos estudos de diversos pesquisadores brasileiros, que se debruçaram sobre suas obras.

Para a tessitura desta seção, arrolei Dissertações de Mestrado, Teses de Doutorado e livros publicados no Brasil sobre o escritor angolano, entretanto, a ênfase aqui é conferida somente ao romance *A Gloriosa família: o tempo dos Flamengos* por configurar o objeto de pesquisa deste estudo.

O romance *A Gloriosa família: o tempo dos Flamengos* figura como um dos objetos de pesquisa da estudiosa da Universidade de São Paulo, Rosângela Manhas Mantolvani, que se dedicou à obra, enquanto produzia sua Tese de Doutorado, defendida em 2010, intitulada *Das Invasões às fogueiras: os discursos excêntricos em Saramago e*

*Pepetela*. A obra do escritor português objeto do trabalho comparativo realizado por Mantolvani (2010) foi *Memorial do Convento*.

Fundamentada em teóricos das mais diversas áreas do conhecimento, tais como George Lukács, Fredric Jameson, Perry Anderson, Mikhail Bakhtin, Michel Pêcheux, Rita Chaves, entre outros, Mantolvani (2010) parte da análise do discurso diegético para demonstrar a ex-centricidade discursiva dos romances em questão, focalizando seus narradores e personagens, que estão em constante diálogo com a História oficial dos países representados nos romances, isto é, Angola e Portugal.

Assim, ancorada em diferentes teóricos, a pesquisadora se pôs a avaliar as construções simbólicas e alegóricas que estabelecem relações intradiscursivas e interdiscursivas com outras imagens recorrentes nos dois objetos, bem como analisar os discursos e as configurações dos narradores, seja como personagens da diegese, seja como vozes a fim de, segundo ela, desvelar os posicionamentos assumidos pelos autores em sua relação com o contexto histórico diegético.

Seu objetivo maior, entretanto, era mensurar a excentricidade do discurso tanto dos narradores quanto de personagens dos romances em questão, visando a apontar elementos que os referenciam dentro da categoria de novo romance histórico, isto é, a forma literária que retoma a historiografia oficial com intenção de reescrevê-la, dando-lhe uma nova face, geralmente estilizada, em forma de humor, paródia, ironia e muita arte.

Ancorada nos estudos de Jameson, a pesquisadora reflete, à luz das observações do estudioso, que o “que determina a estrutura do romance histórico é a relação que estabelece uma oposição entre um plano público e um plano privado” (JAMESON, 2007 *apud* MANTOLVANI, 2010, 33). Segundo a pesquisadora e em acordo com seus estudos sobre o crítico americano, o romance histórico é organizado entre um plano público ou histórico, sendo esse definido como costume, eventos, crises ou líderes, e um plano existencial ou individual, sendo esse representado pela categoria das personagens. Nesse sentido, a autora conclui que

seu centro de gravidade consiste na habilidade e engenhosidade com que a intersecção dos dois planos é configurada e exprimida. Para ele, essa intersecção “não é uma técnica nem uma forma, mas uma invenção singular, que precisa ser produzida de modo novo (...) em cada caso e (...) não é passível de ser repetida”. (JAMESON, 2007 *apud* MANTOLVANI, 2010, 33).

Rosângela Mantolvani ressalta, porém, que em seu trabalho defende que “o estilo, o enredo, a ideia essencial, as formas de articulação, entre outras” (MANTOLVANI, 2010, p. 33) não vão se repetir em uma relação de oposição entre os planos histórico e existencial na configuração de cada romance. Para ela, não vão se repetir também “os mesmos procedimentos discursivos em um e outro objeto artístico, mas procedimentos semelhantes que possuem pontos coincidentes nos pré-construídos dos enunciados” (MANTOLVANI, 2010, p. 33). Ela traz, como elementos pré-construídos, as ideias e os escritos já consolidados e reconhecidos do discurso universal, acrescentando que tais conhecimentos e ideias são aqueles oriundos de discursos “bem-sucedidos” (p. 33) e sedimentadas no imaginário de grandes populações.

Entre as configurações simbólicas e alegóricas em destaque no trabalho da pesquisadora estão as fogueiras. Para o estudo aqui proposto, merece ser ressaltada, também, a leitura feita por ela das representações ígneas no romance *A Gloriosa família: o tempo dos Flamengos*, de Pepetela. Atenta à narrativa, a estudiosa observa que a mão imperialista e opressora do governo português no século XVII, representada pelo poder do clero luso, mesmo à distância, age levando horror e medo por meio de seus representantes do tribunal do Santo Ofício. Em territórios colonos, esse tribunal estende suas garras sobre religiosos, feiticeiros, homens e mulheres da cultura africana em contato com os inquisidores e imperialistas, bem como sobre os judeus que por lá aportaram.

Nas reflexões sobre o fogo, Mantolvani argumenta que em territórios angolanos, a fogueira se consubstancia em um símbolo da noite e, ainda hoje, é um elemento gerador de energia, calor e luz, especialmente nos *kimbos*<sup>44</sup>, onde a força das tradições dos antepassados ainda se mantém viva. Portanto, a fogueira em Angola é um símbolo de força, reunindo ao seu redor as danças que alegram os homens e também os deuses.

Para a pesquisadora, o fogo tem inúmeras utilidades nesses territórios. Serve para afugentar o frio noturno, bem como para afastar animais ferozes, livrar os corpos dos mosquitos traiçoeiros, que traziam as febres e as mortes, como também amedrontar outros inimigos. Todavia, a luz que iluminava a noite e aquecia os corpos servia, principalmente,

---

44 Kimbo: termo gentílico para povoado ou aldeia. O mesmo que aldeia. In: PEPETELA. Glossário de *O tímido e as mulheres*. São Paulo: LeYa, 2014.



para juntar pessoas, que, reunidas, passavam a narrar fatos, histórias e historietas para divertir, encantar e aproximar culturas e sujeitos diversos.

O papel aglutinador das fogueiras em Angola promovia, também, a reunião das diferentes identidades que circulavam pelo espaço africano, sendo esses os colonizadores e os colonizados, pessoas livres e escravos que compõem o universo romanesco de *A Gloriosa família*, “no arimo [fazenda] do Bengo, [administrada por Nicolau, um dos filhos do quintal de Baltazar Van Dum]” o que, de acordo com a pesquisadora, “ainda guarda uma das funções da fogueira das sociedades tradicionais” (MANTOLVANI, 2010, p.159), pois esse gesto trata da celebração pela visita ou chegada de alguém. Tal observação pode ser comprovada pelas observações do narrador do romance:

Depois do jantar, ficamos muito tempo à roda da grande fogueira que foi preparada para receber o patrão. E conversaram todos, escravos e donos. Menos eu, claro, que estava ali para acompanhar Baltazar e ouvir tudo. O mais curioso nem era tanto o que se dizia, muitas até eram estórias que eu já conhecia, de Jinga, dos makotas e sobas da área, dos portugueses e dos mafulos, de como chovia e de como corria o rio Bengo, de como kiandas<sup>45</sup> saíam das águas para ajudar ou prejudicar as pessoas, de como os pássaros cantavam ou determinado kimbanda curava a infertilidade. O engraçado eram as línguas das conversas. Se era para todos perceberem e participarem, utilizavam o kimbumdo. Se Baltazar queria dizer alguma coisa confidencial a Nicolau, usava o flamengo. E se Nicolau ou meu dono se dirigiam a Diogo, para só os três comunicarem, o português era escolhido. (...) (PEPETELA, 1997, p. 114)

Embora a estudiosa não destaque, não me furto a observar, na cena apresentada, a identificação de um narrador tradutor de culturas e o intercâmbio existente entre elas, ressaltando sua harmonização no universo africano. Esse narrador demonstra conhecer os mais diferentes povos que habitam esse território, suas línguas e hábitos, e, mesmo que esteja situado à margem, pois é um escravo de Van Dum, surdo-mudo e analfabeto, transita com intimidade entre esses diferentes povos. Assim, misturado aos europeus, narra com naturalidade os acontecimentos dos quais é testemunha.

Para além do aquecimento e da troca de informações e divertimento, a reunião ao redor da fogueira evidencia também que “a igualdade das raças pode ser exercida” (MANTOLVANI, 2010, p. 160). De certa forma, o narrador reencena a contação de

---

45 Kianda: espírito habitando as águas de mares, rios ou lagos. In: PEPETELA. Glossário de *A Sul. O Sombreiro*. São Paulo: LeYa, 2012.

histórias feita pelos griôs<sup>46</sup>, fazendo uma releitura do ato, pois mistura brancos, negros e mestiços em interação nesse universo noturno, em que as mais diversas línguas estão em foco.

Em suas reflexões, Rosângela Mantolvani ressalta, porém, que “a fogueira e suas relações com os ritos noturnos são enfatizados na diegese, sob outra visão” isto é, a do colonizador, pois ele condena “todo o cenário que envolve a celebração da alegria e da tristeza, externada pela dança e pelo canto, pelas histórias, enfim, cuja expressão envolve diretamente o próprio corpo” (MANTOLVANI, 2010, p.161).

Para o trabalho aqui desenvolvido, interessa, especialmente, a representação das fogueiras para o colonialista português católico, pois calcado em sua ideologia cristã, especialmente nos Regimentos Inquisitoriais, perseguia e queimava todos os que, de alguma forma, contestassem os valores e poder da igreja, representada nas colônias pelos padres e bispos das diferentes congregações eclesiais, quais sejam: os franciscanos, os jesuítas e os dominicanos que acorreram às colônias em busca de “novas almas”, perseguindo aqueles cujos pensamentos divergiam dos deles. E é nesse movimento de identificação e punição daqueles que ousavam desafiar tais pensamentos que as forças inquisitoriais alcançam a África.

Sabe-se que o advento da Contra-Reforma trouxe o retorno da Santa Inquisição para diferentes estados europeus. A França, a Espanha e Portugal experimentaram momentos de muito horror e as forças inquisitoriais alcançaram as colônias. Para Rosângela Mantolvani, essa instituição religiosa via nos castigos a única forma de banir o pecado e a devassidão do mundo, por isso usava do poder do fogo para “destruir” as heresias e os hereges<sup>47</sup>. Esse universo de horror, impresso no mundo africano pelos

---

46 Griô: é o contador de histórias que ensina as lendas e os costumes de seu povo. Muito antes da invasão dos europeus naquele continente, o griô já existia e transmitia seus ensinamentos. As narrações do griô são, muitas vezes, cantadas. Um instrumento musical o ajuda a dar ritmo e musicalidade à narrativa. Disponível em: <https://clonainternet.wordpress.com/2013/06/19/grios-os-contadores-de-historias-na-africa>. Acesso em: 20 dez 2018.

47 Opto por complementar a nota 22, em que já situei o termo herege, em uso na Tese. Desta feita, opto por, mais uma vez, conceituar o termo e, para além da conceituação, apresentar reflexões acerca desse conceito, propostas por Anita Novinsky em *A Inquisição*: Nos 285 anos em que funcionou, a Inquisição portuguesa teve cinco Regimentos. No de 1640, que foi o que vigorou por mais tempo, o conceito de quem é herege vem claramente exposto. No caso dos portugueses cristãos-novos, que foram os principais elementos visados pelo Tribunal, a palavra “herege judaizante” era utilizada em todas as sentenças e documentos oficiais da Inquisição, significando os portugueses descendentes de judeus que foram forçados ao batismo em 1497, durante o reinado de D. Manoel I, e que obstinada e secretamente seguiam a religião judaica. (NOVINSKY, 2012, p.14-15).

inquisidores, faz com que a fogueira adquira outro significado entre os locais angolanos, que não mais se alegram com o calor das chamas, mas passam a temê-lo. (MANTOLVANI, 2010, p. 162).

O pesquisador Luiz Nazário (2005), em estudos sobre a Inquisição, afirma que o delito mais cruel cometido pelos hereges deveria ser punido com a morte na fogueira, por ser o tipo mais terrível de pena. Isso se confirmava nas palavras dos inquisidores que conceberam o fogo como elemento purificador, considerando que o ambiente contaminado pela heresia pestilenta sacralizaria com as chamas. Assim procedendo, os carrascos estariam devolvendo aos fiéis a confiança nos valores eternos pregados pela igreja. Compreendido por sua essência natural, esse elemento “revigorava as verdades recebidas, consumindo os erros” (p. 48).

Para ser compreendida em sua doutrina de horror, a igreja publicava a imagem do inferno inundado de chamas. Traduzido como um local de tormento, de destruição, era também ilustrado como um local repleto de memórias, cujas descrições estavam nos livros sagrados. Os clérigos se valiam desses livros para comprovarem a autoridade de seus discursos, enchendo os crentes de terror.

Porém, para tornar real essa imagem, era necessário colocá-la em cena nas piras montadas em praças públicas. Assim, “as chamas sagradas da fogueira eram uma amostra grátis do inferno, confirmando as vantagens práticas de se comportar de acordo com as normas, ritos e tradições estabelecidas, pelas quais o fiel conquistava o direito à vida” (NAZARIO, 2005. p. 49). Tais imagens levadas para o universo africano carregaram esse espaço de medo e horror.

O discurso do romance *A Gloriosa família* evoca esses medos ao longo de toda a narrativa. Mantolvani ressalta esses aspectos ao analisar o símbolo das fogueiras e sua representação inquisitorial e explicita as ações do narrador denotando a presença dos inquisidores em territórios ocupados. Como ilustração, destaca-se uma conversa entre a bela Matilde, uma das filhas mestiças de Van Dum “com o padre da Companhia de Jesus, [Anônimo?] sobre as dúvidas religiosas e as visões da moça, com quem acaba fornicando” (MANTOLVANI, 2010, p.162).

O padre coçou a cabeça e hesitou. Olhou para ela mais a sério. A conversa estava a caminhar para assuntos de bruxaria, o que não lhe agradava nada. O Santo Ofício era inflexível, feiticeiros acabavam sempre na fogueira. O chefe

principal da Inquisição estava ali no Bengo, sempre pronto a espiar uma heresia ou uma tendência satânica. Ainda mais atento agora, com a crise aberta pela ocupação dos hereges, ali a dois passos. (...) (PEPETELA, 1997, p. 49)

O fragmento denota a ideologia e os poderes do Santo Ofício, presentes no discurso do romance. O narrador relata ainda as andanças de um vigário de Massangano, que se deslocava pelo território ocupado, invadindo *kimbos*, *cubatas*<sup>48</sup> e *mussekes*<sup>49</sup> dos moradores locais, queimando os ídolos que encontrava no interior das residências, semeando ódio e medo. Um dia, porém, desaparece, e o relato do narrador é invadido por uma fina ironia.

[...] Quem ficou a governar a diocese de Massangano desapareceu certa noite, sem nunca mais se saber do seu paradeiro. Claro que se falou de feitiço, porque este vigário tinha a mania de queimar todos os ídolos que encontrava. Ídolos para ele eram estatuetas representando os antepassados, ou os chifres de mbambi com pós misteriosos dentro que dão força aos utentes, ou unhas de leão para adivinhar a sorte, ou tendões secos de animais que servem para pulseiras mágicas. Queimava tudo. Fazia verdadeiras incursões militares pelas fazendas ao longo do Kuanza, pelos kimbo da região, ou mesmo pelas casas de Massangano, à procura de objetos sacrílegos. Uma noite desapareceu para sempre, apenas ficando um ligeiro fumo e estranho cheiro de enxofre. (PEPETELA, 1997, p. 98)

Para a estudiosa, “os termos *ligeiro fumo e estranho cheiro de enxofre* funcionam certamente como ironia do narrador, o qual insinua que, ao exalar enxofre”, (MANTOLVANI, 2010, p.162) o padre jesuíta é quem está associado à figura do demônio, uma vez que na mítica popularesca é sua presença que faz exalar o odor do enxofre.

Mediante a fúria inquisitorial, as garras do Santo Ofício eram estendidas, também, àqueles que demonstravam poder de cura ou o domínio das artes religiosas como os curandeiros locais e os *kimbandas*, isto é, os adivinhos e médicos de Angola ou Benguela, perseguindo a todos que simbolizassem algum perigo para a fé católica.

Ensejando uma reflexão mais aprofundada, recorro a Novinsky (2012), em *A Inquisição*, que afirma que as facções de poder, especialmente as que aglutinavam os

---

48 Cubatas: habitação rústica tipicamente africana. In: PEPETELA. Glossário de *O tímido e as mulheres*. São Paulo: LeYa, 2014.

49 Mussekes: nome dado aos bairros dos arredores de Luanda. In: PEPETELA. Glossário de *O tímido e as mulheres*. São Paulo: LeYa, 2014.

governantes portugueses e o clero tinham os mesmos interesses em terras africanas e, por isso, procuravam manter seu poderio, valendo-se dos mais diversos ardis. Um fato ilustrador dos perversos ardis dos inquisidores no romance *A Gloriosa família* está na morte de um conceituado *kimbanda* na província de Massangano. Ouvindo as conversas dos soldados da Cia das Índias Ocidentais, conhece uma face do ardiloso governante português. Tradutor das imagens, o narrador informa:

Na roda de jogadores, se gabara primeiro o Menezes de que estando em Massangano, tinha conseguido acabar com as danças dos negros, claramente inspiradas pelo diabo. Imaginem, dizia o governador, que homens e mulheres formam uma roda, quase nus, e então, ao ritmo dos tambores, dançam se contorcendo em movimentos lascivos e chegam a juntar os umbigos dos homens com os das mulheres, numa alusão a actos que me envergonho de designar. Uma noite me fizeram uma dessas festas satânicas no terreiro ao lado do forte de Massangano e mandei a tropa acabar com aquilo. (PEPETELA, 1999, p. 153)

O resultado fora uma cruel mutilação. Homens tiveram as orelhas cortadas e as mulheres foram chicoteadas. Não satisfeito, o governador prepara uma armadilha para o Kimbanda, que cai e é morto na fogueira.

Fingindo estar doente, avisa ao soberano local, Ngola Kiaito, que se encontrava mal e que era sabedor que havia, em suas terras, um grande *kimbanda* que “curava as mais diversas doenças com ervas e fumigações”. Assim, pediu “ao seu bom amigo que o trouxesse para o curar” (p. 154). O nobre atende ao pedido, porém, ao chegar na fortaleza do governante português, ambos são presos: “o kimbanda e o soba” (p. 154). Atrás das grades, Menezes envia vários padres para convencê-lo de que agira errado, ao praticar sua religião. Como o religioso não aceitava a ideia de que agia incorretamente, o governante “mandou erguer uma enorme pira de lenha num alto junto à igreja de São Benedito, para queimar o Sukeko na fogueira, como mandava a sagrada Inquisição” (p. 154-155).

Devo pontuar que era uma ação recorrente entre os líderes portugueses demonstrar violência para imprimir sua força. Ao retornar ao principal assento em Angola, o general que expulsara os hereges Flamengos, apegado a simbolismos, também age com crueldade. Logo que assenta na cadeira principal, manda queimar um jovem<sup>50</sup>

---

50 Opto por não desenrolar este relevante aspecto do romance neste instante, tendo em vista a decisão de conferir a ele relevo no Capítulo 4 desta Tese.

recém-casado, comerciante cristão novo, que buscara “fazer a vida” em Angola. Ao retomar o poder na cidade de Luanda, tenta mudar-lhe o nome, por acreditar que Luanda se parecia com Holanda, passando a chamá-la São Paulo da Assunção. Os horrores da Inquisição também retornam com ele, pois o jovem de ascendência judaica é condenado e morto sem passar pelo processo inquisitorial.

Rosângela Mantolvani observa que o retorno dos portugueses a Luanda traz de volta às fogueiras, não apenas tudo o que foi tocado pelos hereges, infiéis, mas traz, especialmente, as perseguições e crueldades que executaram contra os judeus e aqueles acusados de heresia. O jovem Pinheiro é lançado à fogueira por ter sobrenome de “árvore”, já que o governante percebia nele a natureza de um “cristão-novo”. (MANTOLVANI, 2010, p.167).

O trabalho de Rosângela representa um ponto singular de produção na crítica brasileira e, ao concluí-lo, a pesquisadora ressalta que os romances objetos de estudo de seu trabalho, a saber: *Memorial do convento* de José Saramago e *A Gloriosa família* de Pepetela são textos cujos discursos enunciativos estão vinculados aos pressupostos teóricos de uma crítica da pós-colonialidade. Ela afirma: “à crítica pós-colonial<sup>51</sup>, ou pós-Independência, situa-se *A Gloriosa família* e à crítica da pós-colonialidade, *Memorial do Convento*” (p. 188-189).

Ainda de acordo com ela, tais constatações estão ancoradas na observação da crítica que o discurso romanesco tece aos sujeitos do Império, às práticas e valores concebidos por ele, ao monopólio de produtos e pessoas, criticando também o Imperialismo que, para Mantolvani, é o principal sustentáculo econômico. (p. 188-189).

Para concluir suas observações, a pesquisadora observa que a crítica sustentada tanto em *A Gloriosa família* quanto em *Memorial do Convento*

traz em seu discurso a temática da devastação articulada pelos Impérios sobre as formas culturais do “outro”, o diferente, o colonizado. E essa temática também é encontrada entre os novos romances históricos latino-americanos, de forma recorrente. Além dessa temática, outras são enfatizadas, como a crítica às ideologias totalitárias, à voz monódica no poder, à força das vontades de líderes de poder incomensurável, sejam reis, Imperadores ou ditadores, a crítica à submissão imposta por um grupo de homens a outros. (MONTALVANI, 2010, p.189)

---

51 Registro que, neste estudo, compreendo a teoria pós-colonial como aquela que reconhece a pluralidade das heranças culturais de um mundo policêntrico.

Avalio, para avançar, que a pesquisadora desenvolveu seu raciocínio lançando mão de relevantes questões postas acerca da Inquisição e do cristão novo em seu trabalho, como também tecendo críticas severas ao aparato da Inquisição. Ela buscou estabelecer um trabalho comparativo entre os romances, que se constituíam objeto de trabalho de sua pesquisa, enfatizando, porém, que explicitaria os discursos excêntricos presentes nas obras, como o fez com clareza. Seu trabalho guarda certa proximidade temática com esta pesquisa, porém não ressalta, da forma que faço aqui, a questão enfrentada pelo judeu no mundo e as dificuldades vividas por ele em solo africano, apresentadas pelas vias da ficção. Tal traço de ineditismo é mais bem circunstanciado no Capítulo 4 desta Tese.

### **2.3 O discurso social, a história e a política pelo viés crítico de Cláudio José de Almeida Mello**

Outro estudioso brasileiro a se debruçar sobre o romance *A Gloriosa família: o tempo dos Flamengos*, de Pepetela é Cláudio José de Almeida Mello, cuja pesquisa resultou em um trabalho comparativo intitulado *Discurso social, história e política no romance histórico contemporâneo de língua portuguesa: Leminski, Lobo Antunes e Pepetela*, que foi defendido, sob o formato de Tese de Doutorado, na Universidade Estadual Paulista, de Assis, em 2005.

Apoiado em teorias de viés sociocrítico, especialmente em Claude Duchet e em critérios de análise, segundo o pesquisador, “não hegemônicos nos estudos literários” (MELLO, 2005, p.13) o autor organizou uma pesquisa comparativa de três romances publicados no final do século XX, a saber: *Catatau* (1975), do brasileiro Paulo Leminski, *As naus* (1984), do português Lobo Antunes, e *A Gloriosa família: o tempo dos Flamengos* (1997), do angolano Pepetela. Como recorte de análise, seu trabalho ficou delimitado numa perspectiva política do diálogo com a História, em que se fundam as três narrativas.

O pesquisador afirma também que buscou explicitar, de forma geral, “a problematização dos mecanismos de construção do conhecimento, os quais questionam a possibilidade da verdade” (MELLO, 2005, 12), e, de forma mais particular, ele tencionou verificar, no momento histórico contemporâneo, como se configuraria um discurso social

nessas obras. Outro aspecto estudado por ele foi a dimensão engajada do discurso literário presente nos textos, explicitando, ainda, os fundamentos filosóficos e epistemológicos das concepções neles existentes. Todos esses aspectos foram sustentados pela teoria sociocrítica.

Dentre os objetivos de investigação traçados pelo pesquisador, destacam-se, sob minha clivagem, três: “investigar em que medida o romance pode ser uma forma de contestação cultural das formas dominantes, da política instituída, atualizando a discussão sobre a arte engajada” ; “identificar a forma como a construção da identidade se projeta como um discurso social em cada obra, a fim de perscrutar o seu aspecto político ideológico” e “avaliar a ideologia subjacente aos procedimentos pós-modernos utilizados nas obras para desconstruir a História oficial, com os fundamentos epistemológicos do materialismo histórico dialético” (p.12-13). Tais objetivos, em certa medida, dialogam com o propósito deste estudo, já circunstanciado nas seções anteriores.

Ao apresentar suas justificativas pela opção da sociocrítica, Claudio José de Almeida Mello aponta que sua escolha teórica se deu em função de o *corpus* de pesquisa aglutinar romances históricos. Assim sendo, ele trouxe para o diálogo crítico as ideias do estudioso Pierre Barbéris (1997, p. 76), cujas percepções concebem o romancista ‘historiador’ como um sujeito que propõe um diálogo com a sociocrítica. Ancorado nessas ideias, Mello observa que “desde os dramas alemães de Schiller e de Goethe, os poemas franceses de Musset e de Hugo, até os romances de Walter Scott, de Stendhal, de Balzac e de Goethe” (MELLO, 2005, p.15.), a Literatura revela muito sobre a História. Ainda fundamentando suas explicações acerca do recorte teórico-crítico que propôs, Mello ratifica que a Sociocrítica tornou-se uma opção política em seu trabalho, o que o levou à delimitação do estudo do papel político-ideológico da obra literária. Ou seja, ele buscou identificar de que maneira as relações de poder envoltas no desenvolvimento histórico, social, cultural e político são trabalhadas esteticamente na obra.

Esclareço, para prosseguir, que da vastidão dos vieses de análise propostos por Mello, interessa-me, mais especificamente, seu olhar acerca de *A Gloriosa família: o tempo dos Flamengos*. Meu interesse está assentado, em especial, no fato de Mello defender que o romance apresenta uma dimensão política por carregar-se de História e, nessa medida, investir na atualização da angolanidade (p.19), com o que concordo irreparavelmente. Continuando seu raciocínio, o pesquisador afirma que o investimento



histórico está no resgate dos mitos e tradições do cotidiano envolvidos com a História e que esse gesto narrativo está investido de procedimentos estéticos, os quais atribuem ‘veracidade’ à narrativa, abrindo caminhos para uma crítica do presente social, histórico e político.

Em via de concluir suas reflexões acerca do tema, Claudio José de Almeida Mello estabeleceu um diálogo com Walter Benjamin, que leu na ficção uma história possível. Para além disso, enxergou nela a história dos vencidos. Ademais, outro elemento destaca-se na pesquisa de Mello: o olhar diferenciado e atento lançado sobre o narrador, aquele que, no mundo do romance, percebeu que para romper com o totalitarismo, era necessário falar de um ponto de vista múltiplo, para que, assim, se anunciasse um outro viés do real. Observando também as estratégias discursivas de Pepetela, Mello identifica na ironia enunciativa, o registro da voz dos marginalizados ao representá-lo como um homem mudo, que registra os acontecimentos na perspectiva dos sujeitos invisíveis, dos que não tiveram voz e não figuraram como personagens nos livros oficiais.

Nessa linha reflexiva, Cláudio Mello apresenta um detalhado estudo sobre o personagem Thor, um príncipe negro tornado escravo pelas mãos de seus irmãos africanos, os jagas<sup>52</sup>, argutos negociantes que estabeleceram comércio com os portugueses e holandeses em Angola. Nicolau, o filho mestiço de Baltazar Van Dum, negociou o jovem com o grupo guerrilheiro que o capturara e o levou para casa, apresentando-o ao pai, que se admira do nome, conforme o diálogo abaixo denota:

— Thor? Raio de nome. Parece mais do norte da Europa. Até acho que há um deus ou herói que se chama assim na Escandinávia.

— O Thor é do sul. Foi apanhado pelos jagas da Kissama bem lá para baixo, numa terra que chamam Hako ou Wako. E foi vendido caro, pois diziam que é filho de rei. Logo vi que valia o preço, aceitei. Até agora não estou arrependido. (PEPETELA, 1999, p. 225)

---

52 Jagas foi o nome que os portugueses deram, no final do Sec. XVI e durante o sec. XVII, a grupos de nativos africanos, predominantemente nômadas, que se caracterizavam por não trabalhar, dedicando-se à rapina e à violência sobre as populações. In: CORREIA, Arlindo. *Os jagas de Angola*. Disponível em: <https://arlando-correia.com/020309.html>. Acesso em 12 jan. 2019.

Mariana Bracks Fonseca caracteriza os jagas “como bandos guerreiros que destruíam comunidades Mbundu, desorganizavam a produção agrícola, pilhavam os bens e sequestravam os homens e crianças”. In: FONSECA, M.B. *Nzinga Mbandi e as guerras de resistência em Angola – Século XVII*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015. p. 88. Na ficção romanceada de Pepetela, o narrador diz que “os jagas seguiam sua própria política, que era ir avançando os seus exércitos, ocuparem territórios, matarem os homens, ficarem com as mulheres e educarem as crianças no seu sistema militar.” (PEPETELA, 1999. P. 44).

O jovem príncipe, porém, não tem sorte. Na sanzala, ele se enamora de uma das filhas de Van Dum, cujo patriarca, preconceituosamente, não autoriza o seu envolvimento com um escravo e o manda matar. Trata-se de uma ironia, pois Baltazar Van Dum era casado com uma mulher negra da terra, porém, filha de um soba da região. Thor, descendente de rei, mas tornado escravo, não servia para se relacionar com a filha do comerciante Flamengo. Denunciado, é condenado à morte.

Ao analisar esse episódio, Claudio de Mello observa que, em uma leitura inicial, Thor simbolizaria, na narrativa, “a tradição étnica e cultural africana, isenta do contato com a civilização europeia” e, nesse sentido, “primitiva” (MELLO, 2005, p. 22). Em sua análise, em torno de Thor, o narrador apresenta o aspecto mítico do nome, pois o jovem enfrentara o leão de cazumbi<sup>53</sup>, durante a viagem, e o fizera mesmo em sua nova condição, a de escravo. Pela ação heroica, ganha o respeito dos presentes vendo nele um portador de poderes sobrenaturais, possivelmente herdados de divindades, como, anuncia a etimologia<sup>54</sup> de seu nome.

Mello afirma que essa história mítica conta que um homem torna-se fantasma (cazumbi) por se envergonhar de ter sido morto por um animal – um leão – por isso passa a habitar o corpo da fera que o matou, vagando em busca de novas presas humanas. Ele destaca ainda que, no romance, durante o percurso da caravana que trazia Thor como futuro escravo para Luanda, “um desses animais ataca o acampamento e só foge quando Thor o enfrenta, provando, assim, a legitimidade de suas raízes, que lhe teriam permitido herdar poderes dos espíritos antepassados” (MELLO, 2005, p. 22). No romance, esse episódio é narrado durante o almoço, com a família toda à mesa e o narrador, atento, faz questão de esticar as orelhas para ouvir o relato que narra:

Nicolau se referiu ao ataque de um leão à caravana, à noite. Coisa espantosa, pois os leões tinham medo do fogo e a caravana certamente dormia com muitas fogueiras acesas. O ataque felizmente foi mal sucedido. O leão tentou puxar um escravo pelas pernas para fora da zona de luz, onde o mataria tranquilamente. O homem era o que estava mais afastado da fogueira. Acordou

---

53 Cazumbi: alma do outro mundo; duende. In: PEPETELA. GLOSSÁRIO de *O tímido e as mulheres*. São Paulo: Leya, 2014.

54 Thor: originário do nórdico antigo *Pórr*, que quer dizer “trovão”. Em *O Livro de Ouro da Mitologia* tem-se que Thor é o soberano dos trovões e filho mais velho de Odin. Ele era o mais forte entre os deuses e os homens, e possuía três objetos muito valiosos: o martelo (objeto com poderes mágicos que retornava imediatamente às suas mãos logo que lançado); o cinturão da força (que ao ser ajustado ao corpo de Thor redobrava-lhe a força) e um par de luvas de ferro (usadas para manejar o martelo com maior eficiência. (BULFINCH, Thomas. *O Livro de Ouro da Mitologia: Histórias de deuses e heróis*. São Paulo: Martin Claret, 2006. p.417).

com dor na canela, onde o bicho tinha fincado os dentes, e berrou. Thor dormia ali perto. Todos despertaram com os berros mas Thor foi mais rápido. Saltou, e como não estava amarrado, pôde correr para o arcabuz de um guarda. Avançou com o arcabuz para o leão, mas pegando nele pelo cano. O animal largou a perna toda dilacerada, e fugiu para a escuridão. (PEPETELA, 1999. p. 230)

Matilde, a irmã com poderes de bruxa, estranha que o leão tenha atacado a caravana, isto é, um aglomerado de pessoas que dormiam à beira de fogueiras acesas. Porém, refletindo sobre o tema, destaca que o leão não é um qualquer, mas “um leão de cazumbi” (p. 231). Tal pensamento é compartilhado pelo narrador. Esse episódio ratifica a discussão que proponho no Capítulo 1 desta Tese, quando afirmo que esse narrador detém um espírito religioso, impregnado pelo *mysterium fascinans*, o que o faz temer as coisas do mundo espiritual, confirmando a ideia da nulidade do ser frente aos elementos da natureza e seus mistérios.

Suas reflexões acerca do episódio refletem o pensamento corrente entre as comunidades e a cultura de uma Luanda pré-colonial. Mergulhado em suas conjecturas, narra que um felino recebe o adjetivo de “cazumbi” por ser aquele que matou um homem e o fez por se sentir ameaçado. O homem morto pelas garras do leão torna-se um fantasma, “porque é vergonhoso ser morto por um bicho, qualquer que seja. E ficar insepulto provoca a errância da alma, inconformada” (PEPETELA, 1999 p. 231). O espírito humano não aceita a derrota e se vinga, entrando no leão, deixando-o louco, sem medir as consequências dos seus atos. “Chega a atacar as próprias leoas. Mas passa a ter preferência pelos homens e em qualquer circunstância. Se fala de animais que perseguiam colunas de gente durante dias e dias” (p. 231). Devo asseverar que todos esses elementos tangenciam e aludem à ideia do espírito religioso, presente no narrador.

Na sanzala, quando o namoro é denunciado a Baltazar, o Flamengo mostra-se implacável, condenando-o à morte. Thor é condenado e degolado à beira da lagoa do Kinaxixi, lugar de grande simbolismo para os angolanos. São três os algozes do príncipe: Ambrósio e Nicolau, filhos de Van Dum e Dimuka, o escravo capataz da família. Os dois últimos são bastante frios, à exceção de Ambrósio, o descendente intelectual dos Van Dum. Em que pese o fato de ser uma cena cruel, considero esse fragmento como um dos mais românticos do poema. Thor é, então, assassinado com o facão de Dimuka, que lhe acerta três vezes o pescoço e, em seguida, empurra o corpo para dentro da água. O sangue

que escorre do corpo do rapaz é transformado em flores de nenúfares e o narrador apanha uma rosa para levar para a namorada que ficara aos prantos na sanzala. E assim relata:

O sangue de Thor, boiando à superfície, se transformava em folhas redondas de nenúfares e delas cresciam hastes com flores brancas. Flores brancas como as dos jarros e que exalavam um perfume muito forte. Com um pau consegui puxar uma folha de nenúfar<sup>55</sup> e colhi uma flor. Para oferecer a Rosário. Flor que ela guardaria para sempre. (p. 247)

Nesse episódio, é possível, também, notar a presença de *ganz andere* no fantástico mundo do narrador. Há três elementos que ratificam essa ideia: a imediata transformação do sangue em plantas; das plantas crescerem hastes e flores e as flores exalarem perfume de forte odor. A magia do tempo também se dá, pois, o narrador antecipa a ideia de que a namorada guardaria a flor pelo resto da vida.

Cláudio Mello observa que a característica de semideus africano – aquele que enfrenta as feras noturnas – é registrada pelo narrador de forma a dar um tratamento irônico à bravura do herói, o que desfaz a ideia de um heroísmo idealizado. O jovem, em terras dos Van Dum, denota altivez, liberdade e postura, porém, tais nobres características não o eximem de ser degolado. A aniquilação de Thor representa a dominação e crueldade do colonialista, pois sendo o lado mais fraco do sistema, não tem saída. Para Mello, tal união – a de Thor com a filha de Van Dum – é “fruto de uma Angola utopicamente autêntica” e, assim, representaria, de um lado o “interior distante e intocado” bem como “as formas de organização política anteriores à invasão, que falava línguas nativas que já escapavam ao narrador” (MELLO, 2005, p. 23). De outro, Rosário, evoca a mulher cidadina, que resultara do

encontro entre o patriarca da gloriosa família com uma negra, portanto ela mesma expressando já a mistura do negro com o branco, do colonizador com o colonizado, mas tão angolana quanto seu amante – simboliza o espírito da angolanidade, da integração em torno de uma identidade nacional. Só que, longe de uma idealização do tipo romântica, Pepetela faz isso mostrando o modo pelo qual se forjou ao longo da história a moderna sociedade angolana, um complexo processo no qual intervieram fatores de ordem econômica, política, cultural, racial, étnica, num contexto de opressão secular. (MELLO, 2005, p.23).

---

55 Nenúfar: Gênero de plantas aquáticas, da família das ninfeáceas, largamente usadas como ornamental, em grandes recipientes com água, pelas suas flores brancas, vermelhas ou amarelas; ninfeia. [Botânica] Planta aquática, com flores em formato esférico e sementes comestíveis; lótus. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/nenufar>. Acesso em: 12 jan. 2019.

E, assim, Melo demonstra que a morte de Thor ocorrida na lagoa do Kinaxixi vem carregada de muito simbolismo e para fundamentar suas ideias, dialoga com os registros do historiador Alberto Pinto de Oliveira (2003), afirmando que o sangue de Thor e a flor colhida nas águas da lagoa são símbolos condutores de forte dimensão, pois surgiram em um local que, de acordo com Oliveira, compõe o universo cultural luandense.

Nesse sentido, explica que o nome da lagoa é proveniente do *Kimbundo*, resultante da contração da preposição *kia* (de) com o substantivo *ixi*, carregando consigo o sentido de a terra ser o lugar de onde emergem os espíritos ancestrais. “O culto popular do Kinaxixi foi sempre feito em Luanda, mesmo durante o poder colonial, por meio de oferendas aos espíritos da lagoa” (MELLO, 2005, p.23). O pesquisador observa ainda que “o local situava-se em uma zona que dividia o Maculusso – um dos bairros habitados por africanos de baixa renda. Entretanto, tal região era próxima à Cidade Alta, bairro nobre e ao Alto das Cruzes” (MELLO, 2005, p.23), local em que antes de 1680 fora construída a ermida de Santa Maria Madalena, circulada pelo cemitério onde eram depositados os corpos dos colonos e aqueles que tinham recursos para ali sepultar seus mortos.

Sustentando-se nas ideias de Alberto Pinto de Oliveira, Mello estabelece comparação de interessante caráter. Para ele, a união de Thor e Rosário, tal qual a lagoa do Kinaxixi, marca “uma fronteira física entre o mundo dos que viviam na cidade” (MELLO, 2005, p. 24) e o daqueles que foram expulsos dela e, por não terem acesso àquela representação de sua identidade, acabavam habitando as imediações. Dessa forma, enterravam seus mortos no Maculusso, mas fazendo-o de acordo com os rituais sagrados tradicionais ligados ao culto da terra.

Segundo Mello, o Kinaxixi sempre foi o local de espelhamento “das divergências de perspectivas entre colonizadores e colonizados” (p.25) e a lagoa representava para estes um símbolo da resistência da comunidade, “identificada com antepassados comuns, a qualquer dominador” (p.25). O pesquisador afirma que essa tensão representativa na sociedade angolana foi incorporada pela tradição literária, tornando um tema recorrente, especialmente na ficção dos escritores mais velhos. Nesse sentido, Thor representa a hibridez cultural do povo angolano e, sua morte, ocorrida em um espaço sagrado e ligada ao culto aos mortos, à terra, tendo sido provocada violentamente pelos algozes representantes da elite colonizadora ou exploradora, ressalta a força simbólica de

transmissão da tradição épica oral em África. Tudo isso realça o caráter da angolanidade forjada ao longo da história, o que liga “a realidade opressora do colonial à realidade moderna de uma sociedade em crise, em busca de sua identidade” (p.25).

Considero a leitura do pesquisador acerca do episódio bastante singular. Ele entende que os enamorados, Thor e Rosário, simbolizam, no romance de Pepetela, a aproximação da sociedade moderna angolana com seus valores tradicionais, com a utopia da África original e afirma que a confluência desses mundos está matizada pelo caráter irônico do discurso narrativo. Para ele, Thor não é propriamente um herói, por entender que tal representação carrega consigo uma conotação pejorativa, transmitida pela passividade imbuída em seu conceito. Atrevo-me a postular, enquanto estendo a interpretação sobre Thor, que sua morte sepulta também a “bravura” do semideus inscrito em seu nome e a causa da morte (o romance proibido com Rosário) reflete o matiz humano do herói, que, representado como um sujeito frágil, dessacraliza essa figura necessária ao imaginário nacional no momento de construção de sua identidade.

Concluindo suas análises acerca do episódio, o pesquisador afirma que o espetáculo da morte de Thor e seu simbolismo são uma forma de representação irônica do heroísmo, trazendo indícios de que os rumos da história são traçados pela ação do homem “no bojo das relações sociais existentes na sociedade” (p. 25.), pois sendo príncipe, o jovem é também um escravo. Ainda justificando sua leitura, Mello observa que mesmo sendo um africano, Thor está associado à cultura europeia, dado seu nome, o qual faz remissão ao deus do trovão e da guerra e, assim, “embora a força telúrica sugerida por seu nome o capacite a enfrentar feras do mundo material e do espiritual, ele tomba diante do explorador” (p.26). E, nesse raciocínio, afirma que o escritor angolano enfatiza a “complexidade que envolve o conceito de angolanidade, problematizando a ideia do que seja essencialmente africano em um país com tantas turbulências oriundas dos conflitos com a exploração, a escravatura e o colonialismo (p.26).

Ratificando sua escolha pela teoria sociocrítica, o pesquisador ressalta que ela possibilitou, pela análise do discurso social esteticamente elaborado por Pepetela, alcançar tensões de ordem econômica, política, social e cultural importantes para a constituição e construção do conceito de angolanidade, desconstruindo, assim, a utopia de uma África original.

A pesquisa de Claudio de Mello focalizou especialmente o diálogo entre a Literatura e a História, apresentada nas três obras objeto de trabalho do pesquisador, na configuração do discurso social, no engajamento sociopolítico do discurso literário empreendido pelos escritores em questão, buscando sustentar-se na metodologia sociocrítica, na qual ele se assegura para enfatizar o caráter político de sua pesquisa. Em especial, o trabalho de Mello contribui para a feitura desta Tese, já que traz singulares leituras e descobertas sobre *A Gloriosa família: o tempo dos Flamengos*, objeto de trabalho deste estudo. Tal como Rosângela Mantolvani, Claudio de Mello oferece aos estudiosos da Literatura, especialmente da Literatura Africana de Língua Portuguesa, subsídios interpretativos de especial valor para o universo literário.

Em síntese, entendo que Mello (2005) escrutina a voz do oprimido e desnuda e esmiúça o mito de uma África pura, ao revelar que tanto a nacionalidade angolana quanto os cidadãos de Angola são frutos de uma mistura de povos e que, em meio a essa mistura, estão os judeus, povo tratado com destaque e zelo nesta pesquisa.

#### **2.4 A visada crítica de Wanilda Lima Vidal de Lacerda sobre *O olhar de Pepetela sobre Angola***

Wanilda Lima Vidal de Lacerda é pesquisadora da Universidade Federal da Paraíba e defendeu sua Tese de Doutorado em 2007, sob a orientação da Profa. Dra. Elisalva de Fátima Madruga Dantas. Nessa pesquisa, analisou quatro obras do escritor angolano, quais sejam: *Lueji: o nascimento de um império* (1989); *A geração da Utopia* (1992); *A Gloriosa família* (1997) e *Predadores* (2005). Seus estudos traduzem uma “síntese entre o passado e o presente integrados aos principais acontecimentos de Angola e de seu povo e sua importância no caminho temático trilhado pelo autor: do mito à história; da utopia à distopia e os fios de esperança” (LACERDA, 2007, p.8).

Nesse sentido, a pesquisadora se ateve à defesa da ideia de que os liames entre a ficção e a História são bastante estreitos na obra de Pepetela e observa que o escritor angolano registra em seus romances o real contexto angolano, ligado à constituição da memória, sempre em busca de uma identidade nacional, configurando, dessa forma, a cultura e a conformação de situações que destacam conflitos sociais e de classe, além de

apresentar “as lutas políticas que englobam séculos indo desde o início de sua formação até os tempos presentes” (p. 17).

Ao identificar que a História oficial é tema recorrente nas obras do escritor angolano, a pesquisadora afirma que seu maior objetivo na Tese foi justamente o de resgatar, nas obras eleitas para estudo, a correspondência entre ficção e realidade, entretanto, visando não apenas a analisar elementos reveladores da identidade angolana, mas, sobretudo investigar como “o elemento estético literário foi trabalhado na representação dessa realidade” (p.17).

Para justificar suas escolhas teóricas e metodológicas, a pesquisadora afirma que as obras eleitas sintetizam, ficcionalmente, “o passado e o presente integrados aos acontecimentos principais de Angola e de seu povo” (p.17), tornando-se muito importantes para o seguimento de seu trabalho ou daquilo que deseja perseguir: do mito à História, da utopia à distopia e os fios da esperança, na busca de verificar como se deu o diálogo entre a Literatura e a História no processo diluidor de fronteiras.

Desse modo, a pesquisadora buscou uma metodologia de trabalho de caráter mais aberto, ancorada em filósofos, historiadores e estudiosos da Literatura de expressão portuguesa: Engels, Maquiavel, Aristóteles, Salvato Trigo, Rita Chaves, Laura Padilha, Inocência Mata, Ana Mafalda Leite, Benjamin Abdala, Tânia Macedo, dentre outros, serviram de sustentáculo teórico para a pesquisadora que, assim, pôde contar com uma diversidade de fontes que pudessem alargar seu olhar sobre as obras em estudo.

Para o trabalho aqui desenvolvido, interessa registrar a análise da pesquisadora acerca do romance *A Gloriosa família: o tempo dos Flamengos*, cujo recorte se deu sobre as questões da escravidão negra, sua comercialização e a dominação holandesa em Angola, bem como a análise das personagens históricas elaboradas ficcionalmente no romance de Pepetela. Ela lança ainda uma visada crítica sobre o papel da Igreja Católica que também gozava de muito poder e dominação, no período focalizado no romance. Seu olhar também é lançado sobre o espaço traçado como elemento marcante das diferenças de classes sociais e as posições políticas e sociais nele presentes. Para ela, esses elementos é que possibilitam fazer uma aproximação da verdade histórica da ficção com a representação oficial da História.

Os mais diferentes pesquisadores brasileiros que se debruçaram sobre esse romance de Pepetela observaram como característica principal da obra o vínculo com a



História. Wanilda Lacerda ratifica essa observação, porém, seu trabalho traz um apanhado acerca dos conglomerados sociais e geográficos em África, especialmente daqueles que resultaram em território e sociedade angolanos conforme se constituem hoje.

Assim, a estudiosa partiu da organização social, apresentando os Estados e Impérios constituintes da África pré-colonial, registrando os conglomerados sociais e de classes, bem como os mecanismos agrícolas e comerciais existentes nos reinos até os tempos contemporâneos, quando Angola se tornara uma República. Ela se debruçou sobre os registros de historiadores como Jan Vansina e Joseph C. Miller para mapear alguns pontos importantes do período da África antes da chegada do explorador. O mapeamento que a pesquisadora registrou acerca do Congo, e de sua conformação imperial, é valioso para a compreensão da obra de Pepetela, porque ela aponta desde a chegada de Diogo Cão em África até as lutas empreendidas pelos cidadãos angolanos para libertar seu povo e territórios das mãos dos colonialistas.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, ensejei um singular recorte, para analisar o romance *A Gloriosa família: o tempo dos Flamengos* e, assim, centrei esforços para estudar a figura do narrador, o condutor da trama. Assim, no que tange a esse recorte, Wanilda argumenta:

Arguto, crítico, bem informado e bem atento, percebe, mas não consegue compreender totalmente o mundo dos brancos; muitas coisas lhe escapam, assim não dá para entender a lógica impessoal de mercadoria, de trocas, do mundo de coisas que desumanizam a vida das pessoas. Mesmo assim, ao mergulhar nas lembranças do “vivido”, fornece ao leitor a dimensão ética da memória, da lembrança contra o esquecimento de fatos que não se devem esquecer e refletir sobre o nosso papel na história. (LACERDA, 2007, p.99-100).

Da forma que compreendo, esse narrador compreende bem o mundo dos brancos, e seus registros denotam que esses homens estão em terras africanas com o propósito único de enriquecer. Como a ganância vinha de todos os lados, holandeses e portugueses – europeus de um modo geral – as estratégias políticas e bélicas de cada parte é que se modificavam quase sempre, uma vez que os estrategistas desejavam “ganhar o jogo”. O narrador via, então, seu dono, Baltazar Van Dum, em meio às duas frentes de batalha, também, “fazendo seu jogo”: ao mesmo tempo em que demonstrava lealdade aos portugueses, mostrava-se parceiro dos holandeses. Entretanto, o Flamengo agia inescrupulosamente e tinha suas ações registradas pelo arguto narrador.

A título de exemplo, arrolo uma conversa de João de Brito, colono e comerciante português instalado em Luanda, obrigado a se retirar depois da chegada dos holandeses, que voltara à cidade a mando do ex-governador português, a fim de identificar em que ponto estava o movimento dos holandeses na cidade para, dessa forma, arquitetar planos de retomada. Avistando Baltazar Van Dum, ele revela ao Flamengo, que chegará uma comitiva de negociação e que os portugueses haviam tido sucesso nas lutas contra os invasores em outras colônias, pois ganharam em São Tomé e no Maranhão. Ele relata, entusiasmado, a visita que um embaixador faria aos holandeses em breve. Denominado Guerreiro, tratava-se de um clérigo, ligado às hordas inquisitoriais, chegando em Luanda “para uma nova ronda negocial” (PEPETELA, 1999, p.61).

As observações de Brito matizam o caráter do embaixador português: “vamos ver o que ele consegue dessa vez, ele consegue sempre qualquer coisa, além de adormecer os holandeses, que é o que mais interessa no momento” (p. 61). Noto que o narrador percebia muito bem essas estratégias e, em alguns momentos, chega a revelar o que pensa dos europeus. Em outro episódio, narra como se dera a fuga dos portugueses após a invasão dos Flamengos, citando a despreocupação histórica do governador luso em Angola:

[...] eu tenho sentido da História e da necessidade de a alimentar, embora os padres e outros europeus digam que não temos nem sabemos o que é História. Sou muito diferente do governador Pedro César de Menezes, que deixou se perderem todos os documentos de Luanda, até mesmo o foral assinado pelo rei a dar a esta sanzala grande galões de cidade.” (p.120).

Entendo que as observações do narrador têm uma boa percepção do mundo dos brancos, compreendendo, inclusive, que o único propósito deles em terras africanas era mesmo o de enriquecer, de forma que não lhes interessavam nem documentos, nem pessoas, nem registros. Interessavam-lhe, pois, apenas as riquezas oriundas do tráfico de escravos.

Wanilda Lacerda enfoca as questões macrosociais do romance e destaca também a figuração de Dom Agostinho Corte Real que é, ao mesmo tempo, pessoa, personalidade e personagem a um só tempo. Para ela, “como pessoa histórica [Dom Agostinho] contribui para o tecido geral da narrativa, serviu como balizamento do tempo. Como personagem, dialoga, atua com Baltazar, com diretores da Companhia das Índias Ocidentais, com padres e outros” (LACERDA, 2007, p.99-103).

Em vias de finalizar as observações que apresento sobre o estudo de Lacerda, ressalto que o considero um caro trabalho para os apreciadores da obra de Pepetela, pois traça um panorama da constituição das classes sociais africanas, bem como dos impérios e da geografia daquele lugar, especialmente, no que diz respeito à Angola. Apresenta, também, uma lista de personalidades históricas que aparecem como personagens do romance. Ou seja, seu trabalho contribui para a compreensão dos escritos de Pepetela, além de trazer um apanhado histórico de inestimável valor para a teoria literária e para a historiografia de um modo geral. Esse último fato justifica, a contento, o porquê de este estudo figurar nesta Tese, ou seja, trata-se de uma obra que subsidiou, em muitos momentos, a análise crítica que ora realizo.

## **2.5 A reflexão de Rogério Max Canedo Silva sobre o romance histórico da colonização em estudo comparativo entre romances de Haroldo Maranhão, Pepetela e Antonio Lobo Antunes.**

Rogério Max Canedo Silva fez um estudo comparativo das obras *O Tetranelo de del-rei* de Haroldo Maranhão, *A Gloriosa família* de Pepetela e *As Naus* de Lobo Antunes, buscando observar a figuração artística transgressiva do passado nos romances em análise, o que resultou em uma Tese de Doutorado, defendida em 2016, na Universidade de Brasília.

Fundamentado nas teorias de Gyorgy Lucáks (2011) e de Fernando Ainsa (1991; 2003) sobre o romance histórico, o pesquisador afirma ter verificado que esse gênero narrativo vem, nas últimas décadas, buscando reequacionar “acontecimentos passados e sua repercussão num presente permeável à vida de outrora” (SILVA, 2016, p.8). Ele argumenta que ao verificar esse fato, elege para o *corpus* de análise os romances de Haroldo Maranhão, Pepetela e Antonio Lobo Antunes, cujas representações identitárias, respectivamente, brasileira, angolana e portuguesa, figuram “formações nacionais enfrontadas nos influxos históricos de um marco decisivo para os povos afetados: a expansão e refluxo da máquina mercante lusitana” (p. 8).

O estudioso centra sua pesquisa na hipótese de que os três romances são narrativas de extração histórica que dialogam entre si, pois é possível verificar o compartilhamento “de um mesmo eixo estético-ideológico catalizador” uma vez que a elaboração artística

investida nas obras promove a subversão de “versões correntes e hegemônicas da colonização portuguesa no processo literário de ficcionalização de um tempo pretérito determinante” (p.8).

Ao justificar a escolha do romance de Pepetela, Rogério Silva afirma que observou, em *A Gloriosa família: o tempo dos Flamengos*, os modos como o texto ficcional ilustra “em tela nítida os contornos da história de formação de Angola, na primeira metade do século XVII” (p.170), destacando o período de ocupação holandesa entre os anos de 1641 e 1648, período em que os Flamengos permanecem em Luanda, quando os portugueses permanecem longe da cidade colonizada.

Rogério Silva afirma que pela leitura da obra observa-se o debruçar do escritor angolano sobre um período histórico determinado e dele se vale para, por meio da ficção, “recobrar o próprio sentido histórico da realidade angolana” (p.170). Para esse pesquisador, o romance de Pepetela é talvez o que melhor caracteriza o gênero “romance histórico” conforme as denominações de Lucáks e Ainsa, pois trata-se de uma produção artística que se aproxima da historiografia oficial, tanto para endossá-la como para refutá-la. E acrescenta: “é da Literatura que se tem adquirido uma tendência à contestação e à revisão do discurso consagrado pelos cronistas e historiadores que erigiram boa parte dos registros da memória angolana” (p.172).

Em suas observações, Silva afirma que a Literatura de expressão histórica consegue amplificar o sentido do delineamento histórico, cultural, econômico e até mesmo das relações humanas em contraponto ao fato histórico.

Para ratificar suas ideias, ele evoca a reflexão de Benjamin Abdala Junior, cujas bases denotam que a busca por uma representação social e autônoma tem uma ligação íntima com os anseios de independência, os quais desencadearam certa necessidade de auto-representação, alterando, dessa forma, a sociedade e até mesmo a linguagem, por meio da qual o homem passaria a se posicionar.

Intensificando o caráter teórico de suas reflexões, o estudioso traz para o diálogo o pensamento de Perry Anderson (2007), pontuando que o exercício de construção nacional começa pelo romance, isto é, pelo fazer da Literatura de caráter histórico, o que concede ao gênero um matiz político. Segundo ele, o romance angolano de Pepetela “extrapola o campo despretenso do simples fabular e se apresenta como produção

consciente e engajada em relação à compreensão e reverberação da história de seu povo” (p.173).

Buscando confirmar suas reflexões, Silva traz para o diálogo as pesquisas de Inocência Mata, nas quais a docente da Universidade de Lisboa ressalta que a Literatura oriunda de lugares onde estão em foco conflitos sociais, culturais e políticos estabelece, quase sempre, uma relação entre a História e a ficção, justificando que a escrita se investe de um poder de “autonomização”. Traduzindo suas reflexões, Silva (2016, p. 173, grifos meus) ressalta que

o caso de Angola é singular e essa singularidade “advém do fato de que pela literatura se vai escrevendo também a história do país” (2009, p. 195). Por isso mesmo, no modelo de romance histórico que apresentamos aqui, cujas principais bases estão balizadas pela teoria do romance clássico, de György Lukács (2011), e pelos apontamentos desse mesmo gênero, desta vez mais contemporâneo, apresentado pelo uruguaio Fernando Ainsa (1991; 2003), quase sempre **essa espécie de produção é fruto e necessidade da periferia, de regiões fora do centro e que comumente tiveram suas histórias fundacionais originadas pelo discurso do outro.** (SILVA, 2016, p.173).

Compreendo que a pesquisa de Rogério Silva tem um caráter enriquecedor, ao apresentar coerentemente os objetivos pretendidos e mostrar como se dá a recuperação do fato histórico pela ficção de Pepetela, uma vez que o escritor se debruçou sobre um passado específico de sua nação, a fim de recuperar os vazios do tempo. Silva diz que o registro do fato “pretérito vivido no presente” é bastante discutido pelo teórico húngaro Lukács, denotando ser esse um método narrativo que possibilita a “presentificação do passado” (p.175). Tal gesto (a presentificação da história) se torna “uma necessidade histórica premente dos escritores engajados em revisitar o tempo pretérito” (p.175). O pesquisador ainda afirma que essa perspectiva pode ser facilmente compreendida como um dos eixos centrais do projeto literário de Pepetela, em vista da importância que, declaradamente, o romancista dá a um projeto de escrita de recuperação da memória para a compreensão da vida corrente.

Em entrevistas concedidas aos mais diversos interlocutores: alunos de pós-graduação, jornalistas, professores de Literatura, revistas voltadas para a Educação, quando lhe é perguntado acerca da relação entre Literatura e História presente em seus livros, Pepetela explica que ao se fazer ficção baseada em fatos reais, há aqueles dos quais não se pode fugir. Porém, as explicações desses fatos sempre irão divergir dos

apresentados nos registros da historiografia oficial. Isso se dá porque ele vê na obra literária a possibilidade de fazer um contraponto à versão do colonizador e colocar em evidência personagens ou grupos que ficaram invisibilizados ou desconsiderados pelos cronistas ou historiadores lusos que escreveram boa parte dos livros das ex-colônias portuguesas.

Por exemplo, em *A Gloriosa família: o tempo dos Flamengos*, Pepetela coloca em cena o cronista Antônio de Oliveira Cadornega, enamorado da bela Matilde, filha de Baltazar Van Dum. O irônico narrador flagra uma conversa da menina com sua irmã mais velha, Catarina, que a aconselha a agir de modo mais honesto em relação aos seus amores. Isso ocorre porque Matilde pretendia encontrar-se com um soldado francês, às escondidas do pai. A jovem confessa, porém, que o prazer do namoro só se dava por conta do caráter oculto do romance e narra à Catarina os encontros furtivos que tivera com um padre no Bengo. Ouvindo a conversa, o narrador entende que fora o clérigo o motivo de Matilde não se interessar pelo cronista do rei e assim relata:

Bem notei que Matilde lhe fazia uns sorrisos e deitava uns olhares que não eram próprios de uma donzela para um padre, ignorando completamente o fogo e apaixonado soldado Oliveira Cadornega que tinha veia de escritor e lhe fazia poemas inflamados. (PEPETELA, 1999. p. 48)

O importante nesse aspecto é que o narrador apresenta o fato na perspectiva dele mesmo, ou seja, um nativo, um sujeito imerso em sua cultura, diferenciando-o do registro histórico oficial. É isso que importa para Pepetela. Analiso que o escritor, ao focalizar o olhar do homem do povo, recheia o evento com muita criatividade, realçando aspectos culturais locais à maneira do narrador, diferenciando-o dos registros passados. Dito de outra maneira, o escritor reatualiza o evento da escrita, de um ponto de vista diferente, denotando que a história se faz de uma forma viva, que os sujeitos nela envolvidos são produtores de sentido, o qual não pode ser apresentado apenas em uma perspectiva: a do colonizador. Isso amplia o universo de leitura, porque o escritor descentraliza o discurso, enunciando-o a partir do olhar e voz de um sujeito da margem, entrevendo a ideia de que o colonizador português não é o único detentor da verdade.

Comungo da reflexão de Rogério Silva sobre o projeto literário de Pepetela. Para Silva, reavivar o passado era um dos desejos e objetivos do angolano, e, nessa perspectiva, seus estudos iluminam a escritura do autor angolano, contribuindo singularmente para os

estudos literários no Brasil, como também no exterior, especialmente para os leitores interessados na Literatura de expressão portuguesa. Devo ressaltar que a Tese é resultante de um trabalho de fôlego e propicia uma leitura prazerosa e proveitosa. A meu ver, trata-se de um aporte teórico substancial, visto que serve para aclarar como se deu a chegada dos cristãos novos em Angola.

## **2.6 Helaine de Oliveira e suas reflexões sobre O passeio de Esquizo ou as experimentações do silêncio: subjetivações e singularidades na escrita de Ana Maria Gonçalves e Pepetela**

O trabalho de Helaine resultou em uma Tese de Doutorado defendida em 2016, na Universidade Federal de Juiz de Fora, e consiste em uma comparação entre a obra *A Gloriosa família* de Pepetela e *Um defeito de cor* de Ana Maria Gonçalves, materializando-se como “esquizoanálise”. Da forma que entendo, o estudo de Helaine talvez seja o estudo mais singularizado desenvolvido no âmbito das universidades brasileiras, pois trata de um levantamento filosófico-literário à luz de teorias como as de Gilles Deleuze e Felix Gatarri na obra *O anti-Édipo* cujo enfoque é o delírio. Ela faz um levantamento bastante interessante e significativo em termos de análise literária no Brasil. Todavia, opto por não me debruçar sobre essa análise neste estudo, tendo em vista que levar em consideração tal estudo faria com que eu me distanciasse dos objetivos precípuos desta pesquisa.

## **2.7 Elizabeth Robin Zenkner Brose e A máscara de múltiplas faces na narrativa de Pepetela**

Nesta seção, opto por arrolar um estudo da pesquisadora Elizabeth Robin Zenkner Brose, que resultou na Tese de Doutorado intitulada *A máscara de múltiplas faces – narrativas de Pepetela*. Sob a orientação da Profa. Dra. Regina Zilberman, a referida Tese foi defendida em 2005, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Os estudos de Elizabeth Robin impressionam pelo caráter singular e aprofundado, revelando criteriosa análise das obras objeto de estudo, quais sejam: *A Gloriosa família: o tempo dos Flamengos* e *Lueji: o nascimento de um império*. O recorte da pesquisa

figurou na leitura dos romances como espaços de intertextualidade narrativa. Para ela, as obras revelam uma das matrizes civilizatórias do Ocidente, um tempo de trocas culturais intensas, dada a chegada dos europeus no fim do século XV e a discussão acerca dessas relações interculturais empreendida pelos estudantes angolanos que moravam em Portugal na segunda metade do século XX.

A perspectiva de análise centrou-se na leitura das obras como produções palimpsésticas relacionadas à História dos períodos citados nos romances, aos gêneros, aos narradores, aos relatos de viagem e ao conto maravilhoso. A pesquisadora identificou, nas obras, narradores tradutores de uma pluralidade dialógica, cindindo culturas e temporalidades de uma parte constituinte do universo literário luso. Seus estudos conduziram-na à ideia de que os narradores das obras enunciam seus discursos de uma perspectiva contemporânea, traduzindo o cotidiano de tribos pré-coloniais, mostrando o tráfego intercontinental pelo Oceano Atlântico, simulando o contador de histórias da tradição oral.

Antes de finalizar este capítulo, acredito que seja salutar pontuar que há outros trabalhos interessantes publicados sobre o escritor angolano, porém, ressaltei os que estão aqui registrados, por me interessarem de um modo mais especial. Consultando a fortuna crítica organizada e publicada por Rita Chaves e Tania Macedo em 2009, percebi que as autoras trazem um elenco singularizado de pesquisas realizadas nas universidades brasileiras, que foram publicadas até a data de lançamento do livro. Cuidadasas, as pesquisadoras destacaram ainda todos os estudos aos quais elas tiveram acesso até o momento da publicação da obra.

Portanto, os interessados nos escritos do autor angolano encontram um acervo significativo de textos que ajudam a esclarecer muitas dúvidas que, porventura, o intertexto dos romances não elucide. Pude concluir, com esse arrazoado teórico visitado, que o escritor é bastante lido no Brasil e suas obras têm, cada vez mais, despertado o interesse de leitores e pesquisadores não apenas no Brasil, mas no mundo todo.

Devo destacar, porém, que o interesse maior nesse estudo foi a identificação de personagens judeus nos romances do escritor africano que, enquanto recupera a História de Angola, também sobreleva a memória e a História dos hebreus andando pelas terras africanas e sofrendo por lá as agruras de uma marca: a da diferença cultural. Sublinho, devo reafirmar, a sensibilidade de Pepetela, que registra não apenas as dificuldades e



sofrimentos do povo angolano mas também dos hebreus e outras etnias, que se deram ao mundo em busca de paz, ascensão financeira e uma terra com a qual se identificassem. Com muita criatividade, Pepetela investe na configuração de seus narradores, a fim de produzir um discurso ficcional coerente, fundado na História e, assim, refigura o mundo com inteligência e imaginação, como o faz o narrador de *A Gloriosa família, o tempo dos Flamengos*, sobre o qual discorro na próxima seção.

O sujeito espiritual nasce de um exílio.

Michel de Certeau.

## **CAPÍTULO 3: O narrador**

### **3.1 O narrador nas bordas da história**

Ao eleger o escravo-mudo como narrador, conforme antecipei no capítulo 1, Pepetela alinha-se aos discursos dos teóricos do século XX, pois dá voz a um sujeito marginal que, a partir de seu lugar de origem, observa e analisa os europeus colonizadores que usurparam as riquezas e cultura de seu país. Essa visão coaduna com o que afirma Thomas Bonnici, quando observa que a crítica pós-colonialista propicia uma abordagem alternativa para se compreender o imperialismo e suas influências como um fenômeno mundial e também local (BONNICI, 1998, p. 10). Para o teórico, o pensamento crítico pós-colonial traz questionamentos, já que altera a compreensão de elementos políticos e culturais do período colonial porque “solapa as próprias estruturas do saber” (p.10) e, entre essas estruturas estão a teoria literária e o engajamento do crítico, pois este deve se preocupar com a criação de um contexto favorável aos marginalizados e aos oprimidos, para a recuperação da História, para dar voz a eles, promovendo, dessa forma “uma discussão acadêmica aberta para todos” (p.10).

O escravo narrador de Pepetela situa-se nesse local. De sua vida não tem posse, mas de sua imaginação é totalmente proprietário e dela se vale para narrar os acontecimentos sucedidos na vida de Baltazar Van Dum e de sua família, para recuperar a História de Luanda e de seu povo, trazendo nela sua história pessoal. Ou seja, o escritor dá voz a um sujeito marginal para, a partir dela, reescrever a história. Na configuração do texto, esse narrador é um “selvagem”, um “primitivo” que se impõe no discurso literário, fazendo-se sujeito frente ao Outro que o governa. É sua voz que ecoa no texto, resgatando fatos e conteúdos silenciados pelo colonizador imperialista e que ainda produzem ecos no contexto atual. Por isso, torna-se premente resgatar uma História pouco conhecida, que toma público de uma forma especial: por meio da narração de quem a vivenciou.

A narrativa requer, assim, um leitor comprometido com o texto, com o gênero textual e com a língua, especialmente porque os fragmentos cronísticos ou epistolares dos quais nascem os 12 capítulos do romance foram escritos no século XVII. Isso denota um discurso fundado na História oficial, cujos eventos, explicitamente descritos, apresentam personagens do mundo real que dialogam com os da ficção. Portanto, é esse jogo ficcional

elaborado por Pepetela que demanda mais do leitor. O leitor precisa estar ambientado ao contexto histórico e de produção, pois seus romances, especialmente, *A Gloriosa família*, exigem dele certa competência comunicativa ou aptidão para interpretá-los. Discutindo esse tema, o professor Campato Jr (2016) afirma que os sentidos do texto advêm de um consórcio, resultante de interação e de ação colaborativa, que envolve três instâncias, quais sejam: o produtor do texto, o texto e o leitor (p. 286). Nesse universo, encontra-se Pepetela. Seu leitor precisa conhecer o projeto literário do escritor, o lugar de produção de onde ele enuncia e, como já antecipei, manter compromisso com a leitura. Do contrário, ele não alcançará a interpretação comandada pelas pistas apresentadas no texto.

Analizando a Literatura Africana e seu contexto de produção pós-colonial, Campato Jr. chama a atenção para as questões relativas ao engajamento do escritor, dos elementos estéticos e do trabalho artístico realizado pelos artistas africanos. Para ele, “o papel do artista militante não é dos mais distensos” (p. 288) e isso ocorre porque ele “deve eleger, frequentemente, o quanto de artifícios redundantes e de formas convencionais e o quanto de procedimentos inovadores, ele empregará no processo de construção linguística” (p. 288).

Isso pode ser percebido no discurso ficcional de *A Gloriosa família*. Pepetela investe nas mais diversas estratégias de escrita para compor o texto, a fim de simular as referências de realidade, que vão criar a ilusão de real. O jogo discursivo estabelecido em que o narrador, ciente de sua invisibilidade, mas testemunha e agente da História, busca “desenredar” os fatos registrados nos livros históricos é a prova da invenção criativa de Pepetela. O objeto de escrita revela também o quanto de mágico e inventivo está na narração da História, porque é o pó branco da pamba que dará o tom de voz da ilusão. E o narrador mesmo afirma que sua estória foi registrada de maneira singular (usando dos poderes mágicos) e que ela chegaria a alguém (escritor e leitor) que a receberia como texto em diálogo. Suas palavras confirmam:

usando poderes desconhecidos, dos que se ocultam no pó branco da pamba ou nos riscos traçados nos ares das encruzilhadas pelos espíritos inquietos. Fosse de que maneira fosse, tive a certeza de o meu relato chegar a alguém, colocado em impreciso ponto do tempo e do espaço, o qual seria capaz de gravar tudo tal qual testemunhei. (PEPETELA, 1999, p. 394).

Manejando tempo e espaço, o narrador é resultado das pesquisas de Pepetela nos arquivos de Amsterdão, Antuérpia e Vaticano ao longo de dezoito meses. Afirmo que são os resultados dessa pesquisa, nos registros de Pepetela, que traduzem uma representação ficcional aproximada da realidade no romance. O tempo, o espaço e os sujeitos históricos, referenciados, dão o caráter de realidade, ainda que o narrador nos lembre, em vários momentos, de sua imaginação criativa para registrar aquilo que seus ouvidos e olhos não alcançam dos fatos. Entretanto, é pela ação da pomba e do pó branco e mágico que a narrativa nos chega, de maneira peculiar e prazerosa. E assim, torna-se possível ver o narrador personagem nas bordas, porém, constituído como o sujeito da História.

### 3.2 O narrador-personagem como sujeito da História

Recordar é imaginar. Aquilo que se recorda não está a acontecer, tal como aquilo que se imagina. E só passam a acontecer no ato criativo – palavras, imagens, escrita – que os transforma em significação (MACEDO, 1999, p. 37).

*Missosso* é um termo da língua *Kimbundo* e quer dizer conto, história, lenda. O escritor angolano Óskar Ribas produziu, em três volumes, uma coletânea de contos, adivinhas, provérbios intitulados *Missosso*, cuja publicação ocorreu em 2011 pela editora Chá de Caxinde. As narrativas dessa coletânea colocam em diálogo homens, monstros, animais e alma refletindo sobre a vida, tendo sido registradas em linguagem oral, resgatando, assim, temas tradicionais dos povos africanos como a religião, a cultura e a filosofia de vida dos povos ancestrais.

*Missosso* é, também, um dos temas de pesquisa da estudiosa Laura Cavalcante Padilha no ensaio *Entre voz e letra: o lugar da ancestralidade na cultura africana* (2007). Para ela, o *missosso* “é uma das formas pelas quais o homem angolano busca representar imageticamente a grande ameaça que a consciência da perecibilidade de seu corpo biológico e material acarreta” (PADILHA, 2007, p. 54). Para fugir dessa ameaça, isto é, do desaparecimento eterno, ele criou “um corpo mágico” (p. 54), materializado por palavras, com as quais se eterniza a presença daqueles que a morte dizimou. Esse corpo configura-se como um espaço de representação que usa a morte como um talismã. Portanto, advindo do tecido discursivo, é um ente imaterial, e atua como um “poderoso

exorcismo contra a morte e o temor da descontinuidade, pois a representação do perigo o minimiza” (p. 54).

O narrador-personagem do romance *A Gloriosa família* simboliza, na narrativa, o exorcista da morte, o *missosso*. Situado à margem, diga-se de passagem, pois até mesmo seu dono que o exhibia como um troféu ganhado da rainha Jinga e o olhara apenas três vezes ao longo da vida, tem consciência de sua representação histórica. Desse lugar em que testemunha e assiste aos eventos históricos, percebe que precisa registrar o que vê e ouve, pois é sua a voz que representará a escravidão em África no tempo dos Flamengos. Dessa forma, seminal e inspirador, esse narrador tece uma crítica mordaz e bem-humorada à família mestiça a que pertence e de quem ousa se vingar, já que não merece o apreço de seu dono. Em Pepetela (1999, p. 393, grifos meus), lê-se:

Sempre achei que o meu dono subestimava as minhas capacidades. Bem gostaria nesse momento de poder falar para lhe dizer que até francês aprendi nos tempos de jogos de cartas. E que bem podiam baixar a voz ao mínimo entendível que eu ouvia sem esforço, bastando ajustar o tamanho das orelhas. Mas se tão pouco valor me atribuía, então também não merecia o meu esforço de lhe fazer compreender o contrário, morresse com essa ideia. Uma desforra para tanto desprezo seria contar toda a estória um dia. **Soube então que o faria, apesar de mudo e analfabeto.**

O registro da voz que cruza o tempo e o espaço, pois ele tinha certeza de que seu relato chegaria a alguém, faz-se presente em novos tempos, graças à inventividade mágica da qual esse narrador se vale. Fazendo crescer as orelhas para alcançar o segredo cochichado pelos Flamengos e Portugueses, e do pó branco da pomba para garantir que a existência dos seus e os malfazeres dos europeus em solo africano fossem alcançados por interlocutores diversos, em outras temporalidades, ele salva da morte uma infinidade de eventos silenciados pelos cronistas oficiais. Com esse gesto, ele revela ter semelhanças com a figura do narrador clássico da teoria de Benjamin, aproximando-se da figura do camponês sedentário que vivera toda a sua vida em seu lugar de origem e tem muito o que contar.

Dito isso, devo ponderar que as reflexões de Ana Mafalda Leite sobre o personagem merecem destaque. Sua leitura percebe esse narrador como um sujeito “irônico, atento, minucioso” (p. 114), mas fora libertado das fronteiras do tempo e vaga “como um espírito as margens de todos os factos, as recônditas ilhas da imaginação de cada personagem, os esconsos lugares do saber e da informação” (LEITE, 2009. p.114).

Suas atitudes se assemelham às de um curioso detetive, tal qual fazia “Mr. Watson” em busca de pistas “do enredo a descobrir.” Para a estudiosa, esse detetive vai além, porque conhece o fim da intriga e os presumíveis culpados. Onisciente, sábio e dissimulador, ele atravessa diversos campos do saber, indo da arquitetura, à política, à religião, ao amor, tornando-se, assim, “um filósofo, um pensador, um escravo...” (LEITE, 2009, p.114).

Tecendo a sua fabulação, esse espírito vacante no tempo e no espaço atravessa diversos campos do saber e lança um olhar especular sobre os diferentes tipos de personagens que habitam seu mundo. Essa visada plural que abarca homens e mulheres originários das mais diversas nações decorre de um discurso heterológico, em meio a tantas pessoas que estão, ainda, aprendendo a conviver com suas diferenças e dificuldades em um país em construção, cuja nação encontra-se imersa em conflitos. Dito isso, o que percebo é a voz que fala a partir da margem, de um sujeito sem identidade no universo em que habita, mas que conduz à descoberta do Outro.

Consciente de seu lugar em uma sociedade marcada pela violência e preconceito, afirma: “um escravo não tem direitos, não tem liberdade” (PEPETELA, 1999, p.14.), ela se reconstrói a partir de sua consciência da História e sabe que cumpre um papel importante. A História de seu povo, de sua comunidade e sua cultura precisam ficar registradas e ele o faz, valendo-se da fabulação, uma forma discursiva bastante convencional, para deixar marcada sua presença. Percebendo-se sem direito, sem liberdade em um mundo dominado pela violência, mostra que a imaginação singulariza cada sujeito, ainda que ele viva sob a condição de escravo, pois afirma: “apenas uma coisa lhe não podem amarrar: a imaginação. Sirvo-me sempre dela para completar relatos que me são sonogados, tapando os vazios” (PEPETELA, 1999, p.14.). Percebe-se que os vazios a que se refere desta feita são aqueles deixados pela História oficial, que serão preenchidos com o seu fabular, porque esses registros foram negligenciados nos livros oficiais.

Ao constituir um narrador com tantas marcas de pauperização (escravo, analfabeto e mudo), o escritor enuncia um gesto da Literatura pós-colonial que é o de colocar no centro a voz dos excluídos da História, carregando com ele o testemunho da oralidade, algo muito caro às narrativas africanas. Com tal singularidade, Pepetela torna-se exemplo da Literatura contemporânea de África, em que as vozes silenciadas e as singularidades da vida angolana se esbatem, e tal como as aves presas às gaiolas, buscam saídas

quebrando as amarras do discurso oficial sobre o continente negro. O silêncio, ou vozes silenciadas, representa a visão tradicional de que um escravo é objeto sem subjetivação, sem cultura, sem família, sem sentimentos dignos. No romance *A Gloriosa família*, o narrador destaca a dor sentida pelo povo africano ao ver sua gente subjugada pelo europeu. Em caravana pelo interior, o ex-escravo da rainha Jinga chora ao ver sua mãe de criação, a senhora Mocambo, prisioneira dos brancos. Suas lágrimas parecem chamar a atenção de seu dono, que repara nele pela segunda vez na vida, conforme narra:

Este [Baltazar] pareceu reparar em mim pela segunda vez na sua vida. A primeira foi quando o meu rei<sup>56</sup> me apontou e disse, podes levá-lo, te ofereço este escravo. A segunda vez era agora. Porque percebeu a razão das lágrimas nos meus olhos? Talvez não tenha percebido a verdadeira razão, talvez pense apenas que D. Bárbara me fez recordar a infância na corte da Jinga. No entanto eu lacrimejo porque a Mocambo é demasiado doce para estar presa<sup>57</sup>, é como um pássaro. Felizmente não está enjaulada, até pode se movimentar na praça e ir à missa. Mesmo assim, a minha mãe de criação não devia ter nem um cabelo preso, não merece. Por isso choro sem vergonha. (PEPETELA, 1999. p. 258)

Um escravo é coisificado sob o olhar de uma época que se alonga até nós, muitas vezes, sob a égide do racismo e da subjugação do outro. O silenciamento expresso denota, ao mesmo tempo, a estrutura colonialista e escravocrata que amordaça o escravo e censura qualquer forma de expressão cultural e subjetiva desse ser humano. Pepetela, porém, denuncia essa ação e desconstrói o discurso histórico ao centralizar, na ficção, uma voz calada pelo jugo do colonialista.

Em *A Fábula Mística*, Michel de Certeau explica que uma das características fundamentais da linguagem mística é a de dizer o outro. Em suas explanações, o jesuíta francês aponta que por mais que a mística traduza experiências religiosas do “não-dizer”, da insuficiência da linguagem visto que é mistério, paradoxalmente, ela “fala” nesse “não-dito”, pois a história da mística é também uma história das ausências, ou seja, tornam visíveis os muitos “invisibilizados” por discursos e práticas religiosas estrategicamente estabelecidos como afirmações de poder, de controle. Em suas reflexões, deixa explícito

---

56 A rainha Jinga instituiu a ordem de ser chamada de rei, tal como os soberanos homens de seu reino. Ela entendia que a denominação masculina a colocava em igualdade de condições com os nobres africanos e portugueses.

57 O relato histórico desse evento é registrado por Antonio de Oliveira Cadornega no Volume I de sua História Geral das Guerras Angolas. “O nosso Quilamba Mulundo aprisionou naquele quilombo a irmã da rainha Dona Bárbara, chamada Mocambo pelo nome da terra, a qual achou assentada em casa com algumas quarenta damas, a que chamam na sua língua Mocamas, de seu serviço, sem fazer nenhum movimento de si, nem fugir nem alterar-se, e descompor [...]” (CADORNEGA, 1972, v.1, p.414)



que a mística é uma maneira de falar. É místico um *modus loquendi*, uma linguagem (CERTEAU, 2015. p.180). Assim o faz o narrador de Pepetela, pois ele se vale da fabulação para deixar sua marca. É isso que se observa em Pepetela (1999, p. 259, grifos meus), a seguir. Enquanto vaga pelos territórios angolanos, apresenta suas reflexões:

Posso dizer que sou um filho do Kuanza, pois nasci no meio dele, nas ilhas perto de Maopungo, onde foi a capital de Jinga em épocas de defesa, Pungo Andongo, a terra dos enorme pedregulhos negros que pareciam escalar até o céu. Olhar o Kuanza sempre me deu um nó de saudade na garganta e o dia de hoje tem sido particularmente sentido, com o regresso ao berço, o que embacia os olhos e endurece os ouvidos, por isso decidi ali, tenho de ser imparcial e objetivo, o meu passado não interessa, apenas tenho de relatar os factos tal como os viveu o meu dono e sua gloriosa descendência, **para isso fui criado**.

Aí está o ser de linguagem, o missosso. É preciso estar bastante atento à narrativa para identificar, nas pistas deixadas por ele, que ele nascera para isso, isto é, para contar a história de um povo, cuja morte premente faria desaparecer a cultura de seu país. Ele se torna um “corpo mágico”, que vagueia no tempo e no espaço, descobrindo as marcas de uma História apagada pelo poder colonial. Assim agindo, rasura os registros passados e, eterniza, com seu fabular irônico, as ações de um povo que muito sofrera pelo jugo colonialista. De tal forma, atua como um exorcista que resgata da morte eterna toda uma nação que lutou bravamente para manter livres suas comunidades.

O leitor atento consegue inferir que o discurso desse narrador passa, primeiramente, pelo corpo. Ele faz questão de anotar que sua narrativa depende da melhor audição dos fatos contados pelos personagens, que transitam por Luanda. Por exemplo, após o esfaqueamento de um soldado da Companhia das Índias Ocidentais à porta da Bodega do Pinheiro (Pinheiro é um personagem que será condenado e morto pelo representante governamental luso), o diretor da Companhia aconselha seus homens a jogar cartas na casa de um dos seus representantes. Assim, a casa do Major Gerrit Tack passa a ser o local de lazer dos principais líderes da região, quais sejam: os homens do governo português; comerciantes de escravos: holandeses e portugueses; e os soldados da Companhia das Índias Ocidentais. Ao mudar o local da bebedeira e das negociações políticas e comerciais, o escravo narrador perde em parte seu espaço de escuta, pois não lhe é permitido adentrar as dependências da casa. Desse modo, passa a se valer de outros recursos, atento ao propósito de contar suas histórias. Assim, além de fazer crescer suas

orelhas para ouvir melhor, também se torna um observador perspicaz, conforme ele mesmo relata:

[...] O major tinha acedido e por isso pedia aos amigos para passarem a jogar todas as tardes em sua casa. É claro que não tinha a animação da bodega, mas tinha as vantagens da comodidade recatada e, além do mais, o vinho passava a ser de borla.

Para mim foi mau. Na bodega, me encostava na parede mais próxima da mesa e ficava sentado no chão a ouvir e ver tudo. Na casa do major não podia entrar, um escravo não é convidado para a residência do comandante geral da tropa. Tinha de ficar sentado fora, por baixo da janela da sala. Os guardas da porta de entrada por vezes falavam e riam entre si, o que me impedia de ouvir as conversas que aconteciam na sala. [...] Tinha saudades dos tempos da bodega de D. Maria, pois então não só ouvia mais coisas. Os olhos também trabalhavam mais, olhando para as caras e as roupas dos militares e marinheiros que bebiam como esponjas. (PEPETELA, 1999, p. 85-86)

Construtor privilegiado do universo fabular e perspicaz, ele identifica os sentimentos mais escondidos, expressos, por exemplo, na amargura de uma frase. É o caso do Major Gerrit Tack que fora preterido pela direção da Companhia das Índias Ocidentais para comandar as tropas flamengas em terras africanas. O escolhido fora um soldado raso e isso o magoara muito. Gerrit deixa transparecer toda a sua amargura, captada pelo escravo narrador, que nesse exercício de observação e reflexão, desnuda as diferenças e semelhanças entre as culturas e etnias em intercâmbio em sua terra natal, permitindo-se algumas observações: “Já tinham passado seis meses, caramba, e ele não esquecera, ainda lamentava. Estes brancos...” (p. 55)

O narrador marca, com tal observação, a diferença cultural entre seu povo e aqueles que agora governavam o país. O espírito observador traz a reflexão subjetiva do filósofo e estabelece distinções para além do conhecimento teórico situado no âmbito institucional. Suas inquições são fruto da experiência particular do cotidiano de cativo, em que se aprende a “dizer o Outro”. E mais: esse dizer especializado é o que fará contraponto à História oficial, apontando singularidades nunca mencionadas nos livros canônicos. É o caso, por exemplo, dos costumes da vida citadina na vila de Luanda. O major da Cia das Índias Ocidentais e seu dono conversam quando este é questionado se traria mulheres da metrópole portuguesa para casar com seus filhos. Ouvindo a resposta, o narrador passa a refletir sobre o comportamento feminino. Baltazar dissera ter optado pela mulher de Angola por não confiar nas flamengas, que “só sabiam beber e cornear os

maridos” (PEPETELA, 1999, p.87). Além disso, discutiam com os maridos de igual para igual, ao contrário das portuguesas, mais humildes, que até “mesmo quando [recebiam] visitas, se [sentavam] no chão, por cima dos tapetes” (p. 89), demonstrando submissão aos homens, que se sentavam nas cadeiras.

Na conversa, o narrador ouve que o hábito de sentar-se ao chão é uma herança dos mouros. Ao saber disso, ele se encabula, refletindo sobre a existência de mulheres que não se comportavam assim. E relata: “mas o que mais me perturbou foi saber que havia outras mulheres que não sentavam sempre no chão. Era a posição natural das nossas, menos a rainha Jinga, que se sentava em cadeiras ou nas costas de escravos, mas essa era rei” (p. 87).

Ouso afirmar que os registros do cotidiano, nas comunidades exploradas pelo colonizador europeu em Angola, pautados por essa voz oriunda das margens, parecem ser orientados por uma exigência teológica, isto é, a da salvação da História<sup>58</sup>. Um sujeito em exílio de si, de sua terra natal, da sua comunidade emprega toda a sua experiência para deixar registrado aquilo que vivencia, ou seja, registra os inúmeros fatos que contam de uma exploração predadora, desumana, radical e da morte de uma cultura.

Ao refletir sobre as práticas de linguagem no início da modernidade (Séculos XVI e XVII), Certeau percebe que o discurso universitário, ou escolástico, traz certa homogeneidade, mas observa que os lugares de produção espiritual são heterogêneos. Assim, cada um dos discursos que os atravessam ou que aí existem garante ele próprio uma passagem entre esses lugares. O pensador francês diz também que a subjetividade desse lugar de produção espiritual “é um corpo marcado de conceitos transplantados e de vocábulos metaforizados, tatuado de citações implícitas ou explícitas” (CERTEAU, 2015.p.190). Essa é a via percorrida pelo narrador de Pepetela. Seu discurso é permeado pela voz daqueles que o habitam, com os quais convive e sobre os quais deseja comunicar.

As reflexões de Michel de Certeau podem ser deslocadas para o fazer desse narrador, tal como o teórico explicita:

Ele (o corpo marcado, ou seja, o espaço de produção espiritual) conta as operações de que é o efeito e o instrumento. Remete a uma pragmática de

---

58 Remeto o leitor aos estudos teóricos de Jeanne M.Gagnebin nos quais a teórica analisa a filosofia de Walter Benjamin e propõe “[...] uma reabilitação da História, da temporalidade e da morte na descrição da linguagem humana” (GAGNEBIN, 1994, p. 35) se mantendo, assim, consciente de suas possibilidades e de seus limites.

operações entre lugares (ou “experiências”) disparates. Visa também a superar a diversidade, a religar por mil desvios seus elementos, a restaurar uma unidade de tipo dialógico. Ele tem, pois, frequentemente, a forma do diálogo ou então a do relato, que combina uma pluralidade de ações e de lugares (cronológica, cosmológica etc) susceptível de colocar em comunicação e de classificar essas operações e seus lugares. (CERTEAU, 2015.p.190).

É como se Certeau ilustrasse o comportamento do narrador, estabelecendo um jogo com o leitor, em um ziguezague de contos e recontos. Porém, não deixa de mostrar a sua condição de ser assujeitado no ambiente em que vive, isto é, um sujeito sem espaço e sem voz em sua própria terra, mas autor de si mesmo no jogo da narrativa. Sua maestria no ato de contar é tamanha que inverte as posições, passando de servo a senhor, a “filósofo”, a “pensador” e torna os leitores presas de sua fabulação e de sua filosofia. Por meio desse jogo, apresenta traços de sua cultura, de seu povo, de suas tradições e críticas.

É o que faz quando traduz o comentário seguinte: “os holandeses não desejam outra coisa. Vieram para cá por causa do comércio, sobretudo das peças<sup>59</sup>, e a tensão no interior impede o resgate de escravos” (PEPETELA, 1999, p. 119). Como ouvinte atento, traduz para o leitor os “mujimbos” políticos ou comerciais ditos naquele ambiente, marcados pelo seu pensar. O excerto revela uma conversa entre Baltazar Van Dum e o antigo governador português, Pedro César de Menezes (figura histórica que governou Luanda/Angola de 1639 até 1641), que reclama por estar preso, sob o jugo dos holandeses e não poder negociar escravos, além de denotar preocupação com os enfrentamentos feitos pelos povos da terra aos europeus usurpadores. Observa-se aqui o jogo entre História e ficção, ao qual o narrador sempre recorre para compor sua narrativa.

Em análise do romance, a estudiosa Ana Mafalda Leite aponta que o narrador estabelece diálogo com as fontes históricas citadas ao longo do texto. Aliás, as primeiras palavras do romance são um convite à paródia. O prólogo com o qual o leitor se depara, é um excerto do *História Geral das Guerras Angolanas* de Antonio de Oliveira Cadornega. Conhecedor de seu fazer, esse narrador embaralha as ações do tempo e coloca personagens da História Angolana em diálogo com os da ficção, fiel à ludicidade do contar e recontar. A rainha Jinga, uma das mais temidas autoridades africanas, também habita o imaginário do narrador, uma vez que ele mesmo pertencia ao reino da poderosa

---

59 Conforme assinala na seção 1.1 desta Tese, “peças” era a forma como os europeus designavam homens e mulheres apanhados em território africano e enviados à força, especialmente para o Brasil, como mão de obra escrava.

soberana e ela o dera de presente a Baltazar Van Dum, do qual o Flamengo se orgulhava. “Não era qualquer um que tinha um escravo como oferta da poderosa e lendária rainha Jinga Mbandi, talvez ele fosse o primeiro europeu a poder se gabar disso” (PEPETELA, 1999, p.125).

Nessa mescla entre ficção e realidade histórica, observa-se a inteligência do escritor angolano, pois ao constituir um narrador mudo, analfabeto, mestiço e sem nome, que estabelece diálogo com leitores, mas nunca com outros personagens, segue traduzindo pela via da Literatura o que fora omitido pela via da História. O narrador representa, desse modo, os sujeitos destituídos de voz, condição imposta pela situação de desigualdade e hierarquias sociais, mas que, ao contar sua história, subverte sentidos, coloca em prática seu olhar crítico e seus projetos para superar a exclusão. De alguma forma, vinga-se narrando, o que mostra o poder dessa arte e também apresenta o quanto a Literatura promove o resgate da História, ao dar voz a sujeitos marginalizados, cujos registros são, algumas vezes, mais reais que os da História.

Esse mesmo narrador, atento ao rumo da História, critica o governador Pedro César por não se preocupar com a segurança dos documentos oficiais. Ao fugir da cidade e dos holandeses que tomaram Luanda, o dirigente preocupa-se mais com as riquezas e menos com feridos e documentos:

Como transportar feridos e arquivos do governo para Massangano?<sup>60</sup> O governador mandou os papeis e os feridos subirem o rio a bordo de umas chalupas<sup>61</sup>. Um jesuíta protestou, mas os documentos, senhor? Pedro César não o quis ouvir. Subam o rio que assim ficamos mais leves para fugir rápido para Massangano, os papeis valem menos que as riquezas e os feridos menos que os sãos. Acontece que o rio levava pouca água, pois se estava na época do cacimbo<sup>62</sup>, e as chalupas encalharam logo ali acima. Os holandeses vieram e pegaram fogo aos barcos. Morreram os feridos, se queimaram os papeis. Assim se perderam todos os documentos da conquista e fundação da cidade e todos os mambos e makas que aconteceram nesses anos todos até a chegada dos

---

60 Massangano é uma pequena localidade angolana pertencente ao município de Cambambe-Dondo, província do Kwanza Norte. A localidade dista cerca de 25 km da cidade do Dondo, capital do município. É uma comunidade pequena, localizada às margens do rio Kwanza, composta maioritariamente por camponeses e pescadores. O acesso à localidade é possível quer através de carro, quer de barco. No século XVII, Massangano foi a capital civil e a sede governamental da Igreja Católica na então província portuguesa de Angola. A fortificação foi erguida por Paulo Dias de Novais (ou por Manuel Cerveira Pereira, segundo outros autores), às margens do Rio Kwanza, em 1583, com a função de defesa do presídio (estabelecimento de colonização militar) que assegurava a ocupação portuguesa na região, alargando-a. (Disponível em: [noow.net/terraselocais/localidades-ao/massangano-angola](http://noow.net/terraselocais/localidades-ao/massangano-angola). Acesso em 12 jan. 2019).

61 Chalupa: embarcação de um só mastro para cabotagem; pequeno porte a remo ou a vela. Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/chalupa>. Acesso em 12 jan. 2019.

62 Cacimbo: Estação sem chuva, mais fria e frequentemente enevoad. (In : PEPETELA. Glossário de *A Sul. O Sombreiro*. São Paulo : Leya, 2012. p.359.)

mafulos<sup>63</sup>. Depois somos nós que não temos sentido da História, só porque não sabemos escrever. Eu, pelo menos, sinto grande responsabilidade em ver e ouvir tudo para um dia poder contar, correndo as gerações, da mesma maneira que aprendi com outros o que antes sucedeu. (PEPETELA, 1999, p.121)

Fica evidente aqui a crítica do narrador ao europeu que desconsidera os registros da História. Ao longo da narrativa percebe-se também o desprezo do branco pelos povos e cultura locais. Em *Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador* (MEMMI, 2007, p.122), Albert Memmi considera a desumanização como um traço do olhar do colonizador sobre o colonizado. Esse olhar desumanizado é marca do colonizador, que não percebe nada que o colono faz como positivo. Mas, o narrador de *A Gloriosa família: o tempo dos Flamengos* inverte esse olhar e mostra que o desumano, o estúpido, aquele que não tem consciência da História é o europeu. Para além desses aspectos, avança o olhar para as mulheres, contextualizando suas dores e necessidades em um ambiente dominado pelo homem e pelo machismo do século XVII.

### 3.3 O narrador em cena: um olhar sobre o feminino

Outro aspecto a ser ressaltado na obra de Pepetela é o tratamento terno e gentil concedido pelo narrador a algumas mulheres. Como o romance contém um significativo número de senhoras e de jovens meninas, muitas das quais apresentam certa singularidade, o narrador se sente atraído por tais aspectos. Na discussão aqui pretendida, opto por acionar três personagens femininas: Catarina e Matilde, filhas de Baltazar Van Dum e Cristina ou *Nzuzi*, filha do Mani-Luanda, líder negro que negociava “peças” com os chefes holandeses no período de 1642 a 1648.

Catarina era “filha do quintal”, isto é, nascera de uma relação do pai holandês com alguma escrava. Tinha como língua oficial materna o dialeto *Kimbundu*, e era, também, devo registrar, habilidosa para lidar com os negros da sanzala de Van Dum. Aos 12 anos, passara a habitar a “casa grande” quando se tornou a criada de D. Inocência, mulher de Baltazar, que por sua vez, também era da etnia *Kimbundu* e, de acordo com o narrador era “filha dum pequeno soba da Kilunda” (PEPETELA, 1999, p.21). Algumas vezes, o narrador dedica-se a destacar o desprezo de D. Inocência pela filha ilegítima de Baltazar.

---

63 Mafulos: denominação dada aos holandeses durante a invasão de Angola no século XV. (Dicionário informal. Disponível em: /www.dicionarioinformal.com.br. Acesso em 12 jan. 2019.

Catarina era um ano mais nova que Nicolau e ajudava na lide doméstica, como uma criada, pois D. Inocência aproveitava todos os momentos para lhe mostrar que era inferior de direitos aos seus filhos, nascidos dentro de casa e seguindo todos os preceitos da Santa Madre Igreja. Mas, Catarina aceitava tudo, se fechava num sorriso dócil, sonhando um dia um rapaz rico ia reparar na sua beleza e levá-la a montar casa na Baixa. (PEPETELA, 1999, p.22).

Observam-se, nesse excerto, duas questões. A primeira é que Catarina, a filha mestiça de Baltazar Van Dum (nascida de escrava em diáspora após o nascimento da menina, porque a mulher do Flamengo não aceitava a concorrência de outra nativa) é uma figura deslocada. É filha de um europeu, porém é tida como criada na casa de seu pai. Sonha em se casar com um branco, mas sua condição inviabiliza o olhar do estrangeiro sobre ela. Ou seja, seu destino é o de permanecer servindo, ratificando a condição do negro ou mestiço em sua própria terra, sendo explorada pelo colonizador ou por seus iguais, como é o caso de D. Inocência, impondo-lhe o jugo opressor e lembrando-lhe a origem inferior, ou seja, a condição subalterna.

A segunda questão é que D. Inocência, sendo uma filha da terra, explora e subjuga uma menina, por quem não tem a mínima solidariedade. Essa relação expõe, de forma metonímica, a relação colonizador/colonizado, expressando, também, as tensões por que passava o colonialismo português, refletindo, ainda, as questões identitárias do continente africano e até mesmo, as religiosas, uma vez que a senhora Van Dun orgulhava-se de quem seguia os preceitos da Santa Madre Igreja.

Vale observar as estratégias investidas por Pepetela na escritura do texto. O escritor reencena no romance o ato de contar histórias conforme a tradição oral, trazendo para o “centro” fatos e elementos da História colonial, que foram esquecidos nas margens do tempo. A gloriosa família de Baltazar Van Dum retrata a mestiçagem ocorrida em solo africano e como as transações culturais se davam entre os povos que surgiam dessas relações. A ideologia colonizadora estava implícita até mesmo em pessoas da terra, como é o caso de D. Inocência, que não ignorava nem impedia que seu marido tivesse relações sexuais com as escravas, porém exigia que as mulheres fossem expulsas para bem longe. Ela também não tolerava os filhos mestiços ilegítimos, por isso impunha a eles trabalhos pesados. Por essa razão, coube a Catarina ser a criada da casa.

Por sua vez, Matilde, filha “oficial”, pois D. Inocência era sua mãe, também merece toda a atenção do narrador. “Bela, rechonchudinha e muito atrevida”

(PEPETELA, 1999, p. 26), seus traços denunciavam as características da mestiçagem em África, “mas também muito bruxa, inclinada a visões e profecias” (PEPETELA, 1999, p. 22) era o contrário de Catarina. Sempre se antecipava na conquista dos homens que lhe interessavam, que eram por ela amados longe do olhar repreensor e dominador do pai. Nessas incursões amorosas, a moça acaba se envolvendo com muitos senhores: um padre, um soldado francês com quem se casa, um amante do mesmo pelotão do marido, enfim, ela age segundo seus próprios interesses.

Curiosamente, o narrador ouve e apresenta aos leitores uma bem-humorada artimanha de Matilde para conquistar o padre. Primeiramente, ela o convence a mostrar-lhe as dependências de onde estava hospedado, fato que consome uma manhã. Em um segundo momento, durante o passeio, ela resolve provocar o clérigo acerca de suas visões, em especial, a que lhe revelara o tempo de permanência dos Flamengos em solo africano. Antes, porém, disse ao religioso que enxergava as coisas de modo diferente das outras pessoas. Ela esclarece que, para ela, “nem tudo é mal, nem tudo é pecado.” E emenda: “A vida tem muitas coisas boas e bonitas, que nos dão prazer, sem pecarmos” (PEPETELA, 1999, p.48). O padre, receoso da conversa, diz que o demônio é cheio de artimanhas para dominar pessoas e explana que “por vezes uma coisa parece inocente, afinal está Satanás por trás, é um grande pecado que se oculta sob as aparências mais recomendáveis” (PEPETELA, 1999, p.48).

A conversa se alonga e Matilde, vendo que o padre não se decidia a possuí-la, relata a ele a visão profética dos sete anos de permanência dos holandeses em Luanda e o questiona se aquilo lhe parecia pecado, ou se era uma revelação de Deus ou do demônio. Depois de muito refletir, o padre acaba entendendo que a visão de Matilde não era coisa do demônio e que, portanto, ela não havia pecado. A moça, porém, insiste para que ele a absolvesse, provocando-o. O narrador assim relata a cena:

\_Me absolva, padre, me absolva.

Matilde se levantou e encostou às pernas dele, olhando-o nos olhos. O padre estava encurralado pelo tronco, não podia recuar. Matilde se chegou mais, me absolva, padre, me absolva. O jesuíta balbuciou o começo de uma oração com os lábios abertos, meteu uma mão por baixo dos seios dela, sentiu o calor, revolveu os olhos. Ela o puxou e caíram abraçados no chão. E o padre absolveu-a no capim, nas palavras dela, misturados com risinhos. (PEPETELA, 1999, p. 51)



Revelados seus dotes místicos, pois suas previsões e vaticínios tornavam-se reais, o caráter liberal com que Matilde vivia sua sexualidade também alude a certo parentesco com as bruxas. De acordo com o imaginário medieval, o desregramento dos corpos e a excitação dos sentidos provocados, excepcionalmente, pelas mulheres, era obra do demônio, o que promoveu a satanização do sexo e sua associação às bruxarias femininas na Idade das Trevas. Tal aspecto é ressaltado no ensaio *Autos de fé como espetáculos de massa*. No capítulo *O papel social do diabo*, o autor do texto, Luiz Nazário, menciona que nos manuais dos inquisidores, o sexo era tomado como um elemento do demônio. Neles faziam-se constar que a luxúria carnal era insaciável nas mulheres e que o desejo libidinoso mantinha escondida a feitiçaria. A mulher, nesse período, vivia uma opressão desmedida, especialmente porque estava sob o ódio opressor da igreja. Para Nazário: “a feitiçaria seria uma resposta desesperada da mulher a uma situação-limite: a bruxa era a vítima total buscando uma espécie de libertação: daí o sentimento masoquista com que muitas aceitavam e até ‘desejavam’ a fogueira” (NAZARIO, 2005. p. 70).

Opto por, neste instante, resgatar o trabalho de Rosângela Mantolvani, apresentado na seção 2.2 desta Tese, em que a pesquisadora resalta também que o Tribunal do Santo Ofício via nos castigos a única forma de banir o pecado e a devassidão do mundo e nascia aí a necessidade de usar o fogo para punir os hereges. Dada às características tão singulares de Matilde, o pai, Baltazar Van Dum, temia que os representantes do Tribunal chegassem até ela ou que houvesse alguma denúncia e sua filha fosse levada à fogueira. Inesperadamente, o representante dessa instituição chega e traz consigo o perigo, ao que o narrador comenta: “Baltazar haveria de rezar mais vezes e em voz alta, neste mês, pois se alojou na sanzala o padre Tavares, vindo de Massangano” (PEPETELA, 1999, p.195). Matilde, porém, age com temor e discrição até que o clérigo acaba expulso da moradia. É que dado a prazeres libidinosos, o reverendo ousa tentar uma relação sexual com seu acompanhante, Hermenegildo, o filho caçula de Van Dum, que consegue safar-se. Porém, conta a Ambrósio, seu irmão, e este impõe ao clérigo o desaparecimento da residência. Assim, ele vai embora deixando a família em paz.

Ocorre que os atributos de feiticeira de Matilde eram muito respeitados no ambiente doméstico. Uma de suas ações diz respeito à intervenção dela junto ao irmão Ambrósio e o pai que discutiam por causa da paixão do rapaz por uma jovem que chegara na vila, de nome Angélica Ricos Olhos. Tratava-se de uma bela mulher, cuja aparência

impressionava. Era mulata e usava uma peruca loira, alta, bem-feita de corpo, porém, o que impressionava em sua figura eram seus olhos. Relata o narrador: “... o mais notável eram os ricos olhos do nome. Nunca tinha visto uma pessoa tão estrábica. O olho esquerdo olhava totalmente para a esquerda e para baixo, enquanto o direito olhava totalmente para a direita e para cima” (PEPETELA, 1999, p. 325).

A jovem fora degredada de Pernambuco para Angola e ganhava a vida em Luanda vendendo o corpo. Ambrósio a vê na Bodega do Pinheiro, onde inicia o namoro. Nesse mesmo dia, o pai, Baltazar, ouvira de um dos companheiros de mesa que Angélica fora expulsa do Brasil por ter espetado uma faca na barriga de um companheiro. O homem “um soldado holandês da guarnição do Recife” (PEPETELA, 1999. p. 325) era muito violento e resolvera trocá-la por uma flamenga. Insatisfeita com a situação, Angélica dera uma surra na mulher deixando-a desfigurada. Após o evento, os amantes se reconciliaram, mas o companheiro a humilhava muito, especialmente por causa de seus olhos. Assim, o amante “Numa bebedeira ameaçou Angélica de a pôr na rua se não endireitasse os olhos. E que apanharia na rua a primeira mulher não vesga para meter em casa” (p. 325). Para vingar-se, Angélica aproveitara do “sono embrutecido dele para lhe espetar umas facadas na barriga para ele aprender o devido respeito a senhoras, conforme alegou no julgamento” (p. 325).

O resultado disso tudo fora o degredo para Angola, onde enfeitiça o jovem Ambrósio Van Dum. O namoro vira objeto de escárnio na vila e não é aceito pelo pai, o que gera muitas discussões. Numa das brigas, Baltazar expulsa o filho de casa e este acaba indo morar com Angélica, sendo sustentado por ela. A mulher não agrada ter que sustentar um Van Dum e procura a feiticeira local, tia Anita, para impor ameaças ao patriarca. Sabendo da história, Matilde tenta intervir para que as ações de feitiçaria não se concretizem. Ela tem ciência que a mulher a quem Angélica procura tem grandes poderes e não deseja que a família esteja sob a ação dos feitiços. Sabedor de toda a história, Baltazar não se intimida, pois acredita se tratar apenas de superstições, o que aumenta, ainda mais, as preocupações da filha. “Matilde não gostou de tamanha arrogância e começou a *cheirar o vento*<sup>64</sup>, porque ele ia trazer os avisos” (p. 340). E, para antecipar o mau agouro, associou-se à irmã e à mãe para espantar as ações dos espíritos malignos. O

---

64 O poder de cheirar o vento é atribuído às bruxas, que agiam dessa forma, a fim de prever acontecimentos futuros.

narrador relata que “ela, mais Catarina e D. Inocência andaram a queimar ervas poderosas por todos os cantos, bichanando orações de desagravo” (p. 340).

Cheirar o vento, fazer seus opositores soltar cobras e lagartos pela boca como ameaçara Dimuca, o capataz de Baltazar que a seguia, viver sua sexualidade livremente e enunciar previsões históricas como a permanência dos Flamengos em Luanda são algumas das histórias narradas pelo escravo que comprovam os atributos mágicos de Matilde, aproximando-a das bruxas e feiticeiras da Idade Média. Ao leitor, porém, fica a imagem de uma bela jovem, capaz de seduzir os homens e que soube viver o papel feminino com muita singularidade no universo romanesco.

Ana Mafalda Leite, ao analisar a arte de contar histórias do narrador, estabelece uma bela metáfora para traduzir sua leitura. Para Leite (2009, p. 121), trata-se do “Círculo Mágico do Tempo”. A teórica observa os saltos no tempo praticados pelo contador, por meio dos quais se percebe o triunfo da imaginação. Segundo a pesquisadora, “os saltos temporais do narrador acrobata”, que se revela ao leitor também como uma “maleável consciência que se distende pelos séculos que separam a publicação de *A Gloriosa família* do tempo em que os eventos aí tratados tiveram ocasião – e o tratamento da temporalidade são elementos fulcrais nesta narrativa” (LEITE, 2009, p.120). Para ela, como o narrador escravo é personagem e consciência autoral, e o tempo que descreve é também o seu e o do autor “Refaz-se o círculo da pomba<sup>65</sup> em espiral, o passado reinscreve-se no presente, o presente reproduz a imagem dessa memória” (LEITE, 2009, p.120).

As memórias contidas na subjetividade desse narrador-autor-escravo, e presentes nos registros historiográficos grafados pelo cronista português, registram o caráter paródico e irônico de seu discurso. Para Linda Hutcheon, estudiosa do pós-modernismo, “a ironia assinala a diferença em relação ao passado, mas a imitação intertextual atua ao mesmo tempo no sentido de afirmar – textual e hermeneuticamente – o vínculo com o passado” (HUTCHEON, 1988, p. 164).

Refletindo sobre o caráter paródico do discurso textual empreendido por Pepetela na construção desse narrador, Ana Mafalda Leite questiona: “antecede a ficção o fato ou a factualidade, já de si ficcionada, é mera invenção? Qual a verdade da História?” (LEITE, 2009, p. 122). A própria autora ousa responder a seus questionamentos: “as alternativas

---

65 Pomba: Caulino branco, usados em rituais. Acabou por designar o acto do feitiço. (PEPETELA. In Glossário de *A gloriosa família: o tempo dos flamengos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 408)

ambiguizam uma só resposta, e a narrativa que agora se escreveu propõe uma alternativa possível da leitura dos factos” (p. 122). Para a teórica, Matilde, “uma filha da terra, é quem de direito visionou o que o jesuíta previu, e que Cadornega usa como elemento no seu relato historiográfico”. Vale retomar:

Soube uns tempos depois, Cadornega falou no dilema: nem Sottomayor recuperou Luanda nem conseguiu empurrar os portugueses para a perda total. Mas o cronista bem preveniu que não lia o futuro, isso era arte para a bela Matilde, a qual profetizara sete anos de ocupação holandesa sobre a costa de Angola. Cadornega até conhecia a profecia, aparecendo como da autoria de um jesuíta, afinal seu mais ditoso rival<sup>66</sup> (PEPETELA, 1999. p. 269).

Ana Mafalda Leite comenta ainda que o narrador-autor reforça a recriação oracular ao transcrever na íntegra o texto de Cadornega, fazendo, inclusive, a citação bibliográfica, conforme segue.

Lembrava-lhe huma Profecia predita por hum religioso da Companhia de Jesus, (...) o qual tinha prognosticado, fundado dizia em uma profecia de Esdras, em que sete annos havia de durar o castigo de Deos em os Reinos de Angola, e que nenhum Morador dos Antigos viria à terra restaurada nem tornarião à Cidade, seus filhos sim.” António de Oliveira Cadornega, “HGGA” T.1, p.314 (PEPETELA, 1999. p. 269).

Pela reflexão de Leite, a atualização e reatualização da referência possibilita a leitura de que a antecipação da profecia, cuja autora é Matilde e não o jesuíta, antecipa “a ficção ao facto histórico fictivo relatado pelo cronista português” (LEITE, 2009. p.123). Para Leite, na redação do cronista-escravo, está a sugestão de que os protagonistas devem ser da terra, são eles os co-autores da História e pertencem ao chão angolano.

Cristina ou Nzuzi<sup>67</sup>, filha do soba ou governador de Luanda, denominado na comunidade por Mani-Luanda “representante do rei do Kongo na ilha que deu nome à cidade” (PEPETELA, 1999. p.81) é outra mulher que merece o destaque do narrador. Ao vê-la, Rodrigo, também filho da casa, isto é, de Baltazar e de D. Inocência, se encanta

---

66 O narrador assim enuncia porque Cadornega devotava grande interesse por Matilde. Conhecido na região como o “segundo Camões” por andar a tomar notas em um caderno e fazer poemas, o narrador destaca ainda que “Cadornega andava a arrastar a asa atrás da bela Matilde” (PEPETELA, 1999. p.41) para quem também fazia poemas.

67 Segundo a tradição, NZUZI é sobrenome dado a toda criança feminina nascida gêmea. A própria personagem narra isso a Rodrigo: “Cristina. Esse foi o nome escolhido pelo meu pai, que queria um nome católico. Mas pela tradição sou Nzuzi, pois nasci gêmea.” (PEPETELA, 1999, p. 81).

pela moça. O primeiro encontro dos jovens é assim descrito. “Mas havia sobretudo na praia um sorriso malandro que atravessou Rodrigo, o despiu, o embrulhou nas ondas brincalhonas, lhe fez rebolar na areia branca, o projectou para o alto dos coqueiros” [...] (PEPETELA, 1999. p.81). Ocorre, porém, que o casamento é realizado como um verdadeiro consórcio. Feitas as formalidades, sendo acertada a data da celebração, o negócio é explicitado. Ao escolher os tecidos que seriam levados como presentes à família da noiva, Baltazar Van Dum assim observa:

\_ E quem sabe, talvez esse casamento ajude nos negócios [...] Temos resgatado peças sempre entre os que falam kimbundu, que são os melhores escravos, sem dúvida. Mas pode ser vantajoso estender os negócios até o Kongo. Ora, com o apoio do Mani-Luanda, que é um aristocrata do reino, pode ser fácil estabelecer essa ligação. E junto dos próprios holandeses passaremos a ter maior influência. Bolas, seremos parentes do governador da Ilha de Luanda. Meu filho, fizeste uma grande pescaria, tenho de reconhecer. (PEPETELA, 1999, p.85)

Seguindo essa perspectiva de leitura, observa-se que as mulheres, sejam da família de Baltazar Van Dum, sejam da realeza local, pertencem a um espaço privado, mesmo aquelas que se arvoram na conquista masculina. Elas podem ser lidas como moedas de troca, além, é claro, de pertencer ao mundo mítico da heresia, associadas à bruxaria, como Matilde. O mundo em que habitam é amplamente dominado pelos homens e elas se submetem às ordens e mandos deles.

Em estudos sobre o Pós-Colonialismo, Tomas Bonnici afirma haver uma estreita relação entre os estudos pós-coloniais e o feminismo. Na esteira dessas reflexões, o autor observa haver similitude entre patriarcalismo/feminismo e metrópole e colônia ou colonizador/colonizado, concordando, assim, com Du Plessis (1985) que diz: “Uma mulher da colônia é uma metáfora da mulher como colônia.” (PLESSIS, 1985, 95 *apud* BONNICI, 1998, p.13). As três personagens do romance de Pepetela aqui apresentadas são assim conformadas: A primeira denota a exploração do trabalho; a segunda, a sexual, ainda que tenha certa liberdade de escolha, a terceira, a negociação entre estados, deixando bem clara a condição feminina nesse mundo colonial. Entretanto, para que essas ideias sejam novamente discutidas e ocorra uma mudança, quer dizer, que mulheres, homens e comunidades saiam da condição de oprimido, é necessário desvelar os temas e condições que os colocaram nesse lugar. Desse modo, a Literatura vem ocupando esse

espaço, refigurando a História e aclarando os assuntos marginalizados pelo discurso oficial, possibilitando, assim, a descolonização das ideias.

### **3.4 O discurso do narrador prefigurando a descolonização das ideias**

A imagem criada pelo narrador para falar da paixão arrebatadora que toma conta do filho dos Van Dum ao ver a descendente do soberano da terra, promove, no leitor, um imenso prazer estético. A narrativa se desdobra em uma sequência de metáforas que levam à alegoria. O sorriso malandro, que, por sua vez, é detentor de uma série de ações bastante ousadas como despir o jovem enamorado, embrulhá-lo nas ondas que avançam na praia em que se encontra, fazê-lo rebolar na areia e projetá-lo para o alto dos coqueiros conduz o leitor a enamorar-se do texto.

Todo esse jogo linguístico nos faz pensar no poder da língua e na relação colonizador/colonizado. No ensaio intitulado *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*, publicado em 1957, Albert Memmi faz uma abordagem filosófica e psicológica coletiva da relação colonizador/colonizado. Seu objetivo com o texto é o de mostrar a dificuldade de descolonizar, uma vez que o sujeito colonizado vive sob a sombra do opressor, do europeu que invadiu seu país, usurpando suas riquezas, demonstrando que a lógica da colonização é a de subjugar o Outro do território invadido.

Em livro sobre Nzinga Mbandi, Mariana Bracks Fonseca demonstra isso, ou seja, a tentativa de subjugação do Outro, revelando como portugueses e holandeses o fizeram ao longo das invasões africanas, para manter seus próprios interesses. Assim sendo, soldados das duas nações disputavam a amizade e “serviços” da Rainha Jinga, a soberana de Matamba. O governo português, após a reconquista de seu império, (lembrando que os lusos foram dominados pelos Felipes da Espanha por 60 anos), e consciente da provável invasão holandesa, enviou, em 1640, “uma embaixada a Cassanje (líder do reino de Cassanje) e outra a Nzinga” (FONSECA, 2015. p. 178). Eles tinham interesse em fazer negócio com os dois principais líderes dos reinos africanos, para continuar sustentando o comércio de escravos em Angola, e, por isso, precisavam contar com a ajuda deles. Por esse período, Jinga e Cassanje eram oposicionistas, porque o rei jaga disputava com a rainha de Matamba o território por ela ocupado. Os portugueses, entretanto, temiam que a guerra entre eles terminasse em um acordo político e essa provável união viesse a

dificultar o interesse luso na região, mais especificamente, o comércio de escravos. Para além do acordo, os portugueses temiam que Nzinga e Cassanje se tornassem aliados dos holandeses, visto que outro governante africano, o mani Congo já se opusera aos lusos, somando forças com o inimigo. “Esses eram os três chefes mais poderosos da África Central e os portugueses previam que a amizade com os flamengos poderia resultar na perda definitiva da colonização africana” (FONSECA, 2015. p. 179).

Estendendo as mãos para os principais governantes em África, os portugueses acreditavam que poderiam manter o comércio pretendido e seguir lucrando. Cassanje aceitou aos europeus, embora impusesse condições: que a rainha de Matamba depusesse as armas e cedesse às pretensões sobre o reino que ocupava, do qual ele “se considerava o legítimo herdeiro” (p. 179). Jinga<sup>68</sup>, por sua vez, também fez boa acolhida aos lusos, porém, manteve a ideia de que perseveraria na guerra e na seita jaga. Consciente de seu jogo político, ela fazia questão de impor seu pensamento. Dessa forma, lembrava que já havia recebido “o batismo e a fé dos católicos, mas não era aquele momento de tratar duma mudança, enquanto aqueles que procuravam atraí-la ao catolicismo eram os mesmos que haviam dado motivos para afastar-se dele” (p. 179). Frente a essa constatação, os lusos abandonam o assunto religioso e passam a discutir questões políticas, abordando a possibilidade de paz com o rei de Portugal. Com essa abordagem, a rainha finge estar de acordo, mas acaba enganando o embaixador D. Gaspar Borges, frustrando as expectativas dos lusos. Os portugueses acabam expulsos dos territórios ocupados, que passam aos mandos dos Flamengos, tendo a parceria da rainha Jinga.

A esperteza da rainha acabou impondo ao exército português seu domínio, o que gerou muitas controvérsias. Quase sempre eles a figuravam como uma representante bárbara. Entretanto, os portugueses dão muitas provas de que os bárbaros são eles, como muitas vezes o narrador o demonstra. Por exemplo, para vingarem o artifício de traição de D. Bárbara, irmã da Rainha Jinga capturada em uma batalha, os soldados lusos a afogaram no rio Kuanza. Tudo isso porque ao longo do tempo em que a senhora fora prisioneira do batalhão, enviava cartas para a rainha, a fim de contar a ela as estratégias de guerra dos portugueses. Depois de perderem a batalha de Massangano para os

---

68 Os registros “Nzinga” e “Jinga” fazem referência à rainha de Matamba. Porém, quando registro “Nzinga”, respeito a referência encontrada nos livros pesquisados. Já quando registro “Jinga”, enuncio meu próprio discurso ou faço citações de Pepetela no romance em estudo.

flamengos, o pelotão luso condenou a mulher às águas do Kuanza. Fugindo dos inimigos, os soldados põem fim à vida de D. Engrácia<sup>69</sup>. O episódio é assim relatado:

Antes que morressem, se vingaram na mulher que sempre se comportou como inimiga deles, que nunca se vergou, mesmo sendo prisioneira. Pouparam D. Bárbara, a Mocambo, que todos sabem ser uma católica mansa. A rainha acabou por saber e está a pressionar os holandeses para se atacar Massangano e acabar com a raça dos portugueses. Está para breve. (PEPETELA, 1999, p. 332)

D. Engrácia representa, nesse episódio, uma forma de resistência africana frente aos europeus. Entretanto, como Thor, ela tomba pela mão do opressor.

A ideia de que Jinga era uma personagem bárbara é representada no romance. O narrador relata que Baltazar Van Dum, no começo de suas atividades comerciais, desejando fazer negócios com a poderosa soberana, “arquitetou um plano ambicioso e arriscado” (PEPETELA, 1999, p. 23, grifos meus) para alcançar seus objetivos. Segundo ele,

Jinga fazia a guerra aos portugueses, como ainda faz. Os portugueses dizem ela é canibal, uma víbora em que não se pode confiar, **mas eu tenho outra versão**. Aliás, ainda não vi inimigo desconsiderado demônio. Passemos. Os pumbeiros<sup>70</sup> que conseguiam penetrar no território de Jinga e negociar escravos, conseguiam-nos mais baratos, pois as chefias do interior recuado exigiam menos missangas, sal ou panos, em troca. Mas os portugueses se arriscavam a ser atacados, por serem inimigos. Baltazar deu uma volta, aparecendo pelo norte no território da soberana, dizendo que era mafulo e vindo certamente da Pinda, no reino do Kongo. Já nessa altura tinha chegado a notícia de que os mafulos eram inimigos dos portugueses e espanhóis. (PEPETELA, 1999, p. 23-24)

Ao demonstrar que sua opinião é diversa da dos portugueses, o narrador desenreda a História oficial. Para os europeus, a rainha de Matamba era canibal e bárbara. Para ele, entretanto, isso não se dava, ainda que ela o tenha doado para o invasor.

---

69 Em 1629, as irmãs de Jinga foram batizadas: Funji, como Graça Ferreira, e Cambo (Mocambo), como Bárbara da Silva. Os sobrenomes eram os da madrinha e do padrinho. No ano de 1646, ao tomar posse do kilombo de Jinga, no rio Dande, os lusos encontraram cartas de Funji, escritas quando era prisioneira, à sua irmã Jinga. No ano de 1647, no cerco da rainha junto com 500 holandeses à Massangano, o sargento-mor Pedro Barreiros decidiu, por conta própria ou com ordens de cima, lançar Funji ao rio Kwanza, e por pouco, não fez o mesmo com Cambo (CADORNEGA, v. 1, p. 418, 507 e 508).

70 Pumbeiro: empregado de um comerciante que andava pelo mato comprando escravos. (PEPETELA. In Glossário de A Gloriosa Família: o tempo dos flamengos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 408).



Didaticamente, Albert Memmi compõe seu texto de forma a denotar os caminhos do colonizador para se afirmar nessa condição. De modo que, ao se dirigir para a colônia, todo sujeito colonizador segue com um objetivo: usufruir da condição privilegiada, isto é, “os tratamentos serão elevados, as carreiras mais rápidas e os negócios são frutuosos” (MEMMI, 2007, p.38) e, nesse exercício de mudança, de autoexílio, ele descobre algumas aquisições que o mantém nesse lugar: lucro, privilégios e usurpação. Assim, ele passa a fazer parte de um mundo superior e dele recolhe os privilégios que automaticamente passa a usufruir.

Do outro lado, o colonizado é detentor de um retrato mítico, ou seja, um sujeito construído pelo opressor que não existe como tal. A ele foi impingido o caráter da preguiça, rebaixando-lhe como indivíduo, logo tornando-se débil, demandando proteção. Assim, esse sujeito está sempre em débito, ele é uma negação social, “não é isso, não é aquilo, jamais é considerado positivamente” (MEMMI, 2007. p.122). Portanto, ele é destituído do poder da liberdade. Nesse lugar, Memmi observa que não lhe resta mais nada senão a revolta e é nesse contexto que surgem as lutas pela independência política. Enxergado como uma coletividade anômala, o sujeito colonial “busca libertar-se por meio da reconquista de si mesmo e de uma dignidade autônoma” (MEMMI, 2007. p.171). Entretanto, o encontrar-se novamente como sujeito está borrado pela imagem do colonizador e segundo Memmi, é necessário que a alienação desse *eu* cesse totalmente, esperando o completo desaparecimento da colonização.

Memmi desacredita do ser humano e é nesse sentido que se percebe a descrença dele em relação a seus iguais. A relação colonizador/colonizado ou opressor/oprimido torna-se uma marca difícil de ser retirada dos povos que a experienciaram. E as lutas pela independência política, com dirigentes revoltosos e conscientes da usurpação do colonizador, acabam reproduzindo as mesmas atitudes, tornando seus próprios irmãos colonos de seus iguais.

Olhando para esses aspectos, observa-se a dificuldade de se produzir Literatura e História sobre a África, rompendo com o olhar eurocêntrico. As elites coordenadoras dos movimentos de independência passaram pelas experiências culturais e práticas europeias. Estudaram em escolas da Europa, experimentaram o modelo europeu de usurpação e passaram a perceber suas nações como uma coletividade, não compreendendo muito bem as rivalidades dentro do mesmo território. Por outro lado, as ideologias que moviam os

grupos pró-libertação também construíram suas próprias rivalidades, impedindo de adentrar suas origens e compreendê-las profundamente, de modo que a produção cultural que advinha dessas elites não correspondiam à realidade das comunidades e nações africanas.

Porém, “a língua sempre foi companheira do império<sup>71</sup>” (GUMBRECHT, 1998. p. 111). Essa frase, que abre o prólogo da Gramática castellana de Antonio de Nebrija, impressa em 1492, expressa com muita clareza a ideologia do colonizador, isto é, a língua como companheira do império fará e deixará o registro dos feitos do imperador nos territórios que domina. Portanto, se a língua é o mecanismo a identificar os feitos do colonizador, será ela também a marcar a diferença entre os povos em contato e em confronto, ou seja, o idioma colonial será a ferramenta de poder e dominação nos territórios invadidos pelo europeu e levará à criação de preconceitos e subjugação do indígena ou autóctone. Sob esse prisma, o comportamento, a cultura, a alimentação e a religiosidade do colonizado passam a ser a referência de desprestígio do sujeito governado, tornando-o assim, o incivilizado, o rebelde, o selvagem.

Analisando, porém, a narrativa de Pepetela, que trabalha com a língua do colonizador e com ela cria imagens alegóricas de significativo valor estético, observa-se que a perícia desse escritor está em inverter esses valores. Ou seja, esse mesmo idioma está a serviço de um sujeito consciente do lugar que ocupa, transitando em diferentes espaços: o político, o cultural e o ideológico, que são, antes de mais nada, construtores de significados que agora figuram como mecanismos de descolonização das ideias.

Nesse viés, posso afirmar, sem medo de cometer equivocos, que Pepetela age em uma inflexão para uma releitura dos tempos, já que posiciona como sujeito discursivo um escravo narrador, que se vale da Língua Portuguesa para esteticamente construir a imagem de uma África imersa em seus próprios conflitos, especialmente quando tem seus territórios invadidos pelos europeus. Isso implica afirmar que ele tece uma reescrita da História, que é preenchida com muita imaginação. Enquanto tece, devo registrar, ele traça um panorama da diversidade de povos e culturas que estão em confronto na sociedade colonial em África, representando holandeses, franceses, judeus, homens e mulheres das comunidades africanas, que se apresentam ao leitor em seu desnudar histórico.

---

71 Texto original: “Siempre la lengua fué compañera del império”.

Há assim, uma pluralidade cultural posta, que, por vezes, sucumbe às angústias e aos conflitos inerentes da diversidade humana e, assim, ora resulta na aproximação de pessoas, ora no distanciamento. Ao trazer para a cena do texto a mistura de povos e raças, ressaltando, por exemplo, as traquinagens e bruxarias de uma jovem da terra como Matilde, a bravura e arquitetura de guerra da rainha de Matamba e o imaginário fabular de um narrador escravo, mudo e analfabeto, Pepetela promove a transgressão dos valores impostos pelos europeus ao autóctone em África e aquela imagem borrada pelo colonizador começa a ser desfeita, visto que a sua produção ficcional é autónoma, singular, construtora de uma nova identidade para os povos um dia dominados. Em seus escritos, o povo angolano está a se encontrar, a viver suas singularidades e a promover novos encontros nesse espaço de interação a que pertence e, dessa forma, Pepetela vem contribuindo, como queria Albert Memmi, com o cessar da alienação e também para o desaparecimento da colonização.

Quem canta seus males espanta;  
Quem chora seus males aumenta:  
Eu canto para remediar  
O sofrimento que me atormenta.  
(Cantiga de cripto judeus frente aos  
inquisidores)

## CAPÍTULO 4: A diáspora

### 4.1 A diáspora e a experiência do estranho: Inquisição e cristãos-novos em *A Gloriosa família*

A experiência de imigração é, em geral, traumática. Ao se deslocar de um lugar para outro, isto é, do país de origem para aquele que se tornou objeto de desejo de trabalho e ascensão social, o imigrante se depara com uma realidade totalmente diferente daquela que conhecia. É o que vivenciou, por exemplo, os diferentes povos que emigraram para o Brasil, na tentativa de alcançar o sonho idealizado, como foi o caso de italianos, japoneses, iranianos, haitianos, alemães e, especialmente, judeus que fugiam das perseguições na Europa. Merecem destaque, ainda, os imigrantes africanos, de diferentes etnias que para cá vieram, subtraídos de suas terras e subjugados na mais dolorosa experiência de deslocamento, como foi a escravidão em uma terra distante. Devo ressaltar que, não raramente, a língua, a cultura e a religião se tornam, para a maioria deles, barreiras intransponíveis para se estabelecer comunicação e inserção na cultura local, o que os leva a experimentar momentos de sofrimento e exclusão.

Nas letras brasileiras, a questão do sofrimento e da exclusão vem sendo marcada, desde o capítulo inicial da fundação do Brasil, tanto em forma de texto de escritores, especialmente judeus ou de descendência hebraica, como no registro das perseguições a que eram subjugados. Bento Teixeira, autor do poema épico “Prosopopeia” e denominado por Kenia Maria de Almeida Pereira (PEREIRA, 1998) como o “poeta da resistência”, traça um modo judaico de resistir às perseguições sofridas. Em *Prosopopeia*, a pesquisadora assinala um significativo número de expressões que apontam para um modo de vida judaico, bem como elementos que reafirmam a fé do povo hebreu. Para exemplificar esse fato, Kenia Pereira cita o estudo de Arnold Wiznitzer, que vê na fênix da gravura estampada no final do poema, o símbolo da Congregação *Neweh Shalom*, instituição fundada por judeus, em Portugal, no início do século XVI. Segundo a estudiosa, Wiznitzer visualiza ainda os quatro elementos vitais básicos: fogo, ar, terra, água na estrofe VI, os quais representam o símbolo hebreu e cabalístico, pois “cada uma das cinco pontas da estrela de Davi representaria um desses elementos vitais ao homem, além do espírito” (PEREIRA, 1982 *apud* RICHARDSON, 1981).

Fugindo das perseguições étnicas, políticas ou sociais, ou simplesmente à procura de um novo território para viver, os judeus enfrentaram a solidão e o preconceito por questões de etnia, língua e religião, trazendo consigo o sentimento de marginalização e exclusão, em uma eterna e dolorosa dicotomia entre o país de origem e aquele em que se encontram. Marcadas em suas vidas, estão também a solidão e a reminiscência de um passado, facilmente encontradas nas memórias dos mais diferentes personagens da Literatura Brasileira e dos mais diversos escritores.

Para exemplificar, aponto as narrativas de Moacyr Scliar, Samuel Rawet, Eliezer Levim, que retratam os hebreus imigrantes em suas obras; Oscar Nakasato, que, em *Nihonjin*, ilustra a imigração japonesa; José Clemente Pozenato que, em *A Cocanha*, destaca a odisséia dos italianos; Rita Brüger, que, no *Diário de um imigrante*, apresenta a visão alemã do início da colonização e Carolina Maria de Jesus que, em *O diário de Bitita*, narra a trajetória do negro em nosso país, experimentando a exclusão e sofrimento em um tempo muito além da escravidão. Entre os escritores judeus, opto por citar, a princípio, apenas a personagem Rosa, a mal-humorada filha de dona Lente, que nascera com uma anomalia – dentes na vagina – traduzindo-se como personagem emblemática da galeria imaginativa do narrador Joel de *A Guerra no Bom Fim*, de Moacyr Scliar. Devo esclarecer que o elemento físico diferenciado situa Rosa à margem, provocando o estranhamento no leitor, porém é justamente este o elemento que desencadeia o efeito estético na obra, conferindo magia ao texto.

Refletindo sobre a experiência de imigração, Maria Zilda Cury afirma que esse sujeito carrega consigo a incerteza da permanência, do fincar raízes. Ao analisar as imagens dos quadros de Lasar Cegall, cuja temática são os deslocamentos, Cury afirma que as pessoas em trânsito promovem a configuração do “sofrimento de toda a humanidade” (CURY, 2002, p. 12). Isso é facilmente identificado, se perscrutarmos as representações feitas por Cegall e observarmos aquelas pessoas amontoadas em um navio, o qual traduz a fragilidade humana em meio à imensidão do mar. Para a teórica, “A simbologia da nave da embarcação é associada, pois, não a um grande vazio, mas ao local onde a vida deve circular, inclusive como matriz feminina” (CURY, 2002 *apud* CHEVALIER J. e GHEERBRANT A, 1991. p.632).

A pesquisadora Marta F. Topel alinha-se também aos estudos sobre diáspora e exílio. Em artigo sobre o tema, ela discute as questões semânticas ligadas ao termo,

trazendo algumas concepções importantes no judaísmo como exílio e diáspora, porém com um foco nos debates mais recentes. Nas reflexões apontadas, ela afirma que hoje muitos fenômenos têm contribuído para a identificação e para o despertar de uma consciência identitária. Entre os fenômenos identificados estão: as migrações maciças, a organização política das minorias étnicas e nacionais em diversos países, o processo de globalização e a transnacionalização, os quais mudaram o tipo de arranjos sociais considerados como diásporas hoje.

Para ela, a tendência dos estudos sobre o tema nos últimos 20 anos foi o de lançar um olhar de sensibilidade e empatia em direção aos deslocados de grandes segmentos das sociedades contemporâneas. Como a autora deseja focar a questão da diáspora judaica, ela faz um recorte analisando publicações de judeus norte-americanos e ingleses, nas quais observa uma reviravolta, no “sentido de afirmar-se na diáspora com orgulho” (TOPEL, 2015, p. 333). Ela analisa os textos dos irmãos Daniel e Jonathan Boyarin, autores do artigo *Diaspora: generation and the ground of Jewish identity*, e de George Steiner, autor do artigo *Our home: the text* (p. 333) ilustradores da reviravolta mencionada. Topel identifica, também, nos textos que analisa, o questionamento de duas concepções difundidas e cristalizadas no bojo do estabelecimento do Estado de Israel em 1948. A primeira situa-se na percepção de que o Estado de Israel seria o centro espiritual e cultural do judaísmo, logo, superior a todas as diásporas; e a segunda centra-se na necessidade de um “Estado-nação soberano politicamente para a normalização do povo judeu” (p. 333).

A discussão dos teóricos está na contestação de que o Estado israelense situa-se como centro para o povo judeu nos níveis cultural e espiritual, criticando, também, as políticas discriminatórias de seus governantes para com os palestinos. Além disso, eles “alertam contra a ameaça do particularismo judaico cristalizado em Israel vis-à-vis o universalismo que segundo eles caracterizou durante séculos os judeus e o judaísmo diaspóricos” (p. 333).

A crítica de George Steiner está nos elementos mais radicais e fundamentalistas do estado de Israel. Ele acredita que é preciso criar uma consciência comum, capaz de derrubar barreiras linguísticas, étnicas ou mesmo territoriais. A fim de aclarar suas ideias, a teórica dialoga com outro estudioso, Savig (2003, p. 3), o qual acredita que os judeus devem encontrar-se no exílio, considerando tal contexto como missão. Para ele: “os

judeus devem ser hóspedes entre os gentios, estrangeiros que vivem como refugiados, desassossegados e despossuídos” (SAVIG, 2003 *apud* TOPEL, 2015, p. 334). A justificativa para essa atitude é que apenas “no exílio os judeus seguiram os profetas bíblicos e foram a vanguarda cultural e a consciência moral das nações” (p. 334).

Topel finaliza suas observações acerca dos textos acima, apresentando a possível distinção entre os teóricos estudados. Para ela, Steiner parece conceber os grandes filósofos, os profetas, os escritores, poetas e cientistas dos séculos XIX e XX como Paul Celan, Karl Marx, Sigmund Freud, Albert Einstein e Walter Benjamin como exemplos do fundamentalismo judaico, enquanto os irmãos Boyarin veem a superioridade judaica no Talmud e nos textos redigidos ao longo dos séculos pelos grandes sábios de Israel.

Entretanto, a questão da Diáspora e do exílio é tema de debate em vários segmentos sociais e por diferentes autores. Hommi Bhabha (1994), Arjun Appadurai (1989), Stuart Hall (2006) e James Geertz Clifford (1994) tornaram-se referências expressivas para essa discussão. Quanto à especificidade da questão judaica, especialmente no âmbito de comunidades vivendo em países europeus como a França e a Alemanha, locais em que apareceram movimentos anti-semitas, identifica-se um certo temor entre os habitantes judeus nesses países, fazendo-os repensar na volta à Sion, à Israel, como planejaram os sionistas. Esse movimento de emigração dos judeus pode levar a “reconfigurações entre terra-mãe e diáspora” (TOPEL, 2015, p. 349), o que certamente aquecerá os debates vindouros, além de trazer novos contextos para as tramas ficcionais.

Observo, frente ao exposto, que o desejo de tradução dessas experiências em narrativas será uma constante nesses novos tempos, assim como fizeram os mais diversos escritores, não apenas os imigrantes, como também seus descendentes: filhos, sobrinhos, netos e bisnetos, como é o caso de Moacyr Scliar ou escritores do pós-colonialismo em África, como Pepetela que busca, na História oficial, os fundamentos para suas narrativas, especialmente para falar dos sujeitos em diáspora, sejam da África para países ocidentais, sejam dos territórios europeus e americanos para o antigo continente, encontrando-se, entre eles, muitos judeus.



## 4.2 Judeus em terras angolanas: Manuel Pereira e Israel Pinheiro

“Um judeu solitário é um judeu em perigo”. A frase enunciada por Elie Wiesel (1928-2016) retrata, com clareza, o que é ser judeu, isto é, aquele que está em constante situação de perigo e que vivencia a solidão da maneira mais avassaladora. Isso se dá porque o sentimento de intolerância e preconceito vivenciado pelos hebreus os levou a pensar na agregação a seus semelhantes como um *modus vivendi*, pois as bases de sua segurança fixavam-se na comunidade que o ajudava a sobreviver.

A intensa perseguição político-religiosa operada pelos reis espanhol e português aos hebreus no século XVI os colocou novamente em movimento pelo mundo. Em terras ibéricas aportaram e por lá viveram em paz durante o longo domínio mouro, quando a comunidade judaica ali instalada, os *sefaradim*, termo oriundo de *Sefarad*, nome pelo qual os hebreus designavam a Península Ibérica, conheceu o seu período mais opulento. Porém, tornam-se mais uma vez alvo de perseguições no início da Idade Moderna e saem em busca de um lugar seguro para viver.

Em reflexão sobre o tema, Moacyr Scliar relata que a Era cristã levou aos judeus um tempo de muita perseguição, porém isso não se deu de forma sistemática. Ele afirma que “com a invasão árabe, a comunidade judaica prospera, desenvolve-se culturalmente, conquistando altos cargos no tolerante califado de Córdoba: começava a ‘Idade do Ouro’ dos judeus na Espanha” (SCLIAR, 1997, p.36). Nesse período, o centro da cultura é transferido para a Península. Os registros de Scliar indicam que as academias de grande prestígio de Sura e Pumbenita são trazidas da Babilônia para a Ibéria, o que indica a mudança do centro da gravidade do judaísmo. Conforme já pontuei no Capítulo 1 desta Tese, até mesmo durante os primeiros reinados dos reis cristãos, o povo hebreu gozava de paz nesse espaço, destacando-se, especialmente, nas artes e na cultura, de um modo geral.

Todavia, esse cenário muda completamente quando os descendentes de Abraão são expulsos da Espanha em 1492. Para Moacyr Scliar, a expulsão dos hebreus veio sendo gestada ao longo de muitos anos. As atividades da Inquisição haviam sido intensificadas, principalmente em relação aos marranos ou cristãos novos, judeus convertidos à força (SCLIAR, 1997, p.37). Ao tornar-se alvo dos inquisidores, tinham a vida cuidadosamente investigada e, se se identificasse algum indício de prática judaica, “o réu era submetido

ao auto-de-fé, espetáculo religioso assistido por multidões, no qual o herege podia arrepender-se ou ser queimado na fogueira, o que frequentemente acontecia” (SCLIAR, 1997, p.37).

Como já pontuei em seção anterior, os judeus expulsos da Espanha rumaram para Portugal. Junto aos lusos, viveram razoavelmente em paz, especialmente por serem detentores de certo poder econômico, pois precisaram de altas somas de dinheiro para entrar no país, mas eram mercadores de relativo sucesso. Em 1496, porém, são obrigados, pelo rei D. Manuel, a se converterem ao catolicismo. Batizados à força por decisão do monarca luso, os judeus *sefarditas* se veem obrigados a viver um judaísmo na clandestinidade, sob o medo da denúncia por heresia.

Em estudo sobre o tema, Maria José Ferro Tavares afirma que impedidos de um livre deslocamento, durante os primeiros tempos, e sob penas severas, eles não deixam de dar o "salto", com maior ou menor fortuna, tal era o anseio de viver a fé em liberdade, dirigindo-se, assim, para várias partes do mundo. O norte da África torna-se o destino de alguns; “outros alcançavam a Turquia, como Violante Lobo; outros acabaram nas fogueiras espanholas, como a família de Samuel Ruben de Loulé; outros, ainda, como Afonso Vaz Gordilha, partiram do Algarve para o norte de África muçulmano, onde se tornou judeu” (TAVARES, 2000. P. 2). Anos depois regressa a Portugal e, levado às bordas da inquisição como judeu de sinal, foi salvo da fogueira graças à intervenção da rainha D. Catarina.

Em face ao requinte de crueldade, ao papel político e ao caráter de suspeição prefigurado nos registros inquisitoriais, a Inquisição tornou-se objeto de estudos e pesquisas de diferentes investigadores. Historiadores, literatos, não apenas hispânicos, portugueses ou europeus, mas do mundo todo, foram atraídos para os arquivos. Como uma importante voz de África hoje, Pepetela também se curvou à análise desses papeis e vem registrando a ação dos inquisidores no continente africano. No romance *A Gloriosa família*, o escritor coloca em cena diferentes aspectos da mão opressora do santo ofício, indiciando como esse tribunal lançou terror em muitas partes do mundo, alcançando o solo colonial africano. O narrador aponta os medos e assombros dos mais diversos personagens do romance frente aos representantes desse tribunal, os quais andavam pelas terras de Luanda.

Já observei nesse texto algumas vezes como Baltazar Van Dum receava que sua filha Matilde fosse denunciada para os algozes por causa de seus dons premonitórios. O narrador revela os medos do patriarca da gloriosa família, zelando pela vida da filha e também traduz como eram gratuitas e covardes as punições impostas àqueles que não comungavam da mesma fé dos governantes e clérigos inquisitoriais. Alguns episódios do romance demonstram como os curandeiros, feiticeiros e religiosos angolanos foram perseguidos, às vezes, torturados e levados à fogueira pelos representantes do Tribunal do Santo ofício. Um exemplo é a Tia Anita, senhora idosa, que mesmo sendo “muito velha e cega, toda mirrada de carnes” (PEPETELA, 1999. p. 338) foi submetida às inquirições dos padres. O narrador conta: “acusada de artes diabólicas, ela resistiu ao interrogatório e os inquisidores evitaram a tortura. Além da acusação anônima, como era hábito daquela inquisição tão sagrada, não havia nenhuma testemunha que comprovasse práticas de feitiçaria” (p. 338-339). Acredito ser oportuno, também, resgatar a morte na fogueira de Sukeko, citada no Capítulo 3 deste estudo. O sacerdote africano que fora convidado para curar uma suposta doença do governador Menezes acaba morrendo na fogueira por não se submeter à ideologia cristã dos europeus.

Ao longo de todo o romance, o narrador vai dando pistas de que embora os órgãos inquisitoriais não tivessem se instalado em África um tribunal do Santo Ofício, os personagens judeus ambientados no romance corriam perigo, lembrando aqui e ali como as marcas de suas origens poderiam levá-los à perseguição. Uma das pistas encontradas pelo leitor refere-se a uma conversa do flamengo Baltazar Van Dum com alguns interlocutores em Massangano. O comerciante Flamengo, aconselhado pelo governador holandês de Luanda, Redinckove, vai à fortaleza dos portugueses (Massangano: um território longe da invasão holandesa) tentar abrir caminhos para o restabelecimento do comércio de escravos. O comércio estava travado porque o governante que substituíra Pedro César de Menezes<sup>72</sup> na fortaleza às margens do rio Kuanza proibira a negociação de escravos com os holandeses. Trata-se de Francisco de Sottomayor<sup>73</sup>. Antes, porém, de ir ao palácio, Van Dum encontra Cadornega, o cronista e soldado luso, durante o almoço em Massangano, revelando a ele que desejava conversar com o governante português

---

72 Pedro César de Menezes administra Luanda de Outubro de 1639 até agosto de 1641 quando a cidade é invadida pelos holandeses.

73 Francisco de Sottomayor instala-se nas fortalezas de Massangano, com Luanda, já sob o domínio dos flamengos. Ele governou entre 1646 até 24 de agosto de 1648, quando os portugueses retomam o poder em Angola.

“para o convencer da conveniência política de abrir o comércio” (PEPETELA, 1999, p. 265). A resposta que obtém denota os sinais de intolerância do administrador local para com os ex-cêntricos: judeus, mouros, pessoas de outras nacionalidades:

\_ A si não vai chamar judeu, como o faz a todos os portugueses que lhe sugerem isso. Mas, vai dizer que é flamengo e portanto resulta no mesmo. Temo Sr. Van Dum que seja tempo perdido.

\_ Então é verdade que ele culpa os cristãos-novos da política do governador Menezes... – disse o meu dono.

\_ E não só – disse Jacinto da Câmara. – Constantemente fala da qualidade da gente que veio para Angola. Judeus, mouros, criminosos desterrados. O que é uma grande verdade, são a maioria dos moradores. Curiosamente nós os três somos exceção. Até mesmo uma parte significativa dos sacerdotes veio desterrada por delitos ou é constituída por Cristãos-novos. (PEPETELA, 1999, p. 266).

Observa-se que os interlocutores de Van Dum convivem com o dirigente português, portanto conhecem suas intransigências, intolerâncias e arrogâncias. Esse governador sempre fazia questão de revelar que “[viera] de uma família ilustre. (PEPETELA, 1999, p. 267), insinuando a Baltazar que ele estava pisando em terreno movediço.

Tal fato é reforçado por outros habitantes da vila. Em uma taverna local, o flamengo encontra um de seus patrícios, Cornelis Noels, com o qual trava uma conversa mesclada de perigos. O homem é considerado um traidor pelos parceiros de Van Dum e indicia ser informante do governador português, Sottomayor. Por sua vez, o representante do rei na cidade é tido como um “papista fanático” e alimenta um ódio gratuito aos judeus. O interlocutor de Van Dum, ao saber que o desejo do flamengo era o de conversar com o governante para tentar restabelecer o comércio de escravos, diz que ele está fazendo política e, dessa forma, agindo contra os interesses do líder luso. Baltazar retruca, ao que é respondido:

\_ Já entendeu. O governador Sottomayor é um grande homem e não acredita minimamente no que os judeus lhe dizem.

\_ E o que lhe dizem os que você chama judeus?

\_ Que os holandeses estão muito fortes e podem viver aqui perfeitamente sem os portugueses. [...] Dizem mais os judeus que a ideia de cortar os caminhos do sertão é um disparate, os holandeses têm e vão criar os seus próprios. E portanto o melhor é manter os portugueses como intermediários desse tráfico

com a costa, ao menos assim não perdem tudo. O governador acredita no contrário. (PEPETELA, 1999. p. 274).

Na conversa com Noels, Baltazar começa a perceber que o informante do governador pensava, também, como este. Ou seja, Noels via os judeus e adversários políticos como traidores. Van Dum diz irritado ao flamengo. “Parece-me que o senhor é demasiado radical. [...] Se há pessoas que defendem o comércio não são fatalmente traidores” (PEPETELA, 1999. p. 274). Sempre defendendo o interesse dos comerciantes que trabalhavam em Angola, Baltazar questiona seu interlocutor que profissão ele executa, uma vez que não fora sempre militar. Ao ouvir que Noels era agricultor e que esses profissionais eram os únicos que não traíam o governador, Van Dum passa a falar de seu genro, Manuel Pereira, feitor de fazendas. Em Pepetela (1999, p. 275, grifos meus), tem-se o diálogo, que se mostra bastante curioso:

- \_ Bem, ao menos o meu genro Manuel Pereira escapa de sua vindicta.
- \_ Ninguém pode acusar o Manuel Pereira de ser traidor – condescendeu Noels.
- \_ Ainda por cima, é apenas feitor do arimo. Produz comida para a vila, o que é patriótico.
- \_ Mas ele é o que você chamou um judeu. De família cristã nova.
- \_ Como vê, não sou fanático. *Nem o governador.*

Nesse momento, o filho do flamengo se levanta da mesa e, irritado, “intima” o pai a abandonar o interlocutor. É que Nicolau percebera os sinais dos companheiros da taverna de que era perigoso trocar informações com aquele homem. Entre inocente e raivoso, Baltazar relembra em um ambiente de tensão, a delicada situação do hebreu em solo africano sob o jugo português.

O diálogo em questão denota a condição vigilante com que os judeus viviam nos espaços além-mar. Ainda que não houvesse um tribunal do Santo Ofício em Massangano ou Luanda, os cristãos-novos precisavam estar em alerta constante. O perigo rondava por todos os lados. Sottomayor é figurado como fanático, papista, amante de simbolismos, o que evoca ainda mais a possibilidade de perseguição aos judeus. Nesse sentido, é relevante reiterar que o foco maior desta pesquisa está nesse aspecto: desenvolver uma investigação pontual acerca da representação judaica no romance de Pepetela, analisando as peculiaridades desse registro do escritor.

Sujeito de pouca expressão no romance e podendo ser caracterizado como personagem secundária, Manuel Pereira caracteriza-se como um profissional responsável, honesto, trabalhador, que procura deixar nas sombras do tempo suas matrizes ancestrais. O narrador, porém, constantemente evoca tais lembranças, que insistem em situar o judeu perenemente à margem. Diz ainda que o rapaz é “o que se chamava um cristão-novo e, como tal, é tratado com alguma desconfiança” (PEPETELA, 1999, p. 22). Tudo isso lembra que o judeu não merecia crédito. Mesmo omitindo suas raízes, o genro de Baltazar “não negava sua ascendência judia, mas se espantava, isso já fora há tanto tempo”(PEPETELA, 1999, p. 22). O tempo lhe trazia más lembranças: a perseguição, o sofrimento, a exclusão de judeus. Sendo um cristão-novo, procurava manter longe das lembranças esses fatos. A representação de Manuel Pereira, no romance, ilustra bem o representante do grupo marrano, uma das categorias listadas por Antonio José Saraiva no estudo sobre a Inquisição. Esse caráter ambíguo com que o rapaz se apresenta revela a dificuldade de “fugir” de uma cultura ancestral, e por isso, os hebreus desse grupo mantinham, como revelou o estudioso, “um pé no grupo mosaico e outro pé no grupo cristão” (SARAIVA, 1969. p. 24), conforme mencionei no Capítulo 1 deste trabalho.

Percebe-se, assim, que a personagem busca negar sua ascendência porque não se sente seguro ao enunciá-la e se afasta da presença dos governantes portugueses, na expectativa de se afastar, também, da perseguição. Observa-se, assim, que a situação do judeu converso é delicada em qualquer lugar em que ele se encontra. Esse é um dado curioso na ficção de Pepetela e não investigado até aqui. Seu texto caracterizado como metaficção<sup>74</sup> historiográfica desnuda os arquivos oficiais em África e explora as descobertas com novos matizes históricos, revelando que a perseguição alcançava os cristãos-novos nos mais recônditos lugares do mundo colonial português.

No ensaio *A condição judaica*, Moacyr Scliar afirma que “As terras recém-descobertas representavam para esse grupo de perseguidos [os judeus] oportunidade e esperança: oportunidade de progresso material, esperança de maior liberdade” (SCLIAR, 1985, p. 39). O ensaísta ressalta que havia boas razões para estas aspirações, uma vez que os cristãos-novos viviam em regime de terror. “Em 1506, Lisboa assistiu a um terrível

---

74 Linda Hutcheon, no livro *Poética do Pós-Modernismo*, afirma que os escritores de narrativas de fundo histórico se utilizam da ironia, da metadiscursividade, da paródia e da intertextualidade para dar ênfase ao discurso do oprimido, do “ex-cêntrico”, que enfrenta os mecanismos do poder. Entendo, pois, que o romance de Pepetela situa-se nesse lugar, o da “metaficção historiográfica” por dar voz aos oprimidos e excluídos do sistema vigente. (HUTCHEON, 1991, p. 13-14; 250).

massacre de cristãos-novos, em que milhares de homens, mulheres e crianças foram cruelmente exterminados” (p. 39). Na pesquisa que empreendi, observei que a perseguição aos hebreus durante o período de colonização portuguesa se estendeu do século XII ao XIX, tempo em que muitos deles foram queimados pelos inquisidores oficiais.

Ao longo do romance de Pepetela, o leitor não tem muitos detalhes ou informações sobre Manuel Pereira, a não ser o evidente medo de ser perseguido por conta de sua ascendência. Mesmo tendo a proteção do comerciante e sogro Van Dum, não se sente seguro em Luanda e se afasta para o interior, na qualidade de feitor de fazendas. Interessante se faz notar a estratégia invocada pelo escritor angolano para mencionar a trajetória desses povos em África, denotando, assim, a miscigenação de etnias e raças das quais foi forjado o povo angolano: o personagem não tem voz, mas é mencionado muitas vezes por estar incorporado aos Van Dum, “a gloriosa família”.

No segundo capítulo do romance, em que uma das estratégias do exército português para a recuperação do território angolano das mãos dos flamengos é descrita, Nicolau, um dos filhos de Baltazar retorna “do mato” com um significativo grupo de “peças” capturadas para o comércio de escravos. O jovem relata como está o clima de insegurança encontrado entre os moradores interioranos, uma vez que os exércitos invasores estão em guerra, especialmente contra as lideranças, os sobas, da região. A invocação de membros da inquisição é feita, lembrando as estratégias adotadas por eles para incriminar seus réus. Entre os defensores locais está o senhor João Brito, amigo e companheiro de negócios de Baltazar Van Dum, torcendo para que os portugueses retomem Luanda. Em uma de suas conversas com o Flamengo, afirma:

— Olhe, quem vem a Luanda é o licenciado Guerreiro. Para nova ronda negocial. Vamos a ver o que ele consegue desta vez, ele consegue sempre qualquer coisa, além de adormecer os holandeses, que é o que mais interessa no momento. Revelou-se um brilhante embaixador, não acha Van Dum? (PEPETELA, 1999, p.61).

Em sua resposta, percebe-se um Van Dum reflexivo, observado pelo narrador. “O meu dono concordou. Costumava dizer que o Guerreiro, como padre, tinha aprendido a convencer as pessoas de **pecados inexistentes**” (PEPETELA, 1999, p. 61, grifos meus). Essa fala confirma as observações de Anita Novinsky em estudo sobre o tema. De acordo

com a professora e pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP): “Apesar de todo o aparato religioso e da auréola divina com que o Tribunal da Inquisição se revestiu, apesar das funções ‘santas’ que alegou, foi uma instituição vinculada ao Estado” (NOVINSKY, 2007, p. 44). E, como tal, respondia “aos interesses das facções de poder: coroa, nobreza e clero” (p. 44).

Nesse ambiente invasivo e opressor, Manuel Pereira se vê obliterado pelo medo. No sétimo capítulo, quando o narrador registra uma nova investida dos invasores de Luanda pelo interior, capitaneada por Nicolau, filho da terra e primogênito de Baltazar, Van Dum, trazendo um grupo significativo de “peças”, para o comércio escravagista, enfatiza os aspectos simbólicos com que Sottomayor recheou sua chegada em Massangano. O administrador português fez questão de se apresentar como um espetáculo, trazendo consigo bandeiras, rufar de tambores e tiros soltos pelo ar. Ele era seguido por uma coluna de militares, além, é claro, de anunciar que detinha a representação do Império e o fazia com “mãos de ferro”.

A narrativa de Nicolau reencena os medos do cunhado.

\_ Quem me mostrou mais receio foi o nosso cunhado, Manuel Pereira. Contou que a primeira coisa dita pelo novo governador foi que os cristãos-novos tinham de se *pôr a pau*, pois estavam com demasiado poder e tudo fizeram para que ele não chegasse a Massangano. Que eram os cristãos-novos os principais conselheiros do antigo governador e só pensavam nos negócios, sobretudo com os holandeses. [...] Mas, que ele, Sottomayor, superou todas as traições por ser um fidalgo à antiga e ia continuar atento, sem se deixar enganar por artimanhas de judeus e de mouros, que eram quase todos os ricos dessa terra.” (PEPETELA, 1999, p.227-228).

Observa-se, assim, que o poder governamental e inquisitorial estava com as garras sempre estendidas para alcançar os judeus, onde quer que estivessem. A expressão “se por a pau” invoca os mecanismos da Inquisição, deixando claro que os “traidores de Cristo” deveriam ser queimados na fogueira, razões dos medos e insegurança de Manuel Pereira.

O novo governador apresenta-se como futuro opressor e seu discurso denota o caráter antisemita, o que revela sua intenção de perseguir aqueles que conseguiram ascensão financeira em território inóspito, logo, buscando usurpar das riquezas deles. Em meio a essa perseguição, era comum que os hebreus fossem culpados por toda e qualquer



difficuldade que fosse encontrada no trajeto, isto é, reforçava-se um discurso que sempre havia sido pregado: os judeus são culpados por quaisquer adversidades experimentadas.

Ao analisar esses aspectos, identifica-se, também em África, diferentes mecanismos utilizados para perseguir os judeus, pois ao bani-los da região, o governante estaria impedindo-os de se aproximar dos dirigentes locais, de alcançar posições econômicas, de modo que, ao excluí-los, impediria a ascensão de uma possível “burguesia” em Luanda, a fim de resguardar o poder imperialista e do clero, como bem desejavam os governantes lusos, de modo que não havia lugar seguro para os descendentes de Abraão onde houvesse portugueses.

No Capítulo 1 deste estudo, historicizei que, dadas as adversidades vividas em Portugal após o decreto de D. Manuel, exigindo a conversão em massa, muitos judeus ambientados na Holanda, mas vivendo com dificuldades, vieram para o Brasil, e se fixaram em Pernambuco, justamente quando os Flamengos dominavam esse espaço brasileiro. Hersch W. Basbaum, em estudo sobre seus antepassados intitulado *A saga do judeu brasileiro* destaca os problemas vividos pelos hebreus nos Países Baixos, pois para saírem das terras portuguesas, eles se submeteram a variados tipos de extorsões, o que os deixaram descapitalizados. Assim, “a partir de 1635, consolidado o domínio holandês no Brasil, tornou-se crescente o fluxo de judeus que vinham para cá em busca de melhores condições de vida” (BASBAUM, 2004, p.105). Segundo o estudioso, isso pode ser comprovado pelo “número de solicitações feitas ao Conselho Político da Companhia das Índias Ocidentais em Amsterdã, no período de 1º de janeiro de 1635 a 31 de dezembro de 1636” (BASBAUM, 2004, p.105).

Atento às questões de seu tempo, Pepetela faz esse resgate histórico no romance *A gloriosa família*. Como descrevi no Capítulo 1 deste trabalho, em uma das cenas iniciais da obra estudada, Baltazar Van Dum compartilha das ideias de Gerrit Tack, soldado da Cia das Índias Ocidentais de que Mauricio de Nassau, o administrador holandês no Brasil é um grande estadista. Os argumentos em favor do governante ocorrem por ele tolerar os credos proferidos pelos habitantes de Pernambuco, podendo ser católico ou judeu. Isso não importava para Nassau. O desejo dele era de que a “colônia” holandesa no Brasil prosperasse, levando riquezas para a Cia das Índias Ocidentais. Ao contrário de perseguir judeus, ele os encorajava a vir para nosso país, “sobretudo os judeus que tinham

fugido de Portugal por causa das perseguições e que tem [tinham] muito dinheiro” (PEPETELA, 1999, p.28).

Observa-se o espírito liberal e aglutinador do governante holandês em terras brasileiras, pois na busca pelo crescimento econômico e social da região, traçava uma política de convivência em respeito às diferenças religiosas e culturais, buscando, dessa forma, promover o crescimento político, econômico e social. Ao promover a liberdade religiosa, independente do credo professado, Mauricio de Nassau atraía para si a antipatia dos *predikant*<sup>75</sup> e de Hans Molt, um fanático diretor membro da Companhia em Angola, que seguia rigorosamente o credo calvinista. Para demonstrar sua aversão às pessoas que professavam outros credos, impunha sua opinião, o que o afastava da ideologia de Nassau. O narrador relembra uma resposta dada a Israel Pinheiro, quando procurara o diretor para se queixar de questões experimentadas em seu comércio. Secamente devolver a seu interlocutor: “aqui não há conde Nassau, aqui judeus e católicos não piam” (PEPETELA, 1999, p.153). Ou seja, em terras africanas, o diretor da Companhia da Índias Ocidentais não compartilhava das ideias do Conde Maurício de Nassau administrador de Pernambuco.

Avento a hipótese de que o judeu Samuel Pinheiro foi trazido para a cena do texto por conta da busca de Pepetela pelo caráter plural na construção de um registro histórico pela via da ficção. Nascido em terras lusas, mais especificamente em Évora, judiaria portuguesa, o rapaz vivera com sua família a perseguição. Após a obrigatoriedade da conversão ao catolicismo, mas experimentando um medo constante, seus pais resolveram se mudar para Flandres, em busca de novos ares. Assim conta o narrador: “o pai do Pinheiro tinha tido problemas com a Inquisição em Évora, por ser cristão-novo” (PEPETELA, 1999, p.52). Apanhado pelos inquisidores, o comerciante judeu lança mão de vários esforços para se ver livre dos investigadores clericais. Uma de suas estratégias fora sair da judiaria de Évora, passando a residir na Praça do Giraldo, “a mais importante da cidade” (p. 52). Ele também procurara demonstrar seguir o credo católico, pois “Os filhos e ele próprio eram batizados e iam à missa aos domingos” (PEPETELA, 1999, p.52). Além disso, fazia altos donativos para a “Misericórdia”, no dizer do narrador,

---

75 Predikant: termo utilizado para designar o pastor ou ministro da Igreja Reformada Holandesa, especialmente em África. (Cf. Dicionário Collins – tradução livre. Disponível em: <https://www.collinsdictionary.com/pt/dictionary/english/predikant>. Acesso em 12 fev. 2019).

“como faziam os Homens Bons” (PEPETELA, 1999, p.52), mas todos os esforços foram em vão, porque

alguém denunciou à Inquisição que na sua casa se respeitava o Sabat e havia bruxarias. O Santo Ofício interrogou-o uma vez, mas sem conclusões. Tanto bastou para que os vizinhos, cristãos-velhos, lhe apedrejassem a casa e obrigassem a família a fugir, antes que alguém fosse para a fogueira. Passaram para Lisboa, apanharam o primeiro barco para a Flandres, se instalaram em Roterdão. Quando os holandeses tomaram Pernambuco, a Companhia das Índias Ocidentais encorajou os judeus fugidos de Portugal a mudarem para o Brasil, pois conheciam a língua e os costumes e seriam úteis como intermediários. A família respondeu ao chamamento e se instalou em Pernambuco. (PEPETELA, 1999, p.52).

Como se observa, Pepetela bebe nas fontes oficiais da história para construir suas personagens. Conforme pôde ser observado na leitura das obras do escritor, a trajetória de dificuldades vividas pelos judeus *sefardim* na Idade Moderna estão registradas não apenas em *A Gloriosa família*, mas também em *A sul, o sombreiro* (2012) e em *A geração da Utopia* (2000), ainda que dessa última conste um registro mais sutil.

Seguindo o matiz histórico na construção ficcional, o narrador de Pepetela traça um novo destino para o judeu Samuel Pinheiro. Sabedor de que os holandeses haviam tomado posse de Luanda, o jovem deixa os pais e irmãos em Pernambuco e vai tentar a sorte por lá. Ao chegar, instala-se como comerciante no cais, apossando-se de uma loja abandonada por um vendeiro português que fugira dos holandeses quando estes tomaram de assalto a cidade. Passado um ano, sua bodega tornara-se a mais concorrida do porto de Luanda, embora houvesse poucos compradores civis, uma vez que a cidade era quase somente habitada pelos militares da Cia das Índias Ocidentais.

Tal como Manuel Pereira, o Pinheiro da bodega não tem voz no romance. A referência a ele é constante, mas o leitor não tem acesso a seus pensamentos ou ações por ele mesmo. Tudo o que se conhece da personagem é por intermédio do narrador. Vale ressaltar, porém, que o jovem comerciante não vê sua identidade ameaçada. À medida que o comércio vai se expandindo e vão chegando mais pessoas para habitar a cidade, o rapaz segue ampliando seus negócios. Além do vinho e aguardente que servia aos soldados e negociantes portugueses lá aportados, passa a oferecer também “alguma comida baseada em peixe e marisco” (PEPETELA, 1999, p. 78). E, com essa postura, vai levando a vida e os negócios.

Pela bodega, passa uma heterogeneidade de pessoas e culturas que se encontram em Luanda e merecem o destaque do narrador. Como terra em exploração, pessoas em movimento e do mundo todo deixam suas marcas, seus gestos, seus costumes e nada fica à margem da observação elocutória. A presença dos mouros, o pintor Barlaeus (Caspar Barlaeus 1584-1648), o engenheiro Daniel Boreel<sup>76</sup>, o geógrafo Macgreg (Georg Marcgraf 1610-1644), os costumes locais como o das mulheres holandesas que não se sujeitam aos maridos e marcam sua insubmissão com o ato de se sentar à mesa e nunca no chão, como as portuguesas e luandenses servem para situar o leitor na ambiência da vida local. O narrador destaca também muitas coisas da vida citadina e cotidiana da vila que escondia uma futura metrópole.

Chegámos ao largo da Kitanda, onde desembocava a rua Direita. Havia duas dezenas de vendedores, meia dúzia com hortaliças e fruta, mais umas tantas mulheres a venderem cola, outras carvão. A maior parte dos compradores eram também mulheres. Mas estavam dois soldados holandeses numa banca de cola, discutindo com a kitandeira sobre as maravilhas do fruto, para eles desconhecido. E mais a frente passámos por Angélica Ricos Olhos que comprava fubá de bombó. Ela virou a cara na direcção da rede do meu dono e baixou a cabeça em cumprimento, pelos vistos sabia quem ele era. (PEPETELA, 1999, p. 335)

A bodega tem um lugar de destaque no romance, sendo especialmente um espaço de negociação das diferentes identidades em África, tornando Samuel Pinheiro um próspero homem de negócios. Aparentemente, ele não se preocupa com sua identidade judaica e parece estar perfeitamente assimilado ao mundo africano. Tanto é que busca uma esposa da terra e, um dia, como afirma o narrador, “feliz da vida”, o Pinheiro deixa seu comércio nas mãos de um escravo alforriado, seu futuro cunhado, e segue para uma comunidade tribal, a fim de pagar o alembamento à família e se casar com a moça que conquistara seu coração. Baltazar é o primeiro a saber da movimentação do jovem rumo à nova promessa civil. Findo o tempo dos Flamengos em Angola, situa-se agosto de 1648. Os portugueses haviam vencido a batalha graças aos reforços vindos do Brasil. O Flamengo saiu da sanzala e foi à cidade em busca de notícias. Sabedor da vitória lusa, resolve tomar uma jarra de vinho na bodega do judeu. O narrador assim relata:

---

<sup>76</sup> Registro que ainda que tenha buscado em inúmeras fontes, não encontrei nenhum dado histórico-biográfico de Daniel Boreel.

A taberna apresentava o mesmo aspecto da cidade, com um único cliente sentado numa mesa. E a servir estava o forro que ajudava normalmente o Pinheiro no atendimento. Baltazar se deixou cair numa cadeira de braços que rangeu perigosamente, e pediu uma jarra de vinho, das pequenas, pois ainda era manhã. Então perguntou pelo dono da bodega.

\_ Pinheiro foi buscar mulher.

Perante o espanto do Van Dum e do genro, tão mudos como eu pela surpresa, o forro explicou melhor.

\_ Foi à minha terra. Já lá tínhamos estado uma vez e ele viu a minha irmã. Gostou. Agora foi lá levar o alembamento para trazer a minha irmã como mulher. Já tinha idade de casar e ter filhos, foi o que o Pinheiro disse. (PEPETELA, 1999, p. 390)

Entre curioso e satisfeito, Baltazar inquire mais: “Quando foi e quando volta?” (p. 390) e recebe como resposta que já era tempo do comerciante voltar, pois fazia uma semana que por lá estava. Porém, quando retorna com a mulher, os portugueses já haviam retomado o poder em Angola, mas dada a felicidade em que se encontrava, não percebeu as mudanças quando entrou na cidade, sendo preso e condenado pelo novo governante português: Sottomayor. O narrador conta que o Pinheiro não foi julgado “pelo crime de ter vindo para Angola durante a ocupação holandesa” (PEPETELA, 1999, p. 405), pois o julgamento implicava “argumentações e procedimentos judiciais lentos e aborrecidos” (PEPETELA, 1999, p. 405). Desse modo, o rapaz “foi expeditamente queimado numa fogueira por ser judeu e ter fugido de Portugal para a Holanda, quando era criança” (PEPETELA, 1999, p. 405).

A história do Pinheiro da Bodega tem certa semelhança com a de Luiz de Carvajal – el mozo – um jovem hebreu de abastada família espanhola que fugira para o México no período das perseguições inquisitoriais na Espanha. Toby Green no livro *O reinado do medo* relata que a Inquisição da cidade do México, em 1594, começou a receber provas de atividades criptojudaizantes do jovem que já havia cumprido pena de quatro anos, quando fora detido e encarcerado pelos inquisidores, porém, reconciliado em 1589.

Após as denúncias que se avolumavam nos porões da Inquisição, Carvajal volta a ser torturado. Os algozes, para incriminá-lo, colocaram um espião junto a ele na cela prisional e, uma das estratégias utilizadas pelos inquisidores fora infiltrar no ambiente prisional o tabelião e o secretário do tribunal mexicano para ouvir as conversas dele com o espião Luiz Diaz tendo tudo sido feito às escondidas e com requintes torpes. Os “infiltrados” funcionários da justiça se deslocaram até a cela às escondidas,

movimentando-se por passagens secretas e postaram-se junto a uma porta oculta na cela. Nesse lugar, puderam ouvir a conversa entre Diaz e Carvajal. (p. 110). Dessa forma, acumularam provas para condená-lo.

Cruelmente torturado, o jovem denunciou a mãe e suas quatro irmãs. Maltratadas e torturadas, as mulheres de sua família, Isabel, Catarina e Leonor suas três irmãs e a mãe foram mortas, juntamente com Luiz de Carvajal e mais quatro “hereges, em um auto de fé no dia 8 de dezembro de 1596. Luiz Nazário também investigou o caso de Carvajal e apontou que os clérigos usaram de todos os meios para convertê-lo à fé cristã. Ele, porém, não se dobrou e mesmo torturado, encorajava os membros de sua família a continuar no judaísmo. Por ser uma pessoa conhecida, pois Carvajal fora governador do Novo Reino de Leão, seus opositores o garrotearam. Eles usaram dessa artimanha para dar a impressão ao público de que ele havia se convertido. Nazário traz, ainda, que a família do rapaz foi perseguida “até o século XVIII e parte de seus descendentes tornaram-se judeus de grande erudição” (NAZARIO, 2005, p. 129). Em outras palavras, a família Carvajal fugira para o Novo Mundo, mais especificamente, para o México, a fim de se afastar dos tribunais inquisitoriais, mas as garras opressoras os alcançaram nessas novas terras e os levaram para a fogueira, logicamente, apossando-se de seus bens.

Antes de finalizar esta seção, cumpre-me detalhar que Samuel Pinheiro, personagem da ficção de Pepetela, pode ter sua história aproximada da de Luiz de Carvajal, dada sua trajetória. Saíra de Évora na infância em direção à Holanda; de lá segue para Pernambuco e, do Brasil, para Luanda. Em África, os Inquisidores, também, registraram seus cruéis rastos e, assim, condenaram o recém-nubente à fogueira, simplesmente por ter nascido em uma família hebreia e ser um cristão novo. Pepetela, dessa forma, registra as arbitrariedades e as crueldades das ações inquisitórias em Luanda e, pela ficção, recupera a História em sua matriz original e cruel, dando a ela um novo realce.

### **4.3 A Inquisição alcança a África**

“Deixa tua terra, tua família e a casa de teu pai e vai para a terra que eu te mostrar” (GENESIS, 12,1. In Bíblia Sagrada, 1992, p.58). Essas palavras teriam sido proferidas por Deus a Abraão, segundo a tradição cristã, e traçam o caráter singular do povo hebreu,

que é conduzido ao *Gallut* ou Diáspora. Acrescenta-se a isso o fato de os judeus serem, conforme Moacyr Scliar: “um povo indiscutivelmente marcado pela tragédia” (SCLIAR, 1985, p.7). É certo que escravos no Egito, lutas internas, inúmeros conflitos e migrações diversas podem nos levar a diferentes lugares e situações. Em estudos sobre o tema, em minha Dissertação de Mestrado<sup>77</sup>, observei:

Nos primeiros séculos da diáspora, os judeus habitaram regiões da Europa central e oriental e da Península Ibérica. Segundo Bóris Fausto (2000), uma versão mitológica sobre a presença judaica na Península Ibérica conta que eles ali se instalaram, após a primeira destruição do Templo e do Reino de Judá em 586 a.C. Esse grupo denominado *Sefardim* – palavra oriunda de Sefarad (Espanha) de origem hebraica medieval, designaria os israelitas originários da Espanha e, em geral, da Península Ibérica como um todo – habitou a região até o ano de 1492, quando foram expulsos pelos reis católicos Fernando de Aragão e Isabel de Castela. (MACHADO, 2006, p.48)

É válido reiterar, a essa altura, o fato de que nos tempos contemporâneos os judeus também tornaram-se presença constante em obras ficcionais e, de forma singular, aparecem nos escritos de Pepetela. Pesquisador voltado para suas origens, Hersch W. Basbaum (2004) narra a trajetória de seu povo em um ensaio crítico. Pelas suas palavras, tem-se a confirmação dos fundamentos históricos em que bebeu o escritor angolano para escrever o romance *A Gloriosa família: o tempo dos Flamengos*. Basbaum afirma que “a perseguição sistemática contra os judeus, promovida pelas forças inquisitoriais e a expulsão hispano-portuguesa levou-os para a Holanda, Egito, Turquia e Grécia e uma grande maioria foi para o Norte da África, especialmente Marrocos” (BASBAUM, 2004, p.85). O “judeu da bodega”, segundo o narrador de *A Gloriosa família*, seguiu esse percurso. Saiu da judiaria de Évora, foi para Flandres, de lá para Pernambuco, no Brasil, compondo-se como um personagem em êxodo perene e, por mais que busca novos caminhos, segue em direção a um fim trágico.

É possível notar, porém, que as garras da Inquisição estão, em África, trazendo horrores para todas as pessoas que caracterizassem perigo para a Igreja e para o poder, e não somente para os judeus. Acerca dessas questões, Toby Green afirma que a Inquisição Ibérica teve enorme abrangência. “Foram instaurados processos contra feiticeiros no México, bígamos no Brasil, franco-maçons sedicionais, hindus, judeus, muçulmanos e

---

<sup>77</sup> Refiro-me à Dissertação de Mestrado que defendi, na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, no dia 6 de junho de 2006, sob a orientação da Prof. Dr. Élcio Loureiro Cornelsen.

protestantes, padres fornicadores, marinheiros sodomitas” (GREEN, 2012, p.30-31). E mais. Para o historiador: “uma das principais semelhanças estruturais entre a Inquisição em Portugal e na Espanha era seu interesse por lugares tão remotos quanto Angola, Brasil, Cabo Verde, Goa e México” (GREEN, 2012, p.31).

Neste instante, acredito ser interessante resgatar o que Pepetela registra dessas minúcias em seu romance e que já foi aludido na seção 3.2 desta Tese. No capítulo V de *A Gloriosa família*, ele conta como o governante português, invocando a sua madre igreja, levava às brasas o *kimbanda* Sukeko. Pedro César de Menezes relata, em forma de piada, as artimanhas que traçou para levar o religioso africano para a masmorra e para a fogueira. De forma deslustrada, aproveita-se da amizade com o líder local Ngola Kiaito para dar corpo à sórdida ideia de mandar queimar o sacerdote local.

As ações narradas revelam o quanto havia de discriminação e preconceito nas ações administrativas e civis dos europeus em territórios explorados da África colonial. O narrador destaca a crueza desses sentimentos ao ilustrar como teceu a artimanha: “disse para o macaco crédulo do diabo, e isto são palavras do governador, que estava desenganado, os médicos e barbeiros de Massangano não eram capazes de curá-lo, já tinham feito tudo o que conheciam” (PEPETELA, 1999, p.154). “Macaco crédulo” é o Angola Kiaito. Nem mesmo o governante local merece o respeito do administrador luso. Dessa forma, tratando o líder africano como amigo, o mantém em sua intimidade como um macaco, ou seja, não o vê como um ser humano, alguém igual a si. Fingindo doença, atrai para a residência oficial o religioso e solicita ao amigo trazê-lo para fazer suas rezas na expectativa de cura. Ingenuamente, Ngola vai embora bastante feliz, pensando que “até o governador reconhecia o valor do sábio Sukeko” (PEPETELA, 1999, p.154) e, assim, atende o pedido com presteza.

Porém, ao retornar com o feiticeiro, é preso juntamente com o religioso. A narrativa retrata com precisão o evento:

E trouxe o kimbanda em grande estilo, com um séquito numeroso de dançarinos com ngomas, marimbas e pandeiro, enquanto o Sukeko vinha numa rede transportada entre dois cavalos, o mesmo sucedendo com o soba. [...] Só que, ao tentarem atravessar o Lucala para entrarem na vila, foram cercados pela infantaria portuguesa e com alguns tiros foi afastada a multidão que o acompanhava. O kimbanda e o soba foram presos. Ngola Kiaito ficou em minha casa, tratado como um amigo prisioneiro, disse o Menezes. Mas o Sukeko foi para as masmorras. (PEPETELA, 1999, p.154).



Seguem à prisão os interrogatórios. Vários padres o inquirem e o religioso afirmava não saber o que vinha a ser “o que é isso de diabo”, dizendo apenas que fazia suas curas. Instado a renegar suas práticas e convicto de que apenas curava, o governador “mandou erguer enorme pira de lenha num alto junto da igreja de São Benedito, para queimar o Sukeko na fogueira, como mandava a sagrada Inquisição” (PEPETELA, 1999, p.154-155). O narrador conta ainda que a ordem não fora cumprida integralmente, uma vez que o chefe dos carrascos garroteia o religioso antes de levá-lo à fogueira e, por sua vez, é castigado por Menezes, por não ter cumprido a ordem conforme dada. O desejo do governador era que “o feiticeiro diabólico” fosse “lançado vivo dentro da fogueira, para sentir o fogo como uma antecâmara do inferno” (PEPETELA, 1999, p.155).

Tal cena nos remete aos registros históricos de Toby Green ao justificar o recorte de sua pesquisa, tratando exclusivamente da Inquisição Ibérica, isto é, em Portugal e Espanha. Segundo ele, a concentração sobre os registros inquisitoriais desses dois países se deu pelo fato de “que se trata de uma história de poder e abuso de poder, e não uma desculpa para reprisar uma propaganda anticatólica do passado” (GREEN, 2012, p.35). A cena retratada na ficção de Pepetela denota os excessos da Inquisição portuguesa, mostrando claramente como os governantes e clero agiam de forma abusiva. Como é sabido, o escritor angolano pesquisou por 18 meses a historiografia angolana do século XVII e o resultado foi a compilação do romance, fazendo um resgate talvez mais verdadeiro que o da História oficial, e, por isso, tem-se tamanha realidade em cena.

Dessa forma, observa-se que obra de Pepetela é recheada de histórias e fatos que aconteceram realmente em território angolano, revelando como se deu a constituição de uma nação que recebera os mais diferentes povos, etnias e culturas, refletindo, assim, uma forma singular de pensar o homem, a Literatura e o mundo. A sensibilidade do escritor está impressa em seus livros, levando o leitor a lê-lo em sua conjuntura artística, pessoal e humana. Como um bom escritor, tece histórias que registram também sua trajetória como sujeito do mundo e no mundo. Alguém com plena consciência do seu fazer histórico e pessoal, encantando, dessacralizando e reinventando o percurso do tempo e da ficção. Talvez seja exatamente por ficcionar com tanta proximidade do real que Pepetela tenha pinçado, nas letras de *A Gloriosa família*, as cores de um embrião de *Shoá*.

#### 4.4 Um embrião da *Shoá* em Sottomayor?

Ontem, quando Eva costurou a estrela judaica, um ataque de desespero alucinado em mim. Os nervos de Eva também estão nas últimas. [...] Eu próprio me sinto arrasado, não encontro equilíbrio." Victor Klemperer (1881-1960)

A epígrafe com que inauguro este tópico retrata o quão desesperador era a situação dos judeus nos anos que precederam o Holocausto, especialmente para o filólogo e escritor Victor Klemperer.

A estrela amarela – representando a estrela de Davi, logo, o descendente hebreu – foi a forma encontrada pelos nazistas para estigmatizar os judeus na Alemanha. Era necessário identificar o “inimigo” alemão para depois eliminá-lo, pois estava sendo gestada uma política de industrialização da morte, auxiliada por recursos modernos, tecnológicos e cruéis. Iniciava-se, assim, a solução final. Ressalto, no entanto, que meus estudos sinalizam para o fato de que essa política de extermínio dos judeus foi gestada séculos antes.

Ao longo da idade Média, dos séculos V ao XV, a Igreja Católica predominou como instituição de poder, tanto no aspecto religioso quanto em termos de economia, sociedade e cultura. Conforme já consta supracitado nesta tese, nesse exercício de luta pelo poder e associados aos reis cristãos, clero e nobreza cometeram inúmeras atrocidades, sob o manto da “Santa Inquisição.”

Todos aqueles que não se submetiam às regras impostas pela Igreja e desafiavam seu poder ou não aceitavam Jesus Cristo como seu salvador eram perseguidos e levados aos inquisidores oficiais. Isso ocorreu mais especificamente no período denominado Baixa Idade Média, quando a Igreja ousou perseguir os que interpretavam os textos bíblicos para além do que impunha a doutrina católica, ou que denunciavam a opulência do clero.

A Inquisição Ibérica esteve mais associada ao poder político tanto na Espanha quanto em Portugal, pois eram os reis quem a controlavam. Esse período inquisitorial é denominado de segunda fase pelos historiadores e focalizou uma maior e mais acirrada perseguição aos judeus, uma vez que boa parcela desses réus era detentora de grandes fortunas. Perseguindo e condenando-os, suas riquezas acabavam nas mãos dos reis. Assim, além da subtração de fortunas, os inquisidores levavam assombro e medo à

sociedade. Anita Novinsky afirma, em seu estudo sobre o tema, que o Tribunal da Inquisição “transmitia à massa de fiéis, aos leigos, uma mensagem de medo e terror, que tornava a maioria da sociedade submissa e obediente” (NOVINSKY, 2012, p. 44).

Destaco, para avançar, que alguns rituais da Inquisição tais como os interrogatórios, as confissões dos pecados e os autos de fé em praça pública traduziam uma visão bastante sinistra desses eventos e eram feitos de forma espetacular, traduzindo uma estética da crueldade sem limites. Em pesquisa sobre o tema, Vargas (2010, p. 15) afirma: “as práticas inquisitoriais utilizadas na Espanha Moderna, em muito, superavam as que ocorreram no período medieval”. Para a estudiosa, a Inquisição em sua segunda fase, ou seja, a Ibérica, apresentou-se mais organizada e sistemática, uma vez que unificou métodos de investigação e tortura e tornou os autos de fé verdadeiros “espetáculos” levados às praças públicas, onde se aplicavam as penas aos condenados. Em suas reflexões afirma ainda que

os autos de fé serviam também como uma forma de coerção ideológica, já que todos os penalizados pela Inquisição eram obrigados a desfilar em fila pelas ruas da cidades antes e se dirigirem para os autos em que receberiam as penas que lhes cabiam. Assim a Inquisição reforçava seu poder, mostrando a todos qual era a punição para os dissidentes, ao mesmo tempo em que o Estado se fazia presente, pois cabia a ele executar as penas determinadas pela Igreja. (VARGAS, 2010, p.15).

Conforme afirma a estudiosa, os autos de fé serviam à coerção ideológica. Isso se coaduna com as reflexões de Luiz Nazário acerca da figura social do diabo, tão invocada pelos inquisidores que viam nos perseguidos a compactuação com o anjo do mal. Em seus estudos, Nazário mostra que o Diabo representava uma figura tão real quanto a de Deus e seduzia os perversos, que por sua vez oferecia a ele seus corpos e almas, obtendo em troca, influência social. “O Diabo dividia a cristandade arregimentando transgressores, provocando a discórdia, a intriga, deteriorando a comunidade pretensamente íntegra, pura e estável” (NAZARIO, 2005, p.71). Daí a necessidade de impor a “verdade católica”, o sustentáculo dos bens materiais e espirituais, das instituições, da ordem, da existência física das sociedades humanas, porque “a heresia levava ao apocalipse” (NAZARIO, 2005, p.71). O Diabo surge então como a figura a se combater e sua presença justificaria a ação repressiva e legitimaria o poder inquisitorial. Nesse sentido, os autos de fé eram oferecidos como espetáculo a um público aterrorizado pelo medo do Diabo e do fogo do

Santo Ofício. O convite para assistir às tenebrosas cenas era endereçado ao rei e ao mais humilde plebeu. Encenada aos pormenores e com muita antecedência, a cerimónia pública tinha como propósito confirmar o triunfo da fé e o poder da Inquisição. Os condenados e penitentes eram trazidos em cortejos. Vestidos com túnicas amarelas e descalços, eram obrigados a percorrer o espaço na cidade que partia da Igreja de São Domingos, em Lisboa, até o cadafalso, onde frequentemente terminavam na fogueira.

Cada detalhe da representação era tratado com primor, fazendo com que a encenação preparada pelo Tribunal do Santo Ofício se apresentasse complexa e eficaz em seu propósito. Assim, as túnicas que os condenados vestiam eram pintadas à mão por artistas especializados, a estrutura do cadafalso era construída de forma a apresentar-se como um palco; as bancadas para convidados ilustres eram cobertas com tecidos dourado e vermelho, ou seja, havia um certo requinte e beleza para chamar a atenção de todos em um espetáculo de horror.

Tais encenações remetem ao simbolismo encenado pelo governador Sottomayor ao entrar em Massangano, quando retomou o poder em Angola. A cena criada por ele, para fazer-se presença, invoca o caráter teatral, justamente para demonstrar poder e glória. Os tambores que rufavam, as bandeiras flando ao vento e os tiros soltos pelo ar, bem como o acompanhamento de uma coluna de militares somados às ameaças verbais aos judeus levam o leitor ambientado com as questões judaicas ao Holocausto e aos horrores perpetrados por Hitler aos hebreus séculos mais tarde. Nesse sentido é que se faz a observação de estar em Sottomayor o embrião da Shoá<sup>78</sup>, pois Hitler também se servia de uma série de simbolismo para se apresentar ao público. A saudação nazista, os uniformes militares, os costumes hitleristas como assistir a filmes hollywoodianos após o jantar cercado de convidados, bem como a tortura, aprisionamento e matança de judeus nos fornos crematórios compunham a série de símbolos de que o ditador se valia para ser honrado como presença heroica e dominar o mundo.

---

<sup>78</sup> É considerando o âmbito da ficção que intentei apresentar a ideia aqui descrita, isto é, ler o representante do governo Português, Francisco de Sottomayor, como um embrião da *Shoah*. Há de se considerar, porém, que no século XVII havia o anti-judaísmo religioso, tempo em que se propagava a crença de que judeus condenaram e mataram Cristo, o que desencadeou uma série de perseguições, levando milhares de homens e mulheres à morte. Já no século XX, a perseguição nazista aos judeus se deu pela ideologia racista e intimidatória de Hitler, levando à “Solução Final” forma com que pretendiam dizimar os judeus e assim o fizeram.

Como se vê, a Inquisição do Estado português se valeu de um aparato simbólico tão chamativo para encenar a maldade, que nele bebeu o nazismo para imprimir aos judeus o horror e o sacrifício de vida que resultou no Holocausto. A nação hebreia e seus cidadãos no mundo todo fazem questão de relembrar tal fato, para que nunca mais isso se repita na história da humanidade.

Na academia, o tema é atualizado anualmente. Tanto em seminários, quanto em artigos e livros, intelectuais das mais diversas áreas se debruçam sobre o assunto, relembrando os sofrimentos vividos pelos judeus e a crueza da violência perpetrada à humanidade durante a Segunda Guerra Mundial. Os professores e pesquisadores Élcio Cornelsen e Volker Jaeckel são exemplos dessa preocupação. Eles publicaram recentemente o livro *Memória da Segunda Guerra Mundial: imagens, testemunhos e ficções*, que resultou das discussões sobre o tema em um espaço acadêmico: o Núcleo de Estudos de Guerra e Literatura – NEGUE. Nascido em um evento acadêmico, o livro foi gestado nas reuniões ocorridas em 2015, quando o Núcleo promoveu a sua “Segunda Jornada”, oferecendo como tema o fim da Guerra. Nesse tempo, o mundo comemorava os 70 anos do fim da catástrofe e os pesquisadores reunidos debateram o assunto em palestras e seminários, produzindo a obra agora publicada.

Os estudiosos construíram suas análises a partir de relatos de pessoas que testemunharam a Guerra, de narrativas filmicas e literárias que representam as experiências vividas durante os conflitos, do registro das memórias e testemunhos que atualizam o tema. É nesse sentido que afirmo tratar-se de um texto substancial, que retoma os eventos passados, refigurando-os em uma nova linguagem, o que pode evitar que os horrores da guerra, da perseguição às minorias e do preconceito ocorram novamente.

Como se vê, evitar a repetição do evento traumático é também uma preocupação da academia e dos pesquisadores das áreas de Literatura e ficção. Pepetela, nesse sentido, serviu (e serve) de inspiração para este estudo, que visa a divulgar os conhecimentos acerca de sua obra literária e contribuir para que os horrores perpetrados por dirigentes autoritários às minorias identitárias como judeus, indígenas, mulheres, mestiços etc sejam discutidos, denunciados, mitigados e, se possível, evitados. Essa visão me faz acreditar que este trabalho pode ser compreendido como importante ferramenta de contribuição social, visto que alarga o universo da teoria e da análise literária, enquanto (d)enuncia

(sobre) barbáries que relegam os hebreus à incapacitante realidade tensiva do completo assujeitamento.

Isso posto, passo, neste instante, às considerações finais desta Tese.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os caminhos por mim percorridos nesta pesquisa de Doutorado foram fundamentais para que eu ratificasse a relevância da ação militante do jovem Arthur Carlos Maurício Pestana dos Santos no Movimento Popular para Libertação de Angola – MPLA, que foi traduzida para as letras e ganhou força, especialmente, no âmbito na metaficção historiográfica. Entendo que a Literatura é, para ele, um local de embate e de combate, a partir do qual o escritor desafia a história linear e resgata do passado os eventos escondidos nas fendas do tempo, em especial, os da Era colonial em África, visando a reabrir as feridas que ainda sangram no solo da nação angolana.

Em sua missão de resgate do passado, Pepetela valoriza a alma nacional, sem deixar de expor ora a submissão ora a resistência das lideranças locais frente à ocupação europeia. Dessa forma, a infinidade de conflitos experimentados pelos grupos que lutavam pela constituição da identidade nacional angolana é notada em vários romances. Como ressaltei no Capítulo 2 desta Tese, *Mayombe* situa-se nesse universo. Apresenta o contexto da guerra pela independência política de Angola, cujos guerrilheiros estão em uma base na floresta, envoltos em uma série de dificuldades. Nela, há a obra que mais se aproxima da realidade vivida por Pepetela, no contexto das guerrilhas. Sua redação busca resistir ao que é dado como sedimentado, como se fosse, ela mesma, um mecanismo de luta e resistência. Em suma, acredito que em meio a um cenário nada convidativo, o autor tece seu texto, que parece se confundir com a realidade encontrada pelo soldado que se transfigurou em escritor.

Devo destacar, mais uma vez, outro dado revelador da militância político-literária de Pepetela: o aspecto heroico com que são conformados os principais guerrilheiros. “Sem Medo”, “Teoria” e a jovem “Ondina” revelam o caráter humanizado do herói que luta pela independência política de Angola. As tensões e preconceitos que ocorriam entre os jovens guerrilheiros expressam as diferenças existentes entre os combatentes, porém, sem que eles fugissem ao propósito da luta e à consolidação do estado nação.

O escritor ressalta isso sempre que lhe é questionado. Por exemplo, Em entrevista ao programa *Leituras: Histórias da Literatura Angolana* (jul. 2014), Pepetela conta como nasceu o enredo de *Mayombe* e relata o quanto havia naqueles guerrilheiros de

consciência da História<sup>79</sup>. Ao inserir as dificuldades e problemas vividos pelos jovens envolvidos na luta, no interior da floresta tropical, revela sua preocupação com a constituição da unidade nacional, o que para mim, é mais um dado revelador do diálogo de sua ficção com as teorias pós-coloniais e sua militância política.

Nas entrevistas, Pepetela conta, também, das estratégias investidas para a constituição de seus textos. A imersão na ficção se dá de tal forma que os personagens dialogam com o autor empírico, que cede aos desejos delas. Acerca de dois soldados do romance *Mayombe*, assim afirma: “houve um momento em que o personagem ‘Teoria’ queria falar. É verdade. Eu senti que ele queria explicar-se. Eu disse: então toma lá a palavra”. Então fala lá Tu.” [...] E eu achei graça. Gostei!” (PEPETELA: entrevista You Tube, 2014)<sup>80</sup>. Da mesma forma, Pepetela comenta que o Comandante pediu para morrer, então ele o faz. “Eu o matei.” (PEPETELA: entrevista You Tube, 2014)<sup>81</sup>.

Esses aspectos mostraram-se relevantes para que eu compreenda que, talvez, *Mayombe* seja a melhor expressão da resistência africana frente ao colonialismo português nas obras de Pepetela. Tal constatação faz com que ele seja emparelhado com teóricos pós-colonialistas como Kwame Appiah, que aborda as questões raciais em África, tendo como chave de entrada da resistência no continente africano algumas propostas da Negritude e do Pan-africanismo. Por exemplo, em *A invenção da África*, capítulo inicial do livro *Na casa de meu pai* (1997), o autor problematiza o nacionalismo africano herdado do pan-africanismo e constata que o que une os negros não é uma experiência histórica comum, mas o pertencimento dos africanos a uma raça. Ele discute o tema, a partir da retórica expressa em discurso de Alexandre Crummel, no século XIX. Para Appiah, Crummel é o fundador do discurso do pan-africanismo, pois ele falava como negro na África e pensava o povo africano como sendo único. Em *Mayombe*, é possível perceber a expressão das questões raciais e étnicas nas ações dos guerrilheiros. Ou seja,

---

79 No estudo elaborado por Rita Chaves “*Mayombe: um romance contra Correntes*” a pesquisadora aponta que “duas versões cercam o nascimento do texto. Segundo o autor, numa recente entrevista a estudiosos de sua obra em São Paulo, o texto nasceu como um trabalho jornalístico a respeito de um episódio da guerrilha.” Outra versão é a que Pepetela dera a duas pesquisadoras brasileiras. Ele afirmara em conversas com elas que “reconhecia na obra indícios de seu desejo de escrever um roteiro para um filme”. (CHAVES, In: CHAVES e MACEDO, 2009, p.125).

80 PEPETELA. *Leituras: Mayombe*. Entrevista cedida a Filipe Zau. Angola Magazine. Programa: Leituras, Histórias da Literatura Angolana Angola. 04 jun. 2014. Leituras: Histórias da Literatura Angolana . <https://www.youtube.com/watch?v=SgSsuOBU7ZQ>. Acesso em 05/01/2018.

81 Idem nota 78.



Pepetela expõe, no romance, o problema racial e étnico enunciado por Appiah em seu ensaio.

Ao longo do processo de Doutorado e da escrita da Tese, busquei abordar um dado rico e não explorado até outrora, nos romances do escritor africano: o elemento judeu. Ao constatar o silenciamento dos estudiosos sobre as personagens e questões judaicas, especialmente em *A Gloriosa família*, optei por destacá-las e, a partir delas, construir um texto que sobrelevasse tal temática, outrora “esquecida”. Tal questão é bastante emblemática, visto que ao longo de todo o romance, o narrador faz constantes referências à Inquisição, aos judeus em África e à presença de oficiais do Santo Ofício nas proximidades da família Van Dum, principal núcleo do romance. Devo ressaltar, antes de avançar, que reconheço a excepcional contribuição que a pesquisadora Rosângela Manhas Matolvani constituiu, no que tange às questões inquisitoriais em sua Tese de Doutorado, como aponte em seção anterior, porém não deixo de classificar como lacunar a falta de realce à Inquisição em África e às personagens judaicas do romance.

Tendo mapeado tal questão, passei a investigar como se dava o registro figurativo dos hebreus nos romances lidos, uma vez que em toda a fortuna crítica de sua obra, eles não são mencionados. Nesse sentido, destaquei a presença de judeus não apenas em *A Gloriosa família*, mas também em *A geração da Utopia* (1992) e em *A Sul. O Sombreiro* (2012). Nesse romance, por exemplo, há um emblemático sacerdote de ascendência judaica. Trata-se do narrador que inaugura o texto narrativo, (são três os narradores do romance) revelando um profundo ódio ao governador português Manuel Cerveira Pereira. Ele é Simão de Oliveira, padre, cristão-novo, pertencente à ordem dos franciscanos e vigário de Benguela.

A trajetória do personagem é reveladora da diáspora judaica. Nascido em Lisboa, aprendera a lutar pela sobrevivência desde pequeno, como também a fugir dos perseguidores de judeus. Parecia levar uma vida desregrada até que o pai resolvera colocá-lo em um seminário católico. Isso ocorre porque ser judeu na Europa do século XVII era correr perigo. Noto, nesse instante, o situar do tempo – mais um registro da aproximação histórica em romances de Pepetela. O narrador afirma que os perigos rondavam sua família “por causa da origem familiar e do fanatismo dos reis de Espanha, convencidos de serem o último reduto de defesa do cristianismo” (PEPETELA, 2012, p.

301). Portanto, esconder-se em um seminário foi a estratégia encontrada para se manter vivo.

Tornado padre, o narrador embarca para a África e, em suas conjecturas, revela: “sou sacerdote. De rito católico. A vida perigosa me fez assim. Talvez não de coração, mais de judeu. Entretanto, nestes pesados tempos dos bons reis Filipes de Espanha, quem quer ser judeu? Quem pode ser judeu?” (PEPETELA, 2012, p. 5). Avento a possibilidade de explorar, mais detidamente, essa questão em pesquisas futuras, visto que pude perceber que se trata, também, de obra pouco observada pelos teóricos das academias. Ratifico, no entanto, que ainda que algumas obras careçam de mais estudo, os judeus destacam-se como um grupo étnico-social sob constante escrutínio no meio acadêmico.

Em vias de finalização, reafirmo que Pepetela traz para a cena literária as dificuldades e sofrimentos vividos pelo povo hebreu e, dado curioso, sempre pela voz de personagens habitantes das margens. Seu olhar cuidadoso permite que, seja no período inquisitorial, seja em tempos mais contemporâneos, seus romances revelem jovens hebreus africanos que tentam sobreviver em terras inóspitas. Em sua escritura, onde quer que estejam, os descendentes de Abraão experimentam a “ancestral sensação da terra estranha, da catástrofe iminente, da eterna busca de um lugar abrigado” (SCLIAR, 1985, p. 6). Israel Pinheiro, Manuel Pereira, Simão de Oliveira e Sara (personagem de *A geração da utopia*) são personagens hebreus dos romances de Pepetela que atestam tal realidade.

Todos esses aspectos contribuíram para aclarar minhas ideias em relação aos propósitos iniciais da pesquisa. Assim, definido o objeto da pesquisa, na investigação e análise do romance *A Gloriosa família: o tempo dos Flamengos*, tracei um percurso que levou a identificar os elementos que pudessem servir de investigação para saber se a hipótese inicial poderia ou não ser confirmada. Dito de outra forma, busquei investigar referenciais históricos que suscitavam estudos no campo da História e da narrativa em relação a questões judaicas, étnicas, culturais e identitárias em Angola. Com o percurso e com a hipótese delineados, pude perceber quão grande era o desafio que assumira. No entanto, devo afirmar, antes de encerrar, que o próprio romance me possibilitou o enfrentamento, porque o narrador conseguiu me conduzir na auspiciosa busca de qual caminho seguir. A própria obra, constituída em corpus da pesquisa, conseguiu acenar para quais teóricos que serviriam de auxílio na compreensão dos elementos estéticos e

retóricos; nos estudos concernentes à História, à Memória e à Narrativa no reencenar dos fatos “oralizados” em sua trama. O escravo narrador teve papel preponderante, devo ressaltar, nesse apontamento de quais rotas tomar. Foi ele que me fez checar eventos da Inquisição em África, o que me conduziu aos arquivos portugueses como os registros inquisitoriais da Torre do Tombo em Portugal e os cronísticos de Antônio de Oliveira Cadornega. Ele também me possibilitou um diálogo fecundo com os pesquisadores do *African Literature Association* em 2017, conferência ocorrida na Universidade de Yale em New Haven, quando pude conhecer outras realidades de África.

Enfim, a investigação do romance *A Gloriosa família: o tempo dos Flamengos* muito me revelou sobre a escritura do autor angolano. Tecendo seus textos com as marcas da ironia, do humor, da paródia, da intertextualidade histórica, da Literatura oral, Pepetela rompe com a tradição canônica literária e funda uma nova Literatura voltada para os mais diversos povos que conformam a nação angolana. Assim, valorizando sua nação e as comunidades nela presentes, o escritor, artisticamente, recria uma outra história, atualizando seu discurso para as novas gerações e, no reverso do texto, marca com traços do passado sua obra literária, reconfigurando o *eu* e o mundo por meio da ficção.

Devo destacar, também, os elementos linguísticos e retóricos investidos por Pepetela na obra em questão, para detalhar os estudos sobre as identidades judaicas nelas enunciadas. Afirmo, sem medo de incorrer em equivocidades, que o percurso adotado por Pepetela serviu para abrir as portas para identificar em um representante do governo colonial, um embrião da Shoá e no governante português, Francisco de Sottomayor, um dos sujeitos históricos ficcionalizados no romance, tem características similares às dos carrascos nazistas criadores do Holocausto no século XX.

E é nesse contexto de descobertas e novos mundos que entendo ser essa pesquisa um grande contributo para os futuros pesquisadores, pois inaugura a análise do tema judaico no âmbito da escrita de Pepetela e apresenta uma nova discussão no campo das teorias pós-coloniais.

## REFERÊNCIAS

- A BIBLIA SAGRADA. Antigo e novo testamento. São Paulo-SP: Editora “Ave Maria” Ltda, 1992.
- ABRANCHES, Henrique. Até Camões... In: CHAVES, Rita e MACÊDO, Tania. (Orgs). Portanto... Pepetela. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009. p. 69-76.
- ADORNO, Theodor W. Posição do narrador no romance contemporâneo. In: ADORNO, Theodor W. Notas de Literatura I. São Paulo-SP: Duas cidades. Editora 34, 2003. p. 55-63
- ANDERSON, Benedict. Nação e Consciência Nacional. São Paulo-SP: Ática, 1989.
- APPIAH, Kwame Anthony. Na casa de meu pai. Rio de Janeiro-RJ: Contraponto, 1997.
- BACHELAR, Gaston. A água e os sonhos: ensaios sobre a imaginação da matéria. Tradução por Antonio de Pádua Danesi. São Paulo-SP: Martins Fontes, 1997.
- BARBOSA, Kássia Terezinha. Massangano: resistência portuguesa na Angola Holandesa, 1641 A 1648. In: Revista Tempos de Revoluções. p. 288-302- online) Disponível em: [www.unicap.br/ocs/index.php/coloquiodehistoria/colhistoria2017/paper/.../218](http://www.unicap.br/ocs/index.php/coloquiodehistoria/colhistoria2017/paper/.../218). Acesso em: 12 jan. 2019.
- BARROMI, Joel e MEDINA, João, “O projeto de colonização Judaica em Angola - O debate em Portugal da proposta da ITO (Organização Territorial Judaica) - 1912-1913”, Clio - Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa, vol. 6, 1987-88.
- BARRY, Boubacar. Escrevendo a História na África depois da independência: o desafio da escola de Dakar. In: Senegâmbia: o desafio da História Regional. Tradução: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, Universidade Candido Mendes, Brasil. Amsterdam/Brasil, 2000. p. 35-63.
- BASBAUM, Hersch W. A saga do judeu brasileiro. A presença judaica em Terras de Santa Cruz. São Paulo-SP: Edições Inteligentes, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. Identidade. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BHABHA, Homi K. O Local da Cultura. Tradução por Míriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Glaucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte-MG: Editora UFMG, 1998.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: BENJAMIN, Walter. Magia, técnica, arte e política – ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, volume I, 5ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 1993. p. 222-234.

\_\_\_\_\_. O Narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. Walter. Magia, técnica, arte e política – ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, volume I, 5ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 1993. p.197-221.

\_\_\_\_\_. Experiência e Pobreza. In: BENJAMIN, Walter. Walter. Magia, técnica, arte e política – ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, volume I, 5ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 1993. p.114-119.

BIRMINGHAM, David. Breve História da Angola Moderna [Séc.XIX-XXI]. Tradução por Rita Carvalho e Guerra. Lisboa: Guerra e Paz Editores S/A, 2017.

BONNICCI, Thomas. Introdução ao estudo das literaturas pós-coloniais. Mimesis, Bauru-SP, v. 19, n. 1, p. 07-23, 1998.

\_\_\_\_\_. O Pós-Colonialismo e a Literatura: estratégias de Leitura. Maringá-PR: Eduem, 2012.

\_\_\_\_\_. Resistência e Intervenção nas literaturas pós-coloniais. BONNICCI, Thomas (Org.). Maringá: Eduem, 2009.

BROSE, Elizabeth Robin Zenkner. A máscara de múltiplas faces – Narrativas de Pepetela, 2005. Tese de Doutorado. (Doutorado em Letras: Estudos Literários) - Faculdade de Letras. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2005.

BRUGIONI, Elena. O pesadelo da História. Romance histórico, literaturas africanas e pós-colonialidade. In: GARCIA, Flávio e MATA, Inocência. (Orgs.). Pós-Colonial e Pós-Colonialismo: Propriedades e apropriação de sentidos. Rio de Janeiro-RJ: Dialogarts Publicações, 2016. p. 88-106.

BULFINCH, Thomas. O Livro de Ouro da Mitologia: Histórias de deuses e heróis. São Paulo: Martin Claret, 2006. p.417).-

CADORNEGA, António de Oliveira de. História Geral das Guerras Angolanas: 1680. Lisboa. Agência Geral do Ultramar, 1972.

CAMPATO JUNIOR, João Adalberto. Manual de Literaturas de Língua Portuguesa: Portugal, Brasil, África Lusófona e Timor-Leste. Curitiba: CRV, 2016.

CARVALHO, Isaías Francisco. O narrador pós-colonial. In: I Congresso Nacional de Linguagens e Representações: Linguagens e Leituras. Out. 2009, Ilhéus.

CHAVES, Rita e MACEDO, Tânia. Fragmentos de entrevista. In: CHAVES, Rita e MACEDO, Tânia. Portanto... Pepetela. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009. P. 31

\_\_\_\_\_. MAYOMBE: Um romance contra Correntes. In: CHAVES, Rita e MACEDO, Tânia. Portanto... Pepetela. São Paulo: Ateliê Editora, 2009. p. 125- 139.

CERTEAU, Michel de. *A Fábula Mística Séculos XVI e XVII*. v. 1. Tradução por Abner Chiquieri. Rio de Janeiro-RJ: Forense, 2015.

COELHO, Virgílio. Imagens, símbolos e representações “Quiandas, Quitutas, Sereias imaginários locais, identidades regionais e alteridades. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 8: 179-214, 1998. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/109540>. Acesso em: 02 jul. 2018.

CORNELSEN, Elcio e JAECKEL Volker. (Orgs.). *Memórias da Segunda Guerra Mundial: Imagens, testemunhos e ficções*. Rio de Janeiro-RJ: Jaguatirica, 2018.

CORREIA, Arlindo. Os jagas de Angola. Disponível em: <https://arlindo-correia.com/020309.html>. Acesso em 12 jan. 2019

COSSON, Rildo e SCHWANTES, Cíntia. Romance histórico: as ficções da História. *Revista Itinerários*, Araraquara-SP, 23, 29-37, 2005. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/itinerarios/article/viewFile/2804/2554>. Acesso em 02 mar. 2017.

COUTINHO, Fernanda. Representações da Infância na obra machadiana: o menino é pai do homem? *Periódico Machado Assis linha*. Rio de Janeiro. v. 4, n. 8, p. 74-89, dezembro 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mael/v4n8/a06v4n8.pdf>. Acesso em 09 mar. 2017. <https://doi.org/10.1590/S1983-68212011000200006>

CURY, Maria Zilda Ferreira. *Navio de imigrantes, identidades negociadas*. São Paulo-SP: Fundação Memorial da América Latina, 2002.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix – *Kafka: Por uma literatura menor*. 1. ed. Belo Horizonte-MG: Autêntica Editora, 2014. ISBN 978-85-8217-312-1. Tradução por Cíntia Vieira da Silva.

\_\_\_\_\_. *A literatura e a vida*. In: DELEUZE, Gilles. *Crítica e Clínica*. Tradução por Peter Pal Pelbart. São Paulo-SP: Editora 34, 1997. p. 11-16.

DURAN, Gilbert. *Método arquetipológico: da Mitologia à Mitanálise*. In: *Campos do Imaginário*: Tradução por Maria João Reis. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

EICHLER, Juliane Lassarotti. *O Triunfo da Vontade e a Estética Nazista: o Nacional-Socialismo como Modernidade Alternativa*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ, 2007.

ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano*. Tradução por Rogério Fernandes – São Paulo-SP: Martins Fontes, 1992.

\_\_\_\_\_. *Imagens e Símbolos*. Lisboa: Editora Arcádia, 1979.

\_\_\_\_\_. *Camões e Eminescu*. Tradução por José Augusto Seabra. Editora Libria: Bucareste, 2000.

- ESTEVEES, Antonio R. Narrativas de extração histórica: sob o signo do hibridismo. In: O Romance Histórico Brasileiro Contemporâneo (1975-2000). São Paulo-SP: Ed. Edusp, 2010. p. 17-73. <https://doi.org/10.7476/9788539304479>
- FELDSTEIN, Richard; FINK, Bruce; JAANUS, Maire. (Orgs.). Para ler o Seminário 11 de Lacan. Rio de Janeiro-RJ: Jorge Zahar Editor Ltda., 1997.
- FILHO, Silvio de Abreu Carvalho. Pepetela: Fragmentos de uma trajetória. In: Boletim do Tempo Presente nº 06, de set.2013, p. 1-16, | Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/tempopresente>. 20/01/19.
- FONSECA, Mariana Bracks. Nzinga Mbandi e as guerras de resistência em Angola – Século XVII. Belo Horizonte-MG: Mazza Edições, 2015.
- FREUD, Sigmund. O estranho In: Uma neurose infantil e outros trabalhos. (1917-1918). São Paulo-SP: Imago, 2004. p.137-160.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. História e Narração em Walter Benjamin. São Paulo-SP: Perspectiva, 1999.
- GREEN, Toby. Inquisição: O reinado do medo. Tradução por Cristina Cavalcanti. Rio de Janeiro-RJ: Objetiva, 2011.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. Garcilaso de La Vega, El Inca: Do nascimento do sujeito a partir do sistema da burocracia. In: Modernização dos sentidos. São Paulo-SP: Editora 34, 1998. pp. 111-138.
- HORTA, José Augusto N. Silva. A inquisição em Angola e Congo: O Inquérito de 1596-98 e o Papel Mediador das Justiças Locais. Arqueologia do Estado. Primeiras Jornadas sobre formas de organização e exercício dos poderes na Europa do Sul, Séculos XIII - XVIII. Vol. 1, Lisboa. História & Crítica, 1988. Pág. 387-415
- HUTCHEON, Linda. Poética do Pós-Modernismo: história, teoria, ficção. Tradução por Ricardo Cruz. Rio de Janeiro-RJ: Imago Ed., 1991.
- LACAN, Jacques. Livro 11: os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise. Versão brasileira de M. D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1985.
- LACERDA, Wanilda Lima Vidal de. O olhar de Pepetela sobre Angola, 2007. Tese de Doutorado (Doutorado em Letras) - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa-PB, 2007.
- LE GOFF, Jacques. “Memória” In: LE GOFF, Jacques. História e Memória. Tradução de Bernardo Leitão [et al.]. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.
- LEITE, Ana Mafalda. Literaturas Africanas e Formulações Pós-Coloniais. Lisboa: Edição Fernando Mão de Ferro, 2013. p. 106-124.

LEITE, Ana Mafalda [et al.]. Nação e narrativa pós-colonial: Angola e Moçambique. Lisboa: Editor Fernando Mão de Ferro, 2012.

\_\_\_\_\_. Janus-narrador em A Gloriosa Família de Pepetela ou o Poder Profético da Palavra Narrativa. In: CHAVES, R. e MACEDO, T. Portanto... Pepetela. São Paulo-SP: Ateliê Editorial, 2009. p. 113-124.

LIMA, Luiz Costa. O Redemunho do horror: as margens do ocidente. São Paulo-SP: Editora Planeta do Brasil, 2003.

LOPES, Nei. Dicionário da Antiguidade Africana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MACEDO, Helder. As telas da memória. In: CARVALHAL, Tânia Franco, TUTIKIAN, Jane (Orgs.). Literatura e história: três vozes de expressão portuguesa. Porto Alegre-RS: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

MACHADO, Célia Maria Borges. Memória e Narrativa no romance A Majestade do Xingu de Moacyr Scliar. 2006. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Estudos Literários) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte-MG, 2006.

MANSO, Maria de Deus Beites e SOARES, Francisco. Tirar doutrina: cruzamentos narrativos de Cadornega. In: História & Literatura: Identidades e fronteiras. Organizadores: Cléria Botelho da Costa e Maria Clara Tomaz Machado. Uberlândia: EDUFU, 2006. p.127-155.

MANTOLVANI, Rosângela Manhas. Das Invasões às fogueiras: os discursos excêntricos em Saramago e Pepetela. 2010. Tese de Doutorado. (Doutorado em Estudos Comparados de Literaturas em Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo-SP, 2010.

MARINANGELO, Célia Regina. A Geração da Utopia: A Lição do Mar. In: CHAVES, R. MACEDO, T. Portanto, Pepetela. São Paulo-SP: Ateliê Editorial, 2009. p. 289-294.

MARQUES, Alexandra. Segredos da Descolonização de Angola. Lisboa: Dom Quixote, 2013.

MARRUS, Michel R. A assustadora história do Holocausto. Tradução por Alexandre Martins. Rio de Janeiro-RJ: Ediouro, 2003.

MBEMBE, Achile. As formas africanas de auto inscrição. Revista Estudos Afro-Asiáticos, Ano 23, nº 1, 2001, pp. 171-209. <https://doi.org/10.1590/S0101-546X2001000100007>

MATA, Inocência. Ficção e História na Literatura Angolana. O caso Pepetela. Lisboa: Editor Fernando Mão de Ferro, 2016.



\_\_\_\_\_. REFIGURANDO O ESPECTO DA NAÇÃO. Disponível em: <http://www.omarrare.uerj.br/numero13/pdfs/inocencia.pdf>- Junho 2007. Acesso em: 14 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. Representações da rainha Njinga/ Nzinga in: A rainha Nzinga Mbandi: História, memória e mito de Inocência Mata. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/359149/mod\\_resource/content/1/Inocência%20Mata](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/359149/mod_resource/content/1/Inocencia%20Mata). Acesso em 15 out. 2018.

MELLO, Claudio José de Almeida. O discurso social, a história e a política no romance histórico contemporâneo de língua portuguesa: Leminski, Lobo Antunes e Pepetela. 2005. Tese de Doutorado. (Doutorado em Letras). Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Unesp. Assis-SP. 2005.

MEMMI, Albert. Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador. Tradução por R. Corbvisier e M. Pinto Coelho. 2 ed. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 1977.

MILLER, Jacques-Alain. “Jacques Lacan e a voz.” Revista Opção Lacaniana Online. Ano 4 • Número 11 • julho 2013.

MORIN, Edgar. O mundo moderno e a questão judaica. Tradução de Nícia Adan Bonatti. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 2007.

NÁPOLI, Lucas. Por que Lacan disse que o sujeito é o que um significante representa para outro significante? Disponível em: <https://lucsnapoli.com/2012/07/30/por-que-lacan-disse-que-o-sujeito-e-o-que-um-significante-representa-para-outro-significante/>. Acesso em: 29 nov. 2018.

NAZARIO, Luiz. Autos-de-Fé como Espetáculos de Massa. São Paulo-SP: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005.

NOGUEIRA, Carlos Roberto F. O diabo no imaginário cristão. 2. Ed. Bauru-SP: EDUSC, 2002.

NOGUEIRA, Michele. O caso Dreyfus. Disponível em: [www.estudopratico.com.br/o-caso-dreyfus](http://www.estudopratico.com.br/o-caso-dreyfus). Acesso em 12 jan. 2019.

NOVINSKY, Anita Waingort. A Inquisição. São Paulo-SP: Brasiliense, 2012.

OLIVEIRA, Helaine de. O passeio de Esquizo ou as experimentações do silêncio: subjetivações e singularidades na escrita de Ana Maria Gonçalves e Pepetela. 2016. Tese de Doutorado (Doutorado em Letras: Estudos Literários). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora-MG. 2016.

PADILHA, Laura Cavalcante. Entre voz e letra: o lugar da ancestralidade na ficção angolana do século XX. Niteroi-RJ: EDUFE, Rio de Janeiro-RJ: Pallas Editora, 2007.

PEREIRA, Kenia Maria de Almeida. A Poética da Resistência em Bento Teixeira e Antônio José da Silva, o Judeu. São Paulo-SP: AnnaBlume, 1998.

PERNIDJI, Joseph Eskenazi. Das Fogueiras da Inquisição às Terras do Brasil: A viagem de 500 anos de uma família judia. Rio de Janeiro-RJ: Imago Ed. 2002.

PERSON, Yves. “Os povos da costa – primeiros contatos com os portugueses – de Casamance às lagunas da Costa do Marfim.” In: HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA. África do século XII ao XVI. São Paulo, Editora Ática/Paris: UNESCO, 1982, Vol. IV. p. 337-359.

REVISTA LUSÓFONA DE CIÊNCIA DAS RELIGIÕES. A África e a Inquisição portuguesa: novas perspectivas. Inquisição em África. Lisboa. Ano III, 2004 / n.º 5/6 – 21-27

SANTIAGO, Silviano. Apesar de Dependente, Universal. In: Vale Quanto Pesa: ensaios sobre questões político-culturais. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 1982. p.13-24.

\_\_\_\_\_. O narrador pós-moderno. In: SANTIAGO, Silviano. Nas malhas da letra. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 1989. p. 38-52.

SÃO BENTO, Ricardo Filipe. Em busca de um lar para os judeus: a hipótese de Angola. 2014. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Letras). Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra, Portugal. 2014.

SARAIVA, Antônio José. Inquisição e Cristãos-Novos. Lisboa: Editorial Estampa Ltda. 1969.

SARTRE. J. P. A questão judaica. São Paulo: Ática, 1995.

SCLIAR, Moacyr. A condição judaica: das Tábuas da Lei à Mesa da Cozinha. Porto Alegre-RS: L&PM, 1985.

\_\_\_\_\_. Judaísmo: Dispersão e Unidade. São Paulo-SP: Ática, 2001.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo-SP: Cortez, 2007.

SILVA, Alberto da Costa e. Angola. In: A manilha e o Libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2002. p. 407-450

\_\_\_\_\_. A enxada e a lança: a África antes dos portugueses. Rio de Janeiro-RJ: Nova Fronteira, São Paulo: Edusp, 1992.

SILVA, Ângela Maria. Guia para normalização de trabalhos técnico-científicos: projetos de pesquisa, trabalhos acadêmicos, dissertações e teses. 5 ed. rev. Uberlândia: UFU, 2006.

SILVA, Rogério Max Canedo. O romance histórico da colonização: a figuração artística transgressiva do passado em *O tetraneto del-rei*, de Haroldo Maranhão, *A gloriosa família*, de Pepetela, e *As naus*, de António Lobo Antunes. 2016. Tese de Doutorado. (Doutorado em Literatura). Universidade de Brasília. Brasília-DF. 2016.

SILVEIRA, Renato da. Os selvagens e a massa: o papel do racismo científico na montagem da hegemonia Ocidental. In: *Afro-Ásia*, 23 (1999), pp. 87-144.

TAVARES, Maria José Ferro. A diáspora Judaica. *Revista Janus* 1999-2000. Disponível em: [http://www.janusonline.pt/arquivo/1999\\_2000/1999\\_2000\\_1\\_8.html](http://www.janusonline.pt/arquivo/1999_2000/1999_2000_1_8.html). Acesso em 14 jan. 2019.

TAVARES, Maria José Ferro. A diáspora Judaica. *Revista Janus* 1999-2000. Disponível em: [http://www.janusonline.pt/arquivo/1999\\_2000/1999\\_2000\\_1\\_8.html](http://www.janusonline.pt/arquivo/1999_2000/1999_2000_1_8.html). Acesso em 14 jan. 2019.

TOPEL, Marta F. “Terra prometida, exílio e diáspora: apontamentos e reflexões sobre o caso judeu.” *Revista Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 21, n. 43, p. 331-352, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832015000100013>.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832015000100013>. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832015000100013>

THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico. 1400 a 1800*. Tradução por Marisa Rocha Mota. Rio de Janeiro-RJ: Elsevier, 2004.

TSUR, Jacob. *A epopeia do Sionismo*. Rio de Janeiro-RJ: Editora Documentário, 1977.

VARGAS, Samantha Piton. A Inquisição na Espanha: desde o antijudaísmo na antiguidade à perseguição dos conversos na Idade Moderna. In: *Revista Historiador Especial Número 01*. Ano 03. Julho de 2010. Disponível em: <http://www.historialivre.com/revistahistoriador>. Acesso em: 12 jan. 2019.

WÉ LEPI, Ndunduma. Quarenta anos de amizade para sessenta de vida. In: CHAVES, R. e MACEDO, T. *Portanto... Pepetela*. São Paulo-SP: Ateliê Editorial, 2009. p. 85-94

WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: WHITE, H. *Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a crítica da cultura*. Tradução por Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. p. 97-116.

XIX ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: PODER, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO. ANPUH/SP-Usp. *Anais XIX Encontro Regional de História: poder, violência e exclusão*. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Disponível

em:<<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Paineis/Thiago%20Cavalcante%20dos%20Santos.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2014.

### OBRAS DE PEPETELA

- PEPETELA. *As Aventuras de Ngunga*. São Paulo-SP: Ática, 1980.
- \_\_\_\_\_. *YAKA*. Portugal: Edições Asa, 1988.
- \_\_\_\_\_. *O desejo de Kianda*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Muana Puó*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.
- \_\_\_\_\_. *A gloriosa família: o tempo dos flamengos*. Rio de Janeiro-RJ: Nova Fronteira, 1999.
- \_\_\_\_\_. *A Geração da Utopia*. Rio de Janeiro-RJ: Nova Fronteira, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Parábola do Cágado Velho*. Rio de Janeiro-RJ: Nova Fronteira, 2005.
- \_\_\_\_\_. *O terrorista de Berkeley*. Califórnia. Lisboa: Dom Quixote, 2008.
- \_\_\_\_\_. *O quase fim do mundo*. Lisboa: Dom Quixote, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Jaime Bunda: agente secreto*. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Crônicas com fundo de guerra*. Lisboa: Edições Nelson de Matos, 2011.
- \_\_\_\_\_. *O Planalto e a Estepe*. São Paulo-SP: Leia, 2009.
- \_\_\_\_\_. *A Sul. O Sombreiro*. São Paulo-SP: Leya, 2012.
- \_\_\_\_\_. *A Montanha de Água Lilás*. São Paulo-SP: FTD, 2013.
- \_\_\_\_\_. *Mayombe*. São Paulo-SP: Leya, 2013.
- \_\_\_\_\_. *Predadores*. Rio de Janeiro-RJ: Língua Geral, 2008.
- \_\_\_\_\_. *O tímido e as mulheres*. São Paulo-SP: Leya, 2014.
- \_\_\_\_\_. *Lueji, O nascimento de um império*. São Paulo-SP: Leya, 2015.
- \_\_\_\_\_. *Se o passado não tivesse asas*. Lisboa: Dom Quixote, 2017.
- \_\_\_\_\_. *Sua Excelência de corpo presente*. Lisboa: Dom Quixote, 2018.

## ENTREVISTAS DE PEPETELA

PEPETELA. Pepetela, Escritor Angolano, Fala Sobre “A Geração Da Utopia” e Suas Demais Obras” Entrevista concedida ao Portal Raízes. Disponível em: <http://www.portalraizes.com/1pepetela-a-geracao-da-utopia/>. Acesso em: 16 mar. 2017.

PEPETELA. Leituras: Mayombe. Entrevista cedida a Filipe Zau. Angola Magazine. Programa: Leituras, Histórias da Literatura Angolana Angola. 04 jun. 2014. Leituras: Histórias da Literatura Angolana. <https://www.youtube.com/watch?v=SgSsuOBU7ZQ>. Acesso em 05/01/2018.

## **SÍTIOS E OUTRAS PUBLICAÇÕES ONLINE CONSULTADOS**

Muana Puó: <http://www.citi.pt/cultura/literatura/romance/pepetela/muana.html>. Acesso em: 12 jan. 2019.

Biografia de Zevi Hirsch Kalischer. Disponível em: [www.jewishvirtuallibrary.org/zevi-hirsch-kalischer](http://www.jewishvirtuallibrary.org/zevi-hirsch-kalischer). Acesso em: 12 jan. 2019.

<https://africadoladodeka.wordpress.com/2014/06/10/deuses-africanos>.

[http://www.agostinhoneto.org/index.php?option=com\\_content&id=66&lang=en](http://www.agostinhoneto.org/index.php?option=com_content&id=66&lang=en). Acesso em: 12 jan. 2019.

<https://www.flickr.com/photos/94723129@N08/8641560848>. Acesso em: 12 jan. 2019.

[http://www.ricardoorlandini.net/hoje\\_historia/ver/15287/pogrom-de-kishinev](http://www.ricardoorlandini.net/hoje_historia/ver/15287/pogrom-de-kishinev). Acesso em: 16 jan. 2019.

<http://www.dicionarioinformal.com.br/significado/chana/9092>. Acesso em: 16 jan. 2019.